

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL MESTRADO**

RODRIGO GUIMARÃES LOPES

**A PRÁTICA JORNALÍSTICA EM ÁREAS DE GUERRA:
Uma Experiência Brasileira na Cobertura do Conflito na Líbia**

SÃO LEOPOLDO

2015

RODRIGO GUIMARÃES LOPES

A PRÁTICA JORNALÍSTICA EM ÁREAS DE GUERRA:
Uma Experiência Brasileira na Cobertura do Conflito na Líbia

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Comunicação, pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos
Sinos – UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Christa Berger

SÃO LEOPOLDO

2015

L864p Lopes, Rodrigo Guimarães
A prática jornalística em áreas de guerra: uma experiência brasileira na cobertura do conflito na Líbia / por Rodrigo Guimarães Lopes. -- São Leopoldo, 2015.

199 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2015.
Orientação: Prof. Dr. Christa Berger, Escola da Indústria Criativa.

1. Correspondentes de guerra. 2. Jornalistas – Brasil. 3. Guerra – Cobertura jornalística. 4. Jornalismo – Aspectos políticos – Líbia. 5. Líbia – Narrativas pessoais brasileiras. I. Bergher, Christa. II. Título.

CDU 070:355.01

Catálogo na publicação:
Bibliotecária Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

RODRIGO GUIMARÃES LOPES

“A PRÁTICA JORNALÍSTICA EM ÁREAS DE GUERRA
Uma experiência brasileira na cobertura do conflito na Líbia”

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Aprovado em 19 de janeiro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa Dra Christa Berger (Unisinos) – Orientadora

Profa Dra Beatriz Marocco (Unisinos) – Avaliadora

Profa Dra Zélia Leal Adghirni (UnB) – Avaliadora

Aos colegas jornalistas
que tombaram no exercício da profissão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelos dons do Espírito; a meus pais, Rejane e Darcy, que, mesmo diante das dificuldades impostas pela vida, nunca abriram mão de me proporcionar conhecimento formal e informal; aos demais familiares, que souberam entender os períodos de ausência e reclusão durante a confecção deste trabalho; a minha orientadora, professora Christa Berger, dama do jornalismo gaúcho e brasileiro, que, depois de quase 15 anos de distância desde a graduação, me recebeu, de braços abertos, e com a serenidade e sabedoria de sempre para o acompanhamento desta pesquisa; aos entrevistados neste trabalho, jornalistas Andrei Netto, Samy Adghirni, Deborah Berlinck e Humberto Trezzi, que aceitaram compartilhar suas experiências para esta pesquisa; aos meus amigos, novos e antigos, que também compreenderam os momentos difíceis, acompanharam e torceram para que esta caminhada fosse completa, em especial a amiga Greyce Vargas, que auxiliou na revisão deste trabalho; aos diretores e editores do jornal Zero Hora, que, até aqui, apostaram na minha capacidade de contar histórias, enviando-me a praticar o jornalismo em terras distantes, muitas vezes também em situações de guerra e cujas experiências, em parte, estão neste trabalho. O meu muito obrigado.

“Paz sem voz não é paz.
É medo.”

Marcelo Yuka
(1993-2001)

RESUMO

Esta dissertação de mestrado analisa a prática jornalística em áreas de guerra. Para isso, procuramos conhecer o percurso do trabalho de correspondentes de guerra das últimas décadas do século XIX até os primeiros 15 anos do presente século, identificando tensões e possíveis mutações na rotina e no perfil profissional com foco na experiência de jornalistas brasileiros na cobertura de conflitos. Como estudo de caso, analisamos a experiência de quatro repórteres brasileiros, Andrei Netto, de O Estado de S. Paulo, Samy Adghirni, da Folha de S. Paulo, Deborah Berlinck, de O Globo, e Humberto Trezzi, de Zero Hora, que atuaram como correspondentes de guerra no confronto da Líbia, em 2011. A partir de entrevistas em profundidade com estes profissionais, funcionários de jornais de referência, buscamos tensionar suas vivências empíricas com teorias formuladas por pensadores fundamentais do jornalismo. A título de análise, criamos categorias: como tornar-se correspondente de guerra; a prática no exercício da produção jornalística; e reflexões que transcendem a prática. A fim de responder à pergunta “como a guerra afeta a prática jornalística”, refletimos sobre questões-chaves do jornalismo em áreas de guerra: diferenças entre uma cobertura local e na guerra; a relação jornalista-fonte e a entrevista; tecnologia; censura, autocensura e a questão do *embedded*; violência e risco de morrer.

Palavras-chave: Jornalismo Internacional. Correspondente de Guerra. Líbia. Entrevista.

ABSTRACT

This MA paper analyses the journalistic activity in war zones. For that matter, we've tried to know the track of the war correspondents activity in the last decades from the 19th century to the first 15 years of the present century, identifying tensions and possible mutations in these professional's profile as well as their routine focusing on the experience of Brazilian journalists while covering conflicts. As a Case Study, we analyzed the experience of four Brazilian reporters; O Estado de São Paulo's Andrei Netto, Folha de São Paulo's Samy Adghirni, O Globo's Deborah Berlinck, and Zero Hora's Humberto Trezzi, who worked as war correspondents in Libya's war in 2011. After thorough interviews with these professionals, who are reference where they work, we aimed to tension their empirical experience based on theories produced by thinkers who are of fundamental importance to Journalism. For analyzing it we created categories: How to Become a War Correspondent; The Practice of Exercising Journalistic Production; and Reflections that Go Beyond Practice. In order to answer the question "how does the war affect the journalistic practice", we think on journalism key-subjects in war zones: differences between local and war coverage; the journalist/source relation and the interview; technology; censorship, self-censorship and embedded question; violence and the putting life at risk.

Key-words: International Journalism. War Correspondente. Libya. Interview.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 1.1 Eu, jornalista, uma experiência empírica..... | 13 |
| 1.2 A construção do problema | 15 |
| 1.2.1 Objetivo geral | 20 |
| 1.2.2 Objetivos específicos | 20 |
| 1.3 Por que estudar este caso | 20 |
| 1.4 Estrutura da dissertação | 22 |
| 2 O CORRESPONDENTE DE GUERRA | 24 |
| 2.1 Contextualização..... | 24 |
| 2.1.1 Correspondente internacional, enviado especial e correspondente de guerra | 25 |
| 2.1.2 O correspondente de guerra..... | 28 |
| 2.1.3 Os rituais da tribo | 32 |
| 2.1.4 Censura e controle, o jornalista como parte do esforço de guerra..... | 35 |
| 2.1.5 O <i>embedded</i> | 39 |
| 2.1.6 O correspondente de guerra e a relação com as fontes..... | 43 |
| 2.1.7 Limitações logísticas | 47 |
| 2.1.8 Exposição à violência | 49 |
| 2.1.9 O impacto da tecnologia na cobertura de guerra | 52 |
| 2.1.10 Características do cenário da correspondência de guerra no Brasil | 58 |
| 2.2 Fundamentação teórica..... | 61 |
| 2.2.1 O jornalismo e o jornalista..... | 62 |
| 2.2.2 As competências de procedimento | 64 |
| 2.2.3 A questão das fontes | 70 |
| 2.2.4 A entrevista jornalística | 76 |
| 2.2.5 O caráter testemunhal | 78 |
| 3 ESTUDO DE CASO E A GUERRA DA LÍBIA | 84 |
| 3.1 Entrevista em profundidade e a Guerra da Líbia | 85 |
| 4 O CASO GUERRA NA LÍBIA | 91 |
| 4.1 A Líbia e os jornalistas..... | 91 |
| 4.2 O jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo e Zero Hora..... | 94 |
| 4.3 Entrevistas com os quatro jornalistas brasileiros..... | 97 |
| 4.4 Apresentação dos entrevistados | 98 |

| | |
|---|------------|
| 4.5 Diálogo entre a teoria e a experiência empírica..... | 99 |
| 4.5.1 Tornar-se correspondente de guerra | 100 |
| 4.5.2 A prática no exercício da produção jornalística | 106 |
| 4.5.2.1 Cobertura local e cobertura de guerra | 108 |
| 4.5.2.2 Relação jornalista-fonte e entrevista..... | 111 |
| 4.5.2.3 Tecnologia | 116 |
| 4.5.2.4 Censura, autocensura e a questão do embedded | 121 |
| 4.5.2.5 Impacto da violência e risco de morrer..... | 126 |
| 4.5.3 Fatores que transcendem a cobertura..... | 129 |
| REFERÊNCIAS | 141 |
| APÊNDICE A – ENTREVISTA COM ANDREI NETTO..... | 147 |
| APÊNDICE B – ENTREVISTA COM SAMY ADGHIRNI | 156 |
| APÊNDICE C – ENTREVISTA COM DEBORAH BERLINCK | 170 |
| APÊNDICE D – ENTREVISTA COM HUMBERTO TREZZI..... | 183 |
| APÊNDICE E – ÁUDIOS DAS ENTREVISTAS..... | 197 |

1 INTRODUÇÃO

O correspondente de guerra tem sua aposta (sua vida) nas próprias mãos e pode colocá-la neste ou naquele cavalo, ou pode colocá-la de volta no bolso no último minuto. (CAPA, 2010, p. 15).

O que faz o jornalista senão ajudar a escrever a história do tempo presente? Desde os bancos da graduação, nos anos 1990, acredito que é nos textos dos jornais que, dentro de algumas décadas ou de vários séculos, historiadores se debruçarão para analisar o nosso tempo. Porém, mais do que mero subsídio para pesquisadores futuros, o jornalismo, penso, contribui, em sua contemporaneidade, ao ajudar as pessoas a entender o mundo em que vivem, para que, com base nessa compreensão, possam se tornar agentes de mudança.

Renomado jornalista brasileiro, Ricardo Kotscho, no livro *A prática da reportagem*, define o jornalismo como “a arte de informar para transformar” (KOTSCHO, 1986, p. 8). Como pano de fundo desta sentença está o princípio da responsabilidade social da imprensa, que se desenvolveu no século XX nos países democráticos liberais. Alsina nos remete a essa ideia em seu histórico sobre o acontecimento: “A teoria da responsabilidade social da imprensa defende que os meios de comunicação têm obrigações com a sociedade. Devem intervir por causa do interesse público.” (2009, p. 126). A esse conceito, nomes importantes do jornalismo corroboram. Na obra *O que é o jornalismo*, Clóvis Rossi (1985, p. 28) diz que “o fazer jornalismo não é um ofício técnico”, mas compreende “uma função social relevante”.

As questões sobre o papel do jornalismo na sociedade tocam o âmago do existir do jornalismo. Deni Elliot, no livro *Jornalismo versus privacidade*, lista quatro funções da imprensa:

- 1 - Caráter político: ao informar os cidadãos sobre aquilo que o governo e outros centros de poder estão fazendo, a imprensa se torna uma parte integrante do processo político. Ao monitorar os centros de poder – político, econômico e social – a imprensa funciona como uma peça capaz de mantê-los em xeque;
- 2 – Função educacional: o jornalismo inclui a divulgação e o estímulo a uma ampla discussão de ideias, opiniões e verdades. Neste papel, a imprensa segue a tradição das reuniões comunitárias;
- 3 – Serviço de utilidade pública: a imprensa é um canal de informações sobre o que está acontecendo. Ela opera como se fosse um quadro de avisos da sociedade;
- 4 – Função social e cultural: a imprensa ergue um espelho diante da sociedade que reflete a espécie de pessoas que a formam, que mostra seus heróis e vilões, que ajuda a recordar e entender os valores comuns. (ELLIOT, 1986, p. 45).

Ao atuar nas várias especialidades do jornalismo, é possível ao jornalista cumprir com este papel social: desde a reportagem sobre o chamado “buraco de rua” de uma vila esquecida pelo poder público até uma grande investigação política capaz de estremecer as vigas de um esquema de corrupção, está contribuindo para mudar a realidade em que atua, o seu círculo, a sua comunidade. No jornalismo internacional, mesmo ao dissertar sobre temas distantes do ponto de vista geográfico, o papel social da imprensa não difere do jornalismo local ou regional. Por interesse pessoal e experiência profissional como editor do jornal Zero Hora, de Porto Alegre, desde 2001, observo na prática de repórteres internacionais um esforço em retratar as mazelas do mundo com o objetivo de explicar o tempo presente – principalmente em tempos de globalização – e de despertar a consciência de governantes e populações, cumprindo, a seu modo, também um papel social. Assim como os jornais no início do século XIX ajudaram a tornar os habitantes de cidades e vilas membros de uma comunidade nacional, os meios de comunicação atuais, potencializados pelas mídias digitais, contribuem para transformar cidadãos nacionais em cidadãos globais, graças, em parte, ao trabalho dos correspondentes internacionais:

Neste momento da história humana, em que a economia, a política, a ciência e a cultura em cada sociedade dependem, como jamais antes, do que acontece além das fronteiras nacionais e da interdependência entre os países, em todos os aspectos se torna mais evidente e relevante do que nunca a importância do correspondente estrangeiro de grandes meios de comunicação. (SILVA, 2011, p. 9).

Na área do jornalismo internacional, especificamente um tipo de trabalho cumpre, por excelência, um papel social muito relevante, sobretudo por auxiliar os receptores a compreenderem conflitos atuais e suas implicações nos rumos do mundo e da história: a correspondência de guerra. Roger Rosenblatt, em ensaio para a revista Time, em 1983, logo após a morte de dois jornalistas americanos na fronteira, conflagrada à época, entre Honduras e Nicarágua, refletiu sobre a importância da presença do jornalista na guerra, cumprindo o papel de olhos da sociedade:

Quando o jornalista é removido do relato das guerras, o cidadão também é removido e fica à mercê de informes oficiais de governos. Quando um correspondente morre, também o público morre por um momento, o que é provavelmente a razão por que essa morte é sentida como uma espécie de dor intelectual. (ROSENBLATT apud SILVA, 2011, p. 70).

No prefácio escrito para o livro *Diário de Bagdá*, no qual o jornalista Sérgio D'Ávila e o fotógrafo Juca Varella, da Folha de S. Paulo, relatam suas experiências na Guerra do Iraque, o jornalista José Hamilton Ribeiro, veterano do conflito no Vietnã, reflete:

Guerra é sempre coisa ruim, melhor fora viver sem ela, mas isso tem sido impossível, irreal. (...) Agora, se a guerra existe, melhor é existir com jornalista do que sem ele. Guerra sem jornalista junto, sem a presença dessa testemunha às vezes tão incômoda e até soberba, é pior do que a própria guerra. O homem aí, o combatente, fica liberado para ser a fera que o ser humano traz dentro de si. Haja horror! (RIBEIRO, 2003, prefácio).

Segundo Silva, “apesar de todas as limitações com que trabalha nas guerras, as quais o induzem muitas vezes a erros, o jornalista é um freio a ações mais selvagens de quem por qualquer motivo ultrapassa os limites da humanidade.” (2011, p. 78). A prestigiada repórter de guerra russa Ana Politkovskaya, que cobriu por anos os conflitos na região da Chechênia, contribuiu com importantes reflexões sobre o papel do jornalista em áreas de conflito. No livro *Periodismo Narrativo*, Roberto Herrscher (2009) descreve um encontro de jornalistas e acadêmicos, ocorrido em Bonn, em 2002. O objetivo da reunião era discutir o jornalismo impactado pelos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e a atuação da imprensa durante o conflito no Afeganistão. Em certo momento, um jornalista alemão fez uma dura crítica às coberturas de guerra e ao aproveitamento do conteúdo gerado por jornalistas no front de batalha pelos veículos de comunicação ocidentais: ele dizia que esses meios cobrem a atualidade internacional, enviando pára-quadistas cheios de soberba aos pontos quentes do globo e depois reduzem o pouco que esses enviados especiais conseguem entender a três informações e quatro imagens que não ajudam o público a compreender nada: “Melhor seria que não fossem”, disse o jornalista alemão, segundo o relato de Herrscher. Eis que a jornalista Ana Politkovskaya levantou-se de sua cadeira e pediu aos colegas que não deixassem a Chechênia: “Ainda que o jornalismo que faziam os grandes meios comerciais e as agências ocidentais era uma grande porcária, para uma repórter russa tratando de contar essa guerra atroz, era questão de vida ou morte.” (HERRSCHER, 2009, p. 322).

O autor explica o encontro com Politkovskaya, após a intervenção, no qual a jornalista afirmou que os cabos, os flashes com imagens do conflito em Grozny na rede CNN ou os relatos nas páginas do *The New York Times*, por menores que fossem, “cheios de erros e de imperdoável ignorância” eram para ela “como o balão de oxigênio para um barco encalhado nas fundo do mar.” (HERRSCHER, 2009, p. 322).

Os próprios governantes entendem o caráter relevante do trabalho dos correspondentes em áreas de conflito. No auge da Guerra do Golfo, o presidente norte-americano George H. Bush afirmou que aprendia mais com a CNN do que com a CIA, o serviço de inteligência dos Estados Unidos.

Para transmitir informações a seu público, os correspondentes de guerra expõem-se a situações-limite. Silva (2011) estima o número de jornalistas mortos em guerras desde o século XIX em 1,4 mil. Como o risco constante de ser preso, sequestrado, ferido ou morto afeta o trabalho do jornalista? Como a guerra altera a relação fonte-repórter, tão cara ao jornalismo? Estar em outro país, com limitações logísticas para apurar e transmitir informações, aprofundadas por idioma e cultura diferentes, como essas questões afetam o trabalho do jornalista? E a censura ou a exposição à violência alteram a prática jornalística dos correspondentes?

Questionamentos como esses trago desde a graduação até minha experiência no ambiente de produção jornalística como repórter, muitas vezes também destacado a cobrir situações de guerra em outros países, como no Líbano, em Israel e na Líbia. É com essa bagagem que ingressei nesta pesquisa há dois anos, com intuito de colaborar para o entendimento das práticas e processos jornalísticos em situações de extremo risco como são as guerras.

1.1 Eu, jornalista, uma experiência empírica

O interesse pela prática jornalística em áreas de guerra nasceu da experiência empírica, como enviado especial do jornal Zero Hora a zonas de conflito em duas ocasiões. Na guerra de 33 dias entre Israel e o grupo guerrilheiro Hezbollah, em 2006, testemunhei o sofrimento das populações civis, observei vilarejos destruídos por mísseis, fiquei 15 minutos sob bombardeio e embrenhei-me pelos labirintos nada transparentes da diplomacia e da relação fonte-repórter nos dois lados do conflito. Cinco anos depois, também por Zero Hora, cobri o início da Guerra na Líbia, ocasião em que acompanhei uma incursão rebelde em uma cidade libertada do regime do presidente Muamar Kadafi:

Liberdade. De pé, na parte de trás da caminhonete dos rebeldes, o vento do deserto líbio massageia os músculos do meu rosto. Tentando me equilibrar na grade de ferro do veículo, vejo, à frente, o sol se pôr entre cânions de areia. Estamos a 160 km/h. Não sinto medo, embora desconfie de que, detrás das dunas, a qualquer momento, podemos ser atacados em uma emboscada. Não há refúgio. Do que tento enxergar, percebo apenas vultos: não decifro a

diferença entre uma árvore e um ser humano parado; não sei se há uma casa de barro ou um monte de entulhos. Está tudo embaçado. Como se estivesse em outra dimensão. Tenho certeza apenas do que fica no máximo a um metro dos meus olhos: o fotógrafo Ciro Fusco, da agência de notícias Ansa, que está ao meu lado, minha mochila, a câmera fotográfica no pescoço e a lataria do carro. O resto são apenas sensações: as cores do crepúsculo, as rajadas bafoentas que sopram no norte de África. (LOPES, 2011, p. 93).

Trechos como este estão em meu livro *Guerras e Tormentas* (2011), no qual relato a experiência empírica de 14 coberturas internacionais, entre elas as duas guerras citadas, os terremotos no Haiti e no Peru, a destruição causada pelo furacão Katrina no sul dos EUA e situações de instabilidade democrática na América Latina, entre outras. Do trabalho realizado em situações-limite, criei também meu próprio ritual jornalístico. Fotógrafo muito. Entendo que a captura do momento exato de um acontecimento, um fragmento, pode ajudar, posteriormente, a recuperar, por meio dos sentidos, cores, cheiros, sentimentos. Evito usar gravador. Colocadas diante desse equipamento, as pessoas falam de outra maneira e formam seus pensamentos alijados do que realmente pensam. Também percebi que a câmera me ajudou a recompor o cenário, a reviver a atmosfera do acontecimento. Mas também teve um efeito anestésico: o visor digital ajuda a distanciar o acontecimento, muitas vezes difícil de observar: mortos pelo chão, crianças amputadas, caixões por todos os lados. A câmera protege o jornalista, amortece o impacto da visão.

Como jornalista que também experimentou o acontecimento guerra, vivi momentos de extrema pressão interna e externa, em que uma ligação telefônica a mais poderia garantir uma entrevista exclusiva. Passos atrás que evitaram que eu fosse capturado. Recuos e avanços que permitiram estar no centro dos acontecimentos e narrar, de um ponto de vista privilegiado, parte da contemporaneidade que, um dia, será história. É inerente ao ser humano sentir medo, mesmo que muitos jornalistas não o admitam. Este sentimento nos impede algumas vezes de avançar e de ser morto por um franco-atirador. Ao contrário, a adrenalina, componente também comum nos cenários de guerra, nos leva a avançar, a querer chegar mais perto: “se as suas fotos ainda não estão boas o suficiente, é porque você ainda não está perto o suficiente”, dizia o fotógrafo Robert Capa (2010, p. 15).

Ao me relacionar com pessoas que perderam casas e familiares, fontes no jargão da prática jornalística, busquei sempre a discrição: ouvir, deixá-las falar. Situações, gestos, cores, cheiros e formas também configuram linguagem. Ao trabalhar em países nos quais não domino o idioma, passei a aprender a traduzir os sinais. Com o tempo, acabei descobrindo maneiras alternativas de percepção da realidade.

Tenho ressalvas de me incluir explicitamente nas reportagens, mas, diante de tamanhas catástrofes que meus olhos viram, não encontrei em meu livro melhor maneira de transmitir aos leitores esses episódios, senão pelos meus próprios sentimentos. Não sou ficcionista. Como repórter ou pesquisador, escrevo sobre o mundo real – se a realidade é uma utopia no campo jornalístico, acredito, cabe aos jornalistas batalhar para buscar a maior proximidade possível entre o seu discurso e o objeto narrado.

Assim como em meu livro acreditava que não poderia renegar aos leitores minhas percepções pessoais, penso que, nesta pesquisa acadêmica, faltaria com a transparência ao não revelar que também eu, como ser humano, profissional jornalista e pesquisador, fui afetado pela guerra.

Dessas experiências empíricas nasceu a curiosidade de refletir sobre o trabalho jornalístico em áreas de conflito. Não analisarei, no entanto, a minha própria prática. Porém, como se verá adiante, muito do que experimentei em campo se assemelha ao vivido por colegas entrevistados para este estudo. Ao longo desta pesquisa, incluirei pequenas reflexões, em formato de notas de rodapé, à medida em que identificar exemplos do meu próprio fazer jornalístico que possam contribuir para esse estudo.

1.2 A construção do problema

Até chegar ao desenho atual, o problema de pesquisa passou por frequentes adaptações, motivadas tanto pelos desdobramentos da pesquisa quanto por revisões bibliográficas, observações empíricas, entrevistas e contribuições trazidas pela banca de qualificação. Inicialmente, afetava-me a reflexão sobre o elevado número de jornalistas brasileiros feridos, saqueados ou detidos no fenômeno conhecido como Primavera Árabe¹. Em 2011, Corban Costa e Gilvan Rocha, correspondentes da empresa Brasil de Comunicação², foram agredidos durante a cobertura da destituição do presidente Hosni Mubarak, no Egito. Enviado especial de Zero Hora ao Cairo, o jornalista Luiz Antônio Araújo teve seu passaporte, dinheiro e cartões de crédito roubados ao ser agredido por manifestantes que apoiavam o governo egípcio. No caso

¹ Conjunto de revoluções populares em países do norte da África e Oriente Médio, iniciadas em 2010 na Tunísia, com o objetivo de destituir governos autoritários. Além de Tunísia e Egito, houve guerras na Líbia e na Síria, bem como grandes protestos em nações como Argélia, Bahrein, Iraque, Jordânia, Omã e Iêmen.

² Conhecida pela sigla EBC, a Empresa Brasil de Comunicação foi criada em 2009 para gerir as emissoras de rádio e televisão públicas federais. É responsável pela TV Brasil, TV Brasil Internacional, Rádios EBC (Rádios Nacional do Rio de Janeiro, AM e FM de Brasília, da Amazônia e do Alto Solimões, Rádios MEC AM e FM do Rio de Janeiro e Rádio MEC AM de Brasília), Agência Brasil, Radioagência Nacional e Portal EBC e presta serviços para a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, produzindo o canal TV NBR e o programa de rádio “A Voz do Brasil”.

da Líbia, o correspondente Andrei Netto, de O Estado de S. Paulo, ficou preso por oito dias na cidade de Sabrata, a cerca de 60 quilômetros da capital, Trípoli, após ter sido capturado por forças de segurança do governo líbio. Para que fosse solto, sua empresa de comunicação precisou contatar o governo brasileiro, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a organização não-governamental Repórteres Sem Fronteiras. Outro jornalista brasileiro, Humberto Trezzi, de Zero Hora, foi ferido em acidente de carro durante bombardeio no deserto líbio. Na Síria, que também viveu a Primavera Árabe, o jornalista Klester Cavalcanti, da revista Isto É, foi preso em 19 de maio de 2012, na cidade de Homs. Passou seis dias detido por militares do governo de Bashar al-Assad.

A experiência como repórter e a observação desses episódios motivavam a pergunta, por ocasião do projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação desta universidade:

A suposta falta de tradição da imprensa brasileira em coberturas em zonas de risco expunha os jornalistas brasileiros a um maior perigo?

Entendia, à ocasião, que vários fatores afetam o trabalho do jornalista brasileiro nas guerras:

a) Distância geográfica de zonas de guerras: o Brasil não viveu, desde a Guerra do Paraguai³, um conflito em seu território. Tradição em coberturas de guerra exige que o país tenha vivido guerras, segundo leitura de Ribeiro:

Também num debate em universidade, me perguntaram: “Por que no Brasil não tem tradição em correspondência de guerra? Por que isso não é uma carreira do jornalista, como acontece em outros países?”

Eu respondo, sem blasonar muita serenidade, que jornalismo de guerra depende de no país haver guerra, e haver jornalismo. Por graça do destino, somos um país quase sem guerra, e quanto a jornalismo, não é também que tenhamos muito... (2005, p. 108-109)

b) Dificuldades de logística e de acesso ao front: na relativamente curta história da cobertura de guerra brasileira, alguns jornalistas foram obrigados a cobrir confrontos à distância devido ao acesso limitado ao front. Também tiveram dificuldades para fazer chegar seus relatos ao Brasil. Enviado pelo jornal Diário Carioca para cobrir a II Guerra Mundial, Rubem Braga teve seu objetivo frustrado por várias razões. O primeiro foi a dificuldade em receber

³ A Guerra do Paraguai foi um conflito no sul do continente americano que opôs as forças armadas da chamada Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai, governado pelo ditador Solano López. O conflito durou de 1864 a 1870. É considerada a última guerra em nível internacional em território brasileiro.

credenciais do Exército para a cobertura da guerra por ser *persona non grata* do Estado Novo⁴, o que lhe impediu de acompanhar o desembarque do primeiro batalhão de combatentes brasileiros na Itália. Há outras razões: a desconfiança dos oficiais brasileiros em relação à imprensa, cujos correspondentes nunca tiveram as mesmas facilidades de informação e transporte que outras unidades de países aliados. Braga também tinha o envio do material limitado à via aérea.

As dificuldades logísticas impostas aos correspondentes de guerra são várias: território sob estado de sítio, liberação de vistos, áreas restritas ao acesso militar, falta de garantias de segurança e de transmissão radiofônica. Mesmo no século XXI, ditadores seguem limitando o acesso à tecnologia como forma de não só evitar que grupos opositores se comuniquem entre si, mas também para que repórteres tenham dificuldade na transmissão de reportagens do front. De 2000 pra cá, alguns jornalistas brasileiros não conseguiram acesso a zonas de guerra, contrariando uma premissa dos correspondentes refletida nas palavras do jornalista inglês Peter Beaumont:

Só se pode obter a essência através da observação mais próxima: estando no lugar. Mais adiante ainda, cheguei a compreensão que, embora aquele conselho fosse fundamentalmente verdadeiro, ele continha também um elemento de atitude. Estar perto, estar no centro, torna-se uma questão de identidade. (2010, p. 54)

Nada que mestres do jornalismo literário já não tivessem praticado em situações menos extremas: Frank Sinatra do histórico perfil de Gay Talese⁵ estava apenas resfriado, mas, do convívio do repórter com amigos do cantor e seu círculo íntimo, emergiu um memorável retrato do cantor. Como falar de medo, dor e sofrimento sem experimentá-los em primeira mão, sem mergulhar no cenário, sem fazer parte da paisagem?

Enviados ao front, jornalistas brasileiros contemporâneos enfrentaram a dificuldade do acesso direto a zonas de combate. Poucos repórteres receberam visto para entrar na Síria atual, país que vive há dois anos uma guerra civil; na Líbia, a maioria dos repórteres entrou clandestinamente, acompanhada de grupos rebeldes⁶; no Iraque, apenas jornalistas *embedded*

⁴ O Estado Novo é o nome do regime político brasileiro fundado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937. Durou até 1945 e configurou-se como um governo centralizador, nacionalista, anticomunista e autoritário. Foi durante este regime que o Brasil entrou na II Guerra Mundial ao lado dos Aliados.

⁵ No livro *Fama e Anonimato* (2004), Gay Talese traçou um perfil emblemático do cantor Frank Sinatra, intitulado “Frank Sinatra está resfriado”, baseado apenas na observação e na conversa com amigos do astro, sem nunca tê-lo entrevistado.

⁶ Como repórter, enviado do jornal Zero Hora, ingressei em território líbio, em 2011, de forma clandestina, a bordo de um veículo de grupos rebeldes que lutavam contra o regime de Muamar Kadafi.

com as tropas norte-americanas tiveram acesso a Bagdá, após o início do conflito; e, no Afeganistão, apenas quem acompanhou a Aliança do Norte⁷ teve acesso a Cabul.

c) Redução do espaço das editoriais internacionais nos jornais brasileiros: com a crise econômica dos anos 1980/1990, várias empresas de comunicação reduziram o espaço editorial para a cobertura de fatos no exterior. Diante de dificuldades financeiras, sucursais foram fechadas, e o número de correspondentes, reduzidos. Espaço ao noticiário regional ganhou prioridade, a cobertura internacional passou a ser feita, em sua maioria, por agências internacionais de notícias.

d) Fator econômico: o elevado custo de coberturas no Exterior, em especial às de guerra. Devido ao distanciamento entre o Brasil e os principais locais de conflitos armados nos últimos cem anos, veículos de comunicação avaliam diferentes quesitos antes de enviar um repórter a uma zona de crise: segurança, capacidade de transmissão de dados, condições de deslocamento, custos com passagem, hotéis, intérprete e motorista, tempo de cobertura e apelo do assunto junto ao público. Nos últimos anos, conflitos de longa duração, como no Iraque, dificultaram a manutenção de um correspondente de guerra *in loco* por muito tempo.

e) Internet e comunicação em rede: a facilidade de acesso a relatos do front, por meio de ferramentas digitais levou ao distanciamento entre o jornalista e o acontecimento em terras conflagradas. Tornou-se relativamente simples acessar fontes, por meio de contatos virtuais, sem sair da sede do jornal, o que, mais uma vez, contribuiu para a decisão de não enviar um repórter próprio à guerra.

f) Carência de cursos de treinamento no Brasil para jornalistas que são enviados a uma guerra: profissionais que buscam se aprimorar em segurança e temas relativos a comportamento em áreas hostis precisavam, até 2005, buscar aperfeiçoamento fora do Brasil. Um dos cursos mais procurados é o da Sociedad Interamericana de Prensa (SIP), realizado no Centro Argentino de Entrenamiento Conjunto para Operaciones de Paz (Caecopaz)⁸, em Buenos Aires. Uma versão brasileira foi criada pelo Exército Brasileiro: o Curso de Preparação para Jornalistas em Áreas de Conflito⁹, realizado no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, no Rio de Janeiro.

Com o avançar da pesquisa, fui identificando que países pioneiros em coberturas de guerras têm, a exemplo do jornalismo brasileiro, repórteres presos, feridos ou mortos. Logo,

⁷ Grupo de oposição ao regime talibã, apoiado pelos Estados Unidos. Durante a guerra deflagrada após os atentados de 11 de setembro de 2001, essa organização clandestina, que ocupava especialmente o nordeste do Afeganistão, tomou o poder e derrubou a milícia fundamentalista que estava no poder desde 1996.

⁸ Realizei este curso para jornalistas em áreas hostis no centro de treinamento argentino, em dezembro de 2006.

⁹ Também concluí este curso, versão brasileira, de preparação para jornalistas em áreas de crise, em 2012.

não se trata apenas de uma questão de tradição. A partir do resgate histórico-bibliográfico, percebi que a imprensa brasileira dispõe de, embora poucos, jornalistas que cumpriram a missão de cobrir conflitos em território nacional e internacional: Canudos, a retirada de Laguna, II Guerra Mundial, Vietnã, Iraque, Afeganistão e a Primavera Árabe são exemplos.

Um dos mais importantes jornalistas brasileiros no século XX, Ribeiro considera a correspondência de guerra de Euclides da Cunha um dos “pilares monumentais” do ofício no Brasil, tendo sua narrativa uma “qualidade excepcional”.

Se não houvesse Euclides da Cunha no Vaza-Barris¹⁰, o massacre do Conselheiro e de seus beatos talvez não passasse, hoje, de um episódio militar de rotina, descrito em relatório burocrático e só acessível (acessível?) a erráticos e reduzidos historiadores da caserna. (2003, p. 18).

Tanto por sugestão da banca avaliadora no momento da entrevista para este programa de pós-graduação quanto por conta do reconhecimento de um pequeno, porém relevante trabalho de repórteres de guerra na imprensa brasileira, parecia mais interessante redirecionar o problema de pesquisa para a questão da prática jornalística em áreas de guerra, apresentada, em um segundo momento, sob a forma de pergunta/problema:

Como a guerra afeta a prática jornalística do repórter no front?

Deste questionamento inicial, derivam algumas questões secundárias:

- a) Há diferenças entre uma cobertura local e uma cobertura de guerra?
- b) Como a guerra afeta a relação jornalista-fonte?
- c) Como a violência e o risco de morrer alteram o exercício das técnicas jornalísticas no cenário de conflito?
- d) Como a censura afeta a prática jornalística?
- e) Como a tecnologia impacta no trabalho do jornalista na guerra?

Ao longo da pesquisa, surgiu a necessidade de fechar o foco em torno de um único e macroacontecimento. Dentre as guerras cobertas por jornalistas brasileiros, optei por analisar a Guerra da Líbia, um dos conflitos que irromperam no mundo árabe, em especial no norte da África, a partir de 2011. Também com o intuito de focar o objeto de pesquisa, busquei restringir a análise à prática jornalística de quatro repórteres de jornais de referência: Andrei Netto, de O Estado de S. Paulo (São Paulo), Samy Adghirni, da Folha de S. Paulo (São Paulo), Deborah Berlinck, de O Globo (Rio de Janeiro), e Humberto Trezzi, de Zero Hora (Porto Alegre).

¹⁰ Vaza-Barris é um rio brasileiro que banha os estados da Bahia e do Sergipe.

A partir desta formulação, esta pesquisa pretende atingir os objetivos descritos a seguir.

1.2.1 Objetivo geral

Discutir como a guerra afeta a prática jornalística, a partir de entrevistas com quatro repórteres dos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo e Zero Hora, que atuaram na cobertura jornalística do conflito na Líbia, em 2011.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Contextualizar a prática da cobertura de guerra ao longo da história.
- b) Diagnosticar as práticas e processos jornalísticos do repórter a partir de afetações como as diferenças entre cobertura local e a cobertura de guerra; o relacionamento jornalista-fonte; impactos da tecnologia; censura, auto-censura e a questão do *embedded*; violência e risco de morrer.
- c) Identificar novos processos a partir de diferentes tecnologias na cobertura de guerra.

1.3 Por que estudar este caso

Os livros escritos por correspondentes de guerra que relatam suas experiências constituem importantes ferramentas de propagação do saber jornalístico e de sua prática em áreas conflagradas. Em geral escritos por repórteres norte-americanos e europeus, trazem bastidores do dia a dia ao lado de tropas e dilemas dos jornalistas em campo. Uma das obras-primas sobre o tema, *A primeira vítima*, de Philip Knightley (1978), traça um panorama da correspondência de guerra, desde o conflito na Crimeia, o primeiro coberto por um jornalista profissional, até a Guerra do Vietnã. Na obra, o pesquisador reflete sobre o papel do jornalista como propagandista, mito e herói. Entretanto, escassos são os livros de jornalistas brasileiros sobre o tema. Os poucos existentes são compostos por narrativas de batalhas e os percalços pelos quais passa o jornalista para transmitir as reportagens. São exceções aqueles que tecem alguma reflexão sobre suas práticas.

O que diferencia o jornalismo do senso comum é a utilização de técnicas profissionais na busca pelo conhecimento da realidade. Tais técnicas formam um método jornalístico. No âmbito do saber jornalístico, as práticas são reguladas por um conjunto de procedimentos que delimitam o dizível: o que é permitido e o que é proibido nas ações dos jornalistas para que

possam operar em uma ordem do discurso jornalístico, identificada com o presente que nos cerca e que faz o jornalismo ser como ele aparenta ser.

Ora, sabemos que a prática é fundamental ao jornalismo na historicidade em que se desenvolveram os mecanismos midiáticos e nas rotinas diárias das redações. Visto deste modo, o jornalismo é afetado por características que são estruturadas e reproduzidas no tempo e no espaço e alterado por regras e recursos tecnológicos constituídos na produção jornalística.

As novas tecnologias subvertem práticas e desafiam modos de trabalhar para se obter uma entrevista durante a apuração de uma reportagem, por exemplo. A distância e o tempo foram reduzidos graças a novas ferramentas, através das quais as informações são transmitidas em milésimos de segundos para terminais de computadores – ou smartphones – a milhares de quilômetros. Nesses aparelhos, os dados são formatados e redistribuídos com imagem e cor em alta definições para o receptor. Há novos deadlines¹¹ impostos por plataformas digitais que nunca “fecham”, como ocorria nos processos industriais de jornais em papel.

Presume-se que as coberturas de guerras também foram alteradas pelas novas tecnologias – hoje, é possível a um jornalista na redação entrevistar um combatente no deserto sírio, por Skype¹², por exemplo. Imagens de homens decapitados são despejadas nos computadores dos jornalistas sem que o repórter precise deixar a porta da sede do veículo de comunicação.

Nessa equação vertiginosa proporcionada pelos meios digitais, uma premissa, acredito, continua sendo fundamental: quanto mais curta a distância entre o repórter e a fonte na captação de informações melhor o jornalismo. Assim, a entrevista olho no olho continua sendo o coração do jornalismo mais quente. Logo, este trabalho irá se deter ao tipo de reportagem tradicional, no qual o repórter é enviado ao local de guerra para entrevistar, observar, confrontar informações e transmiti-las ao receptor, independentemente do canal ou plataforma utilizados, seguindo o pensamento de Luiz Cláudio Cunha, que nos diz que:

O contato direto, olho no olho, explica e justifica o deslocamento pessoal do repórter até onde está a notícia, que não se sustenta apenas na frenética velocidade de sua transmissão. É preciso gente para dar sangue e sentido humano ao jornalismo. É por isso que redações de grandes jornais, revistas e redes de TV mandam suas equipes desde Nova York, Londres, Tóquio, São Paulo ou Porto Alegre para as frentes de batalha onde se concentra a guerra da notícia – nas praças do Cairo, no litoral radioativo de Fukushima, nos

¹¹ Jargão jornalístico para o horário estabelecido como limite para o fechamento de uma edição de jornal.

¹² Ferramenta de comunicação digital que permite aos interlocutores falar, como em uma ligação telefônica, e também terem projetadas suas imagens. A transmissão ocorre em tempo real pela internet.

escombros das Torres Gêmeas, no rastro do tsunami na Indonésia, nas favelas pacificadas do Rio de Janeiro. (2012, p. 56).

A prática do jornalismo no exterior amplifica as características e os problemas da profissão. Por isso, entendo que merece atenção e estudo. Como observado, reflexões desse tipo, no campo do jornalismo, são limitadas na literatura específica. Desta forma, tanto pela carência de análises nas redações e na academia sobre a prática jornalística em situações de guerra quanto pelas constantes transformações tecnológicas que vêm impactando o fazer jornalístico no front, entendo que esta pesquisa possa contribuir para surtir esta lacuna nos estudos dos processos e práticas do jornalismo brasileiro.

1.4 Estrutura da dissertação

O eixo central desta pesquisa está nas afetações do acontecimento guerra nos processos de produção e práticas jornalísticas de repórteres de mídia impressa enviados a países conflagrados. No esforço de contextualizar historicamente as guerras e para compreender como estas afetam a produção jornalística foram mapeados estudos e narrativas de correspondentes de guerra internacionais e nacionais.

Tal contextualização, apresentada no segundo capítulo deste trabalho, tensionada com a rede de conceitos das teorias do jornalismo, dos processos de produção da notícia e apuração, ofereceram recursos importantes para o alinhamento metodológico da pesquisa, especialmente para planejar as entrevistas com os profissionais citados anteriormente. O risco a que são expostos correspondentes de guerra, limitações da censura e de logística, bem como o impacto da tecnologia na atividade dos repórteres no front, ajudam a situar o objeto no cenário contemporâneo, já que são fatores que afetam todos os jornalistas que cobrem conflitos, brasileiros ou estrangeiros.

No capítulo 3, apresento a metodologia do trabalho. Entrevistas estruturadas com os quarto repórteres de guerra citados complementam, no capítulo 4, de análise, informações contidas em eventuais livros escritos pelos mesmos.

Nas considerações finais são sintetizadas inferências acerca do processo de construção da prática jornalística em áreas de guerra, articuladas com reflexões teórico-metodológicas estruturadas nas seções anteriores do trabalho, tendo como objetivo responder a questões de pesquisa. A conclusão deste estudo tem a pretensão de oferecer contribuições para o aperfeiçoamento da atuação de jornalistas brasileiros em zonas de guerra, bem como apresentar uma reflexão sobre o papel do jornalismo na cobertura de conflitos.

2 O CORRESPONDENTE DE GUERRA

(...) esperávamos um sangrento acontecimento em Bagdá, e olhando para o horizonte noturno especulávamos o tempo todo sobre que parte da cidade seria a mais segura para se ficar quando chegasse a hora. Era uma sensação estranha, meio como deve ser a de subir na vigia de um navio alto e olhar um mar calmo pouco antes de um furacão.
(ANDERSON, 2004. p. 85).

Dividido em duas grandes seções, este capítulo apresenta reflexões contextuais e conceituais que entendo úteis para tensionar o objeto de pesquisa. Na primeira parte, faço uma revisão histórico/bibliográfica sobre o papel do correspondente de guerra e sua prática desde o primeiro conflito coberto pela imprensa profissional, entre 1853 e 1856, na Crimeia, até os dias atuais, bem como mudanças sociais, econômicas e tecnológicas que possam ter contribuído para modificar a prática jornalística nesse tipo de cobertura jornalística. Na segunda grande seção, consta a fundamentação teórica do trabalho, tendo como foco conceitos sobre o fazer jornalístico, a relação entre jornalista e fonte e os estudos de processos de produção jornalística.

2.1 Contextualização

De acordo com Maldonado (2011, p. 282), a contextualização de uma pesquisa é parte constitutiva decisiva da formulação de um problema. A partir deste entendimento, esta seção sugere linhas de contextualização importantes para sustentar o problema apresentado para este estudo na dimensão sócio-histórica e científica em que ele se enquadra: “Os múltiplos contextos que participam na definição de nossas problemáticas precisam entrar na confecção da pesquisa e, simultaneamente, devem ser recortados de forma a intervir adequadamente na investigação.” (MALDONADO, 2011, p. 283).

Este subcapítulo não pretende recuperar toda a história da correspondência de guerra, mas considero relevante pontuar fatores que possam contribuir para diferenciar a prática jornalística na guerra de uma cobertura jornalística em situações cotidianas, locais.

2.1.1 Correspondente internacional, enviado especial e correspondente de guerra

A origem do jornalismo levanta como questão se ele nasceu local ou internacional. Por um lado, o surgimento da mídia jornal, no século XVII, representou o atendimento a uma necessidade da população sobre demandas da própria comunidade: notícias sobre eventos locais, acontecimentos bizarros, catástrofes, decisões governamentais. Desse modo, Espinosa de Los Monteros (1998) afirma que os acontecimentos sobre o mundo exterior entraram nos jornais de forma tardia, porque não havia maneiras para compilar fatos ou porque o interesse não transcendia fronteiras regionais. Para o autor, isso se repetiu, de forma geral, na história da imprensa em todo o mundo. O jornalismo teria nascido, então, como uma atividade local e com vocação comunitária.

Por seu lado, e de forma antagônica, Natali (2004) defende que o jornalismo começou internacional, quando, ainda no século XVII, os primeiros boletins noticiosos eram uma espécie primitiva de *newsletter*, comuns entre grupos mercantis dos Países Baixos. Essas mensagens serviam como canal para a troca de informações entre regiões.

Poderíamos supor que o jornalismo surgiu como atividade que fizesse circular informações de interesse local ou paroquial, já que o campo de interesse comum dos mortais, em comunidades compartimentadas, sofria os efeitos de uma infraestrutura precária de comunicações. Pois suporíamos errado. O jornalismo nasceu, isto sim, sob a forma de jornalismo internacional, com o formato de coleta e difusão de notícias produzidas em terras distantes. (NATALI, 2004, p. 23).

Além de interesses comerciais, redes privadas de “correspondentes” serviam para o envio de informações militares, diplomáticas e eclesiásticas na Europa. Se, por um lado, havia uma necessidade do público por informações locais, por outro o expansionismo europeu despertava curiosidade pelo que acontece no exterior. Ainda era cedo, entretanto, para se falar em uma produção jornalística efetiva, regular e profissional. Foi no século XIX que redes de comunicação foram organizadas sistematicamente em escala global. O desenvolvimento de novos meios, como o telégrafo e o telefone, no início, e posteriormente o rádio, a televisão, hoje o celular e a internet, expandiram a capacidade de se transmitir informações por longas distâncias.

Há uma visão mitificada tanto em relação aos correspondentes internacionais quanto aos correspondentes de guerra, alimentada por muitos dos próprios jornalistas: os correspondentes de guerra vistos como heróis, superjornalistas que arriscam a vida pela informação. Há também um suposto glamour de se viver em terras distantes, o status da função,

considerada por muitos o auge da carreira e, ainda, uma suposta a autonomia de trabalho, distante de editores e chefes. Essa percepção, conforme veremos adiante, não corresponde inteiramente à verdade.

Os fluxos de notícias no exterior, sem dúvida, estão cada vez mais complexos e menos dominados pelas elites econômicas. Até mesmo a figura do correspondente estrangeiro tradicional é afetada por aspectos financeiros, editoriais, tecnológicos e relacionados a uma nova ordem global informacional. Tradicionalmente, conhecemos a figura do correspondente internacional como a do profissional que se estabelece em alguma parte do mundo e mantém abastecida a rede de informações formada pelas agências de notícias. Também, os meios de comunicação de maior porte, especialmente impressos e televisão, quando desejam uma cobertura internacional de qualidade, pretensamente independente, investem nessa atividade jornalística com profissionais próprios, não dependendo exclusivamente dos conteúdos fornecidos pelas agências. Para Hannerz (2004), o correspondente é um repórter que fica “estacionado” em determinada cidade, enviando notícias para o seu país de origem. Em complemento, essa atividade profissional também pode ser compreendida como a de um mediador e de um tradutor de culturas. Na maior parte das vezes, o correspondente define as próprias pautas e deve partir de um conhecimento aprofundado da realidade local para conseguir expôr os fatos de modo detalhado e contextualizado para o país de origem. Brasil sintetiza a prática de um correspondente internacional:

O correspondente é um repórter fixado numa cidade estrangeira – muitas vezes a capital de um país –, sendo responsável por uma região, um país ou, às vezes, até um continente inteiro. Ele deve enviar matérias regularmente para a redação da sede de seu veículo. Para isso, ele acompanha toda a imprensa local, mantém contatos frequentes com jornalistas e colegas correspondentes e identifica fontes estratégicas – como entidades, governos, diplomatas, militares e outras que possam fornecer informações importantes. (BRASIL, 2012, p. 778).

Outra característica importante do correspondente é o amplo repertório cultural exigido do profissional, entre noções históricas, geopolíticas e fluência no idioma do país onde mantém sua base. Na prática do correspondente, espera-se uma imersão na cultura local, mas, ao mesmo tempo, que mantenha um nível de distanciamento, necessário para que não perca o referencial do próprio país para o qual escreve. “Se por um lado o correspondente internacional deve conhecer a fundo a cultura do país em que reside, por outro lado, não pode se aculturar”. (BRITTO, 2004, p. 10).

No mercado jornalístico, o correspondente estrangeiro é considerado o ponto alto da carreira, representando um reconhecimento de experiência e realizações como profissional. Nem sempre, a realidade corresponde a esse fascínio. A prática desse profissional obedece a uma rotina burocrática: solitário, cabe a esse repórter zelar por funções como pagamento de contas do jornal, orçamentos de serviços, produções de relatórios de gastos, entre outras.

O jornalista Fritz Utzeri, que foi correspondente do Jornal do Brasil na década de 1980 nos Estados Unidos e na França, destaca que não haveria posição dentro do jornalismo melhor do que a do correspondente, ressaltando que o posto era visto como uma promoção dentro da carreira de repórter ou até mesmo como um “prêmio”. Citando Reali Júnior, correspondente em Paris por mais de 30 anos, Utzeri define a função como a de um “repórter em geral numa cidade que não é a dele”, ou seja, alguém capaz de tratar todos os tipos de assuntos, traduzindo a realidade do país onde está, fazendo “o máximo possível de comparações que permitam às pessoas identificar o que está acontecendo com os referenciais que estão acostumadas a usar aqui em casa”. (UTZERI, 1989, p. 145).

O jornalista também destaca uma suposta autonomia dos correspondentes, apontando esses como os “mais livres”, por trabalharem fora das redações, em horários diferentes, quase sempre de casa (realidade da maioria dos jornalistas brasileiros no exterior), sem pautas fixas ou encomendadas pelos seus veículos. A liberdade traz consigo grande responsabilidade e disciplina na apuração. O correspondente seria, justamente, os olhos e os ouvidos do jornal naquela localidade. Questiono essa afirmação uma vez que esse tipo de repórter também é pautado por seus editores. Com o advento das redes internacionais de rádio e TV e com a internet, a sede do jornal acaba também por exercer maior controle sobre o trabalho de seu funcionário, a meu ver.

Profissional que descreveu a prática de correspondente internacional no início dos anos 1980, o jornalista americano John Hohenberg afirma que “a maioria desses profissionais acredita que sua primeira obrigação é a de contar a história do povo do país onde trabalha, e não somente os atos oficiais do governo e os comunicados de seu ministério à imprensa”. (HOHENBERG, 1981, p. 38).

Esse trabalho, como relata o autor, exigia longas jornadas e um razoável período para fazer contatos e estabelecer fontes, indo além da leitura de jornais ou das facilidades de comunicação dos países em que estão sediados. Dependiam de telegramas e de relações cordiais com a embaixada, por exemplo. Ele destaca ainda que, para obter as próprias fontes de informação, era necessário tempo e muito dinheiro, ressaltando os custos para transmissão das mensagens. Assim, estar fisicamente no país era essencial para se estabelecer fontes.

Há muitos anos, estabelece-se uma diferenciação entre o correspondente internacional fixo, deslocado para fazer coberturas por um longo período de tempo – com residência determinada no país para o qual foi deslocado –, e o enviado especial. Esta segunda categoria é identificada como sendo um repórter deslocado para outro país a fim de narrar um acontecimento específico, com um tempo determinado de duração, mais curto. Ao término da cobertura, o profissional retorna para a sua nação de origem. As características do trabalho de um correspondente e do enviado especial são semelhantes. No entanto, este segundo sujeito, por dispor de menor período de tempo no local do acontecimento, não possui amplo conhecimento de fontes, lugares e caminhos mais fáceis para fazer suas reportagens. “As contendas entre os dois tipos de repórteres e seus diferentes *modus vivendi* sempre desempenharam um papel relevante na natureza das coberturas internacionais”. (WILLIAMS, 2011, p. 25).

O presente trabalho situa-se na experiência de quatro jornalistas brasileiros como enviados especiais de seus jornais para cobrir um conflito. Três dos entrevistados são correspondentes de seus veículos de comunicação em um terceiro país. Tanto enviados especiais quanto correspondentes internacionais podem exercer a função de correspondente de guerra, desde que sejam deslocados para uma cobertura jornalística em uma zona de conflito. Como veremos a seguir, esse tipo de trabalho exige do profissional preparação, conhecimento e características especiais, dada a complexidade do cenário em campo. Por isso, correspondentes de guerra são, na linguagem informal das redações, reconhecidos como integrantes de um suposto grupo de elite.

2.1.2 O correspondente de guerra

Por definição, a correspondência de guerra consiste na transmissão periódica de notícias de uma guerra por jornalistas profissionais enviados por órgãos de imprensa ou *freelancers* a uma zona conflagrada no exterior. Nesse sentido, esta prática consiste em um tipo específico de jornalismo profissional internacional, exercido por um repórter no local dos acontecimentos. Ao longo da história da correspondência de guerra, Knightley (1978) nos conta que o mito em torno do jornalista que vai ao front foi crescendo entre leitores e dentro da própria categoria profissional na qual se insere o repórter, a ponto de ser visto como uma estrela dentro da profissão.

Emocionantes relatos de batalhas, carnificina e bravura podiam ser contados de ambos os lados, sem o perigo de que o leitor se identificasse com qualquer um deles, exceto com o intrépido correspondente de guerra que, como resultado, rapidamente se tornava herói de sua própria matéria. O crédito “De nosso correspondente” desapareceu da imprensa popular, e os nomes próprios tomaram seu lugar. Um corpo de elite de jornalistas nasceu, preparado para suportar as duras exigências do noticiário de guerra, em troca das delícias de suas recompensas. (1978, p. 57).

Historicamente, a relação entre jornalistas e o acontecimento guerra confere embasamento à notória frase do senador americano Hiram Johnson, que, em 1917, afirmou¹³: “A primeira vítima, quando começa a guerra, é a verdade.” (KNIGHTLEY, 1978, p. 6). A sentença inspirou o título do livro *A primeira vítima*, de Phillip Knightley (1978), considerado o mais completo compêndio da história da correspondência de guerra, da Crimeia ao Vietnã. A obra traz importantes reflexões sobre o papel do jornalista como herói, propagandista e fabricante de mitos.

Antes de estudar a prática jornalística ao longo dos confrontos, é importante conceituar o termo guerra. A palavra inglesa atual “war” (guerra) vem do inglês antigo werre (e do francês antigo guerre). Ambas descendem do alemão antigo werran, que significa worse (pior). Há também outra raiz variante, verwirren, que significa “arrumar confusão”. (CUMMINS, 2012, p. 5).

A guerra é uma situação extrema. Confrontado com cenas de violência, em que sua vida está em risco, o ser humano costuma expressar instintos primitivos: a luta por sobrevivência, o ódio, a indiferença. Em algumas ocasiões, também expressa solidariedade e senso de proteção da família e de seu círculo social. Assim como os tipos de guerra ou as armas utilizadas afetam a narrativa sobre a guerra, seus contextos histórico, cultural, social e tecnológico alteram a prática e mudam as afetações nos sujeitos que participam dela. É desse caldo sociológico que se ocupa o jornalismo: vítimas, algozes e o próprio jornalista servem, nas palavras de Dapieve, de “fontes primárias” para historiadores: “Há séculos o jornalismo de guerra segue a história como um cão. Não apenas ao recolher os restos, ao farejar o todo nos fragmentos, ao desenterrar as notícias que retornarão à própria história como fontes primárias”. (DAPIEVE, p. 275, 2010).

Há uma visão romântica tanto em relação aos correspondentes internacionais quanto aos correspondentes de guerra, alimentada pelos próprios profissionais. (WILLIAMS, 2011). No caso dos correspondentes de guerra, esse suposto heroísmo se sobressai: são aqueles que,

¹³ Esta frase consta na epígrafe do livro *A primeira vítima*..

compatriotas, se arriscam pela informação. Nas palavras do jornalista brasileiro José Hamilton Ribeiro, os repórteres vão à guerra movidos por diferentes fatores:

O que leva um jornalista a uma cobertura de guerra ou a uma situação de perigo, um pouco é vaidade; um pouco é espírito de aventura; um pouco é ambição profissional; e muito, mas muito mesmo, é a sensação, entre romântica e missioneira, de que faz parte de sua vocação estar onde a notícia estiver, seja para ali atuar como testemunha da história, seja para denunciar o que estiver havendo de abuso de poder (político, psicológico, econômico, militar), seja para açoitar a injustiça, a iniquidade e o preconceito. Após tudo isso, uma pitada de falta de juízo. (RIBEIRO, 2005, p. 103).

A historiografia tradicional, por muitos séculos, se deteve à vida dos grandes personagens e às linhas dos mapas que eles desenhavam. Só no século XX, graças ao marxismo, a historiografia passou a registrar também a história dos povos, movimentos sociais e derrotados.

Se, assim como a História, o jornalismo em grande parte encarregou-se de relatar o papel de líderes que mudaram o mundo, coube também a essa nova visão lançar luzes sobre atores periféricos, registrar a função social de pessoas comuns, que, da noite para o dia, foram sugadas para o epicentro de conflitos. Entre esses jornalistas, está William Howard Russell, em cuja lápide está escrito o epitáfio: “o primeiro e maior” correspondente de guerra.

A cobertura de Russell para o jornal *The Times*, de Londres, é considerada "o início de um esforço organizado para contar uma guerra à população civil da pátria, empregando os serviços de um repórter civil" (1978, p. 8), conforme avalia Knighthley. O jornalista configura-se, nas palavras desse autor, como "o pai infeliz de uma tribo sem sorte" (1978, p. 8). Até a cobertura de Russell na Guerra da Crimeia, os editores ingleses transcreviam as notícias de conflitos a partir de jornais estrangeiros ou aproveitavam oficiais militares, pedindo-lhes que enviassem cartas da frente de combate. Esses militares-correspondentes não apenas eram altamente seletivos no que escreviam, já que se viam mais como soldados do que como repórteres, como também entendiam pouco – ou nada – de práticas e processos jornalísticos e do funcionamento da linha de produção de um jornal. Por isso, passou a ser necessário aos jornais buscar olhares particulares, supostamente mais independentes, sobre a guerra, como escreveu o diretor do jornal *The Times*, de Londres, Mowbray Morris:

O público espera que tenhamos nossos próprios representantes. E como ele há muito está habituado a procurar no *The Times*... a verdade sobre todas as coisas, deixamos de corresponder a uma expectativa razoável, quando não

oferecemos nada melhor do que matérias de outros jornais, embora autênticas. (1854 apud KNIGHTLEY, 1978, p. 9).

Internacionalmente, bibliografias britânicas e americanas sobre jornalismo de guerra se sobressaem e marcam excelência no tema, principalmente por se tratarem de pioneiras na correspondência internacional tradicional e de conflitos. Malcome Browne, que trabalhou no Vietnã para Associated Press, rede de TV ABC e The New York Times, escreveu:

(...) Há o horror, não há dúvida sobre isso. Há a tensão de não saber se você vai ser morto no próximo ataque. Mas existe também uma sensação muito estranha de ter a sua vida em jogo - de saber que você pode ser morto, mas, de alguma maneira, está sobrevivendo. (...) A guerra é de uma dramaticidade única. (...) É uma experiência mais intensa do que qualquer coisa que você possa encontrar na dramaturgia, na ópera ou nas tragédias gregas. (BROWNE apud FEITH, 2004, p. IX).

No livro *Iraque, a Guerra pelas Mentes*, Paula Fontenelle entrevista vários correspondentes de guerra e expõe um sentimento comum: a competição. Em geral, um repórter deseja derrubar o outro, se possível pelo “furo jornalístico” (2004 p. 22). Pelas memórias de Ribeiro, pode-se depreender que as situações testemunhadas na Guerra do Vietnã acabavam colocando em xeque os critérios de noticiabilidade do repórter: “O Vietnã é o lugar com mais notícia por metro quadrado no mundo, disse um veterano. Um outro afirmava que nem era preciso correr: haveria, todo dia, um furo para cada um. Todos obedeciam a essa ordem geral: descubra uma atrocidade a mais dos americanos e você alcançará a glória.” (2005, p. 108).

O período entre a Guerra Civil Norte-americana e a I Guerra Mundial é considerado a Idade de Ouro dos correspondentes de guerra, segundo Knightley (1978, p. 56), devido ao surgimento da imprensa popular e ao crescente uso do telégrafo. O aumento da tiragem dos jornais e a expansão do público leitor na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos elevaram as receitas das empresas de comunicação. A crescente prosperidade permitia aos jornais o uso do telégrafo, uma tecnologia cara, para noticiar acontecimentos em lugares longínquos. A título de curiosidade, transmitir uma palavra da Europa para os Estados Unidos por meio deste equipamento custava cerca de US\$ 5.

Poucas guerras marcaram tanto a prática jornalística e as relações dos jornalistas com fontes e governos quanto o conflito no Vietnã. Correspondente da revista *Esquire* no país asiático por pouco mais de um ano (1967-1968), Michael Herr fez uma das mais marcantes narrativas do conflito no livro *Despachos do front*, publicado em 1977 e reeditado em 2005. A Guerra do Vietnã foi um conflito não convencional: de um lado, um exército formal que se

utilizava da doutrina, da estratégia e dos treinamentos usuais da academia militar; de outro, um grupo guerrilheiro, com homens não uniformizados, atuando de forma clandestina, revolucionária, atacando e recuando, utilizando-se de elementos surpresa. “O chão era sempre (...) vigiado. Debaixo do chão era dele (vietcongue), acima do chão, nosso. Tínhamos o ar, podíamos subir nele, mas não desaparecer dentro dele, podíamos fugir, mas não podíamos nos esconder”, descreveu Herr (2005, p. 26).

Martha Gellhorn registrou no livro *A face da guerra* (2009) um resumo de suas experiências no front, desde a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) até os conflitos na América Central, nos anos 1980. Deixando entrever o sentimento do jornalista no conflito, ela descreve sua chegada à Inglaterra, em 1943: “(...) senti-me paralisada por emoções conflitantes: um sentido de dever particular, uma sensação pública de asco e o desejo de esquecer tudo e me juntar àqueles que estavam sofrendo com a guerra”. (2009, p. 105). Ela admite: “É extremamente difícil ficar sentada do lado de fora e assistir a eventos que não se pode alterar ou evitar”.

Desde a Criméia, milhares de jornalistas profissionais trabalharam em zonas de guerra. Alguns escreveram livros nos quais o testemunho pessoal se mistura à discussão de questões como censura, propaganda e a relação do repórter com o poder. Robert Capa, Peter Arnett, Jon Lee Anderson e Robert Fisk são alguns integrantes dessa tribo de jornalistas de guerra que contribuiu para erigir uma tradição.

2.1.3 Os rituais da tribo

Não há comprovação teórica que descreva a existência de um ritual seguido pelos jornalistas que cobrem conflitos. Mas, a partir de uma revisão bibliográfica com base em memórias de correspondentes de guerra descritas em livros, é possível fazer inferências sobre uma aparente rotina comum aos repórteres que experimentam o testemunho de uma guerra: há uma preparação logística para se deslocar até o front, conforme descreve o repórter Humberto Trezzi no livro *Em terreno minado*:

Mais importante do que a viagem em si é o preparo para ela. Checo passaporte, vacina, necessidade de visto. Arrumo apenas uma mala de mão, com um blusão e várias camisas e meias. Procuro em casa alguma camiseta ou pano com as cores ou bandeira do Brasil, e evito levar roupas com o tom verde de Kadafi. Nessas horas, diplomacias como essas valem ouro. (2013, p. 33).

Existem aspectos burocráticos para o ingresso em uma zona conflagrada e também preparação psicológica, com ou sem treinamento, para enfrentar a violência. Peter Beaumont,

em seu livro *A vida secreta da guerra*, descreve os pensamentos que ocupam sua mente prestes a testemunhar uma batalha:

(...) na maior parte das vezes em que me exponho ao mundo dos conflitos, eu me vejo tentando antecipar que tipo de pessoa serei quando me confrontar com o contato. (...) Dessa vez não há dúvida. Eu sei que vai haver luta. Entro no veículo consciente de que a minha relação com o medo define minha identidade. (2010, p. 30-31).

Beaumont relata diferentes tipos psicológicos¹⁴ que se apresentam ao jornalista na hora da batalha:

um tipo valente e um tipo temerário, que eu reconheço muito bem, por vezes imbuído de uma sensação de leveza e euforia, de ser invulnerável em meio à violência. O outro lado aparece com a mesma frequência: uma sensação de medo e impotência, de ser desajeitado e estar fora do lugar, que me espreita intermitentemente, em uma paisagem repleta de armadilhas. Existe ainda a figura do depressivo, atônito e desconectado, o observador vazio, fatalista e soturno. Hoje não sinto nenhum aperto nos dentes – nem medo nem excitação. O que sinto é uma ausência sem sabor, como se as emoções tivessem sido expulsas do meu corpo, deixando-me uma consciência fria que olha para o lado externo da minha carapaça. Às vezes eu acho que esses são os melhores dias, quando me sinto mecânico, anotando o que vejo. E só em dias como esses, nas demoras sufocantes entre surtos de combates, que consigo dormir com os soldados na traseira do Bradley, entrando em sintonia com o ritmo da luta. (2010, p. 31).

Uma vez em viagem, um dos primeiros desafios do correspondente de guerra é a busca por um documento (credencial) que permita acesso ao front¹⁵. Knightley relata a dificuldade de acesso dos jornalistas americanos na I Guerra Mundial:

(...) primeiro, o correspondente tinha de aparecer pessoalmente diante do secretário da Guerra ou seu representante autorizado e jurar que “transmitiria a verdade ao povo dos Estados Unidos”, mas deixaria de revelar fatos que pudessem ajudar o inimigo. Depois, precisava escrever – e as autoridades definiam escrever em termos de usar a pena, não uma máquina de escrever – um esboço autobiográfico, que necessariamente incluiria um relatório sobre seu trabalho, sua experiência, seu caráter e sua saúde. Tinha de dizer o que planejava fazer quando chegasse à Europa e onde projetava ir. Então, ele ou o seu jornal eram obrigados a pagar mil dólares ao exército para cobrir seu equipamento e manutenção, e depositar uma fiança de 10 mil dólares a fim de

¹⁴ Durante a cobertura da guerra entre Israel e o Hezbollah, em 2006, testemunhei um confronto entre tanques e posições da guerrilha libanesa. Foram 15 minutos de batalha, em que o chão tremia. Compartilho da reflexão sobre tipos psicológicos: sente-se medo, mas, ao mesmo tempo uma sensação de adrenalina que faz com que queiramos ver mais, estar mais perto.

¹⁵ Em Israel, para ter acesso ao front, durante o conflito de 2006, no qual trabalhei como repórter, era necessário aos jornalistas internacionais comparecerem ao Government Press Office, um órgão do governo, sediado em Tel-Aviv, responsável por cadastrar os jornalistas.

garantir que se comportaria como um cavalheiro da Imprensa. Se fosse mandado de volta devido a qualquer infração do regulamento, os 10 mil dólares seriam pagos como multa e entregues à caridade. Ele tinha permissão para contratar um assistente – pagando mais 500 dólares de taxa de manutenção – e, se não quisesse usar transporte militar, podia comprar um automóvel, ou mandar um, de navio, ao exterior, para seu uso pessoal. Os correspondentes não usavam uniforme, mas eram obrigados a usar uma faixa verde no braço, com um grande “C” vermelho. (KNIGHTLEY, 1978, p. 159).

Para chegar até a guerra é preciso enfrentar trâmites burocráticos para obtenção de visto de entrada no país em conflito. É necessário também, muitas vezes, credenciamento junto a órgãos governamentais e para acesso ao front, além de obedecer a uma série de regras formais e informais sobre como se comportar na zona conflagrada. Quase sempre, essas regulações vêm acompanhadas de propaganda, algo que fica comprovado no relato de Ribeiro sobre o Vietnã:

Para ser correspondente de guerra no Vietnã é preciso, primeiro, credenciar-se junto ao Centro de Imprensa do governo do Vietnã do Sul, e depois fazer o mesmo junto ao MACV – Comando de Assistência Militar ao Vietnã, dos Estados Unidos -, que é o que vale. No Centro de Imprensa, a demora é pouca. Só exigem um documento de identidade e duas fotos – uma eles guardam no arquivo, a outra pregam numa tarjeta, que o chefe assina na frente da gente. (RIBEIRO, 2005, p. 46).

Em outro momento, Ribeiro relembra o diálogo com um oficial americano para ter acesso ao front:

- Gostaria de ver uma aldeia estratégica.
- Não é conosco, é com o Ministério do Interior. Mas eles não têm condições para garantir a vida de quem quer visitar uma dessas aldeias...
- Gostaria de ver um campo de prisioneiros vietcongues, para falar com eles.
- É conosco. Periodicamente, preparamos visitas ao campo e, na próxima, o senhor irá, sendo para isso avisado com antecedência.
- Gostaria de ir à base mais avançada do front, em relação ao norte.
- Isso é com os americanos justo em frente, no outro lado da rua. (RIBEIRO, 2005, p. 46).

Cumprido o protocolo, recebia-se, segundo Ribeiro, uma papelada com informações sobre o conflito, horário e regras para entrevistas coletivas diárias, aspectos morais e jurídicos da participação norte-americana, regulamento e instruções de como se comportar, mapas, situação das estradas e composição do governo. Conforme o jornalista, o repórter tinha acesso ainda à credencial e a um documento que o permitia comprar em almoxarifados militares: “nos clubes de imprensa das bases militares há restaurantes, bar, dormitório, telefone, máquina de escrever, a preços quase simbólicos. (RIBEIRO, 2005, p. 47).

Knighthley cita uma rotina dos jornalistas que cobriam a I Guerra Mundial:

Os correspondentes logo entraram numa rotina. No dia em que estava programado um ataque, tiravam a sorte para ver quem cobriria qual área. Cada um partia, então, em seu carro, dirigido por um motorista, acompanhados por seu oficial de escolta. Chegavam tão perto do front quanto possível, espiavam o bombardeio preliminar, metiam-se em meio ao cortejo dos prisioneiros e dos feridos que podiam caminhar, entrevistavam o maior número possível e tentavam compor uma matéria. De volta a seus alojamentos, os correspondentes mantinham uma reunião e cada um esboçava a parte narrativa de sua matéria, guardando quaisquer impressões pessoais para seu próprio despacho. Então, retiravam-se para seus quartos, escreviam suas reportagens e as submetiam, depois, aos censores à espera. O que os censores deixavam era entregue a um mensageiro o qual levava o material para o setor de comunicações do Supremo Comando, de onde era transmitido por telefone ao Ministério da Guerra e de lá mandado, em mãos, para as várias redações de jornais. (1978, p. 123).

Como se pode perceber, não apenas os correspondentes de guerra são vistos pelos demais colegas como profissionais privilegiados, a elite da elite, como também incorporaram, ao longo dos anos, uma série de atitudes e práticas, antes, durante e depois da guerra, que reforçam mitos e simbolismos em torno dessa função.

2.1.4 Censura e controle, o jornalista como parte do esforço de guerra

O controle da informação é considerado por estrategistas militares uma arma importante utilizada na guerra. Sendo o jornalista um agente do conflito disposto a tornar públicas descrições e narrativas sobre o acontecimento, é presumível que seu trabalho, capaz de influenciar as demais forças envolvidas e a opinião pública, seja alvo de controle. Em muitos casos, o jornalista acaba por se engajar no esforço guerra, com relatos a favor do governo de seu país. Knighthley descreve como frequente o jornalista, em situações de conflito, se deixar manipular por fontes militares ou governamentais (1978). Para o autor, a regra geral na cobertura de guerra é o repórter mais ou menos aderir acriticamente às causas e racionalidades que sua nação defende no conflito. Passa a valorizar a coragem e a bravura dos soldados, sem questionamentos. A relação entre o jornalista e os governantes começa a sofrer afetações mais intensas – equilibrando-se entre conivência, aceitações, conflitos e censura - no final do século XIX. No início da I Guerra Mundial, na Grã-Bretanha, sob o Decreto de Defesa do Reino, foi criado um sistema de censura tão severo que seu legado estende-se até hoje. A boa vontade dos proprietários de jornais na aceitação desse controle e sua cooperação na disseminação da

propaganda trouxe-lhes a recompensa do status social e do poder político. Mas também minou a confiança do público na imprensa.

Grande parte da culpa cabe aos correspondentes de guerra britânicos. Estavam numa posição que lhes permitia saber mais do que a maioria das pessoas sobre a natureza da guerra desgastante na Frente Ocidental, não obstante identificaram-se, de modo absoluto, com os exércitos no campo; protegeram o alto comando das críticas, escreveram jovialmente a respeito da vida nas trincheiras, mantiveram um silêncio deliberado a respeito da carnificina e se deixaram absorver pela máquina da propaganda. (KNIGHTLEY, 1978, p. 103).

A propaganda na guerra não era nova. Sun-tzu já falava sobre esse recurso em seu clássico *A arte da guerra*, mais de 2 mil anos atrás. Mas, pela primeira vez, ela seria utilizada de forma sistemática.

Sob a influência de uma campanha nacional para unir as forças do bem contra as do mal (“há apenas duas divisões no mundo de hoje”, escreveu Kipling, “seres humanos e alemães”), a nação deu seu apoio ao esforço de guerra. O apelo estendeu-se a todo o Império – “nossa história comum, nossa língua comum, nosso único Rei e Imperador”. A guerra, de um caso europeu, que não dizia respeito à Grã-Bretanha, tornou-se uma cruzada esplêndida, um dever imposto a todo homem de honra. (KNIGHTLEY, 1978, p. 108).

Inicialmente, o correspondente de guerra não se enquadrou no esforço de propaganda – os proprietários de jornais estavam ansiosos em cobrir a guerra, principalmente porque ela seria um bom negócio para os periódicos. As dificuldades eram imensas. O governo britânico ordenara que qualquer correspondente encontrado no campo fosse preso, tivesse seu passaporte apreendido e fosse expulso da região. Enquanto o continente mergulhava no conflito, alguns correspondentes entravam e saíam da prisão, outros ingressavam clandestinamente na Alemanha e, outros ainda, conseguiam suas primeiras informações exclusivas, como Granville Fortescue, que noticiou, em primeira mão para o *Daily Telegraph* de 3 de agosto de 1914, a reportagem País invadido por soldados alemães. A Bélgica era ocupada pela Alemanha.

O fim da proibição de acesso ao front, após pressão norte-americana, não era garantia de livre-circulação pelos campos de batalha. O governo britânico estabeleceu uma série de regras para a atividade dos correspondentes de guerra. Não podia haver qualquer menção nominal aos regimentos e tampouco aos lugares, exceto de forma vaga.

O sistemático controle militar sobre os despachos dos correspondentes tinha dois objetivos: dar ao público um panorama orientado segundo seus interesses sobre a forma de

atuação de seu exército no front, e, ao mesmo tempo, impedir a publicação de qualquer informação útil ao inimigo. Mas essas não eram as únicas finalidades:

As verdadeiras finalidades consistiam, em primeiro lugar, proporcionar pitorescas matérias mostrando heroísmo e glória, concebidas para manter o entusiasmo pela guerra e garantir um suprimento de recrutas para o front, e, em segundo lugar, encobrir quaisquer erros que o alto comando pudesse cometer, preservá-lo de críticas à sua maneira de fazer a guerra e salvaguardar a reputação de seus generais. (KNIGHTLEY, 1978, p. 124).

Um dos correspondentes, Philip Gibbs, escreveu, em 1923, admitindo não apenas a censura militar, mas a autocensura a qual os jornalistas se submetiam na I Guerra Mundial:

Nós nos identificamos absolutamente com os Exércitos no campo (...) Varremos de nossas mentes todos os pensamentos de obter furos pessoais e todas as tentações de escrever uma só palavra que tornasse a tarefa dos oficiais e soldados mais difícil e perigosa. Não havia necessidade de censura aos nossos despachos. Éramos nossos próprios censores. (KNIGHTLEY, 1978, p. 124-125).

Quando perceberam que os correspondentes de guerra estavam ao seu lado, a atitude dos comandantes mudou. Estado-maior e jornalistas ficaram íntimos. Impunha-se um dilema ético que, da I Guerra até hoje, acompanha os correspondentes: se o estado-maior era seu “amigo”, confidente, seu censor, então, como poderiam os repórteres escrever a seu respeito quando falhavam? As reportagens não escritas são algumas das principais dúvidas que ficam da cobertura da I Guerra, como pergunta Knightley (1978, p. 137): “se os correspondentes de guerra não tivessem se transformado numa parte da máquina de propaganda, se a censura não fosse tão completa, o que eles poderiam ter escrito?”. Ao retornar do conflito, Philip Gibbs foi homenageado em um jantar, no qual estava presente o então primeiro-ministro Lloyd George. Disse o jornalista: “se as pessoas realmente soubessem, a guerra acabaria amanhã. Mas, naturalmente, não sabem e não podem saber. Os correspondentes não escrevem, e a censura não aprovaria a verdade”. (KNIGHTLEY, 1978, p. 139).

Em termos de censura, a Guerra das Malvinas (1982) foi um dos conflitos mais controlados de todos os tempos. “O Ministério da Defesa britânico autorizou a participação de um número limitado de jornalistas, todos britânicos.” (FONTENELLE, 2004, p. 26-27). A primeira-ministra Margareth Thatcher não queria jornalistas estrangeiros presentes. Quem viajou, acabou submetido a fortes restrições quanto ao que poderia ser veiculado: nenhuma imagem de TV foi liberada – os militares alegavam problemas técnicos – e a censura foi

largamente imposta aos jornalistas. Os militares exigiam que, ao se referirem às tropas, os veículos de comunicação os tratassem com “nós”. A BBC se recusou a obedecer tal ordem, atitude que causou enormes tensionamentos com o governo.

Em 14 de junho, Margareth Thatcher, chamada internacionalmente de “a dama de ferro”, impôs aos repórteres um blecaute de notícias. Por um período de nove horas, eles não poderiam enviar seus conteúdos a Londres porque ela própria queria anunciar a vitória aos cidadãos britânicos. E assim o fez durante o programa News at ten. O blecaute funcionou: a popularidade de Thatcher saltou de 24% - índice mais baixo de todos os tempos – para 60%. A guerra foi curta, popular e bem-sucedida. (FONTENELLE, 2004, p. 27).

Décadas depois, na Guerra do Golfo, o cuidado excessivo por parte do governo norte-americano era justificado pelos políticos republicanos, uma vez que não havia, no Congresso, consenso em relação ao conflito; a opinião pública estava dividida; e, devido aos avanços tecnológicos, o número de telespectadores acompanhando a crise era alto. O anúncio da guerra, em 16 de janeiro de 1991, foi assistido pela maior audiência da história daquele país, um total de 120 milhões de pessoas.

Apenas três fatos fugiram ao controle do governo: o bombardeio de uma fábrica de leite infantil; a destruição de uma casamata em Bagdá, causando a morte de civis; e o que passou a ser conhecido como “a estrada da morte”, quando mil veículos do exército iraquiano foram destruídos. Na Grã-Bretanha, pesquisas de opinião mostraram que 80% do público era a favor das restrições impostas à mídia.

No segundo conflito no Iraque, em 2003, os governos norte-americano e britânico conduziram uma campanha de comunicação que teve efeito direto na maneira como os acontecimentos foram noticiados em todo o mundo. A estratégia envolvia repórteres “embutidos” (*embedded*)¹⁶ – que acompanhavam as tropas nos campos de batalha; correspondentes no Centro de Mídia do Comando Central, em Doha, Catar; e bases nacionais para a coordenação da campanha. A relação com a imprensa, por parte do Pentágono, foi inovadora, como se verá no subcapítulo sobre os *embedded*.

¹⁶ A expressão *embedded*, que, literalmente, em inglês, pode significar “na cama” foi traduzida por veículos de comunicação brasileiros como “encaixado” ou “embutido”. Constituiu-se em uma ação de relações públicas executada pelo secretário de Defesa do governo de George W. Bush, Donald Rumsfeld, durante a Guerra do Iraque, em 2003, que consistia em “embutir” jornalistas junto com as tropas durante a invasão, para que tivessem acesso “privilegiado” aos combates. Ao mesmo tempo, era uma forma de o governo norte-americano exercer um controle sobre o deslocamento e o ponto de vista desses jornalistas.

É importante esclarecer que, muitas vezes, a manipulação da notícia se deu mediante o entendimento entre os próprios veículos de comunicação e os agentes controladores. Um exemplo disso aconteceu com Ben Brown. Durante entrevista com um piloto da força aérea britânica, o repórter perguntou o que o soldado estava indo fazer no Iraque. A resposta: “Vamos lá para matar pessoas (risos)”. Imediatamente o oficial de imprensa que o acompanhava pediu ao correspondente para não usar a citação. A BBC consentiu, e a entrevista nunca foi ao ar.

No caso da cobertura brasileira na II Guerra Mundial, o trabalho dos correspondentes era triplamente censurado: pelo Quinto Exército Aliado, pela Força Expedicionária Brasileira (FEB) e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP): “os exagerados elogios aos soldados nacionais contidos nos textos dos correspondentes chegavam a tal ponto que, às vezes, provocavam constrangimentos entre os próprios pracinhas”. (SILVA, 2011, p. 73). A prática de Rubem Braga teria sido exceção, uma vez que o profissional teria conseguido driblar o controle governamental para fazer chegar ao público o seu pensamento sobre a guerra:

(...) Braga teve o seu trabalho de cobertura de guerra sensivelmente limitado. Por outro lado, paradoxalmente, ele conseguiu uma liberdade que não havia usufruído no Brasil estadonovista. Utilizando-se, para isso, de recursos literários inseridos dentro do seu trabalho jornalístico, como contar a trajetória de personagens que causassem simpatia e identificação do leitor ou relatar situações que validassem a sua opinião. Através da análise da sociedade italiana e de outros aspectos da guerra, ele conseguia expressar as suas opiniões políticas e a sua visão de mundo, o que seria muito difícil de se obter no jornalismo brasileiro da época. (SILVA, 2011, p. 73).

Apesar disso, é importante trazer uma vez mais as palavras de Ribeiro: “se guerra é ruim, guerra sem jornalista (ou escritor) por perto é pior”. Foi a cobertura dos correspondentes britânicos que levou o governo a melhorar as condições de higiene e de assistência médica nos campos de batalha. E foi a cobertura no Vietnã – sobretudo a dos norte-americanos, e lá, principalmente, a de televisão – que fez com que, pela primeira vez na história, a população dos EUA se colocasse contra seu próprio governo, de tal forma que fez minar o apoio político ao conflito. Isso abalou o moral das tropas, levando os Estados Unidos a confrontarem com a mais humilhante derrota militar de sua história.

2.1.5 O *embedded*

Este subcapítulo aproxima-se das reflexões deste trabalho sobre o relacionamento entre jornalista e fontes, censura e controle. Entretanto, para efeito didático, decidi abordá-lo em separado. Entendo que o fenômeno *embedded* pode ter sido a fórmula encontrada por fontes

institucionais para controlar – e por ocasiões censurar – o jornalista em tempos de guerra. Por isso, seria a mais bem acabada estratégia de relacionamento com as fontes, do ponto de vista de quem deseja controlar o acesso do jornalista ao front, bem como seu discurso, ainda que dando uma roupagem de liberdade de expressão para a opinião pública.

Os militares norte-americanos vinham buscando há mais de 50 anos estratégias para se relacionar – e controlar – os jornalistas durante as guerras. A experiência traumatizante do Vietnã, quando pela primeira vez cenas explícitas do front chegaram às residências dos cidadãos, levou comandantes a ampliarem barreiras às ações dos jornalistas: impedindo, por exemplo, o acesso da imprensa durante a invasão de Granada ou limitando seu contato a *briefings* em hotéis ou, ainda, permitindo poucas incursões aos locais de operações, como na Guerra do Golfo.

O então secretário de Defesa norte-americano, Donald Rumsfeld, pensou diferente: tornou os jornalistas uma espécie de soldados sem armas. Os repórteres poderiam acompanhar as tropas em campo, com certas restrições, mas durante todo o tempo. Dormiam, acordavam, faziam as refeições, eram bombardeados e sentiam o que os soldados sentiam. Em troca, os “embutidos” se comprometiam com um manual de conduta de 19 normas, entre as quais não revelar o local exato de onde enviavam suas informações nem o número de baixas militares nos combates a que testemunhavam.

Se por um lado poderiam ver os confrontos de perto, tornavam-se também presas fáceis dos relações públicas do exército norte-americano e de outras armadilhas que só descobririam posteriormente e que afetariam sua prática. Pena questiona essa proximidade entre jornalista e fonte no livro *Teoria do Jornalismo*:

Tente se colocar no lugar desses repórteres. Seu país está em guerra, seus chefes dão suporte ao governo, a maioria da população, cega pelo medo, apoia o presidente e, ainda por cima, você está no meio de tiros e explosões, em um país estranho, sendo protegido por “Rambos” que falam a sua língua e também comem bacon no café da manhã. Mesmo para um profissional sério e bem intencionado, é muita pressão e muito constrangimento. (PENA, 2005, p. 11).

Para Berger (2004), ao mesmo tempo em que a nova estratégia informativa pretendia dispor de testemunhos para rebater a propaganda inimiga, aproximar jornalistas e soldados garantiria uma cobertura favorável, pois faria deles companheiros de trincheira. No momento em que o Departamento de Defesa dos EUA criou o programa para inserir jornalistas como *embedded* entre suas tropas, a guerra contra o Iraque ainda era questionada pela ONU. Em uma reflexão sobre o trabalho dos jornalistas da Agência EFE que atuaram no Iraque, a pesquisadora

questiona “por que as empresas jornalísticas aceitaram o *embedding* sem impor nenhuma condição ou sequer tentar alguma negociação sobre as condições de trabalho?” (BERGER, 2004, p. 33). Também os próprios jornalistas nada se omitiram de questionar a liberdade de atuação em campo: “por que tantos jornalistas se ofereceram para cobrir a guerra, sem questionar as condições que o governo norte-americano impôs e as empresas aceitaram?” (BERGER, 2004, p. 33).

Ou seja, os jornalistas se submeteram a uma série de regras, entre as quais não informar sobre operações em curso, não informar os lugares concretos onde os fatos aconteciam, não informar sobre a efetividade do inimigo. O êxito ou o fracasso de uma operação só poderia ser descrito em termos genéricos. Além disso, o governo dos Estados Unidos prometeu gratificações aos autores de artigos favoráveis à política norte-americana. Ao aceitarem regras de não-informar, indo contra o dever primeiro do jornalista para com a sociedade, ou receberem “gratificações”, os jornalistas e suas empresas foram cúmplices do governo na política de comunicação de desinformação ou manipulação da opinião pública. A política de comunicação “girou entre a cooptação dos jornalistas, o constrangimento às empresas jornalísticas e a censura, como último e eficaz método de garantia de informação favorável ao governo norte-americano”. (BERGER, 2004, p. 34).

Como observamos, durante a II Guerra Mundial, os despachos dos jornalistas passavam por estrita censura por parte dos militares. Com as novas tecnologias, isso seria mais difícil durante o conflito no Iraque. Os Estados Unidos não operaram para censurar os despachos. Agiram de forma mais sutil: ao dar ao jornalista as mesmas condições de vida, risco e morte que o soldado, o Pentágono apostou que a empatia levaria o repórter a produzir reportagens favoráveis aos militares americanos, o que, de fato, ocorreu. Beaumont admite:

Em uma viagem com soldados, o ponto de vista do observador passa necessariamente por um filtro. Mas não se trata simplesmente de uma perspectiva determinada pelo fato de sermos americanos em uma terra estrangeira, vistos como instrumentos de ocupação. Os seus contornos são descritos por preocupações mais discretas: a soma das histórias de vida e das experiências desses homens. (2010, p. 17).

Durante a Guerra do Iraque, os aliados estabeleceram uma relação mais aberta e proativa com a mídia. Mas, por trás da abertura, houve manipulação e controle. Embora fosse utilizada em conflitos anteriores, foi no Iraque que a técnica de *embedded* atingiu seu ápice. Em relação à anterior, no Golfo, o número de correspondentes acompanhando tropas quadruplicou no

conflito de 2003, num total de 700. Uma das explicações foi revelada pelo coordenador-geral da operação de mídia, David Howard, do Ministério da Defesa britânico:

O motivo que nos fez adotar o sistema é porque acreditamos que nos rende reportagens positivas. Elas foram muito positivas. Nós queríamos uma cobertura favorável e nós sabíamos que conseguiríamos dessa forma. Sabíamos porque nós sempre conseguimos. (FONTENELLE, 2004, p. 89).

A partir do momento em que o repórter estabelece uma relação de proximidade com os soldados, sua percepção dos fatos é alterada. Os militares garantem aos jornalistas segurança física; eles dividem os espaços, a comida; trocam confidências; compartilham o medo¹⁷. Os aliados apostaram nisso para obter uma cobertura mais positiva. Antes do Iraque, Ribeiro já havia descrito a sensação de acompanhar soldados, nos momentos de seu dia a dia no front, em texto para a Revista Realidade: “Passei meu primeiro dia como “militar” engajado no Vietnã na base de Camp Evans, da Cavalaria Aeromóvel.” (RIBEIRO, 2005, p. 6). E ainda:

Estamos a uns 30 quilômetros da zona desmilitarizada – que separa um Vietnã do outro – e a uns 20 quilômetros de Khe-San – base de marines, atualmente cercada por forças do Vietnã do Norte e na iminência de sofrer um ataque em larga escala.

– Se Khe-San for atacada – diz-me um capitão -, nós seremos os primeiros a ir em seu socorro.

Esse “nós” me incluía, pois eu era agora um integrante da Companhia D (Delta), do 8º batalhão da 1 Divisão de Cavalaria Aeromóvel. (RIBEIRO, 2005, p. 13).

Ainda marcados pelos atentados de 11 de setembro de 2001, convencidos das relações entre Osama Bin Laden e Saddam Hussein e decididos a levar adiante a “luta contra o terrorismo”, os jornalistas não só aceitaram as regras do *embedding* – censura, intervenção de diversos *gatekeepers*¹⁸, privilégios para Fox e CNN – como assimilaram a política de comunicação que apostava na identificação entre jornalistas e soldados. Passou a ser comum ouvir e ler o discurso engajado dos jornalistas embutidos, segundo Berger (2004, p. 34):

¹⁷ Também atuei como *embedded*, ao acompanhar uma missão brasileira das forças da ONU no Haiti, em 2007, e em um comboio rebelde na Líbia. Em ambas as situações, admito que a visão dos fatos foi afetada pela proximidade com os combatentes. Ainda que não tenha existido tentativas de censura, a empatia criada entre repórter e fonte devido à convivência diária obscurece a relação que deveria ser de distanciamento.

¹⁸ Segundo Traquina (2012, p. 152), o termo *gatekeeper* refere-se à pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisões. Segundo essa teoria, o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos “gates”, isto é, portões, ou seja áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher pela publicação ou não de uma notícia.

“Cruzamos uma ponte na mira do inimigo, acabamos de prender dois tanques iraquianos, terminaram nossas roupas limpas”.

Em artigo publicado no Brasil pelo Jornal do Brasil em 25 de janeiro de 2003, intitulado A mídia se prepara para o front, Robert Fisk, que cobriria o conflito no Iraque para o jornal britânico The Independent, vaticinava, quase dois meses antes da invasão, o que seria a cobertura. Em uma pequena lista para se precaver das mentiras e da propaganda na cobertura, ele recomendava atenção para repórteres que dizem “nós” quando estão se referindo à unidade militar em que estão “encaixados”. (GOYZUETA, 2003, p. 54).

Um dos casos mais evidentes de engajamento da imprensa no esforço de guerra no Iraque, graças à estratégia dos *embedded*, foi a história da recruta Jessica Lynch. Correspondentes do The Washington Post a descreveram como uma fantástica heroína, que lutou bravamente até ser capturada pelos iraquianos, em cujas mãos foi tratada brutalmente até conseguir escapar, também de modo supostamente heroico. A própria Lynch desmentiu, posteriormente, toda a história. O roteiro havia sido criado pelos estrategistas de comunicação do Pentágono e assumido, sem a devida verificação, pelos jornalistas do Post.

Como contrapartida do livre acesso dos jornalistas ao front, houve um elevado número de mortes entre membros da imprensa. Na Guerra do Iraque, desde seu início, em março de 2003, a outubro de 2010, foram 4.420 mortes de soldados norte-americanos e 141 mortes de jornalistas. Na II Guerra Mundial, cerca de 292 mil militares americanos morreram (66 vezes mais do que no Iraque), e 68 jornalistas foram mortos (menos da metade do Iraque). Na Guerra do Vietnã, morreram cerca de 60 jornalistas ao longo de 20 anos. Nos dois primeiros anos no Iraque esse número havia sido atingido.

2.1.6 O correspondente de guerra e a relação com as fontes

As interrelações entre jornalistas e fontes são complexas. Em situações de guerra, essa tensão é ainda mais profunda. Mais uma vez, vale resgatar aqui a frase do senador norte-americano Hiram Johnson que dá nome ao livro de Knightley: “A primeira vítima, quando começa a guerra, é a verdade”. Em artigo na obra Guerra e imprensa, intitulado Objetividade e reportagem de guerra, Stephen Cviic (2003, p. 17) afirma que o primeiro desafio, durante uma guerra, “é ter acesso às fontes e enxergar as situações dos dois lados”. O jornalista, que cobriu para a BBC a Guerra do Iraque, atribui ao fato de a emissora contar com repórteres em diferentes pontos de cobertura uma maior credibilidade. Seu veículo de comunicação tinha jornalistas *embedded* nas unidades militares americanas e britânicas, mas também dispunha de

relatos de repórteres baseados em Bagdá. Esses correspondentes podiam assistir às coletivas do Ministério da Informação iraquiano, enquanto seus colegas embutidos descreviam como era estar sob fogo. No entanto, ele admite que, “em alguns lugares do Iraque só podiam enviar imagens e reportagens de um lado do campo de guerra”. (CVIIC, 2003, p. 17).

O tensionamento entre jornalista e fonte tem efeito direto na verdade dos fatos descritos. Knightley refere-se à falta de veracidade em relatos da Guerra Civil Norte-americana:

A exatidão tornou-se coisa de somenos. As baixas eram grosseiramente subestimadas; gerais dados como mortos continuavam vivendo e só morriam de velhice; às vezes, todo o exército sulista, segundo o noticiário, estaria marchando para Washington; Atlanta, de acordo com a imprensa, teria sido capturada uma semana antes de ocorrer o combate pela cidade. (KNIGHTLEY, 1978, p. 36).

Em outro episódio do mesmo conflito, o autor mostra como, além de suprimir informações, utilizando a imprensa para desnortear o inimigo, uma autoridade passou a reduzir o números de mortos em combate: o ministro da Guerra Edwin M. Stanton alterou um relato do fracasso de suas tropas em Petersburg, reduzindo as perdas a cerca de um terço de seu número real. O ministro costumava castigar publicações que rompessem as regras, prendendo editores, ameaçando proprietários com a corte marcial e interdizendo correspondentes na frente de combate.

Em um dos episódios mais importantes da II Guerra Mundial é possível, mais uma vez, perceber como o jornalista pode ser enganado pela fonte. Não havia correspondentes de guerra dentro dos aviões que voaram sobre Dresden, não tendo havido, assim, relatos de testemunhas oculares independentes sobre o bombardeio, exceto os de alguns poucos tripulantes dos aparelhos, entrevistados na volta. Foram distribuídas várias explicações inventadas quanto aos motivos para o ataque: os Aliados afirmaram aos jornalistas que estariam atacando quartéis-generais do exército alemão, destruindo depósitos de armas, devastando uma área industrial ou até “eliminando uma grande fábrica de gás venenoso”. (KNIGHTLEY, 1978, p. 397). Os jornais britânicos aceitaram os relatos.

Um dos principais correspondentes de guerra do final do século XX, Peter Arnett afirma que, desde o Vietnã, não há uma cobertura realmente contestadora, e isso se deve ao controle cada vez maior dos governos. Durante o I Seminário Internacional de Jornalismo, em 2001, o jornalista refletiu sobre sua prática a partir de sua experiência:

Eu estava em Saigon nos anos 60, um jovem repórter nos meus vinte e poucos anos, atuando junto com outros jovens repórteres, e nós olhávamos para a guerra do Vietnã de outra maneira, pois analisando os dados, as mortes dos

jovens americanos, o grande número de baixas, as perdas também do lado vietnamita, nós perguntávamos: “por que essa luta está sendo travada?”. “Essa política é boa ou ruim?”; “E os políticos e diplomatas, estão fazendo um trabalho bom ou ruim?”. Nós tínhamos perguntas sobre o que o governo dos EUA fazia. Assim, para responder a essas perguntas nós íamos para a frente de batalha investigar. Nós não ficávamos em Saigon e falávamos com diplomatas. (ARNETT, 2001 apud PENA, 2005, p. 195)¹⁹.

Arnett destaca também a importância de conhecer fontes influentes, capazes de facilitar e acelerar o acesso ao locais de confronto:

Era preciso conhecer as pessoas importantes, que poderiam ajudar-nos, e os pilotos eram muito importantes. Nós ficávamos próximos dos pilotos de helicóptero, nós os levávamos a bares, restaurantes, e assim havia muitos americanos e vietnamitas dos quais fazíamos questão de sermos amigos. Era importante fazer essas amizades, pois eles nos conheciam, gostavam de nós, eram “fontes”, e se você quiser ter uma boa história deve ter fontes. (ARNETT, 2001 apud PENA, 2005, p. 196).

Mais contemporâneo, um episódio conhecido de manipulação da imprensa por fontes oficiais ocorreu com a imprensa norte-americana, que comprou a versão do governo sobre os supostos arsenais de armas de destruição em massa desenvolvidos pelo então presidente do Iraque, Saddam Hussein. Esse foi o principal argumento da Casa Branca para a invasão do país em 2003. Após mais de 10 anos de buscas, o armamento nunca foi encontrado. O jornal *The New York Times*, em exercício de autocrítica, reconheceu ter sido ludibriado pelas fontes oficiais.

A bibliografia sobre o jornalismo e o relacionamento com as fontes, como veremos adiante, reflete a tendência que os jornalistas têm de acreditar mais facilmente em informantes institucionais. Ao mesmo tempo em que os fatos acima comprovam os esforços dos detentores do poder para gerar desinformação, também ilustram como a apuração jornalística pode ser facilmente manipulável.

No livro *Os elementos do jornalismo*, Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003) determinam como um dos mais importantes pilares do jornalismo a verificação. Esse procedimento está relacionado diretamente à seleção e à credibilidade das fontes. Tucídides, correspondente grego na Guerra do Peloponeso, descreveu seu método de trabalho em uma tentativa de convencer seu público de que podia confiar nele:

¹⁹ Tradução de Erick Felinto.

Em relação à minha narrativa factual dos eventos... adotei como princípio não escrever a primeira história que me aparecia na frente, nem deixar me guiar pelas primeiras impressões; ou estava presente nos eventos que descrevia ou deles tinha ouvido relatos de testemunhas oculares cujas informações chequei o máximo possível. Não que isso tenha facilitado a descoberta da verdade: diferentes testemunhas dão versões diferentes dos mesmos eventos, falando de forma parcial para um lado e outro, ou então com base em lembranças imperfeitas. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 111).

A disciplina do correspondente consistia, entre outras práticas, em procurar várias testemunhas de um fato, descobrir novas fontes, indagar sobre os vários lados de uma questão. Ao preferirem fontes oficiais, em geral pressionados pelo tempo ou em busca de uma pretensa veracidade, os jornalistas empobrecem seus relatos, principalmente em situações de guerra.

Mantra dos jornalistas, a garantia do segredo da fonte, veremos adiante, nem sempre é respeitada na situação de guerra. Em 2005, a jornalista Judith Miller, do *The New York Times*, foi presa porque não revelou suas fontes. Tratava-se de um vazamento sobre a identidade de um agente da CIA²⁰. O curioso, nesse caso, foi que o artigo não chegou a ser publicado. Mesmo assim, um juiz, diante da possibilidade de que o texto fosse redigido, decidiu pela condenação.

Baseada em confiança mútua, a construção da relação jornalista-fonte exige tempo e longo relacionamento, algo exíguo na cobertura de guerra. O repórter normalmente permanece poucos dias na zona de conflito, estabelecendo laços superficiais com os detentores de informações. No início do livro *A vida secreta da guerra*, Beaumont descreve sua tentativa de conversar com um sargento, Garth Sizemore, a bordo de um veículo militar durante a Guerra do Iraque. O exemplo nos ajuda a compreender essa tênue relação durante um conflito: “Não se trata de um diálogo: Sizemore não pede respostas a nenhum de nós e eu fico assistindo e escutando suas palavras”. (BEAUMONT, 2010, p. 14). Em outro trecho, ele afirma: “Há coisas que eu gostaria de lhe perguntar, mas não quero atrapalhar o seu conto de fadas e transformar as suas palavras em uma troca irritada e ríspida de perguntas e respostas”. (BEAUMONT, 2010, p. 14).

Os interesses diversos e a sensação de estar sendo manipulado pelas forças beligerantes como esforço de propaganda fazem o correspondente de guerra duvidar de todos a sua volta, como mostra Beaumont durante a cobertura do conflito no Afeganistão:

Não sinto nenhuma ligação com este lugar, nenhum modo de sentir-me localizado, sem intuições em que possa basear-me, sem ninguém em quem

²⁰ Informar a identidade de um agente da CIA (serviço de inteligência dos EUA) é considerado crime federal segundo a lei norte-americana.

possa confiar diante de 360 graus de ameaças. E sinto que nenhuma orientação é segura em um local desocupado há tão pouco tempo pelo Taleban e seus aliados da Al-Qaeda. (BEAUMONT, 2010, p. 46-47).

2.1.7 Limitações logísticas

Cada guerra exige uma estratégia diferente de atuação e deslocamento dos jornalistas. Em A primeira vítima, Knightley (1978, p. 57) narra o empenho de jornalistas como Archibald Forbes, rival de Russell e seu sucessor entre os grandes nomes da história dos correspondentes, para chegar ao front: “viajavam a cavalo, jumento, camelo, trenó, vapor e trem”.

Além de distâncias geográficas, maximizadas no caso da localização do Brasil, quase sempre distante dos principais centros de conflitos mundiais, os correspondentes de guerra brasileiros enfrentam limitações logísticas de deslocamento dentro da guerra. Sem a segurança de carros de sua empresa de comunicação em caso de coberturas locais, o jornalista, no caso da guerra, é obrigado, normalmente, a alugar um meio de transporte ou a se deslocar junto com as tropas beligerantes – sejam elas militares, paramilitares ou revoltosos: “Ando de helicóptero mais do que eu gostaria, sempre consciente da fragilidade desses aparelhos”. (BEAUMONT, 2010, p. 37). Ao adotar como meio de deslocamento carros de grupos beligerantes, o jornalista também está consciente de que seu ponto de vista será alterado – no mínimo, parcialmente influenciado.

Outra limitação de deslocamento é imposta pelas leis dos países em conflito. Às vésperas da I Guerra Mundial, os jornais britânicos enfrentaram grandes dificuldades, por parte do governo francês, para enviar seus correspondentes para a França. Em Paris, a única fonte de informação eram os comunicados diários emitidos pelo exército. Estes eram incisivos, bem escritos e apresentados com pontualidade, mas, cheios de ficção – enquanto a Alemanha devastava a Bélgica e se aproximava da fronteira com a França, os comunicados oficiais noticiavam avanços do exército francês no front da Alsácia-Lorena. Os russos tinham alguns poucos correspondentes – M. Lebeder, do diário moscovita *Russkoye Slovo*, e M. Sukhovich, do *Kievskaya Muysel* – mas estes não tinham permissão para acessar o front. Os alemães, no começo da guerra, impuseram censura militar. Nenhum correspondente de guerra do país teve permissão para chegar perto da linha de combate, e todas as notícias para consumo interno eram emitidas durante uma entrevista coletiva à imprensa duas vezes por semana, entre um oficial do estado-maior e os jornalistas. Na Grã-Bretanha, a censura foi imposta em 2 de agosto de 1914.

Limitados pelos governos e ansiosos por notícias, os jornais britânicos passaram a organizar coberturas não-oficiais. A proibição de acesso ao front só cairia depois de uma carta do presidente norte-americano Theodore Roosevelt ao secretário do Exterior britânico, sir Eduard Grey, na qual ele pedia ao governo da Grã-Bretanha que permitisse o acesso de alguns jornalistas às linhas de combate. Os relatos que estavam chegando aos Estados Unidos eram escritos a partir da Alemanha e estavam comprometendo os interesses de norte-americanos e da Grã-Bretanha diante da opinião pública.

No caso da Guerra do Vietnã, só entravam no Norte jornalistas previamente avalizados pelo governo comunista, como explica Ribeiro:

Correram para o Vietnã jornalistas do mundo todo, e para onde eles foram? Para Saigon, no lado americano. E por que não foram cobrir a guerra por Hanói, do lado comunista? Porque eles não deixavam. Só entrava no Vietnã do Norte jornalista previamente avalizado pelo PC de cada país, quer dizer, só nequinho que estava a fim de falar bem. (2005, p. 108).

Ribeiro tinha intenção de cobrir a guerra pelos dois lados²¹, mas as limitações do terreno e as situações geopolíticas, não permitiram:

O projeto da minha reportagem na guerra tinha duas partes: uma, do lado sul (Americano); outra, do lado norte (comunista). A ideia era ver a guerra dos dois lados, para chegar, depois, a uma descrição isenta e imparcial (isso é possível numa guerra? Duvido, mas a ordem era tentar). Como o visto para o norte não saía, e nem sairia, como soube depois, o jeito foi começar pelo sul – e ficar por aí mesmo. (RIBEIRO, 2005, p. 108).

O repórter que fica hospedado em um hotel ou cobre o conflito apenas a partir do que vê na televisão ou lê em jornais é visto como figura menor na tribo dos correspondentes de guerra. Humberto Trezzi (2013, p. 78), ao cobrir a Guerra da Líbia, relata em seu livro de memórias: “(...) Tentamos locar algum carro em frente ao hotel. Ninguém se oferece. Os poucos motoristas disponíveis já estão a serviço de grandes redes de mídia. Elas contam também com guias que falam árabe e cobram caro, os chamados *fixers* (quebra-galhos).”

²¹ Como repórter, também experimentei os desafios logísticos da cobertura de guerra durante o conflito entre Israel e o Hezbollah. A maioria dos jornalistas ocidentais cobria a guerra a partir de Israel. Acessar o território libanês era perigoso e cheio de entraves burocráticos – ao contrário de Israel, que, contando com um experimentado serviço de relações públicas, facilitava o acesso ao front, a fontes militares e, inclusive, indicava nomes e endereços de pessoas atingidas pelo “inimigo” e dispostas a contar suas histórias. Para chegar ao Líbano, precisei viajar à Jordânia, Turquia e Síria, em uma jornada que demorou três dias, em busca de documentos e autorizações.

2.1.8 Exposição à violência

A guerra provoca um estresse agudo a quem por ela passa. E, com o tempo, a exposição repetida aos agentes estressantes produz alterações detectáveis na arquitetura do cérebro, que modificam e prejudicam a sua funcionalidade. Beaumont (2010, p. 25) afirma que, “de todas as transmutações causadas pelos conflitos, a mais potente é a súbita iniciação à tremenda realidade da própria violência”. O jornalista utiliza-se de uma expressão para caracterizar o momento em que o profissional é confrontado com uma explosão, um bombardeio, um tiroteio e a cenas de mortos e feridos diante de si: “a coisa ruim”. (BEAUMONT, 2010, p. 26).

A fala começa a vacilar nesse ponto, por causa da consciência que nós dois temos de que as “coisas ruins” são agentes de mudança, que alteram a forma dos que passam por elas. “Vai acontecer”, ela repete com ênfase, para si própria. “Não fica falando isso”, eu digo, para cobrir o silêncio que se formou e lamentando a minha falta de tato. Horas depois as coisas ruins começam. (BEAUMONT, 2010, p. 26).

Mesmo quando não expostos a explosões ou atentados, a tensão e o risco de se tornar um alvo modificam comportamentos, como explica Beaumont (2010, p. 28):

Depois de andar algumas centenas de metros pela rua, sinto uma forte tensão que emana do corpo dos soldados. Não se trata do nervosismo que se percebe na voz, e sim de que o meu cérebro capta indícios físicos sutis – a atitude rígida da cautela e a expressão contraída que reflete não o medo, mas um estado de ansiedade ainda não plenamente consciente. Eu mesmo sinto essa tensão, como o efeito das anfetaminas, que aperta os dentes na hora de dormir – uma sensação que se prende, de maneira poderosa e dolorosa, no presente.

Beaumont (2010, p. 32) afirma que, “no longo prazo, mais cedo ou mais tarde, a guerra transforma e causa dano a quem passa por ela”²².

Todos nós estamos sendo conformados pelo conflito e seus traumas. Estamos sempre mudando as nossas formas, conscientemente ou não. Tomamos pílulas, assumimos uma atitude, ou um disfarce, bebemos demais e todos nos reconfiguramos. (BEAUMONT, 2010, p. 40).

Mas como esse risco de morrer e a exposição à violência alteram a prática? Por lidar com o risco a sua integridade física, inclusive com a possibilidade de perder sua vida na guerra,

²² Ao retornar de coberturas de guerra no Líbano e na Líbia, também senti sintomas de ansiedade e transtornos de sono.

o jornalista está mais vulnerável a erros do que os demais, que atuam em reportagens locais. Uma vez confrontado com situações de extrema violência, o jornalista, no front, não dispõe de tempo nem de condições psicológicas para refletir sobre o que vivencia a seu redor. Por isso, muitos escrevem livros após o retorno ao seu país de origem²³. É terapêutico. Em seu livro *A vida secreta da guerra*, Peter Beaumont explica:

(...) senti falta de um registro sobre como as guerras afetam a experiência pessoal dos indivíduos que as vivenciam. Senti a necessidade de descrever imagens, sons e emoções e relacioná-lo não a histórias, mas sim à condição humana. Isso é o que me dispus a fazer em episódios que focalizam os que matam e os que morrem; os inocentes, os não tão inocentes e os culpados, com o fim de explicar como o conflito opera e altera tudo o que toca (BEAUMONT, 2010, p. 11).

Em artigo no livro *Guerra e imprensa* (2003), Tom Gibb afirma que a “verdade absoluta é algo difícil de encontrar no meio de qualquer guerra” e comenta sua dificuldade em relatar a violência a qual testemunhara. “Refletindo sobre minhas próprias matérias de El Salvador, não acredito que eu tenha sido capaz de passar inteiramente a brutalidade sórdida da guerra àqueles que não tenham vivenciado essa experiência”. (GIBB, 2003, p. 32).

Hoje, quando olho as matérias que escrevi na época, a narração fria dos fatos reflete apenas uma pequena parte da angústia, da raiva e da tristeza que senti, naquela manhã quente ao olhar o jardim da frente da casa deles ainda pegajoso e coberto pelo sangue e pelos miolos deles. O quanto é difícil para um jornalista – um forasteiro na guerra – entender e explicar a esperança, o terror, a empolgação e a crueldade vivida por aqueles diretamente envolvidos. (GIBB, 2003, p. 33).

Na Guerra do Iraque, a morte de dois jornalistas e o desaparecimento de três na primeira semana do conflito impactou as relações do comando dos EUA no Kuwait com a imprensa: “O exército americano não estava ali para proteger jornalistas”, disse coronel americano Guy Shields, diretor do Centro de Informação do comando no Kuwait. Um dos episódios mais emblemáticos sobre a violência a que jornalistas estavam submetidos ocorreu em abril de 2003, quando um tanque americano disparou contra o Hotel Palestine, utilizado por muitos repórteres em Bagdá. A versão de que o estabelecimento tinha sido declarado zona de guerra, razão pela qual deveria ter sido evacuado, não foi confirmada por porta-vozes do Pentágono, e nenhum jornalista hospedado no hotel ouviu essa orientação antes do ataque.

²³ Entendo que o ato de escrever meu livro, *Guerras e tormentas* (2011), no qual conto bastidores de coberturas e reflito sobre situações vividas em coberturas jornalísticas, foi uma forma de terapia, que pode ter contribuído para exorcizar experiências de violência psicológicas a que fui exposto durante o trabalho em zonas de confronto.

Para Berger, mortes de profissionais da imprensa, como as que ocorreram no Palestine, representaram uma derrota do governo e não corresponderam às estratégias de informação.

A morte de um jornalista não só interrompe o relato de um narrador mas interfere na narrativa dos demais narradores. Também a morte tem outro efeito quando bate na porta ao lado. Neste caso, a morte que poderia ter acontecido a qualquer um contamina a notícia. (BERGER, 2004, p. 36).

As baixas de jornalistas repercutiram na cobertura em duas direções: uma interna à categoria, com as mortes motivando uma reflexão sobre a profissão e a denúncias das condições de trabalho, que não teriam vindo à luz se não tivessem ocorrido; e outra, externa, que propiciou uma cobertura mais emocionada sobre o sofrimento entre os civis.

Se for verdade que em uma guerra a contabilidade dos mortos é um indicador de vencedores e vencidos, a morte de 12 jornalistas durante os 40 dias da guerra declarada no Iraque e de outros que seguiram morrendo após a declaração da guerra encerrada, é um indicador importante de que a estratégia de comunicação do governo Bush não foi vitoriosa. Estas mortes não estavam previstas: morreriam soldados norte-americanos, soldados iraquianos, população civil, mas não poderiam morrer os narradores da guerra. (BERGER, 2004, p. 31).

Ou seja, as mortes de jornalistas e ataques indiscriminados contra o Hotel Palestine ou contra escritórios da rede Al-Jazeera contribuíram para mudar a forma de narrativa da guerra: “introduziram um relato emotivo e sensível sobre as dores e os sofrimentos imputados, com um inventário de acontecimentos singulares – imagens de despedidas, olhares de crianças desesperadas, destruição de monumentos históricos”. (BERGER, 2004, p. 38). Em ato contínuo, como um círculo de ação e reação, os relatos alimentavam manifestações contrárias à guerra em várias partes do mundo. A descrição emocionada dos jornalistas nos textos e imagens, inclusive sobre as mortes de colegas de imprensa, mobilizava a opinião pública mundial. As mobilizações incentivavam os jornalistas a abordagens ainda mais sensíveis.

À medida em que também a imprensa se tornava alvo, a cobertura se dividia: por um lado a visão norte-americana, homogênea, favorável e justificadora do governo Bush; de outro, a imprensa francesa, alemã e espanhola centrada no aspecto humano do conflito, com grande ênfase nos movimentos e manifestações contrários à guerra.

2.1.9 O impacto da tecnologia na cobertura de guerra

O desenvolvimento da tecnologia acompanha a história do jornalismo, e, por consequência, dos correspondentes de guerra. Do início, em que as cartas em papel transportadas em navios eram a única possibilidade para fazer chegar às redações notícias do front até a redução, ou quase aniquilamento, do espaço de tempo entre o acontecimento e a notícia nos dias atuais, os jornalistas foram adaptando suas rotinas e práticas produtivas às novas possibilidades de transmissão de informações. Distantes de suas sedes, os correspondentes, ao longo da história, favoreceram-se do desenvolvimento de novas tecnologias para reportarem os conflitos, mas também, em muitos casos, tornaram-se reféns das mesmas.

O telégrafo, cuja primeira linha regular começou a funcionar em 1844, entre as cidades de Baltimore e Washington, foi tão revolucionário quanto a internet nos dias de hoje. George Walley dizia que foi o telégrafo que ensinou a concisão aos correspondentes. O custo nos tempos iniciais de utilização era altíssimo, e os donos de jornais e seus administradores exigiam dos repórteres distantes que escrevessem pouco.

Entre a Guerra Civil Norte-americana e a I Guerra Mundial, a tecnologia mudou para sempre a relação temporal entre o acontecimento e a notícia: graças ao telégrafo era possível, pela primeira vez, um jornal publicar a reportagem sobre uma batalha, escrita pelo seu próprio correspondente, dentro de alguns dias, em vez de semanas ou de meses depois de concluído o confronto. Também ficou claro para editores e proprietários de veículos de comunicação que a demanda dos leitores por essas reportagens era grande, desde que fossem escritas principalmente como narrativas de aventuras, sem comentários políticos ou moralistas.

Como em um processo de seleção natural, a tecnologia permitiu o aparecimento de uma nova geração de correspondentes, enquanto antigos e reconhecidos jornalistas, como Russell, ficavam para trás diante das mudanças dos métodos de transmissão da notícia a partir do front:

Russell ainda era o pai da profissão, mas sua reputação já desaparecia, sob o desafio das condições modificadas e das táticas ousadas de uma geração mais jovem, mais ambiciosa. Seus despachos ainda eram eloquentes e abrangentes, mas nem sempre os primeiros. Ele tinha dificuldade em acompanhar os soldados e levava tantos furos que se queixou de uma conspiração de jornalistas mais jovens para superá-lo, e a *The Times*. Teve de ser lembrado de que as coisas tinham mudado, desde a Crimeia – “Suplico-lhe”, escreveu seu editor internacional, “para usar o telégrafo à vontade”. (KNIGHTLEY, 1978, p. 57).

Segundo Nelson Werneck Sodré, em seu livro *História da imprensa brasileira* (1966), o primeiro jornal brasileiro a usar o serviço telegráfico foi *A Notícia*, fundado no Rio de Janeiro, em 1894. O relato inaugural foi sobre a Guerra da Independência de Cuba contra os espanhóis, em 1895. Sodré diz que o público carioca não acreditou na informação e só mudou de opinião quando o *Jornal do Comércio* também a publicou no dia seguinte. Nenhuma das duas publicações contava com correspondente em Cuba à época.

Graças ao telégrafo e à guerra, uma história tornou-se famosa na Redação do *New York Journal*: durante o conflito em Cuba, uma troca de mensagens entre o patrão, William Randolph Hearst, e o correspondente na ilha. Hearst havia enviado para Cuba, além de repórteres, o ilustrador James Creelman. Em um período de calmaria, Creelman enviou um telegrama ao chefe: “Tudo calmo. Não há muito problema aqui. Não vai haver guerra. Quero voltar”. Hearst respondeu: “Por favor, fique. Você fornece as ilustrações. Eu vou fornecer a guerra”. A piada é utilizada, no saber informal das redações, para ilustrar um suposto poder dos meios de comunicação. Hearts inspirou Orson Welles para o personagem de *Cidadão Kane*²⁴.

Depois do telégrafo, a tecnologia de comunicação que mais afetou o trabalho do correspondente de guerra foi o rádio. Nos anos 1930 e 1940, grandes redes investiram muito dinheiro nos EUA e na Europa para fazer a cobertura da II Guerra Mundial. Um novo tipo de narrativa se consagrou: a narrativa oral, in loco, por transmissão radiofônica. O som da voz do repórter “vindo pelo ar” criava uma conexão imediata com os ouvintes, que passaram a esperar, com grande expectativa, as notícias chegarem da guerra na Europa. Em Londres, o jornalista americano Edward R. Murrow criou para a rede CBS uma narrativa bastante dinâmica, ancorando correspondentes que, espalhados pelo continente, contribuía para o todo do discurso radiofônico. Membro dessa equipe que ficou conhecida como “os rapazes de Murrow” (*The Murrow boys*), o repórter Eric Sevareid foi o primeiro a noticiar a derrota da França diante da Alemanha nazista em 1940.

Naquele tempo, tecnologia de transmissão radiofônica, ao vivo, não oferecia garantia de que a narrativa do repórter chegaria aos ouvintes. Vencer as limitações técnicas configurava-se mais um obstáculo a que os jornalistas precisaram superar durante a sua prática no front.

No Brasil, a correspondência de guerra no rádio nesse período se deu, basicamente, via serviço latino-americano da BBC de Londres, que começou a operar em 1938, já dentro da

²⁴ *Citizen Kane* (*Cidadão Kane*, título que recebeu no Brasil), é um filme do diretor Orson Welles, produzido nos Estados Unidos em 1941. Obra-prima do cinema à época, conta a história de Charles Foster Kane, um menino pobre que acaba se tornando um dos homens mais ricos do mundo. Teria sido inspirado na vida de William Randolph Hearst, criador de uma rede de jornais e revistas e um dos maiores barões da imprensa norte-americana no século XX.

estratégia britânica de propaganda com vistas ao conflito. Na América do Sul, o campo de batalha radiofônico estava sendo ocupado por vozes alemãs e italianas. Os responsáveis pela BBC se preocupavam com o fato de que muitos brasileiros, argentinos e chilenos, em posições de influência em seus países, não dispunham de argumentos para defender os interesses britânicos na luta ideológica que se travava no mundo.

Alguns dos maiores ícones do jornalismo norte-americano surgiram e se consolidaram nesse período. A CBS, onde Murrow trabalhava, chegou a ter dezenas de correspondentes na Europa pouco antes de o conflito eclodir. Muitos se dedicaram, posteriormente, à televisão, o passo seguinte do avanço da tecnologia, que, como as demais, afetou de modo profundo a prática jornalística e o conteúdo das reportagens.

As tecnologias do final do século XX em diante beneficiaram a prática do correspondente: os canais televisivos de notícias 24 horas e, acima de tudo, a internet permitem que, mesmo no hotel, o jornalista possa saber o que está acontecendo ou está programado para acontecer durante a guerra.

O envio de notícias pelas ondas de rádio e, depois, pela TV, também alterou de forma significativa a prática de repórteres dos meios impressos. A instantaneidade das informações divulgadas por agências internacionais de notícias a partir de outros países – com imagens, no caso da TV – ampliou o controle por parte dos editores nas sedes dos veículos e diminuiu a margem de autonomia dos correspondentes em campo. A pauta, cuja iniciativa era quase exclusivamente do repórter, passou a ser mais dividida com a redação. A checagem dos relatos passou a ser feita com outras fontes de modo mais simples e rápido, como por telefone, e-mail e, mais recentemente, via redes sociais. Com relação a esse aspecto, vejo com preocupação o distanciamento, proporcionado pelas novas tecnologia, entre o jornalista e as fontes de informação – fenômeno que incentiva apurações superficiais e, às vezes, iverídicas.

Os satélites permitiram que os custos das comunicações telefônicas fossem reduzidos. Em 1990, o que os jornais americanos pagavam por um minuto de interurbano internacional era equivalente a 1,5% do que despendiam em 1930. A velocidade de transmissão de imagens e textos permitida pelas tecnologias digitais, a diminuição do tamanho dos equipamentos e as facilidades trazidas por softwares de edição em computadores portáteis agilizaram o trabalho dos correspondentes. Essas vantagens, entretanto, não necessariamente produziram melhor jornalismo do que no tempo de William Howard Russell. Conforme Silva relata em seu livro *Correspondente Internacional*, em 1851, quando estabeleceu-se a linha fixa de telégrafo entre Londres e Paris, Russell passou a utilizá-la em seu trabalho: “O telégrafo aniquila a capacidade de induzir e especular”. (SILVA, 2011, p. 66). John Maxwell Hamilton, também citado no livro

de Silva, afirma: “A tecnologia poupa tempo na transmissão, mas o devora de outras maneiras”. (2011, p. 66). A exigência, conforme Hamilton, passou a ser por matérias ao vivo, imediatas. Diminuiu a possibilidade de tempo para pesquisar informações, procurar fontes diversas, confrontar opiniões, pensar. Conforme reflexão de Silva, tendo por base as afirmações de Hamilton, o imediatismo que se exige do jornalista pode ser um dos grandes problemas para o futuro de sua credibilidade.

Dizem os jornalistas que cobriram a Guerra do Iraque que este foi o conflito melhor contado da história recente: de maneira mais imediata e de forma mais completa. Por um lado porque a política de comunicação do governo Bush optou por “deixá-la” ser contada, confiando que os fatos seriam favoráveis a ele e que, por isso, mereciam divulgação. Por outro porque os telefones celulares via-satélite e os computadores portáteis revolucionaram o trabalho dos jornalistas ao permitir que estivessem em comunicação ininterrupta com suas redações.

Também a tecnologia reforça o controle das fontes. Berger, ao analisar a narrativa dos jornalistas da Agencia EFE, descritas no livro *Objetivo Bagdá – 12 reporteros en la guerra de Iraq*, afirma que, no conflito no Golfo, em 1991, os jornalistas realizaram seu trabalho enfrentando obstáculos, foram expulsos e controlados, e as imagens mostradas, de tão abstratas e construídas, confundidas com experiências estéticas de videogame. Somente dois jornalistas (um repórter do jornal *El Mundo* e um correspondente da CNN) permaneceram no país nas seis semanas da guerra de 1991. O jornalista espanhol, conforme relata Berger, enviou várias de suas matérias por viajantes que percorriam até 900 quilômetros no deserto entre Bagdá e Amã. A CNN não permitiu que ele compartilhasse seus equipamentos de transmissão.

Em nenhuma outra especialidade do jornalismo, a questão da tecnologia, que permitiu equipamentos menores e facilitou a transmissão das mensagens, ficou tão evidente quanto na correspondência de guerra. Tornaram-se comuns os despachos de repórteres de TV feitos com o uso de microcâmeras acopladas a computadores, que dão às imagens, apesar da pouca qualidade técnica, um tom de dramaticidade incrível.

Mesmo com o advento da internet, porém, os jornalistas continuaram dependendo de boa conexão. Nos primórdios da rede mundial de computadores no Brasil, as conexões via servidores como CompuServe e AOL eram precárias. Quando os problemas estão aliados aos de países com grave infraestrutura – normalmente nações em situação de guerra são assim -, o trabalho do jornalista é dificultado. O telefone, durante boa parte do século XX, funcionou como extremo recurso de comunicação quando todas as alternativas mais contemporâneas falhavam. E ainda hoje funciona.

É possível perceber que, assim como os jornalistas utilizam-se da tecnologia para o envio mais rápido de relatos do front para suas bases, também governos manejam os avanços para limitar ou controlar o fluxo de informações. Pela ponto de vista da sociologia, Manuel Castells nos ajuda a compreender como a luta pelo poder na chamada Era da Informação coloca jornalistas e governos em lados opostos:

São lutas travadas basicamente dentro da mídia e por ela, mas os meios de comunicação não são detentores do poder. O poder, como capacidade de impor comportamentos, reside nas redes de troca de informações e de manipulação de símbolos que estabelecem relações entre atores sociais, instituições e movimentos culturais por intermédio de ícones, porta-vozes e amplificadores intelectuais. (CASTELLS, 1999, p. 424).

Um exemplo recente de que trata Castells pode ser observado na Guerra da Líbia. Na disputa por poder – ou para permanecer nele -, um dos primeiros gestos da ditadura de Muamar Kadafi foi cortar o sinal de internet no país²⁵. Era uma estratégia para reduzir o poder de comunicação dos grupos rebeldes, mas também para limitar o acesso da comunidade internacional aos fatos que ocorriam dentro do território líbio, como relata Trezzi:

(...) a internet acaba de ser cortada em toda a Líbia. Kadafi não estava há quarenta e um anos no poder à toa. Percebeu logo que cortar a comunicação dos rebeldes seria tão ou mais eficaz do que bombas sobre suas cabeças. Como efeito colateral, o ditador diminuiu o poder de fogo de uma das maiores armas que pesam contra sua cabeça, as revelações da imprensa. Repórter sem internet é como radialista sem microfone, uma volta à pré-história do jornalismo (2013, p. 33).

Trezzi (2013, p. 70) comenta como os governos - no caso da Tunísia, escala para os jornalistas que tentavam ingressar na Líbia - se preocupavam com a transmissão de informações a partir de seu território: “o telefone de satélite que a RBS me deu para levar (...) é confiscado no aeroporto de Túnis. Os militares que tomaram o poder na Tunísia no início do ano consideram telefone satelital equipamento de espião”.

Transformações tecnológicas alteraram radicalmente a forma como as guerras são transmitidas. Em coberturas locais ou na guerra, a utilização de ferramentas de redes sociais para a transmissão de informações elimina o romantismo da ideia do correspondente que ficava por semanas cobrindo um fato, algumas vezes imerso em zonas sem comunicação para emergir

²⁵ Ao ingressar na Líbia, como repórter, em 2011, permaneci seis horas sem comunicação com o exterior. Não havia sinal de telefone ou de internet. Os relatos só foram feitos para a Rádio Gaúcha, em Porto Alegre, quando estava próximo à fronteira com a Tunísia ou depois de deixar a Líbia.

do silêncio com um relato minucioso em várias páginas de jornal e revista. São hoje uma avalanche de relatos no Twitter e no Facebook, transmissões ao vivo por Snapchat²⁶ e outras ferramentas. O livro *Comunicação e jornalismo – A saga dos cães perdidos*, do pesquisador Cyro Marcondes Filho (2000, p. 30), é anterior ao advento das transmissões ao vivo por redes sociais. Mas já antecipava como, no âmbito das relações entre comunicação e tecnologias, “as novas tecnologias virtualizam o trabalho jornalístico impresso e interferem radicalmente nos conteúdos (tanto explícitos quanto subentendidos nas novas técnicas). Ora, não apenas no meio impresso. O que seria, muito antes do Twitter e do Snapchat, a transmissão da rede CNN na Guerra do Golfo, em 1991, senão a virtualização do conflito?

Em relação aos conteúdos, as tecnologias interferem nos mesmos, favorecendo certas linguagens e depreciando outras. A visibilidade técnica (a qualidade da imagem) impõe-se como modelo estético, inicialmente na televisão mas também no cinema, nos painéis publicitários e em todas as mensagens visuais. O fascínio da imagem, definido como critério principal dos meios visuais, passa a ditar a hierarquia da comunicação: primeiro, uma cena tecnicamente perfeita; depois um texto, uma narrativa, uma notícia. A técnica viabiliza uma melhor montagem cênica de notícias e acontecimentos, com efeitos como se fossem reais. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 31).

A relevância da imagem, a institucionalização das fontes (fenômeno que veremos adiante, estudado por Chaparro) e a facilidade das ferramentas que empoderam os informantes levam a outros fenômenos atuais na cobertura da guerra, como a produção e transmissão de vídeos por grupos extremistas ou terroristas. Na primeira década do século XX, as mensagens de Osama bin Laden, líder da rede terrorista Al-Qaeda, eram entregues para transmissão a um canal de TV, a Al-Jazeera, do Catar. Na segunda década deste século, o grupo terrorista Estado Islâmico dispensa esta mediação: publica seus vídeos, mostrando a execução de seus adversários, diretamente no YouTube, site de compartilhamento de imagens, ou em canais próprios de distribuição. Indivíduos e instituições passaram a poder colocar online, com relativa facilidade, dados e informações de valor extremamente desigual e com propósitos muito diversos, o que, entre outras consequências, configuram um quadro novo, marcado nomeadamente por uma desintermediação, ou seja, a diluição do papel de intermediário dos jornalistas, através da seleção e hierarquização da informação. Essa desintermediação atinge também a cobertura de guerra.

²⁶ Snapchat é um aplicativo de mensagens digitais com base de imagens. Criado pelos estudantes Evan Spiegel, Bobby Murphy e Reggie Brown, da Universidade Stanford, permite que os usuários, de forma gratuita, fotografem, gravem vídeos e adicionem textos. Uma de suas principais características é permitir que o usuário escolha o tempo que a imagem da mensagem ficará na tela do receptor. Após este período, a mensagem se autodestroi.

Como toda tecnologia em si, as redes sociais não são positivas ou negativas – não o eram o jornal, o rádio, a TV –, porém, o empoderamento da fonte, diante do uso da internet, expõe situações e cenas de conflitos que antes necessitavam de um jornalista presente. Imagens de manifestações pró-democracia no Irã, massacres perpetrados por forças governamentais, como na Síria, e mesmo manifestações da Primavera Árabe, foram veiculadas diretamente no YouTube. Ainda que devam ser saudadas essas iniciativas, sem as quais jornalistas e público desconheceriam esses fatos, permanece, a meu ver, o alerta e a necessidade de cautela por parte da imprensa profissional de que a veracidade dos eventos nem sempre pode ser certificada.

2.1.10 Características do cenário da correspondência de guerra no Brasil

Não são muitas as referências que tratam da cobertura de guerra no Brasil. Boa parte dos trabalhos refere-se a relatos autobiográficos ou coletâneas de reportagens de jornalistas que atuaram como correspondentes internacionais, enviados especiais ou correspondentes de guerra. Tratam-se de registros interessantes para o conhecimento de tais experiências e, principalmente, de bons textos jornalísticos. Nessa modalidade, destaca-se o trabalho de Silva (2011) que reúne definições e histórias da correspondência internacional, em meio à própria experiência como jornalista no exterior. Outro trabalho de destaque é o de Natali (2004), como obra de referência sobre o jornalismo internacional no Brasil, que traz contribuições relevantes à questão dos profissionais que atuam nessa função específica. Em complemento, indentificamos alguns trabalhos de conclusão de cursos de graduação e de dissertações de mestrado que tratam da trajetória de determinados profissionais ou recortes dentro da temática do jornalismo internacional.

O Brasil participou de poucas guerras. A experiência do jornalista no front e a tradição da imprensa brasileira com relação a conflitos armados estão diretamente relacionados à participação dos governos em conflitos internacionais. Na visão do jornalista Humberto Trezzi, não há uma formação sistemática do jornalista brasileiro voltada para cobrir uma guerra:

O Brasil praticamente não forja esse tipo de profissional, tão comum na Europa e na América do Norte. Aquele sujeito que migra de conflito em conflito, em busca da mais recente e chocante cena de batalha. Não. As empresas brasileiras até possuem correspondentes fixos em outros países, mas eles costumam atuar em assuntos mais amenos, como economia e política. Vez ou outra são deslocados para cobrir uma guerra, como enviados especiais. (TREZZI, 2013, p. 17).

Na pior guerra em que o Brasil se viu envolvido em seu território, a do Paraguai, a imprensa brasileira ainda praticamente não existia como negócio e tinha poucas condições econômicas de enviar correspondentes para cobri-la. Ainda assim, segundo Nelson Werneck Sodré, a revista *Semana Ilustrada* enviou três profissionais para testemunhar o conflito. Joaquim José Inácio, futuro visconde de Inhaúma, Antonio Luiz von Hoonholtz, futuro barão de Tefé, e Alfredo d'Escrangnolle Taunay, o visconde de Taunay, eram oficiais militares servindo no conflito. Escreviam ocasionalmente artigos de caráter propagandístico para a publicação. Os relatos de Taunay, por exemplo, serviram de base para o livro *A retirada de Laguna* (1997), um dos clássicos da correspondência de guerra brasileira, escrito inicialmente em francês. O oficialismo da imprensa brasileira, engajada na conquista dos corações e mentes dos 15% de brasileiros alfabetizados no reinado de dom Pedro II, foi tema de pesquisa de Mauro César Silveira. O jornalista gaúcho, mestre em *Relações Internacionais* e professor de *Jornalismo* da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mergulhou nos arquivos imperiais e analisou revistas nacionais para mostrar em seu livro *A batalha de papel – A charge como arma na guerra contra o Paraguai* (2009) como as charges e caricaturas serviram de propaganda nos anos da guerra, com uma propositada visão tendenciosa, opondo a barbárie paraguaia à ação civilizadora do Brasil e de seus aliados. Também demonstra como esse movimento teve efeitos danosos posteriores para a imagem do país vizinho.

Não há registro do envio de um jornalista brasileiro para a cobertura da I Guerra Mundial. No livro *A primeira guerra mundial e a imprensa brasileira*, Sidney Garambone afirma que, durante o conflito, os jornais brasileiros se valeram de agências internacionais de notícias e da boa vontade de diplomatas em missão no exterior. Júlio Mesquita fez uma série de comentários, publicados semanalmente, com base em agências de notícias e recuperados em quatro volumes da edição chamada *A Guerra* (2002).

No Brasil, o jornalismo internacional esteve ausente nas primeiras décadas da prática jornalística. Natali (2004, p. 21) atribuiu dois motivos a esse fenômeno: primeiro, ao atraso com que as notícias chegavam ao país, já que os textos vinham de navio; segundo, devido ao fato de as publicações nacionais terem de competir com periódicos importados, uma vez que as oligarquias eram bilíngues, tendo acesso a jornais estrangeiros.

Os primeiros indícios de jornalismo internacional no Brasil remontam a 1836, quando começou a circular em Pernambuco o jornal *Gazeta Universal*. O periódico publicava em primeira mão notícias que chegavam nos navios do exterior. Vindas da Europa, as embarcações atracavam primeiro em Recife, antes de seguirem viagem para Rio de Janeiro e São Paulo.

Jornalistas brasileiros só começariam a ser enviados para a guerra propriamente dita,

requisito para ser considerado correspondente de guerra, durante a II Guerra Mundial. Joel Silveira, dos Diários Associados, e Rubem Braga, do Diário Carioca, foram, em uma livre comparação à frase sobre Russell, os pais infelizes da tribo brasileira dos repórteres de guerra.

As reportagens dos brasileiros não fugiram à regra geral da correspondência de guerra de alinhamento por convencimento ou coerção aos objetivos militares nacionais. Rubem Braga chegou a afirmar: “Em tempo de guerra, já é muito não se mentir; dizer a verdade é impensável”. (SILVA, 2011, p. 73).

Escolhido pelo Diário Carioca para ser o enviado à Itália durante a II Guerra, Braga focava sua cobertura na missão dos pracinhas da FEB. Mesmo assim, não esteve perto dos soldados. Seu objetivo foi frustrado por várias razões.

Seus relatos, reunidos no livro *Crônicas da guerra na Itália* (1996), retratam, além do dia a dia dos pracinhas, o dilema brasileiro na participação no conflito: de um lado um governo autoritário de Getúlio Vargas, com tendências fascistas, que censurava a imprensa e prendia dissidentes políticos, por outro, jovens idealistas fazendo no exterior “uma guerra ao lado das potências democráticas”. (BRAGA, 1985, p. 14). Outro brasileiro, Joel Silveira, enviado dos Diários Associados para a II Guerra Mundial, teve maior acesso à tecnologia para mandar suas reportagens, conforme o próprio jornalista relatou em *O inverno da guerra* (2005): “folgada franquia telegráfica” e podendo enviar do front os despachos que quisesse “sem economia de palavras”. (SILVEIRA, 2005, p. 18). Sobre a prática jornalística naqueles meses entre 1944 e 1945, ele descreveu: “O diabo que estava lá (como sempre estive em todas as guerras) é testemunha de que (o trabalho do correspondente de guerra) não foi um passeio”. (SILVEIRA, 2005, p. 9).

Ainda no tocante à história da cobertura de guerra pelo jornalismo brasileiro, tornou-se emblemático o trabalho do repórter José Hamilton Ribeiro, enviado ao Vietnã pela revista *Realidade*. Aos 40 dias de cobertura, Ribeiro acompanhava a Companhia Delta do 8º Batalhão da Divisão de Cavalaria Aeromóvel em uma incursão para reconhecimento e “limpeza” em uma aldeia de agricultores. Ali, pisou em uma mina. “Senti na boca um gosto ruim, como se tivesse engolido um punhado de terra, pólvora e sangue – hoje eu sei, era o gosto da guerra”, escreveu em seu diário (RIBEIRO, 2005, p. 20), um dos mais pungentes relatos de guerra do jornalismo brasileiro. A reportagem para a *Realidade* ganharia o Prêmio Esso de 1968 e se transformaria no livro *O gosto da guerra* (2005).

No Rio Grande do Sul, destacaram-se jornalistas como Flávio Alcaraz Gomes, que cobriu a Guerra dos Seis Dias e o Vietnã pela Companhia Jornalística Caldas Jr., e Carlos Kolecza, que esteve em ambos os conflitos por Zero Hora.

Com a crise brasileira da dívida externa, no início dos anos 1980, e também com o avanço da tecnologia e o advento da internet – possibilitando acesso ao front de forma virtual, a milhares de quilômetros de distância, sem necessidade urgente da presença de um correspondente no local, escritórios no exterior foram reduzidos ou encerrados, e o número de correspondentes que mora fora do Brasil foi diminuindo.

Mesmo assim, na primeira década do século XXI, eventos como os atentados nos EUA, em 11 de setembro de 2001, trouxeram uma sobrevida ao jornalismo internacional. Nessa nova onda, editoras e jornalistas acordaram para o fenômeno de transformar coberturas de guerra em gênero literário, com destaque para a Editora Objetiva, do Rio de Janeiro, que criou a Coleção Jornalismo de Guerra²⁷, a partir dos anos 2000. Nos primeiros 10 anos do novo século, grupos de comunicação brasileiros, especialmente do eixo Rio-São Paulo, enviaram profissionais para o front, com destaque para Sérgio D'Ávila, ao Iraque, Lourival Sant'Anna, para o Paquistão e o Afeganistão e Líbano, e Andrei Netto, para a Líbia.

Apesar disso, hoje, no Brasil, são poucas as empresas de comunicação que ainda mantêm profissionais no exterior, sendo ainda mais raras aquelas que enviam um jornalista para a cobertura de uma guerra. Saem perdendo o leitor, o registro histórico e, em última análise, a sociedade, que, privada do direito à informação garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), tem limitada sua capacidade de visão e reflexão dos fatos.

Com base na revisão histórica da imprensa do Brasil, percebe-se que o jornalismo brasileiro dispõe de características próprias, de seus jornalistas, tradição e aspectos econômicos que influenciam diretamente na forma como aborda a prática jornalística em áreas de guerra.

2.2 Fundamentação teórica

Nessa segunda grande seção da presente pesquisa acadêmica, consta a fundamentação teórica do trabalho, tendo como foco conceitos sobre o fazer jornalístico, a relação entre jornalista e fonte e os estudos de processos de produção jornalística. Meu objetivo é levantar alguns aspectos teóricos com base nos estudos desenvolvidos sobre o campo jornalístico como um lugar relevante na construção da realidade social. Entendo a notícia segundo o conceito de Vizeu (2007, p. 223) como

²⁷ Até maio de 2015, a coleção Jornalismo de guerra, da editora Objetiva, havia lançado os seguintes títulos: A queda de Bagdá (2004), O inverno da guerra (2005), O gosto da guerra (2005), Despachos do front (2005), Diários de Guadalcanal (2005), Um escritor na guerra (2008) e A face da guerra (2009).

uma representação social da realidade cotidiana, um bem público, produzido institucionalmente, submetido às práticas jornalísticas, possibilita o acesso das pessoas ao mundo dos fatos (dia a dia) ao qual não poderiam aceder de maneira imediata.

2.2.1 O jornalismo e o jornalista

Conforme Traquina (2012, p. 20), o jornalismo pode ser explicado como “a resposta à pergunta que muita gente se faz todos os dias – o que é que aconteceu/está acontecendo no mundo?, no Timor? no meu país?, na minha terra? – o que aconteceu no julgamento de um ex-presidente de um clube desportivo desde ontem – quem ganhou o jogo?”.

Ao longo dos séculos, as pessoas têm buscado se informar sobre os fatos que as rodeiam, usando o jornalismo para se manterem em dia com os últimos acontecimentos, trazendo-lhes conhecimento dos episódios que lhes permitam participar de conversas pessoais e de grupo. Nesse sentido, ainda segundo Traquina, pode-se dizer que o jornalismo é um conjunto de “estórias”, “estórias” de vida, “estórias” das estrelas, “estórias” de triunfo e tragédia.

Os jornalistas veem os acontecimentos como “estórias” e as notícias são construídas como “estórias”, como narrativas, que não estão isoladas de “estórias” e narrativas passadas. (...) Poder-se-ia dizer que os jornalistas são os modernos contadores de “estórias” da sociedade contemporânea, parte de uma tradição mais longa de contar “estórias”. (TRAQUINA, 2012, p. 21).

Existe um acordo tácito entre os que escolhem a profissão de jornalista e o leitor/ouvinte/telespectador: o principal produto do jornalismo contemporâneo, a notícia, não se trata de ficção, isto é, os acontecimentos ou personagens das notícias não são invenções dos jornalistas. A transgressão dessa fronteira incorre em “um dos maiores pecados da profissão de jornalista, merece a dura condenação da comunidade de profissionais e pode representar o fim de uma eventual promissora carreira” (TRAQUINA, 2012, p. 20).

Na democracia, o jornalismo tem um papel central. Nesse sistema de governo, a missão do jornalista constituiu-se em informar o público sem censura. Nesse sentido, reserva-se ao jornalismo não apenas o papel de informar aos cidadãos, mas também, num quadro de *checks and balances* (a divisão de poder entre poderes que formam um Estado), a responsabilidade de ser o cão de guarda (na expressão norte-americana *watchdog*) da sociedade, como fiscalizador do poder público. O jornalismo dentro de um sistema totalitário - seja nas suas formas seculares, como por exemplo, o nazi-fascismo, ou em sua forma religiosa, como no antigo regime do Talibã no Afeganistão – torna-se propaganda a serviço do poder instalado.

Existe uma relação simbiótica entre jornalismo e democracia. Mas a própria teoria democrática definiu claramente um papel antagônico entre o poder político e o jornalismo, historicamente desde o século XIX chamado de o “Quarto Poder” – aquele que fiscaliza os desmandos do poder público.

Na história dos estudos de comunicação, algumas correntes teóricas contribuíram para a compreensão dos jornalistas na prática profissional. Se observarmos o chamado Modelo de Laswell (quem diz o que, a quem, por qual meio, com que efeito), que esquematizou a estrutura básica de um processo comunicacional, a análise sobre o “quem” veio contribuir para a compreensão sobre um dos lados do processo, ou seja, quem são e como agem os produtores de informação e conteúdos midiáticos. No caso do jornalismo, uma série de estudos, iniciados nos EUA e pertencentes a uma “sociologia dos emissores” (WOLF, 1999), passou a questionar por que as notícias são como são, qual o papel do jornalismo na sociedade e, especialmente, qual o papel dos jornalistas na produção das notícias.

Ainda no início da *Mass Communication Research*, o modelo dominante do profissional era o do selecionador, depois, em 1950, foi atualizado com o conceito de *gatekeeping*, estabelecido por Kurt Lewin, na definição da ação do jornalista que seleciona quais acontecimentos se tornarão notícias. Na década de 1960, surge o modelo do defensor (*advocate*) e, na década seguinte, diversos estudos passam a se debruçar sobre os processos de produção das notícias (*Newsmaking*) e o papel dos jornalistas na dinâmica industrial. De acordo com Alsina (2009), esses modelos, que coexistem e não se sobrepõem, foram correlacionados às principais correntes de pesquisas em comunicação: funcionalista, crítica e interpretativa.

Nas primeiras décadas do século XX, as pesquisas americanas que mais se destacaram seguiram a influência do paradigma funcionalista, de bases positivistas, dominante na época em diversas áreas do conhecimento. Sob esse prisma, a noção é a de um jornalista enquanto cumpridor de uma “função profissional”: a de selecionar os acontecimentos que se tornarão notícias. Já a perspectiva crítica enfatiza o papel político dos meios de comunicação e, desse modo, eles não só transmitem informações como também atuam como agentes políticos. Partindo disso, o jornalista assume essa função, comprometido com a realidade social, a fim de perceber as injunções sociais, afirma Alsina (2009). Por fim, a perspectiva interpretativa se dedica a analisar a realidade social, sem pretensões de manter o *status quo* (paradigma funcionalista) ou de modificá-lo (perspectiva crítica). “Portanto, a perspectiva interpretativa observa o jornalista como um construtor da realidade a partir de uma institucionalização do seu próprio papel e de determinados mecanismos de produção”. (ALSINA, 2009, p. 214).

É da produção do real que trata o modelo construtivista do *Newsmaking*. Sobre os modos de produção da notícia, Tuchman (1973) propõe superar a visão das notícias como distorção ou reflexos do real e encará-las como reconstituições do mundo cotidiano, onde a realidade é socialmente construída, e o profissional jornalista participa desse processo de construção. Para tanto, organizações e profissionais buscam exercer um controle do trabalho jornalístico por meio de uma rotinização, que, muitas vezes, é dificultada pela variabilidade da matéria-prima (ou seja, os acontecimentos), e por meio de categorias e tipificações que visam a uma classificação dos eventos/fatos como notícias, diminuindo assim essa variabilidade e possibilitando organizar o dia de trabalho e a produção de notícias.

As empresas jornalísticas precisaram se organizar no tempo e no espaço, unificando as práticas e estabelecendo rotinas para a produção da notícia, desenvolvendo técnicas de apuração e redação, critérios de noticiabilidade, entre outras. Para dar conta do processo industrial, os jornalistas desenvolveram três tipos de competências profissionais: o saber de reconhecimento, que propicia ao jornalista identificar quais fatos têm potencial para serem contextualizados no formato de notícia, com o auxílio de valores-notícia; o saber de procedimento, por meio de técnicas de investigação, apuração e recolhimento dos dados, e relativas à seleção das fontes; e o saber de narração, que consiste na capacidade de compilar todas essas informações e agrupá-las em uma narrativa noticiosa, em tempo útil e de forma interessante. Tais saberes, em muitos países, foram organizados em conteúdos transmitidos formalmente por meio de cursos universitários.

Esta pesquisa acadêmica foca sua análise no saber de procedimento, uma vez que é na apuração, investigação e checagem junto às fontes durante a cobertura de guerra que se dão importantes afetações da prática do jornalista.

2.2.2 As competências de procedimento

No prefácio do livro *Os elementos do jornalismo*, Kovach e Rosenstiel estabelecem nove itens como fundamentais para a prática jornalística:

1. A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade.
2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos.
3. Sua essência é a disciplina da verificação.
4. Seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem.
5. O jornalismo deve ser um monitor independente do poder.
6. O jornalismo deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público.

7. O jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante.
8. O jornalismo deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional.
9. Os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 22-23).

Diante das competências exigidas, a de procedimento se tornou o dever mais simbólico para a prática discursiva jornalística. Trata-se de apuração, de checagem de informação, do que os norte-americanos consideram como a “essência do jornalismo”. Por isso, Kovach e Rosenstiel (2003) defendem a verificação como uma disciplina da atividade jornalística.

O processamento e estruturação dos conteúdos vividos por meio da comparação dos modelos de interpretação gravados no cérebro acontecem em todas as formas de conhecimento. Tanto no senso comum quanto na ciência e no jornalismo, os estímulos advindos do mundo exterior são gravados e estruturados em comparação com aquilo que já sabemos sobre determinado assunto. Por meio de um determinado procedimento, jornalistas entram em contato com a realidade e confrontam as suas hipóteses com a realidade.

Ao produzir uma notícia ou reportagem, jornalistas repetem um mesmo caminho, consciente ou inconscientemente, que é apreendido no processo de socialização nas redações e determinado por rotinas produtivas. Procedimentos de escolha do tema, enquadramento, seleção de fontes, formulação de perguntas exigem uma racionalidade mínima. As fontes escolhidas precisam estar relacionadas com aquilo que o jornalista quer descobrir, ou seja, os informantes precisam ser adequados para fornecer as informações de que o jornalista precisa para sua reportagem.

No entanto, o trabalho jornalístico não é determinado unicamente pela busca por informações, mas também pelas expectativas do leitor, pela estrutura organizacional das empresas jornalísticas e pelos valores profissionais dos jornalistas. Reconhecemos no acontecimento guerra, situação extrema de violência e interesses políticos, econômicos e sociais em jogo, um acontecimento ainda mais complexo, fora da rotina cotidiana do noticiário, a influenciar o trabalho jornalístico.

Em 1989, S. Holly Stocking e Paget H. Gross escreveram um livro chamado *How do journalists think: a proposal for the study of cognitive bias in newsmaking*, que ilumina a área dos processos cognitivos do jornalismo e nos ajuda a compreender como os eventos são processados nas mentes de quem faz as notícias. Os dois professores afirmam que o processo cognitivo dos jornalistas está dividido em seis fases distintas: estímulo, categorização, geração de teorias, teste das teorias, seleção da informação e integração da informação.

Segundo os autores, os estímulos que o mundo real oferece são maiores do que a capacidade de percepção, por isso jornalistas escolhem parte desses estímulos. Ora, em uma situação de conflito, esses estímulos são ainda maiores e intensos: o correspondente de guerra, mais do que seus colegas que cobrem notícias nacionais ou locais, capta uma parte ainda mais restrita desses sinais. Essa captação, subjetiva por natureza, compõe o processo de conhecimento. Através desse, os estímulos são, então, processados e estruturados.

Esses estímulos só podem ser conhecidos porque correspondem a uma situação ou a um objeto que já se conhece. Para tornar isso óbvio, um observador não precisa conhecer gatos siameses toda vez que encontra um. Nós entendemos o novo siamês de um amigo porque nós temos outros objetos como este gravado na nossa memória. (STOCKING; GROSS, 1989, p. 9).

Ainda segundo os autores, os jornalistas classificam o estímulo escolhido dentro daquilo que já conhecem, o que se vivenciou adquire um sentido. Através desse processo, o novo conteúdo vivenciado é categorizado, ou seja, é reconstruído em um novo contexto. O que aconteceu recebe uma ou algumas etiquetas.

Um exemplo disso ocorreu durante a Guerra da Bósnia, quando alguns jornalistas europeus compararam os campos de prisioneiros de guerra a campos de concentração nazistas, uma experiência histórica que faz parte dos conteúdos vivenciados, ou lidos, por eles anteriormente. Diferentemente dos colegas, Cristiana Mesquista, correspondente brasileira no conflito, comparou a situação dos campos na Bósnia com o a das prisões brasileiras.

Geralmente, jornalistas rotulam os acontecimentos de maneira parecida pois já os recebem de assessorias de imprensa, agências de notícias, organizações nas ou com as quais trabalham ou através de acordos com outros jornalistas. Quando um campo de prisioneiros de guerra é comparado a um campo de concentração nazista são tiradas conclusões *a priori* a esse respeito, sem que essas tenham sido necessariamente observadas. Deduz-se, por exemplo, que as pessoas presas nesses campos de guerra eram sistematicamente eliminadas, o que, empiricamente, não aconteceu no caso da Bósnia.

A próxima etapa do pensamento cognitivo do jornalista, ainda conforme Stocking e Gross (1989, p. 8), é a construção de uma teoria ou de hipóteses. A maior parte dos jornalistas, segundo os autores, desenvolve hipóteses sobre o que noticiam. Trata-se de uma tentativa de explicar o acontecimento, segundo seu pré-conhecimento do assunto, suas crenças, experiências e valores-notícia. “Assim, a hipótese “X é um mentiroso” pode gerar uma história melhor do que “X é honesto”. Nestas circunstâncias, os repórteres podem ser levados a fazer o

tipo de perguntas que possa levá-los a uma pauta mais quente”. (STOCKING; GROSS, 1989, p. 30).

Stocking e Gross (1989, p. 24) chegam a afirmar que jornalistas mais experientes tendem a explicar os acontecimentos por meio de teorias complexas e já existentes, enquanto repórteres iniciantes desenvolvem hipóteses novas e mais simples.

Na quarta fase, os jornalistas testam suas hipóteses. Para isso, selecionam fontes, formulam perguntas e lidam com seus entrevistados de determinadas maneiras. Uma característica geral, segundo os autores, é que as pessoas tendem a tentar confirmar suas hipóteses. No método jornalístico, isso ocorre por meio da escolha das fontes e de perguntas que possam confirmar seu próprio ponto de vista.

Na quinta fase do método traçado pelos autores, as informações levantadas são escolhidas. O princípio é o mesmo da fase anterior: informações são selecionadas para confirmar as hipóteses dos repórteres. Logo, dados e declarações que podem refutá-las são ignorados. Os que confirmam as hipóteses são destacados. Outra estratégia, segundo Stocking e Gross, é mostrar “os dois lados” de um problema, mas com meios diferentes: um dos lados é apresentado com o testemunho de uma fonte; o outro é descrito com dados.

No último estágio, as informações são integradas. Nesta fase, deve-se considerar três processos cognitivos: a produção de conexões (onde não há), a simplificação de objetos complexos e o papel de algumas pessoas ou alguns fatores são sobrevalorizados (STOCKING; GROSS, 1989, p. 47).

Outra tentativa de sistematização da prática jornalística foi trabalhada por Elise K. Parsigian (1992), que busca uma explicação do procedimento dos jornalistas no seu contato com a realidade por meio de uma comparação com o método das ciências sociais, nesta sequência: delimitação do tema; levantamento de informações sobre o problema; definição do design da investigação: decisão sobre quem será entrevistado sobre o que; levantamento dos dados: entrevistas, leitura de documentos; codificação dos dados: revisão e organização das informações, eliminação dos dados irrelevantes; análise dos dados: o jornalista verifica os dados de acordo com sua coerência, as suas contradições, a confiabilidade da fonte, comparação da declaração da fonte com as informações dos documentos; avaliação do editor; redação.

Um terceiro pesquisador, Mark Fishman, em seu livro *Manufacturing the news* (1980), examinou o processo de produção de notícias do ponto de vista das rotinas jornalísticas e observou as seguintes fases: detectar eventos; interpretá-los como eventos significativos; investigar seu caráter factual; construí-los como histórias ou notícias. Além de sistematizar o método jornalístico, Fishman reflete sobre a relação entre o jornalista e a fonte:

A declaração “alguém disse que...”, no entanto, só pode ser tratada como noticiável se a fonte for classificada como competente. Competência tem pelo menos dois significados: 1) a fonte tem a capacidade, o talento ou o saber acumulado sobre algo ou 2) a fonte recebeu a tarefa de fazer algo, é responsável por isso. No entanto, dentro da rotina jornalística, os dois são reduzidos a um único significado. Assim, o chefe da polícia é uma fonte competente para fornecer informações sobre as investigações de um crime. Isso não significa necessariamente que ele seja um bom policial, mas é a autoridade responsável pelo caso. (FISHMAN, 1980, p. 96).

Fishman divide as fontes a partir de sua capacidade de oferecerem perspectivas diferentes e pontos de vistas às vezes conflitantes para compor a reportagem. Nesse sentido, as fontes podem ser distintas por sua posição geográfica; posição temporal; competência (natural, experiência ou socioestrutural); divergências na defesa de interesse ou pontos de vista diferentes. (FISHMAN, 1980, p. 121).

O autor complementa o trabalho refletindo sobre os *news promoters*, ou seja, os fornecedores de notícias, como, por exemplo, as assessorias de imprensa. Ele afirma que esse trabalho obedece a interesses econômicos, de forma que a dependência por parte dos jornalistas desses profissionais se deve às rotinas de produção, às quais se somam o interesse das empresas em custos mínimos.

Enquanto todos os pesquisadores descritos aqui tentam sistematizar o método de trabalho dos jornalistas, Michael Haller, ex-repórter da revista *Der Spiegel* e professor de jornalismo, desenvolveu o que chama de “investigação jornalística metódica”, algo como uma cartilha de como os jornalistas deveriam agir. O método se divide da seguinte forma:

Primeiro passo: estimar a relevância;

Segundo passo: averiguar;

Terceiro passo: ampliar as informações;

Quarto passo: formular hipóteses;

Quinto passo: testar hipóteses;

Sexto passo: redigir.

Segundo Haller (2000 apud SPONHOLZ, 2009), a primeira questão que o repórter deve definir é quais são as perguntas, informações e fontes relevantes para trabalhar o tema. Uma vez que o assunto tenha sido escolhido e delimitado, ou seja, depois que se esclareceu o que é importante saber sobre o tema e o que deve ser descoberto ou esclarecido, as informações devem ser levantadas e averiguadas. A busca por informações não envolve somente pessoas, mas também documentos, livros, páginas da internet e artigos de jornal.

Em seguida, segue-se a ampliação do nível de informações. Para isso, o jornalista deve partir de uma tese de investigação. A pesquisa acaba quando o repórter puder contar e reconstruir a sua tese. (HALLER, 2000 apud SPONHOLZ, 2009). Segundo Haller (2000 apud SPONHOLZ, 2009), é depois da averiguação e ampliação das informações que o jornalista formula suas hipóteses. Essas não vêm de uma teoria, mas sim das informações reunidas pelo jornalista sobre o caso.

Haller (1991 apud SPONHOLZ, 2009) distingue entre o nível factual (perguntas como quem, o que, onde e quando) e o nível de interpretação (como e por que). O repórter só deve se concentrar no nível interpretativo depois que o nível factual tiver sido esclarecido. A formulação das hipóteses corresponde à busca por respostas sobre como e por que (HALLER, 1991 apud SPONHOLZ, 2009).

A apuração dos níveis factual e interpretativo exige tipos diferentes de fontes. No caso do nível factual, as fontes imparciais são de importância central. Pertencem a essa classificação fontes que podem esclarecer o nível factual em primeiro lugar: especialistas, material de arquivo e de bibliotecas, testemunhas ou pessoas que conhecem alguém envolvido no evento, ou seja, as fontes mais “neutras” possíveis.

Como Haller (1991 apud SPONHOLZ, 2009) recomenda, as entrevistas começam sempre com as pessoas menos envolvidas. Primeiro porque elas não têm, aparentemente, motivos para passar informações falsas ou apresentá-las de forma parcial; segundo porque elas geralmente têm um panorama de conhecimento mais amplo do que os envolvidos. Elas podem dar uma visão do que aconteceu de maneira mais precisa.

O jornalista necessita dessas informações porque as fontes envolvidas ou afetadas têm maior probabilidade de retratar os acontecimentos única e exclusivamente a partir de suas próprias perspectivas. A pesquisa do nível interpretativo envolve as fontes que estão diretamente envolvidas no problema e, por isso, são provavelmente parciais. Durante a apuração do nível interpretativo – segundo Haller (1991 apud SPONHOLZ, 2009) – as hipóteses são testadas.

Os esquemas para a apuração de uma notícia definidos por Stocking e Gross, Parigian, Fishman e Heller podem ser sintetizados da seguinte forma:

- a) Escolha do objeto: seleção dos temas, interpretação/categorização do acontecimento;
- b) Pré-investigação: averiguação das informações já disponíveis, escolha das fontes para esclarecer o nível factual e ampliação das informações;
- c) Formulação de hipóteses;

- d) Teste das hipóteses: escolha das fontes para o nível interpretativo, formulação das perguntas (roteiro da entrevista) e realização das entrevistas;
- e) Seleção das informações levantadas;
- f) Redação.

2.2.3 A questão das fontes

A história do jornalismo jamais caminhou sem as fontes. Essa premissa ganhou força de paradigma impregnado na cultura das redações e sintetizado em uma frase que integra o saber cotidiano dos jornalistas: “Bom repórter é aquele que tem boas fontes”. No senso comum da profissão, qualquer pessoa pode ser uma fonte de informação.

Para Traquina, “uma fonte é uma pessoa que o jornalista observa ou entrevista e que fornece informações. Pode ser potencialmente qualquer pessoa envolvida, conhecedora ou testemunha de determinado acontecimento ou assuntos”. (2012, p 192). Para ter acesso a informações, muitas vezes exclusivas, é aconselhável, segundo a tradição das redações, que o jornalista “cultive” fontes. Diz Traquina: “O desenvolvimento da relação com a fonte é um processo habilmente orientado com paciência, compreensão e capacidade de conversação sobre interesses comuns, até formar um clima de confiança”. (2012, p. 192).

Para Pena (2005), a fonte de qualquer informação nada mais é do que a subjetiva interpretação de um fato: “sua visão sobre determinado acontecimento está mediada pelos óculos de sua cultura, sua linguagem, seus preconceitos. E, dependendo do grau de miopia, a lente de aumento pode ser direcionada para seus próprios interesses” (2005, p. 57).

O modelo teórico de Shanon e Weaver, da metade do século XX, baseia-se no tripé fonte/receptor/transmissor. Para Lage (2011), entre o fato e a versão que o jornalista divulga, há um processo de percepção e interpretação que é a “essência da atividade dos jornalistas”. Esse processo está presente em outro modelo, o de George Gerbner, também analisado por Lage, que leva em conta a seleção, contextualização e avaliação dos eventos, e estabelece a função de representar subjetivamente a realidade antes de transmiti-la.

O processo de percepção e interpretação da realidade, então, seria, para esse autor, a parte mais importante na hora de reportar fatos e testemunhos. De acordo com Lage, sua transformação em modelos mentais, e, depois, em proposições linguísticas, fotografias ou imagens em movimento passa a ser uma tarefa coletiva, que começa exatamente na fonte, a primeira a formular uma representação para ser levada adiante: “Cada indivíduo da cadeia

informativa entende a realidade conforme seu próprio contexto e seu próprio enfoque de memória”. (LAGE, 2011, p. 54).

Há diversos níveis de mediação. E, no decorrer desse processo, os próprios jornalistas tornam-se fontes, pois fazem relatos para os outros produtores da notícia em escala industrial. Não é incomum, no caso de coberturas de guerra ou mesmo em nível local, jornalistas serem fontes primárias, secundárias ou terciárias para colegas que chegam atrasados a um acontecimento.

Na teoria do jornalismo, uma categoria importante de fonte é a testemunhal. Como o próprio nome diz, ela tem relação direta com o fato, já que foi sua testemunha. Mas é preciso lembrar que seu relato sempre está mediado pela emoção, pelos preconceitos, pela memória e pela própria linguagem. Testemunha é apenas a perspectiva de um fato, jamais sua exata e fiel representação.

Por sua relação direta com a informação, a fonte testemunhal também está inserida na categoria de fonte primária. Já a secundária é um tipo de fonte bastante utilizada para contextualizar a reportagem. Ambas categorizações são referências para jornalistas em uma guerra. Em uma reportagem sobre o conflito no Iraque, por exemplo, soldados e moradores de Bagdá seriam fontes primárias, enquanto cientistas políticos e analistas militares seriam fontes secundárias.

O elo entre acontecimento-fonte-notícia é visto como básico na formação do processo jornalístico. Nem sempre o jornalista testemunha a cena a ser contada. Logo, os profissionais descrevem os acontecimentos a partir de relatos secundários ou terciários. Quando os jornalistas ficam impedidos da observação direta, o discurso jornalístico acaba dependente inteiramente do que as fontes revelam. É quando cada um dos lados diz ou deixa de dizer o que lhe convém. Quanto mais complexo é o fato, mais as fontes têm aumentado o seu poder de dizer.

Fontes normalmente são pessoas ou instituições com algum nível de interesse. Para Traquina, os jornalistas utilizam três critérios para avaliar a confiabilidade da informação: a autoridade, a maioria das pessoas acredita na autoridade da posição, quanto mais prestigioso for o título ou a posição do indivíduo, maior será a confiança das pessoas na sua autoridade, o que leva os jornalistas a utilizarem uma determinada fonte “mais pelo que é do que pelo que sabe” (2012, p. 193); produtividade, fontes que reúnem e fornecem materiais suficientes para fazer a notícia sem que o jornalista tenha que recorrer a muitas outras fontes; e credibilidade, as fontes devem ser tão críveis que a informação fornecida exija o mínimo possível de controle.

Com base nesses critérios, seria adequado afirmar que as fontes oficiais corresponderiam melhor do que outras às necessidades de processo das redações – isso reforça,

como vimos ao longo da revisão bibliográfica sobre a história da correspondência de guerra, sua capacidade de manipular o jornalista ou de mentir. As fontes institucionais, entre elas governos ou grandes empresas, estão entre as de mais fácil acesso ao jornalista, uma vez que possuem departamentos de comunicação organizados para passar informações supostamente verdadeiras. Também estas são legitimadas, como fontes de consulta obrigatória de acordo com as normas de trabalho do jornalista. Por força da organização dos processos mercadológicos e industriais do fazer jornalístico, que limita a apuração a *deadlines*, essas fontes acabam ainda por contribuir para uma maior agilidade por parte do jornalista: são as mais acessíveis, sistematizadas e, em tese, rápidas na resposta.

Isso explica porque as fontes oficiais dominam o processo de produção de notícias. Mauro Wolf (1999) destaca que a rede de fontes que os órgãos de informação estabelecem como instrumento para seu funcionamento reflete, por um lado, a estrutura social e de poder existente e, por outro, organiza-se a partir das exigências dos procedimentos produtivos. Por vezes, esse acesso “privilegiado” contribui, como afirma Livolsi, para uma institucionalização das fontes. “Uma série de agentes sociais tem uma espécie de direito de acesso semiautomático aos meios de comunicação, tanto no tocante a transmitir a mensagem que eles desejam, quanto a conseguir a correção de uma informação que os afeta e com a qual não estão de acordo.” (LIVOLSI, 1985 apud ALSINA, 2009). Essas fontes, em determinados acontecimentos, se tornam rotineiras, ou seja, são acionadas com frequência.

Para Pena, as fontes oficiais são sempre as mais tendenciosas. Têm interesses a preservar, informações a esconder e beneficiam-se da própria lógica do poder que as coloca na clássica condição de instituição. Governo, institutos, empresas, associações e demais organizações estão nessa categoria.

Em oposição a esse tipo de informante, Alsina classifica as fontes “não rotineiras” como importantes para os jornalistas quando é necessário ir além da informação de fácil acesso.

Uma outra forma de categorização abordada por Alsina relacionada ao discurso do jornalista parece adequada, principalmente quando analisamos o trabalho do correspondente de guerra: as fontes utilizadas e as fontes mencionadas: “A princípio, as fontes mencionadas são também fontes utilizadas, mas nem todas as fontes utilizadas são mencionadas”. (ALSINA, 2009, p. 173). Em seus estudos, Alsina concentra a análise sobre as fontes mencionadas, argumentando que estas têm grande importância no discurso e que se institucionalizam socialmente: “Inclusive, poderíamos dizer que elas são elementos essenciais para o estatuto da prevaência da verdade desses discursos”. (ALSINA, 2009, p. 174).

Outras tipificações e classificações dos diferentes tipos de fontes são determinadas por outros autores, como Manuel Pinto, do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, em Portugal.

1. segundo a natureza: fontes pessoais ou documentais;
2. segundo a origem: fontes públicas (oficiais) ou privadas;
3. segundo a duração: fontes episódicas ou permanentes;
4. segundo o âmbito geográfico: fontes locais, nacionais ou internacionais;
5. segundo o grau de envolvimento nos fatos: oculares/primárias ou indiretas/secundárias;
6. segundo a atitude face ao jornalista: fontes ativas (espontâneas) ou passivas (abertas, resistentes) (Caminos Marcet, 1997; Borrat cit. in Bezunartea et al. 1998, p. 81-82);
7. segundo a identificação: fontes assumidas/explicitadas ou anónimas/confidenciais;
8. segundo a metodologia ou a estratégia de actuação: fontes pró-activas ou reactivas (MCNAIR, 1998, p. 147-150), preventivas ou defensivas. (PINTO, 2000, p. 279).

É preciso salientar que as reflexões e categorias descritas até aqui se dão a partir do ponto de vista da produção. Ou seja, a fonte é categorizada segundo os critérios do jornalista. É necessário, entretanto, também pensar o binómio fonte-jornalista a partir do poder da fonte. Neveu (2001 apud ALSINA, 2009) descreve estratégias utilizadas pelas mesmas para influenciar os jornalistas: punição e prêmio. Repórteres que fazem críticas a uma instituição podem ser repreendidos pela fonte ou ter seu trabalho questionado perante superiores. Por outro lado, uma vez que o jornalista publica uma informação do interesse da fonte, pode receber novas informações, algumas exclusivas, com potencial de alavancar sua carreira ou lhe trazer méritos e reconhecimentos entre os colegas de trabalho e na comunidade.

Outra estratégia é a de fazer com que o repórter fique em dívida com a fonte. É comum no Brasil empresas, ao lançarem novos produtos, presentear jornalistas ou convidá-los a uma viagem, com despesas pagas. Normalmente, são destinos nos quais o jornalista dificilmente teria condições de ir por suas próprias economias ou para os quais o jornal não enviaria seu profissional devido ao pouco interesse jornalístico pelo local. Com o objetivo de prevenir esses prêmios, algumas publicações têm, entre suas normas, o princípio de rejeitar presentes, gratificações ou compensações financeiras – embora viagens a convite ainda seja habitual na imprensa brasileira.

Deturpações da ética ou manipulações também ocorrem a partir do jornalista. Não é incomum o repórter tentar subornar uma fonte, ou, inclusive influenciá-la a dizer o que não

quer. Janet Malcolm (2004 apud ALSINA, 2009), em sua obra *O jornalista e o assassino*, ilustra uma atitude corrente, que podemos associar à prática na guerra. O jornalista, querendo conquistar a confiança da fonte, a faz crer que está ao seu lado e que ele a apóia. Porém, redige o texto de forma diversa do perfil “amigável” que pareceu ter diante da fonte.

Em seu livro *A construção da notícia*, Alsina (2009) destaca as interrelações entre o jornalista e as fontes, citando um estudo realizado por Gieber e Johnson, intitulado *The city hall beat: a study of reporter and sources roles*, de 1961. Ao analisarem o envolvimento dos repórteres com as fontes do meio político – mas que pode ser estendido a qualquer tipo de cobertura, inclusive na guerra -, os pesquisadores anotam três tipos de relações:

Independência – Quando há um distanciamento entre quem gera informação e quem informa sobre ela. Nesses casos, as fontes que poderiam passar a informação ao jornalista recusam-se a dá-la, o que obriga o repórter a buscar alternativas ou mesmo utilizar técnicas de apuração não convencionais, como as do jornalismo investigativo.

Cooperação – Fonte e jornalista têm objetivos em comum: um precisa que a informação seja publicada, enquanto o outro precisa obter notícias. Nesses casos, a cooperação é total.

Em ocasiões, determinadas fontes fazem vazar alguma informação que têm interesse em que seja publicada e que os meios de comunicação não têm como resistir. Também pode acontecer que a fonte tenha interesse em aparecer na mídia e o jornalista negocia com ela para que, em outra oportunidade, ela lhe repasse informação quando ele quiser e achar que exista um maior interesse jornalístico. Essa troca de favores vai criando uma série de relações e de complicações entre o jornalista e suas fontes. (ALSINA, 2009. p. 169).

A fonte faz a notícia – É o caso das comunicações oficiais. Nesse mesmo sentido, percebe-se uma profissionalização das fontes (NEVEU, 2001 apud ALSINA, 2009) e que Chaparro (2004) irá chamar de revolução das fontes.

As pessoas que trabalham em gabinetes de comunicação conhecem perfeitamente o trabalho jornalístico e, dessa forma, podem se adiantar às expectativas dos jornalistas e apresentar-lhes dossiês perfeitamente completos, que facilitam o trabalho do jornalista. Mas isso nos leva ao seguinte resultado: a fonte, praticamente, é quem redige a notícia. (ALSINA, 2009, p. 170)

Chaparro (2004, online) dedicou-se ao estudo do que chama de revolução das fontes. Segundo o pesquisador, a tecnologia permitiu que as fontes adquirissem capacidade de produzir conteúdos noticiosos “embutidos em ações e falas recheadas de ingredientes jornalísticos. Incorporaram a notícia ao acontecimento que produzem”. Os sujeitos institucionais passaram a exercer o direito de dizer.

Ao contrário do que alguns pensam, a força das fontes não está na quantidade de press-releases distribuídos nem na frequência de entrevistas coletivas que organizam. O poder das fontes está na capacidade adquirida de produzir conteúdos noticiosos, embutidos em acontecimentos recheados de ingredientes jornalísticos. Se preferirem, é o poder de gerar e alimentar conflitos cujo sucesso interessa ao relato jornalístico e só no relato jornalístico se realiza. (CHAPARRO, 2004, online).

Não apenas a tecnologia permite maior acesso de instituições – e do outrora receptor em geral – às ferramentas da produção jornalística. O mercado de trabalho deslocou jornalistas experientes de redações para as assessorias de imprensa ou para funções em escritórios de comunicação institucional. Para Chaparro, antes relegadas a objetos, as fontes “se organizaram, adquiriram competência, poder e querer, transformando o jornalismo no espaço público de suas ações discursivas. Ou seja: incorporaram a notícia ao acontecimento que produzem”. (CHAPARRO, 2004, online). É o que o autor chama de quarta grande revolução do jornalismo²⁸.

Ao criticar, a relação passiva com que os jornalistas tratam as fontes, Chaparro decreta a queda das fronteiras que separavam informantes e redações. Segundo o pesquisador, as fontes, hoje sujeitos institucionalizados, se capacitaram para produzir acontecimentos noticiáveis. Aprenderam a gerar conteúdos e a interferir na pauta jornalística. “Transformaram o jornalismo em espaço público dos conflitos em que se movimenta, usando-o para agir e interagir no mundo, à luz dos seus interesses, provavelmente legítimos”. (CHAPARRO, 1994, p. 14).

À luz dessas novas reflexões, Chaparro estabelece um novo conceito de fonte:

(...) sujeito social organizado, produtor de acontecimentos e/ou detentor de conhecimentos com irrecusáveis atributos de noticiabilidade; sujeito social dotado de saber estratégico para agir e interagir nos espaços da atualidade. E com lugar próprio nos cenários dos conflitos discursivos, onde continuamente se reelaboram as relações sociais; sujeito social competente no uso pragmático da linguagem, que sabe agir, dizendo, e que sabe dizer ao agir. (CHAPARRO, 2013, online).

Outro aspecto importante a ser lembrado, quando se fala sobre a relação jornalista-fonte, é o conhecido segredo profissional dos jornalistas, o *off the record*. Diante dessa normatização da profissão – transformada em lei em alguns países, entre eles o Brasil – garante ao jornalista

²⁸ Para Chaparro, a primeira revolução foi a da notícia, viabilizada pelo telégrafo; depois, a revolução das tiragens, na fase da industrialização, com a rotativa; em seguida, a revolução da reportagem literária, no pós-guerra; e, agora, a revolução das fontes, sob o impulso das tecnologias de difusão.

o direito de proteger suas fontes, a não se ver obrigado a revelar sua identidade. Um dos casos mais emblemáticos do exercício desse direito foi o Watergate, no qual por mais de 30 anos, os jornalistas Carl Bernstein e Bob Woodward, do *The Washington Post*, mantiveram sob sigilo a identidade da fonte conhecida como “Garganta Profunda”. Graças às informações passadas por esse informante anônimo foi possível levar adiante as reportagens que denunciavam a cúpula do Partido Republicano – e o presidente dos EUA à época, Richard Nixon – por envolvimento na invasão da sede do Partido Democrata em Washington. O segredo da fonte só foi rompido pelo próprio informante, em 31 de maio de 2005. W. Mark Felt, à época das reportagens vice-diretor do FBI (polícia federal americana), anunciou sua identidade como informante dos repórteres do *Post* em entrevista à revista *Vanity Fair*.

No dia a dia da profissão, é considerado imaculável o direito ao uso de fontes anônimas e a proteção de informações *off the record*. Porém, acredito que o jornalismo torna-se uma atividade perigosa quando se reserva o direito de não revelar as suas fontes, alegando a intenção de protegê-las. É claro que essa opção pode ajudar a desvendar casos importantes, como Watergate, mas também é capaz de produzir grandes distorções. Vale lembrar que as falsas reportagens escritas por Jayson Blair para o *The New York Times*, em 2003, tiveram como gênese o desconhecimento por parte de seus editores das fontes das matérias – que não existiam.

2.2.4 A entrevista jornalística

Além de ser uma ferramenta de pesquisa, a entrevista é um instrumento da prática jornalística por excelência. Tudo começa na entrevista.

A entrevista é o microcosmo do jornalismo, onde se assenta a busca elementar, primeval, intuitiva pela informação. A pergunta básica está tanto na base de uma simples apuração sobre o cano furado que inunda a avenida na periferia da cidade, quanto está no leito de uma monumental investigação sobre o plutocrata corrupto ou o governante criminoso no centro do poder. Grande ou pequeno, o jornalismo está assentado sobre a pergunta seminal que define a genética da boa informação. (CUNHA, 2012, p. 55-56).

Em áreas de guerra, essa ferramenta do jornalista é afetada por fatores como interesses de governos, propaganda, marketing e poder político.

Os repórteres recorrem cada vez mais à técnica de entrevistar pessoas na obtenção dos fatos. A técnica da entrevista foi utilizada pela primeira vez, segundo Traquina, por um dos primeiros jornais da nova *penny press*, *The New York Herald*, em reportagem sobre um crime em um bordel, com uma entrevista com a proprietária do negócio. Depois da Guerra Civil

Norte-americana, a utilização da entrevista tornou-se vulgar. Outra técnica no trabalho jornalístico, o recurso a fontes múltiplas, tornou-se uma prática estabelecida.

Não só peças noticiosas incluíam cada vez mais fontes múltiplas, apresentando uma diversidade de pontos de vista no mesmo artigo, como também os jornalistas demonstraram ainda mais agressividade na obtenção de elementos informativos: a prática dos correspondentes do Norte durante a Guerra Civil norte-americana, que chegaram a viajar disfarçados ao Sul para evitar serem detectados, forneceu um modelo para o “jornalismo de disfarce”, que se desenvolveu a partir dos anos 1880.

A utilização de testemunhas oculares, o desenvolvimento da reportagem, com a utilização da técnica da descrição, foram algumas das inovações no jornalismo do século XIX. Autor do livro “A arte da entrevista”, Fábio Altman (2004) identifica a entrevista como “a essência do jornalismo”, o que pode ser interpretado como o “procedimento clássico de apuração” a que se refere Nilson Lage (2011), no livro *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*: “A entrevista é o procedimento clássico de apuração de informação em jornalismo. É uma expansão da consulta, objetivando, geralmente, a coleta de interpretações e a reconstituição de fatos” (LAGE, 2011, p. 73).

Na mesma linha, Medina, autora de *Entrevista: o diálogo possível*, afirma que:

A entrevista jornalística, em primeira instância, é uma técnica de obtenção de informações que recorre ao particular; por isso se vale, na maioria das circunstâncias, da fonte individualizada e lhe dá crédito, sem preocupações científicas. (MEDINA, 2008, p. 18).

Ao definir a prática como “o diálogo possível”, Medina refere-se à entrevista como uma interação social em que haja “interpenetração informativa” com a possibilidade de pluralização de vozes e a distribuição democrática da informação, ou seja, um “plurólogo” (2008, p. 18). Essa interpenetração informativa não permite que a entrevista seja considerada apenas como um registro, mas como um lugar interativo para a construção de significados.

Conforme Lage (2011), quanto à circunstância, a entrevista pode ser ocasional, confrontal, coletiva e dialogal. Em todos os casos, está sujeita a vicissitudes da relação entre entrevistado e entrevistador. Um ponto de destaque no pensamento do pesquisador: a entrevista pode se dar entre desconhecidos e em ambiente que pode possibilitar a construção de uma relação de confiança e intimidade ou de desconfiança e intimidação. Em situações de guerra, é rotineira a entrevista entre jornalista e fontes desconhecidas até então e em situações ocasionais.

Para Noblat (2002, p. 71), “não há perguntas inconvenientes”. A seu ver, se for para descobrir algum fato de interesse público, o jornalista pode perguntar o que acreditar que deve e a quem julgar necessário. Mas salienta que os repórteres devem ser “educados”. Entretanto, não devem ficar inibidos diante de uma autoridade. Na visão do autor, o jornalista tem o papel de intermediador da sociedade e de fiscalizador dos que exercem o poder. A entrevista “é um dos mecanismos de obtenção de informações da forma mais direta possível”, de acordo com Noblat.

Para Medina (2008, p. 18), “no jornalismo, embora se dê alguma aparência de representatividade, o aleatório é o específico”. Não que o indivíduo não tenha expressão, mas ele está muito atrelado ao tema da notícia. E pode ser inquirido na rua, sem aviso prévio e de forma até abrupta. O entrevistado também pode ser uma autoridade dando uma entrevista coletiva para toda a imprensa e não apenas para um jornalista. Podem ser curtas, rápidas e até ter poucas perguntas, uma vez que o entrevistado pode apenas entrar como uma fonte da reportagem, por meio de uma eventual citação que busque dar maior veracidade ao texto.

2.2.5 O caráter testemunhal

A força que o objeto de realidade adquire na enunciação jornalística é de um fato dado como algo que foi constatado, embora tenha sido algo apurado por aqueles que assinam os textos. O grau de verossimilhança da adequação do enunciado à realidade vem de um tópico universal, que diz respeito ao conhecimento da natureza de uma ação, passível de observação intersubjetiva. Esse tópico origina o tópico jornalístico da presença, segundo o qual a condição de “testemunha ocular” garante a função de checagem e verificação de informação do jornalista. A assinatura, ou seja, o estatuto dos enunciadores faz parte do grau de verossimilhança, pois o nome do jornalista, no início ou no final do texto, indica que ele, o repórter, foi testemunha das ocorrências descritas.

Em A primeira vítima, Knightley conta um episódio ocorrido na I Guerra Mundial, no qual o repórter William Simms, representante da United Press (UPI), toma café da manhã no Café Viennoise, no Boulevard Montmartre, em Paris. Estava sentado quando um pequeno monoplane alemão sobrevoou a cidade, a uma altitude de menos de 400 metros.

Estava tão baixo que Simms viu o piloto claramente quando este se inclinou por sobre um lado da cabine de comando e atirou uma bomba em direção ao solo. Caiu num pátio do outro lado da rua, no ponto em que Simms se encontrava, fez um buraco no chão e quebrou todas as janelas do prédio. Simms correu para a redação e escreveu uma matéria de testemunha ocular

sobre o primeiro bombardeio que acontecia numa grande cidade. (KNIGHTLEY, 1978, p. 152-153).

No relato de Simms, pode-se inferir a força do caráter testemunhal, o qual dá credibilidade à narrativa do conflito. Na introdução do livro *A vida secreta da guerra*, Peter Beaumont afirma ter sentido a necessidade de descrever imagens, sons e emoções vivenciadas na cobertura que testemunhou, tendo como objetivo registrar como as guerras afetam a experiência pessoal do indivíduo: “os que matam e os que morrem; os inocentes, os não tão inocentes e os culpados, com o fim de explicar como o conflito opera e altera tudo o que toca”. (BEAUMONT, 2010, p. 11).

Na palestra que ministrou durante o I Seminário Internacional de Jornalismo, em 2001, transcrita no livro *Teoria do Jornalismo*, de Felipe Pena, Peter Arnett contou como sua cobertura adquiriu um caráter testemunhal no Vietnã.

Nós íamos ao campo para descobrir as respostas por nossa própria conta. Eu saía diariamente para o campo. Por mais de dez anos eu viajei por todo o país, escrevi três mil histórias e todas elas vinham do campo de batalha. Eu fui para onde estava a ação, fui a vilas, conheci soldados, vietnamitas, camponeses – o que significava que a informação que eu conseguia era incontestavelmente precisa.

Nesse sentido, a primeira lição para todo jornalista do Vietnã é que é preciso ter informação acurada. Na guerra você arrisca sua vida – foram mortos sessenta jornalistas lá – porque é preciso ir ao campo de batalha; vários governos americanos nos contestavam e confrontavam, e nós respondíamos que estávamos lá, que havíamos apurado os fatos *in loco* e visto as cenas com nossos próprios olhos. Portanto, vocês do governo não podem nos contestar. (ARNETT, 2001 apud PENA, 2010, p. 196).

O singular como poder testemunhal é crucial para a construção histórica do jornalismo no momento em que adquire a força da menção autorreferencial “eu vi”, declarada pela testemunha ocular. Essa função autoral assume o sentido de pacto de confiança entre jornalista e receptor. Conforme Dulong (1998 apud LAURINDO, 2012, p. 53): “a sociedade precisa de testemunhas, porque sem elas é muito difícil construir uma história coletiva”. São dispositivos necessários de vigilância e modos de aprendizagem sobre as marcas indelévels daquilo que vai se posicionando como passado, no instante de um presente que se apaga.

A correspondência de guerra tem como uma de suas características uma narrativa testemunhal dos acontecimentos. É condição para sua própria existência o correspondente testemunhar plenamente os eventos da guerra, na retaguarda, no front ou na sala de imprensa. Afinal, como se caracteriza pelo envio de conteúdo de um a outro lugar, a correspondência de

guerra está, na origem, associada ao deslocamento do profissional para a região de conflito, com o objetivo de identificar *in loco* o desenrolar dos acontecimentos e narrá-los com a propriedade de quem vê os fatos diretamente.

O formato de diário tem sido praticado por diferentes narradores de guerra brasileiros ao longo do tempo. Para ficarmos em quatro exemplos de épocas diversas destacamos: Euclides da Cunha e seus textos sobre o conflito em Canudos (1896-1897), publicados originalmente no jornal O Estado de S. Paulo, entre agosto e outubro de 1897, e que foram, posteriormente, reunidos em livro – o último deles, Diário de uma expedição (2000) e serviram de esboço para a elaboração do épico Os sertões (1984); Alfredo d’Escragnoille-Taunay (1843-1899), o visconde de Taunay, no livro A retirada de Laguna (1997), narra o histórico recuo da coluna militar do Império do Brasil, comandada pelo coronel Carlos de Moraes Camisão, durante a Guerra do Paraguai (1865-1870); José Hamilton Ribeiro (1935-) contou na reportagem Eu estive na guerra, publicada na revista Realidade de maio de 1968, e no livro O gosto da guerra (2005), como é ser vítima da Guerra do Vietnã (1958-1975); e Sérgio D’Ávila e sua narrativa sobre a Guerra do Iraque para a Folha de S. Paulo em Diário de Bagdá (2003).

A pesquisadora Maria Jandyra Cavalcanti Cunha (2012, p. 143) reconhece no diário um formato frequentemente utilizado pelos correspondentes de guerra e identifica sete de suas principais características:

Sequenciamento no registro dos fatos narrados. O diário não segue obrigatoriamente a cronologia formal de anotações diárias, mas tem na datação do texto um de seus principais elementos.

Temporalidade presente. O diário trata de fatos ainda presentes, ao contrário das memórias, que lidam necessariamente com o passado.

Armazenamento da matéria bruta. Cunha defende que o texto do diário, diferentemente das memórias, não é retrabalhado e polido. Isso obviamente ocorre desse modo quando o diário é um instrumento para recolhimento de material no front. Em sua publicação como livro, por exemplo, mesmo mantendo o formato diarístico, o texto é geralmente editado.

Sobreposição da autoria com a narração. O próprio autor do diário é o narrador, o que intensifica o caráter subjetivo da correspondência.

Caráter testemunhal. O autor do diário narra fatos, eventos ou cenas em que ele próprio foi participante ou observador.

Subjetividade no narrar. Cunha considera que o diário permite uma forma de narrar criativa e individualizada, que pode extravasar estados de ânimo, emoções, ou mesmo expectativas por parte do narrador.

Abordagem de temas diversos. A perspectiva de ser subjetivo no narrar não significa absolutamente que o diário seja restrito ao espaço íntimo de seu autor. O diário pode abordar temas de interesse social, político e/ou histórico.

Uma das inovações da imprensa brasileira no final do século XIX foi amplamente utilizada por Euclides da Cunha e o ajudaria a se tornar um dos precursores da correspondência de guerra no Brasil: o telégrafo. A máquina, inaugurada em 1895, era capaz de transmitir mensagens a longa distância e permitia o acompanhamento de conflitos armados simultaneamente aos desdobramentos.

Segundo o historiador Nelson Werneck Sodré (1999, p. 267), o jornal Estado de S. Paulo ao enviar Euclides da Cunha para cobrir a Guerra em Canudos, em 1897, inaugurou no Brasil a prática do jornalista que cobre conflitos, ainda que esta tenha sido uma guerra interna: “uma iniciativa pioneira, que anunciava novos métodos de imprensa” (1999, p. 269). Em meio a boatos e à luta política motivada em razão da guerra de Canudos, o jornal envia ao local dos acontecimentos um repórter. Assim, Cunha, para o historiador, foi enviado ao Sertão baiano para “esclarecer” a situação, isto é: estando perto das batalhas, o reporter-testemunha teria condições de contá-las com precisão.

A partir dessas reflexões, podemos perceber como o caráter testemunhal está ligado, historicamente, à cobertura de guerra.

Graças ao envio do jornalista ao front, então um método novo na imprensa brasileira, e ao telégrafo, tecnologia em ascensão, os leitores de O Estado de S. Paulo puderam acompanhar o desenrolar dos fatos de Canudos quase simultaneamente a seus acontecimentos. Reduzia-se o tempo entre o acontecimento e a sua representação, algo que, a partir daquele momento, diminuiria cada vez mais, até chegarmos, nos dias atuais da internet, quando o fato é narrado em tempo real, do outro lado da rua ou do outro lado do mundo. Não é mais necessário ao público, como acontecia a Taunay, na Guerra do Paraguai, esperar o retorno do jornalista do front para entender o que tinha sido a guerra.

O caráter testemunhal está presente em vários níveis da prática jornalística em áreas de guerra. No caso de Cunha, além de presenciar de perto os combates, ele testemunhou e até participou de interrogatórios com sertanejos presos após os confrontos. É o narrador/autor participante, além de observador, protagonizando seus próprios relatos. Quando não presenciou nem tampouco pôde entrevistar suas personagens, Cunha foi até o local do acontecimento e, auxiliado por militares, reconstituiu um dos combates mais marcantes da guerra de Canudos, o de 18 de julho de 1897, que vitimou o correspondente de A Notícia, Cisneros Cavalcanti.

Como em todos os conflitos, a Guerra em Canudos era cheia de boatos. O testemunho era e continua sendo condição fundamental para reportar a guerra. Uma forma de certificação perante o público.

O formato diário também foi e é muito usado na cobertura de guerras no exterior. Um dos correspondents da rede CBS durante a II Guerra Mundial, William Lawrence Shirer manteve um diário, de 1937 a 1940, descrevendo o que viu, ouviu, pensou e acreditou no período de ascensão do nazismo. O profissional obteve, em primeira mão, o resultado do plebiscito que formalizaria a anexação da Áustria pela Alemanha nazista, em 1938.

O correspondente de guerra tem o propósito comunicativo de testemunhar, antes de qualquer tentativa de apresentar, argumentar, analisar, emocionar ou prestar serviço. Ele precisa entender a complexidade do combate, estando lá, para, aí sim, ter condições de narrar ao público, a partir do que vê, ouve, cheira, sente. (CORRÊA, 2012, p. 153).

A palavra “testemunho”, *testemoniu* em latim, significa o depoimento dado por alguém que assistiu a um acontecimento. O diário de guerra permite ao correspondente um relato subjetivo, testemunhal, marcado pela emoção, pelas “cores” locais, com uso ou não de primeira pessoa, capaz de transportar o leitor para o cenário da guerra de forma muito mais rápida do que um relato frio, insípido e inodoro de reportagens que apenas narram fatos passados, como nos diz Rech.

Ao contrário de repórteres de agências, o enviado não deve se ocupar da notícia crua, factual, destituída de emoção e travestida de isenção. Sua primeira missão é colher uma visão exclusiva e, se possível, surpreendente para fornecer ao leitor uma informação única e singular. Nos elementos essenciais de uma notícia (o que, quem, como, quando, onde e por quê), seu esforço deve ser concentrado no por quê e no como. Somente assim, ele poderá, mais do que relatar, interpretar sinteticamente um quadro que, quase sempre, é vasto, confuso e complexo. (RECH, 1997, p. 17-18).

Também é importante resgatar nesta pesquisa acadêmica, ainda que de forma simplificada, o conceito de “enquadramento” usado na teoria do jornalismo, introduzindo nele um ponto exterior à narrativa: o “lugar de fala” do autor.

O enquadramento jornalístico como o emolduramento de um fato em episódios selecionados, apresentados e enfatizados não só na forma (construção narrativa, uso de recursos estilísticos, reforço da linguagem), mas também no conteúdo (presença ou não de fontes, evidência de documentação, fotografias) por jornalistas que escrevem a partir de seus lugares de fala, localizados por coordenadas culturais de tempo e espaço. (CUNHA, 2012, p. 3).

O enquadramento é marcado pelo lugar de fala do jornalista, o autor da narrativa. Esse lugar é exterior e anterior à narrativa, é o ponto de onde emanam as decisões do autor. É como

autor, e não como narrador, que o jornalista delimita o enquadramento dos fatos. No caso do correspondente de guerra e diferentemente de um escritor de ficção, o autor é uma pessoa de carne e osso que experimenta as sensações do conflito. É testemunha da história nas palavras de Rech: “a guerra é terrível por sua própria essência. Tenha a certeza de que seria ainda pior se não houvesse quem denunciasse suas consequências”. (RECH, 1997. p. 15).

3 ESTUDO DE CASO E A GUERRA DA LÍBIA

Conhecer um abismo desses não deixava somente cicatrizes, mas também forças renovadas. A vida não pode mais trazer muitas surpresas ou choques após você ter vivido lá. Essa experiência deixa qualquer um como se estivesse usando colete emocional à prova de balas.
(FRIEDMAN, Thomas L. 1991, p. 35).

Considerado um método qualitativo, o estudo de caso, na definição de Yin (2001, p. 32), é uma “inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e no qual múltiplas fontes de evidência são utilizadas”. No presente trabalho, busco identificar uma prática comum aos jornalistas que cobrem guerras, tentando responder a questões do tipo “como” atuam e “por que” atuam de determinada maneira durante o exercício de sua prática jornalística.

A exemplo de outras estratégias de pesquisa, o estudo de caso é um modo de se investigar um tópico empírico seguindo-se um conjunto de procedimentos pré-especificados e que pode ser utilizado, principalmente, com as seguintes finalidades, segundo descreve Yin:

1. explicar os vínculos causais em intervenções da vida real que são complexas demais para as estratégias experimentais ou aquelas utilizadas em levantamentos;
2. descrever uma intervenção e o contexto da vida real em que ocorreu;
3. ilustrar determinados tópicos dentro de uma avaliação, às vezes de modo descritivo ou mesmo de uma perspectiva jornalística;
4. explorar situações nas quais a intervenção que está sendo avaliada não apresenta um conjunto simples e claro de resultados;
5. ser uma “metaavaliação”, ou seja, o estudo de caso pode ser empregado para fazer o estudo de um Estudo de Avaliação. (2001, p. 34-35).

Como divisão metodológica, adotei as três fases apontadas por Nisbet e Watt (1978 apud LUDKE; ANDRÉ, 1986): a primeira aberta ou exploratória, na qual são esclarecidas questões e pontos críticos, contatos iniciais para o trabalho de campo, a localização de informantes e as fontes de dados para o estudo; uma segunda fase, que consiste na coleta sistemática de dados, com base nas características próprias do objeto estudado, no caso a correspondência de guerra; e, em terceiro, a análise e a interpretação dos dados, bem como a elaboração de um relatório que sirva de análise para conclusões.

Retomo Yin (2001, p. 61) para incluir esta pesquisa como projeto de caso único incorporado, com unidades múltiplas de análise: o caso único compreende a Guerra da Líbia, tendo como unidades de análise os discursos dos quatro jornalistas que testemunharam o conflito, expressos em entrevistas em profundidade e no conteúdo de livros sobre suas experiências no front, que deixam sinais do processo e denotam suas práticas.

Logo, para este estudo de caso, pretendo utilizar para a coleta de evidências, principalmente, três fontes distintas de dados: registros em livros de jornalistas, com narrativas do fazer jornalístico na guerra; entrevistas com correspondentes de guerra; e observação participante – neste último caso, trazendo elementos da própria experiência de repórter/pesquisador na cobertura como jornalista da Guerra da Líbia. A intenção, como já explicitado, é apenas corroborar para a reflexão da prática. Essas últimas observações, vale lembrar, estão expressas em notas de rodapé ao longo do trabalho. Como já explicado anteriormente, minha experiência pessoal não é alvo de análise.

Seguindo a orientação de Yin, tomarei como princípio na coleta de dados a utilização de várias fontes de evidências e a manutenção de um encadeamento das mesmas. Para organizar os tensionamentos entre teoria e experiência empírica, busquei categorizar os assuntos, dividindo-os em três grandes seções:

1. Tornar-se correspondente de guerra;
2. A prática no exercício da produção jornalística;
3. Reflexões que transcendem a prática.

Entendo que a categoria 2 constitui a parte central desta pesquisa que busca, sobretudo, discutir as afetações da prática e dos processos jornalísticos durante o acontecimento guerra. Para um melhor aprofundamento, dividirei essa seção nas seguintes subcategorias: diferenças entre cobertura local e cobertura de guerra; relacionamento jornalista-fonte e entrevista; tecnologia; censura, auto-censura e a questão do *embedded*; violência e risco de morrer.

Como método de análise, ainda seguindo recomendação de Yin (2001, p. 149), pretendo adotar a explanação, ou seja, analisarei os dados do estudo de caso, de forma a construir uma explanação sobre a prática do fazer jornalístico em situação de guerra. Em forma de narrativa, tentarei explicar o fenômeno, estipulando um conjunto de elos causais em relação ao mesmo.

Pelos argumentos explicitados neste capítulo, entendo que o estudo de caso é o método mais apropriado para cumprir esta exploração, na busca de novas problemáticas e perspectivas para o jornalismo e a prática jornalística em zonas de conflito.

3.1 Entrevista em profundidade e a Guerra da Líbia

Técnica clássica de obtenção de informações nas Ciências Sociais, a entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo pesquisador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de fontes, essas selecionadas por deterem informações relevantes para o estudo. Dessa maneira, nesta pesquisa acadêmica, utilizei, ao lado do estudo de caso, esta técnica, que tenta “(...) captar a experiência do entrevistado em seus próprios termos, aceder às significações que para eles têm os acontecimentos que se refere (...)” (VILELA, 2006, p. 48). A expectativa é de que, a partir das entrevistas com os quatro jornalistas com notórias experiências na Guerra da Líbia, possa compreender a prática jornalística em áreas de conflito a partir do ponto de vista do outro. Há nesse método também a pretensão – não um objetivo – de criar um ambiente no qual exista uma conversação entre iguais. Neste caso, um jornalista que também esteve na guerra entrevista outros jornalistas que vivenciaram experiências parecidas. Porém, o entrevistador, neste trabalho, está em outro lugar, utiliza as lentes de pesquisador.

No livro organizado por Beatriz Marocco, *Entrevista na prática jornalística e na pesquisa* (2012), é possível observar diferentes aspectos da utilização da entrevista, tanto no ambiente das rotinas jornalísticas quanto no âmbito científico:

Ela é uma técnica de obter informação através de uma conversa profissional com uma pessoa especializada para um estudo ou investigação. Ela é uma das principais técnicas de pesquisa nas ciências sociais, embora não seja a única. É vista como um método de pesquisa. E implica na transmissão de uma informação verbal em que o comportamento do entrevistado também oferece obter dados para a pesquisa. (TRAVANCAS, 2012, p. 15).

Parece claro que a entrevista tanto pode ser utilizada como técnica jornalística quanto como ferramenta científica para pesquisa. Nilson Lage (2011, p. 73) afirma que “a entrevista é o procedimento clássico de apuração de informações em jornalismo”. Ao buscar informações com a fonte, em uma relação que pode ser rápida ou duradoura, a técnica é um meio – o fim é a reportagem. Para Cremilda Medina (2008, p. 18), “no jornalismo, embora se dê alguma aparência de representatividade, o aleatório é o específico”. Ora, uma fonte pode ser entrevistada na rua, sem aviso prévio e de forma até abrupta – algo bastante comum em uma situação de guerra, por exemplo.

Como método de pesquisa, a entrevista tem outros objetivos e funções. Travancas reflete que, neste caso, o foco não é a reportagem final, mas o relatório ou a tese, e, na maioria dos casos, é em profundidade e dialogal. “É agendada com antecedência, o pesquisador não se coloca

em posição de confronto, muito pelo contrário, e em geral é feita por um ou dois investigadores, no máximo. (TRAVANCAS, 2012, p. 18).

Medina (2008, p. 18) lembra que o uso da entrevista, no jornalismo ou na pesquisa, é feito de forma bastante diversa. “Nas ciências sociais, quando se faz uma enquete, uma pesquisa de campo, a técnica de amostragem é rigorosa”. No caso deste trabalho, na linha do que propõe Medina para uma entrevista acadêmica, os entrevistados foram escolhidos previamente, por um motivo evidente e estritamente ligado ao tema da pesquisa: são jornalistas, que trabalham em jornais de referência estadual ou nacional e todos têm, em comum, a experiência de cobrir a Guerra da Líbia.

Ao recordarem suas histórias no front, os quatro entrevistados falam ao mesmo tempo de si e de suas práticas. Isso nos ajuda a ter acesso a quem eles são – ou quem interpretam que são –, mas também às significações que circulam no cotidiano do jornalismo. Ou seja, será a partir das repetições e das relações entre as falas desses repórteres que pretendo alcançar um mapa de significações que dará, acredito, pistas sobre a atuação do correspondente de guerra e de suas rotinas produtivas.

A entrevista em profundidade é uma técnica dinâmica e flexível, útil para a apreensão de uma realidade, e que guarda semelhanças, mas também diferenças, com a entrevista jornalística:

São próximas no objetivo de buscar informações pessoais e diretas por meio de uma conversação orientada, no cuidado, rigor e objetivo de compreensão e na noção de que há, explicitamente, um participante interessado em apreender o que o outro tem para oferecer sobre o assunto. A entrevista como técnica de pesquisa, entretanto, exige elaboração e explicitação de procedimentos metodológicos específicos: o marco conceitual no qual se origina, os critérios de seleção das fontes, os aspectos de realização e o uso adequado das informações são essenciais para dar validade e estabelecer as limitações que os resultados possuirão. (BARROS; DUARTE, 2014, p. 64).

A escolha da entrevista como método nessa pesquisa possibilita um encontro com as memórias discursivas (GIDDENS, 2009) desse grupo de profissionais, em sua maioria com mais de duas décadas de experiência jornalística, e cujo reconhecimento por parte de seus pares é notório. Nos estudos sobre a construção da memória, Pollack (1992, p. 204) entende essa técnica como “um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.

Allard e Anderson (2005, p. 833-843) explicam que a entrevista é considerada uma técnica segura e legítima para condução de pesquisas de campo. Além disso, é uma técnica “jornalística”, o que facilita a sua utilização. Trata-se de uma ferramenta básica de apuração, como vimos.

O ato de entrevistar uma pessoa pode ser visto como uma interação. Essa afirmação demarca não só uma postura teórica – vinculada ao interacionismo simbólico e à Escola de Chicago – como permite delimitar o formato das trocas envolvidas nesse tipo de situação. Entrevistar alguém não deve ser considerado como um incidente neutro de coleta de dados, mas um processo de negociação em torno da narrativa que será produzida nessa situação.

Uma entrevista representa um duplo processo de interpretação, do presente e do passado. As narrativas refletem os acontecimentos descritos pelo sujeito, mas também valores e estratégias articuladas *in loco* e que permitem ao entrevistado definir sua realidade, se apresentar de forma específica. Ao falar, o entrevistado ordena e reconstrói sua experiência, buscando criar esquemas coerentes de narração e interpretação dos fatos. Tais estratégias de argumentação são forjadas em função do interlocutor e também de terceiros – reais ou imaginários.

Outro aspecto que pode contribuir para que dados gerados por meio de entrevistas qualitativas permitam a compreensão de fenômenos sociais mais amplos é o que Darmon (2008, p. 149-167), fazendo referência a Everett Hughes, chama de “agregação qualitativa”. A triangulação de um número expressivo de experiências individuais permitiria, segundo o autor, multiplicar os pontos de vista sobre o fenômeno e encontrar elementos em que ele aparece objetivado. Assim, a mobilização de vários casos faria emergir características que permaneceriam invisíveis em um exame isolado do fenômeno.

Kandel (1981, p. 178) lembra que a entrevista em pesquisa “não é simplesmente um trabalho de coleta de informações, mas, sempre, uma situação de interação, ou mesmo de influência entre dois indivíduos e que as informações dadas pelo sujeito (o material que ele fornece) podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador”. Assim, não estão descartadas distorções produzidas pelo pesquisador, pelo contexto e pela fonte. Como pesquisador, não estou afastado desses riscos e de eventuais equívocos.

Vilela (2006, p. 52) diz que “o sujeito é um espaço interdiscursivo”. Mesmo com as diferentes condições de produção das entrevistas – pessoalmente ou por Skype na maioria dos casos deste trabalho –, pretendo perceber os vários discursos que se entrelaçam nas falas dos quatro entrevistados e encontrar repetições ou semelhanças entre elas, que nos aproximarão

daquilo que podemos interpretar sobre o que é a prática jornalística em áreas de conflito. Como os discursos dos entrevistados são sempre interpretativos e destinados a alguém, a própria entrevista é uma construção em vários níveis, tanto do ponto de vista do entrevistado quanto do entrevistador. O entrevistado, ao falar, seleciona momentos, remete a sua memória, recorda sentimentos que interferem ou fazem parte das situações descritas. Do mesmo modo, o entrevistador seleciona, produz sentido, em diversas etapas do processo, seja na escuta, seja na elaboração da narrativa sobre a fala de seu interlocutor. Acredito que as entrevistas nos aproximam dos sentidos presentes no cotidiano das coberturas de guerra, pois marcam repetições e fixam sentidos.

Para fazer, então, a análise dessas entrevistas, busco temas-chave em torno dos quais é possível gerar redes de associações, a exemplo do que nos coloca Vilela (2006). As categorias foram explicitadas anteriormente, mas me parece importante lembrá-las: tornar-se correspondente de guerra; a prática no exercício da produção jornalística; e reflexões que transcendem a prática. Para aprofundar a reflexão sobre a prática, questionarei os entrevistados sobre temas, considerados, aqui, subcategorias: diferenças entre cobertura local e cobertura de guerra; relacionamento jornalista-fonte e entrevista; tecnologia; censura, auto-censura e a questão do *embedded*; violência e risco de morrer. A partir daí, buscarei campos semânticos, ou seja, conjuntos de significados que se repetem nas entrevistas e que nos ajudarão a entender como a prática jornalística é afetada pela guerra.

Ainda sobre a entrevista, cabe ressaltar que, no âmbito científico, essa é uma técnica para a obtenção da informação por meio de uma conversa em profundidade com outra pessoa especializada para um estudo ou investigação. O advento da internet provocou inúmeras transformações na sociedade contemporânea, bem como na realização de pesquisas, permitindo ao entrevistador ter acesso ao discurso de seu entrevistado por meio de ferramentas como e-mail, salas de bate-papo, redes sociais e Skype. Na presente pesquisa, converso com os jornalistas Andrei Netto, Deborah Berlinck e Samy Adghirni, que moram e trabalham no Exterior, utilizando a ferramenta Skype. O quarto jornalista, Humberto Trezzi, que mora em Porto Alegre, é entrevistado de forma presencial.

Em termos metodológicos, a entrevista dá acesso ao fluxo contínuo de conduta e às formas materiais de expressão da atividade por meio de uma descrição familiar. Tomando emprestados conceitos da teoria da estruturação (GIDDENS, 2009), entendo que o mais adequado método para entender as práticas é deixar o jornalista falar por si próprio, elaborar discursivamente o seu fazer jornalístico. Refletindo sobre o uso da entrevista como metodologia de pesquisa, sua utilização remonta à própria consolidação das ciências sociais, no final do

século XIX. A partir daí, tornou-se uma ferramenta importante de compreensão da realidade para diferentes disciplinas, incluindo o próprio jornalismo, que passou a incorporá-la à prática de reportagem.

A utilidade da entrevista nas pesquisas sobre jornalismo resulta, em parte, da afinidade metodológica entre esses dois saberes e também das relações estabelecidas entre o campo profissional e o campo acadêmico da comunicação no Brasil. Nos últimos anos, um número expressivo de professores e pesquisadores da área do jornalismo se originou das redações, o que leva a uma familiaridade – apesar das diferenças intrínsecas – entre novos jornalistas-acadêmicos no uso da técnica da entrevista.

Na presente pesquisa acadêmica, optarei por perguntas semi-abertas, modelo de entrevista que tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa. Ela “parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, furo de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante”. (TRIVIÑOS, 1990, p. 146). Ao longo desse capítulo, espero ter deixado explícito que a entrevista tem papéis distintos no campo jornalístico e acadêmico. O pesquisador tem o tempo a seu favor. Jornalista joga contra o mesmo. A urgência da impressão e da difusão da notícia talvez sejam causas da pouca seriedade no trato da entrevista.

A lista de questões formuladas aos entrevistados tem origem no problema de pesquisa e busca tratar da amplitude do tema, apresentando cada pergunta da forma mais aberta possível. Por conjugar a flexibilidade da questão não estruturada com um roteiro de controle, entendemos que esse método de entrevista alinha-se ao objetivo da pesquisa.

As situações narradas serão confrontadas e contextualizadas a partir de valores institucionais e normas culturais de modo que “façam sentido”. Uma vantagem desse modelo é permitir criar uma estrutura para comparação de respostas e articulação de resultados, auxiliando na sistematização das informações fornecidas por diferentes informantes.

4 O CASO GUERRA NA LÍBIA

As histórias eram “boas” em termos jornalísticos, mas também eram horrorosas, as viagens vertiginosas, o sol tão cruel quanto uma espada. E nós, jornalistas, não tínhamos a proteção – nem os direitos à perfeição dos reis. Porém, o importante era que já podia fazer parte do “pequeno exército de historiadores que escrevem a história ao pé do canhão”. Que inocente, como eu era ingênuo. Porém, a inocência, se a pudermos manter, protege a integridade do jornalista. É preciso lutar para crer nela (FISK, ROBERT, 2007. p. 23)

Buscarei neste capítulo da presente pesquisa fechar o foco no estudo de caso Guerra da Líbia a partir de um diálogo entre a fundamentação teórica apresentada no capítulo 2 e as reflexões de quatro jornalistas que cobriram o conflito. Iniciarei pela contextualização do cenário político em que a guerra ocorreu. Na sequência, apresentarei uma breve síntese sobre os jornais brasileiros O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo e Zero Hora, empresas de comunicação para as quais trabalharam os quatro repórteres entrevistados e nas quais publicaram suas reportagens. À exceção de Deborah Berlinck, que hoje atua como jornalista independente, os demais seguiam como funcionários desses jornais até a conclusão desta pesquisa. Na sequência, partirei para a apresentação das entrevistas com os jornalistas, tensionando as respostas com os conceitos das teorias do jornalismo e o contexto da produção jornalística atual. O propósito das entrevistas foi o de melhor conhecer o perfil dos profissionais que exerceram a atividade de repórteres de guerra, as trajetórias de carreira que os levaram a chegar ao posto de jornalistas capacitados a cobrir conflitos e, principalmente, fazer uma reflexão sobre suas práticas jornalísticas no caso Líbia. As análises descritivas e interpretativas dos resultados das entrevistas serão estruturadas de acordo com as categorias explicitadas no capítulo 2.

4.1 A Líbia e os jornalistas

No contexto da Primavera Árabe, a Guerra da Líbia impôs aos jornalistas que cobriram esse conflito desafios diferentes dos enfrentados durante o trabalho jornalístico em nações vizinhas, também conflagradas entre 2010 e 2011. Primeiro país a se levantar contra o governo nesse cenário de lutas por liberdade e democracia, a Tunísia destituiu seu presidente, Zine el

Abidine Ben Ali, havia 23 anos no poder, graças a um levante popular de 27 dias. A revolta iniciara em 17 de dezembro de 2010 com uma manifestação na cidade de Sidi Bouzid. Após ter seus produtos confiscados por autoridades, o feirante Mohamed Bouazizi, 26 anos, ateou fogo ao próprio corpo. O gesto marcou o início da Primavera Árabe. No dia 14 de janeiro de 2011, sem apoio e enfrentando grandes protestos populares, Ben Ali deixou o país. A Revolução Tunisiana resultou em 338 mortos e 2,1 mil feridos.

Na sequência, em 25 de janeiro de 2011, começaram as manifestações na Praça Tahir, no Cairo. Começava a Revolução Egípcia. Havia 29 anos no poder, o ditador Hosni Mubarak também não resistiu ao levante popular e foi retirado do governo e preso em 11 de fevereiro. Episódios de violência contra jornalistas foram registrados na Praça Tahir, conforme apontamos na introdução deste trabalho: estupro de uma profissional da imprensa, equipamentos de equipes de televisão destruídos, saques e prisões de repórteres, fotógrafos e cinegrafistas.

Na Líbia, terceiro país a viver a revolução no contexto da Primavera Árabe, as dificuldades impostas ao trabalho jornalístico foram ainda maiores. Ao contrário de Ben Ali e Mubarak, o presidente líbio, Muamar Kadafi, resistiu no poder por muito mais tempo e usou suas forças armadas contra grupos opositores.

A revolta na Líbia começou em 15 de fevereiro de 2011, quando centenas de líbios saíram às ruas da cidade de Benghazi, no leste do país, para protestar contra a prisão do advogado e ativista de oposição Fathi Terbil. A manifestação foi reprimida com violência pelas autoridades. Dois dias depois, novas manifestações em Benghazi e em outras quatro cidades foram reprimidas. Desta vez, houve 55 mortos. Os protestos se espalharam pelo país, mas Kadafi prometia resistir. No dia 23 de fevereiro, forças opositoristas controlavam Benghazi, declarando a região zona livre, um território autônomo dentro do país. Os revoltosos se autodenominaram Conselho Nacional de Transição (CNT), tendo Benghazi como capital, e com uma bandeira própria, que logo se tornaria símbolo da era pós-Kadafi. Os opositores formaram um governo paralelo. Diante da repressão imposta pelas forças governistas aos rebeldes e contabilizando mais de 300 mortos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a resolução número 1.970, que impôs embargo à venda de armas ao governo líbio e proibindo 16 líderes do regime Kadafi de viajar ao exterior. A repressão das forças governistas foi definida como crime contra a humanidade²⁹. Os rebeldes avançavam rumo a Trípoli, capital

²⁹ Segundo artigo de Luiz Flávio Gomes (2009), a definição do que se entende por crime contra a humanidade (ou crime de lesa-humanidade) foi dada, pela primeira vez, pelos Princípios de Nuremberg (de 1950), aprovados pela ONU, que contam (no plano internacional) com o status de *ius cogens* (direito cogente, imperativo). Praticamente todos os tribunais penais internacionais assim como a Corte Interamericana de Direitos Humanos admitem tais princípios como integrantes do *ius cogens* (do direito internacional cogente ou imperativo). De forma genérica,

oficial da Líbia e sede do regime. Na sequência, vários países reconheceram o CNT como o governo de direito e interlocutor diplomático legítimo da Líbia, embora Kadafi continuasse no poder. Um mês após o início da revolução, o Conselho de Segurança da Nações Unidas aprovou uma nova resolução, instaurando uma zona de exclusão aérea sobre o país, autorizando “todas as medidas necessárias” para proteger populações civis. No dia 19 de março, França e Estados Unidos fizeram o primeiro ataque contra o exército de Kadafi. Facilitados pelos bombardeios, os rebeldes chegaram a Trípoli em 21 de agosto. Em 20 de outubro, Kadafi foi capturado e linchado até a morte.

A maior parte dos jornalistas internacionais que cobriu os primeiros meses da Guerra da Líbia ingressou no país de forma clandestina pela fronteira com o Egito. Esta região no leste do país era controlada pelos rebeldes. Não havia governo oficial – muito menos controle fronteiriço. Jornalistas cobriam apenas o lado dos grupos opositores – muitas vezes, acompanhavam cenas de batalhas contra o exército oficial, mas sempre *embedded* com os revoltosos. Foi o caso de dois jornalistas entrevistados para esta pesquisa – Humberto Trezzi e Deborah Berlinck. Um outro grupo de jornalistas, menor em número do que os de Benghazi, acompanhou a guerra a partir da fronteira Oeste, entre a Líbia e a Tunísia. Foi o caso de Andrei Netto e de Samy Adghirni, os outros dois entrevistados neste trabalho. Nessa região, a apuração restringia-se durante várias semanas a entrevistas com refugiados que deixavam o país e a narrativas sobre campos de exilados formados na fronteira. Nesse lado do país, as forças de Kadafi ainda controlavam o território.

Poucos jornalistas ingressaram na Líbia, de forma clandestina, a partir da fronteira Oeste – foi o caso de Netto e Adghirni³⁰, também de forma clandestina. Em Trípoli, praticamente não havia jornalistas internacionais nos primeiros meses da guerra - o documento de visto para entrar na Líbia demorava meses e normalmente era negado a repórteres estrangeiros.

Além do ingresso como clandestino, o que poderia resultar em prisão e deportação, caso os jornalistas fossem localizados pelo exército regular, havia limitações para a transmissão de relatos de dentro da Líbia. Kadafi cortou a comunicação em cidades controladas pelos rebeldes, impossibilitando o uso de internet e de redes de telefonia. Os correspondentes de guerra também

são atos de perseguição, agressão ou assassinato contra um grupo de indivíduos, ou expurgos, assim como o genocídio, passíveis de julgamento por tribunais internacionais por caracterizarem a maior ofensa possível. Disponível em: <<http://fg.jusbrasil.com.br/noticias/1633577/crimes-contra-a-humanidade-conceito-e-imprescritibilidade-parte-ii>>. Acesso em: 12 de agosto de 2015.

³⁰ Como enviado especial de Zero Hora, também entrei na Líbia a partir do território tunisiano, pelo Oeste, chegando a Nalut, em março de 2011. O relato que fiz, para a Rádio Gaúcha, é considerado o primeiro de uma rádio brasileira de dentro da Líbia.

só conseguiam se deslocar com os rebeldes – o que os tornava *embedded* nesses grupos e alvos das tropas de Kadafi. Trezzi foi ferido em um acidente enquanto fugia, junto a combatentes, após testemunhar uma batalha em Ras Lanuf. A confiança em relação a esses grupos era outro ponto de atenção. Correspondente de O Estado de S. Paulo, Netto foi traído por uma fonte e preso, episódio que culminou em sua deportação. Os jornalistas brasileiros não foram as únicas vítimas de violência. No mesmo dia em que o jornal O Estado de S. Paulo anunciou oficialmente que seu repórter estava desaparecido, a rede de TV britânica BBC informou que três de seus jornalistas, Ferras Killani, Chris Cobb-Smith e Goktay Koraltan, haviam sido presos pelas forças do governo líbio e submetidos a tortura.

Por acreditar que esses eventos, experiências e complexidades podem afetar a prática jornalística, entendo que o estudo do caso Guerra na Líbia contribui para a discussão sobre o fazer jornalístico em áreas de conflito.

4.2 O jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo e Zero Hora

Antes de partir para as entrevistas com os quatro jornalistas brasileiros que atuaram na Líbia como correspondentes de guerra, busco fazer um breve resumo bibliográfico dos quatro veículos de comunicação para os quais trabalhavam, à época, os profissionais em questão. Esses jornais foram escolhidos para a pesquisa por serem os maiores do Brasil em circulação, por se tratarem de referências em seus Estados, alguns com circulação nacional, e por contarem com repórteres na Guerra da Líbia, transmitindo reportagens diárias para suas sedes³¹.

Mais antigo dos jornais apresentados nesta pesquisa, o jornal O Estado de S. Paulo (conhecido como Estadão) foi fundado em 4 de janeiro de 1875, em São Paulo. Inicialmente, levava o nome de A Província de S. Paulo. Após a proclamação da República, em 1879, adotou o título atual. Embora tenha apoiado a mudança de regime, o jornal se mostrou independente de partido político nos primeiros anos da República, recusando-se a servir aos interesses do ascendente Partido Republicano Paulista (PRP). Desde as primeiras décadas, tornou-se

³¹ Há pouca bibliografia sobre a história dos quatro jornais. Informações sobre O Estado de S. Paulo foram retiradas do acervo digital do jornal, disponível em: http://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm. Os dados da Folha de S. Paulo também foram pesquisados no arquivo digital da publicação, disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/foalha/circulo/historia_folha.htm. A história de O Globo está presente no espaço Memória O Globo, de onde foram coletados dados, que estão disponíveis em: <http://memoria.oglobo.globo.com>. Para Zero Hora, foram utilizados os livros RBS: da voz do poste à multimídia, de Lauro Schirmer, e a obra em comemoração aos 50 anos do Jornal Zero Hora e informações retiradas do site oficial do Grupo RBS. Disponível em: <http://www.gruporbs.com.br/atuação/zerohora/>. Acesso em: 14 de abr. 2015.

referência em jornalismo internacional no Brasil, contratando os serviços da agência de notícias Havas, então maior do mundo.

Seus fundadores foram um grupo de republicanos, liderados por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, que decidiram criar um diário de notícias para combater a monarquia e a escravidão. Foi estabelecida uma linha mestra, que caracteriza o jornal até hoje: "fazer da sua independência o apanágio de sua força". A mais antiga de todas as seções, conhecida como "Notas e Informações", sempre localizada à página 3, mantém ainda hoje a postura do jornal de unir, em seus editoriais, conservadorismo político e liberalismo econômico, sendo uma das colunas mais emblemáticas de O Estado de S. Paulo. A circulação do jornal em 2014 era de cerca de 237.901 exemplares diários, segundo o Índice Verificador de Circulação (IVC), sendo o sétimo jornal em média de circulação paga.

O jornal Folha de S. Paulo (conhecido entre leitores e jornalistas apenas como "Folha") foi fundado em 19 de fevereiro de 1921, também em São Paulo. Segundo dados do IVC, é a segunda publicação diária de maior circulação no Brasil, com tiragem média de 351.745 exemplares em 2015. Pertencente ao Grupo Folha é considerado, ao lado de O Estado de S. Paulo, um dos jornais mais influentes do Brasil. Sua fundação foi obra dos jornalistas Olival Costa e Pedro Cunha, que, desde o início, estabeleceram-se como oposição à publicação já existente na capital paulista, O Estado de S. Paulo, de viés conservador e ligado aos interesses das elites. Inicialmente, o diário tinha o nome de Folha da Noite. Era um jornal vespertino, com um projeto que pregava textos curtos, enfoque mais noticioso do que opinativo, agilidade e proximidade. A partir do sucesso empresarial, em julho de 1925, um segundo jornal foi criado, a Folha da Manhã. Em 1945, após mudanças acionárias, as edições diurna e vespertina do mesmo grupo foram fundidas, dando origem à Folha de S. Paulo. O diário teve como foco, desde sua fundação, o trabalhador urbano, mais uma vez em oposição ao seu concorrente na cidade, que, nos primeiros tempos, tinha como público-alvo o leitor mais elitizado.

O Globo foi fundado em 29 de julho de 1925 no Rio de Janeiro. Integrante do Grupo Globo, que administra também a Rede Globo de Televisão e a Rádio Globo, o jornal tem como público leitor, em sua maioria, o cidadão do Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana. Funcionou como jornal vespertino até 1962, quando se tornou matutino. De viés conservador, dispõe de uma média diária de 333.860 exemplares, sendo o terceiro jornal em circulação, segundo o IVC, em 2015.

Mais jovem dos jornais analisados e o único em formato tablóide, Zero Hora foi fundada em 4 de maio de 1964 pelo jornalista Ary de Carvalho a partir do fechamento de A Última Hora, publicação pertencente ao grupo de Assis Chateaubriand, os Diários Associados, por

ocasião do golpe cívico-militar brasileiro. Sua primeira sede localizava-se à Rua Sete de Setembro, centro de Porto Alegre. Em 1969, foi inaugurado prédio atual, na Avenida Ipiranga, no bairro Azenha. O atual grupo empresarial detentor da maioria das ações, o Grupo RBS, da família Sirotsky, comprou a maior parte das ações do jornal, passando a controlá-lo, em 21 de abril de 1970. Em 1975, a publicação passou a circular em todos os municípios do Rio Grande do Sul. De viés liberal, sua linha editorial defende o livre-mercado e referencia-se como “porta-voz” da sociedade gaúcha. Em 2015, tinha uma circulação média diária de 210.661 exemplares, sendo o sexto maior do país.

A RBS, ao qual Zero Hora está filiada, é um grupo de comunicação com atuação no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, com emissoras de rádio e televisão e jornais. É filiada à Rede Globo de Televisão.

Com exceção de Zero Hora, os demais jornais contam com correspondentes internacionais em cidades como Buenos Aires, Caracas, Nova York, Genebra, Paris, Londres, Tel-Aviv, Pequim, entre outras. Em caso de grandes acontecimentos em outras regiões do planeta – em especial guerras -, esses jornais deslocam seus correspondentes para as áreas em questão ou enviam repórteres a partir de suas sedes, os chamados “enviados especiais”. Zero Hora, por não contar com correspondentes internacionais, costuma deslocar um enviado especial a partir de Porto Alegre. As notícias internacionais normalmente são concentradas nas editorias Mundo de O Globo e Folha de S. Paulo e na seção Internacional de O Estado de S. Paulo. Zero Hora é o único jornal entre os analisados que não tem uma editoria específica sobre o tema³².

É importante salientar que a cobertura de notícias internacionais nos jornais brasileiros vem enfrentando particularidades, especialmente a partir da primeira década do século XXI. Embora os estudos sobre a redução dos espaços dedicados aos temas internacionais sejam escassos, alguns autores (NATALI, 2004; SILVA, 2011) relatam a diminuição desse tipo de cobertura após a redemocratização do país. Em consequência, pode-se inferir que, se os espaços para esse tipo de assunto estão menores, há também uma redução das oportunidades para um jornalista exercer a função de correspondente de guerra. Apesar da crise econômica do modelo jornal e da redução apontada na cobertura de fatos internacionais, os quatro jornais brasileiros

³² Em maio de 2014, o jornal Zero Hora passou por uma ampla reforma gráfica e de processos. Uma das principais mudanças foi a extinção de editorias tradicionais, como Política, Economia, Mundo, Geral e Polícia. Esses assuntos passaram a aparecer dentro da editoria de Notícias. À época da Guerra da Líbia, antes da reforma da redação, as reportagens dos enviados especiais apareciam sob a cartola “Mundo”.

dedicaram ampla cobertura à Guerra na Líbia, enviando seus repórteres ao país – em alguns momentos mais de uma vez.

4.3 Entrevistas com os quatro jornalistas brasileiros

Ao escolhermos como um dos métodos de pesquisa a entrevista, tivemos como objetivo ampliar o conhecimento sobre quem são os profissionais que cobriram a Guerra da Líbia e como suas práticas foram afetadas pelo acontecimento guerra. Como explicitado no capítulo de procedimentos metodológicos, o objetivo foi complementar o levantamento de indicadores que pudessem colaborar para a análise mais ampla do fenômeno pesquisado. A decisão pela realização de entrevistas levou em conta a percepção de que as identidades autodeclaradas e a consciência de si dos jornalistas levariam a uma melhor compreensão de como se constitui a identidade do correspondente de guerra e de como ele atua. São os próprios sujeitos que definem seus papéis no processo jornalístico. As histórias individuais, que, em conjunto com as experiências e episódios de progressão na carreira, mostram-se instrumentos fundamentais para uma análise qualitativa de sua prática. Por meio de questões abertas, busquei levantar as características pessoais dos profissionais, informações sobre suas trajetórias profissionais, como se tornaram correspondentes de guerra, e, principalmente, motivá-los a refletir sobre suas práticas jornalísticas, os riscos a que foram expostos, o relacionamento com fontes, o impacto da tecnologia, e possíveis transcendências, que extrapolam o trabalho em si. Andrei Netto³³, Samy Adghirni³⁴ e Deborah Berlinck³⁵ concederam entrevistas via Skype, ferramenta de comunicação por voz e vídeo, pela internet. Trezzi³⁶ e eu conversamos presencialmente. As entrevistas foram feitas entre a última semana de julho e a primeira quinzena de agosto de 2015.

³³ Entrevista com Andrei Netto feita em 7 de agosto de 2015.

³⁴ Entrevista com Samy Adghirni feita em 1 de agosto de 2015.

³⁵ Entrevista com Deborah Berlinck feita em 25 de julho de 2015.

³⁶ Entrevista com Humberto Trezzi feita em 13 de agosto de 2015.

4.4 Apresentação dos entrevistados

Nesta seção, apresentarei uma breve biografia dos jornalistas que compuseram o grupo de entrevistados, a partir de informações fornecidas pelos próprios profissionais durante as entrevistas e por meio de relatos bibliográficos contidos em suas obras.

Andrei Netto é correspondente do jornal O Estado de S. Paulo em Paris, França. Nascido em 1977 em Ijuí, interior do Rio Grande do Sul, graduou-se em jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social (Famecos) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É doutor em sociologia pela Université René Descartes, de Paris. Iniciou sua carreira no jornal Gazeta Mercantil, em Porto Alegre, tendo passado também por Zero Hora. Cobriu a Guerra na Líbia a partir da fronteira com a Tunísia, em 2011, tendo ingressado no território da Líbia *embedded* em tropas opositoras. Foi preso pelas forças governistas de Muamar Kadafi e deportado do país. Registrou seus testemunhos no livro O silêncio contra Muamar Kadafi – A revolução da Líbia pelo repórter brasileiro que esteve nos calabouços do regime³⁷. A obra foi lançada posteriormente em inglês com o título *Bringing Down Gaddafi: On the Ground with the Libyan Rebels*³⁸.

Samy Adghirni é correspondente do jornal Folha de S. Paulo em Caracas, nasceu em Lyon, França, filho de mãe brasileira e pai marroquino, graduou-se em jornalismo pela Universidade Stendhal de Grenoble (França). Trabalha na Folha de S. Paulo desde 2008. Antes, passou por diversos veículos de comunicação franceses, como a agência France Presse e as rádios BFM e Radio France Internationale. No Brasil, trabalhou no jornal Correio Braziliense. Especializado em Oriente Médio, Adghirni foi correspondente da Folha de S. Paulo em Teerã, período no qual escreveu o livro *Os iranianos*³⁹. Participou de coberturas jornalísticas das revoltas na Tunísia e Egito e nas guerras na Líbia e na Síria.

Deborah Berlinck nasceu no Rio de Janeiro, onde formou-se em Comunicação Social na antiga Faculdade da Cidade. É mestre em Relações Internacionais pelo Graduate Institute for International and Development Studies, em Genebra (Suíça), certificado pela Universidade de Maryland (EUA). Tem especialização concluída por meio de bolsa da Fundação Ford para estudar o processo decisório das políticas do governo americano. É co-autora de dois livros, um publicado na França (“*Désirs de France*”⁴⁰) e outro “*Fuelling the Flames: Brokers and Transport*

³⁷ NETTO, Andrei. **O segredo contra Muamar Kadafi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

³⁸ NETTO, Andrei. **Bringing Down Gaddafi: On the Ground with the Libyan Rebels**. Palgrave Macmillan, 2014.

³⁹ ADGHIRNI, Samy. **Os iranianos**. São Paulo: Contexto, 2014.

⁴⁰ BERLINCK, Deborah; et. al. **Désirs de France**. Paris: Éditions Michalon, 2007.

Agents in the Illicit Arms Trade”⁴¹. À época da Guerra da Líbia, trabalhava como correspondente do jornal O Globo em Genebra, Suíça. Foi enviada especial ao conflito, tendo ingressado pela região de Benghazi, território sob controle das tropas da oposição. Hoje, trabalha como jornalista independente.

Humberto Trezzi é repórter especial do jornal Zero Hora. Nascido em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, em 1962, graduou-se em Comunicação pela Faculdade de Comunicação Social (Famecos) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Iniciou sua atuação profissional como jornalista no jornal Gazeta Mercantil (sucursal Porto Alegre), tendo passado também pelo Diário do Sul. Como enviado especial de Zero Hora, participou de coberturas criminais, de guerras e de rebeliões em lugares como Paraguai, Uruguai, México, Equador, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Angola, Timor Leste, Haiti, Líbia, Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2010, foi enviado ao Chile para a cobertura do terremoto que atingiu o país. Ganhou mais de 40 prêmios de jornalismo, entre eles o Esso Nacional de Jornalismo 2013 e diversos na área de direitos humanos. Substituiu a mim na Líbia, em 2011, tendo ingressado no país a partir da fronteira com o Egito. Retornou à Líbia no mesmo ano para cobrir a queda final do regime de Kadafi. É autor do livro *Em terreno minado*⁴².

4.5 Diálogo entre a teoria e a experiência empírica

Neste capítulo, buscarei estabelecer um diálogo entre a experiência empírica dos entrevistados durante a cobertura da Guerra da Líbia, as reflexões sobre suas práticas e a fundamentação teórica deste trabalho feita no capítulo 2. É importante salientar que as análises deste capítulo se restringem a uma amostragem – o trabalho de quatro repórteres que cobriram a Guerra da Líbia – e não devem ser estendidas ao conjunto dos veículos de comunicação brasileiros ou internacionais que eventualmente tenham trabalhado na cobertura jornalística do conflito.

Para melhor sistematizar os tensionamentos entre teoria e experiência empírica, foram criadas as seguintes categorias:

1. Tornar-se correspondente de guerra;
2. A prática no exercício da produção jornalística;
3. Reflexões que transcendem a prática.

⁴¹ BERLINCK, Deborah; et. al. **Fuelling the Flames: Brokers and Transport Agents in the Illicit Arms Trade**. Nova York: Oxford University Press, 2001.

⁴² TREZZI, Humberto. **Em terreno minado**. São Paulo: Geração editorial, 2013.

4.5.1 Tornar-se correspondente de guerra

Iniciamos as entrevistas com uma questão aberta para ouvir os entrevistados relatarem sua formação e descreverem como chegaram à condição de repórteres de guerra. Todos os profissionais ouvidos são jornalistas. Entre as principais competências, o domínio de idiomas é evidente, com predominância do inglês, do espanhol e, em alguns casos, do francês.

Ao observar o todo, alguns detalhes se sobressaem. No geral, os entrevistados têm experiências focadas em um tipo de plataforma midiática, com maior grau de especialização em jornal impresso. Também demonstram interesse por conhecimento histórico, gosto pessoal por viagens, curiosidade em conhecer culturas diferentes, além de sólida formação acadêmica na área da Comunicação e do Jornalismo. Em alguns casos, têm ainda especializações nas áreas de Ciências Sociais e de Relações Internacionais. Dos quatro entrevistados, três atuam como correspondentes internacionais – ou seja, na definição de Brasil (2012), estão fixados em cidades no exterior, são responsáveis por escrever de forma regular para jornais, especialmente sobre o país em que moram. Apenas Trezzi atua, em sua rotina diária, como repórter de assuntos locais. Entretanto, por se tratar de um repórter especial, posto considerado de elite entre os pares, normalmente é deslocado para coberturas de profundidade ou para fazer reportagens investigativas regionais, nacionais ou internacionais.

O jornalismo surge como uma profissão tardia para os quatro repórteres entrevistados para esta pesquisa. Netto afirma que, antes de se decidir pela profissão, estudou Arquitetura e Publicidade. Foi por meio do segundo curso de graduação, inserido no campo das Ciências da Comunicação, que estabeleceu contato com o Jornalismo, migrando, posteriormente, para este ramo do conhecimento. Na entrevista, ele afirma que, enquanto estudante, rejeitava a carreira de jornalista, ainda que esse fosse um desejo de sua mãe. O gosto pelo jornalismo e, pela função específica dos assuntos internacionais, surgiu na graduação:

Eu tinha uma visão ideológica muito fechada na época, muito crítica em relação ao mercado de trabalho gaúcho. Isso gerava uma certa rejeição. Jornalismo internacional veio desde o tempo da faculdade, quando eu estava estudando, quanto mais eu me interessava pelo jornalismo, lia livros jornalísticos, relatos de não-ficção, mais eu percebia que era isso, eu tinha uma tendência pelo jornalismo internacional. (NETTO, 2015).

Trezzi chegou a prestar concurso vestibular para odontologia. Seu pouco conhecimento de matemática, entretanto, o fez optar pela área das ciências humanas, dentre as quais a Comunicação: “Fui para o jornalismo escrito, (...) uma coisa que eu gostava de fazer era ler.

Pensei: ‘Deve ser mais ou menos que nem ler. Vou inventar um estilo aí...’ E fui fazendo” (TREZZI, 2015).

Berlinck compartilha com Netto e Trezzi a descoberta tardia do jornalismo. Buscou primeiro o curso de publicidade e só trocou pelo jornalismo após uma oportunidade como estagiária no jornal O Globo. Filha de uma família de classe média, aliou a teoria aprendida na faculdade à experiência empírica das primeiras reportagens em regiões suburbanas do Rio de Janeiro como repórter iniciante.

Eu nunca tive oportunidade de conhecer esse lado do Rio, as favelas, os subúrbios, pra mim o jornalismo foi um despertar como pessoa (...) Comecei como repórter no Rio, cobrindo tudo relacionado à cidade, incluindo favelas, vi meu primeiro morto na minha vida, esse tipo de coisa, assassinato, toda aquela realidade que alguém de classe média não via. (BERLINCK, 2015).

As carreiras de Berlinck, Trezzi e Netto foram forjadas na prática do jornalismo diário da cobertura de cidades. Com diferentes nomes, a editoria dedicada a abordar temas relacionados às metrópoles tem em comum a cobertura de violência urbana, trânsito, acidentes, condições das estradas, avenidas, inundações, tragédias ambientais, educação. No saber informal das redações, é nessa seção que trabalham repórteres “puro-sangue”, calejados pela crueza do dia a dia dos dramas humanos. Berlinck adicionou à experiência como repórter de Cidades um período como correspondente em Brasília, na cobertura do noticiário político nacional e do Ministério das Relações Exteriores: “Ali, eu já queria ser correspondente internacional” (BERLINCK, 2015). A profissional buscou formação em cursos no exterior, nos Estados Unidos e na França. Foi em um deles que decidiu propor uma reportagem sobre a Guerra na Bósnia⁴³. Em seguida, iria à Albânia⁴⁴ e ao Kosovo⁴⁵.

O trabalho na cobertura de assuntos de cidades, em Zero Hora reunidos na editoria de Notícias, deu a Trezzi uma experiência, ele acredita, útil também em zonas de guerra:

⁴³ A Guerra da Bósnia foi um conflito armado, ocorrido entre abril de 1992 e dezembro de 1995, no contexto de desmantelamento da ex-Iugoslávia. A guerra foi causada por uma combinação complexa de fatores políticos e religiosos: o fervor nacionalista, crises políticas, sociais e de segurança que se seguiu ao fim da Guerra Fria e a queda do comunismo na antiga Iugoslávia. E também, devido ao envolvimento dos países vizinhos como a Croácia e a Sérvia e Montenegro. O resultado: houve uma partilha do território entre Bósnia e Herzegovina, de acordo com o Acordo de Dayton. Enorme número de vítimas bósnias e mais de 1 milhão de refugiados (de todos os lados). Cerca de 200 mil pessoas morreram.

⁴⁴ Nação da península balcânica, a Albânia pertencia ao império soviético entre 1945 e 1992. Era um dos países mais fechados do mundo. Com o fim da URSS, aliou-se à China. Foi um dos principais países receptores de refugiados das Guerras nos Bálcãs.

⁴⁵ Também nos Bálcãs, Kosovo é um território considerado independente por cerca de metade dos países que integram as Nações Unidas. A outra metade o considera uma região da Sérvia. A área viveu uma intensa luta por independência em 1998 e 1999 no momento em que a antiga Iugoslávia se esfacelava como país.

No jornal, em algum momento pensaram que, se eu estava acostumado a lidar com sangue e com situações-limite, eu poderia ir para uma guerra. Então, descobri, lendo o livro “A primeira vítima”, que tu também leste e gostas, que era muito comum, no século XIX, os caras pegarem repórteres que cobriam área de crime e de cidades e mandarem para as guerras. Porque não existia correspondente de guerra. Quando tinha eventualmente uma guerra, eles pegavam o cara que cobria situações duras, que fazia denúncia no jornal. (TREZZI, 2015).

Único dos quatro entrevistados nascido no exterior, filho de mãe brasileira e pai marroquino, Adghirni atribui à influência multicultural do meio familiar e do círculo de amigos o interesse pelos assuntos internacionais. A exemplo de Netto, Berlinck e Trezzi e, apesar da mãe jornalista, ele também optou pelo jornalismo de forma tardia: “Queria ser diplomata porque cresci nesse meio (...) Sempre tive uma pegada meio internacional” (ADGHINRI, 2015).

Ao lado do gosto pelos assuntos internacionais, Netto acredita que seu interesse pelo tema dos direitos humanos o tenha levado à cobertura de conflitos. Uma de suas primeiras reportagens em Zero Hora foi sobre a precariedade do sistema prisional do Rio Grande do Sul. “A guerra pra mim é quando os direitos humanos ultrapassaram a linha vermelha, quando deixou de ser uma ameaça, e passou a ser um risco concreto, iminente. (...) Cobrir este assunto (guerra) é uma forma de cobrir direitos humanos.” (NETTO, 2015)

Apesar do gosto por assuntos internacionais, Netto acredita que a carreira de correspondente é forjada ao longo de anos de acúmulo de conhecimento e de experiências.

Não é uma coisa que acontece do dia pra noite. Inclusive quando eu recebo muita gente se oferecendo para ser correspondente internacional, “eu gostaria de ser correspondente internacional”... Eu digo: “Cara...” Nas vezes em que eu respondo, às vezes eu não respondo porque isso me ofende até. “Cara, isso é uma carreira”. A rigor, na faculdade, não se tem muito claramente a noção de como chegar a essa função. (NETTO, 2015).

O espírito aventureiro é uma característica presente entre os repórteres e que fica evidente nas entrevistas, em congruência com o que Traquina classifica como um mito da cultura jornalística, segundo o qual evoca-se a figura do repórter que “está lá, em cima do acontecimento, em contato direto, a presenciar, testemunha ocular da história em devir”. (2013. p. 54).

É um pouco esse senso de testemunha ocular que Netto (2015) relaciona com o sentido da experiência aventureira: “(...) No sentido de ser uma experiência... de estar além da linha vermelha dos direitos humanos”. Ou, nas palavras de Trezzi (2015), o gosto por situações-

limite: “Eu gostava de aventura, situações-limite. Andava em delegacia, andava nessas coisas da PM”⁴⁶ (2015). Isso, naturalmente, acabou me orientando para esse gosto pelo jornalismo criminal, que é o que eu acabei fazendo a maior parte do tempo.”

Não há regra e tampouco pode-se dizer que existe um caminho formal para tornar-se jornalista de guerra. Entretanto, nos quatro casos analisados, percebe-se que os repórteres foram moldando-se como jornalistas aptos a cobrir guerra a partir de experiências com violência, criminalidade e mesmo conflitos em diferentes graus de intensidade, mas já com algum risco⁴⁷. Adghirni fez sua primeira cobertura em zona de conflito ao acompanhar uma delegação da Câmara dos Deputados do Brasil em visita à Palestina em 2004:

Foi uma viagem muito enquadrada, tinha segurança, a gente tinha estrutura, tinha proteção da embaixada, mas, mesmo assim, tu já sentes a pressão, já vêes destruição, já vêes palestino jogando pedra e recebendo disparo de bomba de gás lacrimogêneo, vêes helicóptero atacando. (ADGHIRNI, 2015).

A segunda experiência foi no Iraque, em 2009, também com segurança relativa: “Fui com um esquema de proteção fornecido pelo governo iraquiano” (2015). Na terceira experiência, de volta ao Iraque, Adghirni viajou sozinho: “(...) Aí eu já estava largado, sozinho. E aí tem que ter os bons reflexos, a experiência ajuda, a maturidade ajuda” (2015).

Netto acredita que se aprende a ser jornalista de guerra. Como requisito, ele afirma a necessidade de gosto pessoal pelo tema guerra ou assuntos afins, como, em seu caso, direitos humanos. Em segundo lugar, ele destaca uma formação técnica, por meio de leituras e da prática:

Você só cobre guerra quando está bem informado. Guerra é uma experiência extrema do jornalismo. Você aprende métodos, você aprende práticas que reduzem riscos, e isso é fundamental. (...) Ser correspondente de guerra não é um improviso. É você buscar formação. (NETTO, 2015).

Há um entendimento entre os jornalistas entrevistados segundo os quais o saber adquirido nas redações e na cobertura do dia a dia ajuda na prática jornalística na zona de guerra. Porém, somente a experiência *in loco* credencia o repórter, perante os demais colegas e perante

⁴⁶ PM é a sigla para Polícia Militar, no Rio Grande do Sul a corporação é denominada Brigada Militar.

⁴⁷ No meu caso, fui repórter da editoria Mundo a partir do fim da graduação em jornalismo, em 2001. Também atuei como repórter de Geral e Política. Antes de cobrir as guerras da Líbia e do Líbano, fui enviado especial de Zero Hora a situações de catástrofes, como o furacão Katrina, que atingiu New Orleans, nos Estados Unidos (2005).

a direção dos jornais, para as próximas: “Uma viagem te credencia mais para a próxima” (ADGHIRNI, 2015). Trata-se de um saber acumulativo, conforme o jornalista: “Se aprende a trabalhar em conflito, a ser enviado especial em conflito (...) A sorte é que, no meu caso, foi muito um processo gradual (...) Foi acontecendo aos poucos”.

Trezzi concorda que “se aprende a ser jornalista de guerra” na experiência empírica da prática na zona de conflito:

Se aprende... se aprende... Acho que, com algumas, uma ou duas... Tu já estás escolado. Porque é tão intenso... Em poucos dias, tu tens de te virar, seja com línguas, seja pra não ser enganado, seja pra não ser assaltado, seja pra não ser sequestrado e seja pra não ser bombardeado ou degolado. Tu tens de te virar. São situações em que o repórter vai testar todas as suas habilidades, não apenas algumas. (TREZZI, 2015).

Como vimos, há uma diferença entre o correspondente internacional fixo, deslocado para fazer coberturas por um longo período de tempo - com residência determinada no país para o qual foi deslocado -, e o enviado especial. Esta segunda categoria é identificada como sendo um repórter deslocado para outro país a fim de narrar um acontecimento específico, por um determinado tempo. Ao término da cobertura, o profissional retorna para sua nação de origem. As características do trabalho de um correspondente e do enviado especial são semelhantes. Williams afirma que “as contendas entre os dois tipos de repórteres e seus diferentes *modus vivendi* sempre desempenharam um papel relevante na natureza das coberturas internacionais” (2011, p. 25). Não há, entretanto, no grupo de jornalistas entrevistados, divergências sobre as classificações de enviado especial e correspondente internacional. Netto, Berlinck e Adghirni eram correspondentes internacionais de seus jornais e atuaram como enviados especiais durante a Guerra da Líbia ao serem deslocados de suas bases para o país africano. Trezzi não atua como correspondente internacional. Porém, também é enviado especial, no momento em que atua fora de seu país, como no caso na Líbia.

Com exceção de Netto, que não entra no mérito da questão, todos os demais jornalistas entrevistados salientam, mesmo sem serem questionados, que não se consideram correspondentes de guerra. Os entrevistados reconhecem em si características comuns aos jornalistas de conflito, como “curiosidade histórica, formação internacionalista e uma característica aventureira que Berlinck, por exemplo, classifica como “kamikaze”⁴⁸:

⁴⁸ Ao se referir ao termo kamikaze, a jornalista utiliza-se de uma metáfora comum no Ocidente para identificar uma ação arriscada, suicida, mesmo que em sentido figurado. A palavra, que significa “vento divino” identifica o

Eu acho que não é qualquer um que pode ser correspondente de guerra. Eu nem me considero uma correspondente de guerra, porque o verdadeiro correspondente de guerra é o cara que praticamente só faz isso. Ele sai de um conflito e vai pra outro. (BERLINCK, 2015).

Adghirni e Trezzi corroboram da opinião de Berlinck. Segundo eles, não existe a figura do correspondente de guerra no Brasil:

O que existe no Brasil é o enviado especial a conflitos. Porque correspondente de guerra, mesmo fora do Brasil, é uma raça em extinção. Correspondente de guerra, na definição que tenho, é alguém que vive de guerra, que vai de uma guerra para outra guerra. Guerra, guerra, guerra, guerra, guerra, guerra... São pouquíssimos. Alguns da CNN. Um ou outro cara da Reuters. (ADGHIRNI, 2015).

Trezzi acrescenta:

Não tem correspondente de guerra no Brasil. Até porque o Brasil é um país muito pouco afeito a guerras. (...) O Brasil não se envolveu em guerras, não se envolvendo em guerras, não existe uma galvanização nem da população nem dos leitores para o assunto guerra. E aí não tem correspondente. O que tem são pessoas como tu, como o Marcelo Rech⁴⁹, que são, eventualmente, pinçadas de suas tarefas no dia a dia e enviadas a guerras. E como um cara que fez carreira cobrindo várias guerras, mesmo assim não é só repórter de guerra, que é o Lourival Sant'Anna.⁵⁰ (TREZZI, 2015).

De fato, nenhum jornalista brasileiro vive apenas de cobrir guerras. Porém, como vimos, por definição, a correspondência de guerra consiste na transmissão periódica de notícias de uma guerra por repórteres enviados por órgãos de imprensa a uma zona conflagrada. Nesse sentido, essa prática consiste em um tipo específico de jornalismo internacional, exercido por um repórter no local do acontecimento guerra. Sendo assim, os quatro jornalistas, mesmo que não o admitam e não se considerem como tais, exerceram a função de correspondentes de guerra no caso da Líbia.

grupo de pilotos de aviões japoneses carregados de explosivos cuja missão era realizar ataques suicidas contra navios dos Aliados nos momentos finais da campanha do Pacífico na Segunda Guerra Mundial.

⁴⁹ Marcelo Rech é jornalista gaúcho, diretor de Jornalismo do Grupo RBS e ex-diretor de Redação de Zero Hora. Como repórter, cobriu alguns dos principais conflitos do final do século XX, como as guerras nos Bálcãs e do Golfo.

⁵⁰ Lourival Sant'Anna é jornalista goiano, diretor-adjunto do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, diretor de documentários na 2F Fact Finding Films e comentarista de assuntos internacionais da Rádio CBN. Foi repórter especial de O Estado de S. Paulo, pelo qual cobriu mais de 60 países, entre os quais guerras no Afeganistão, Iraque, Kosovo e Faixa de Gaza.

4.5.2 A prática no exercício da produção jornalística

Como a guerra afeta a prática jornalística do repórter no front? Esta é a pergunta central deste trabalho. Para refletir sobre esta questão, continuarei estabelecendo um diálogo entre a experiência empírica dos quatro jornalistas que atuaram na cobertura do conflito da Líbia e a fundamentação teórica desta pesquisa.

Dos quatro repórteres entrevistados, dois entendem que a guerra altera radicalmente sua prática jornalística de uma maneira geral. Netto refere esta afetação desde o planejamento para a cobertura até o relacionamento com fontes e exposição à violência. Adghirni destaca, de forma enfática, as condições subumanas a que o repórter está exposto – e como essa situação pode levar a alterações no processo de apuração jornalística. Embora menos explícita do que os colegas diante da pergunta “como a guerra afeta a prática jornalística”, Berlinck, à medida que o diálogo avança, avalia tensionamentos na relação com a fonte, na exposição ao risco de morrer e na logística da cobertura: “É uma guerra de armas, mas é sobretudo uma guerra de propaganda”. Trezzi, possivelmente o mais experiente em coberturas de criminalidade locais e nacionais, entende que a situação de conflito no exterior não altera seu modo de trabalhar.

Netto (2015) afirma que sua prática jornalística é “totalmente influenciada” pela guerra. Esta afetação começa, segundo o repórter, desde o planejamento para a viagem a uma zona de confronto: “Muda tudo, desde o início, desde o primeiro momento, desde a decisão de ir”. Na ocasião da entrevista para esta pesquisa, o jornalista escrevia uma reportagem sobre a onda de migração de refugiados de conflitos que buscaram abrigo na Europa. Ele compara o planejamento para uma cobertura como esta, em que praticamente não foi necessário um pré-contato com a comunidade a ser visitada, e no caso de uma reportagem de guerra:

Eu simplesmente peguei um trem até Calais, fui até o acampamento. Se fosse cobrir uma guerra em Calais, eu primeiro estabeleceria, a partir de Paris, contatos com comunidades da região, pessoas com vínculos nacionais. Estabeleceria contatos com ONGs, organizações humanitárias que já trabalham na área. E aí, sim, eu iria para lá, tendo contatos lá, com pessoas que me esperassem lá. Eu não chegaria diretamente. (NETTO, 2015).

Para Adghirni, a principal afetação da guerra na prática jornalística diz respeito à logística com a qual o repórter precisa se preocupar para reduzir riscos e estabelecer condições mínimas de trabalho: “A prática é totalmente afetada. Ela muda completamente, porque, quando tu estás em uma área de conflito, o principal é te manter vivo.” (ADGHIRNI, 2015). O jornalista relata uma situação extrema vivida por ele e um fotógrafo durante a cobertura da Líbia para

exemplificar como a carência de elementos básicos para sobrevivência humana, como comida e água, alteram o aspecto psicológico do repórter, afetando também sua prática.

Ficamos quase cinco dias só com biscoito e atum, isso é um teste, e sem tomar banho, sem água, com duas garrafas de água mineral, para aguentar os cinco dias, um calor de 45 graus, Ramadã, guerra, o hotel sem água, as pessoas cagando na escada, as pessoas arrombando quarto para cagar nos quartos desocupados. Então, numa situação dessas, tu tens de ficar calmo. Isso é o mais difícil. Isso altera totalmente a cobertura. (ADGHIRNI, 2015).

Em situações como essa, o repórter admite preocupação em “não virar notícia”, tornar-se um problema para o jornal ou ser obrigado a abandonar a cobertura por problemas físicos ou psicológicos. A preocupação em não se tornar objeto das reportagens – próprias ou de terceiros – aparece também na reflexão de Berlinck (2015). Ela acredita ter se empenhado em relatar a vida dos cidadãos comuns atingidos pela guerra, “a história por trás do cara que estava lutando”.

Mais do que ir para o front e dizer avançou isso, aquilo, que é o que todas as agências tinham, a minha grande curiosidade em relação à Líbia era o seguinte: a Líbia ficou fechada durante 42 anos, todo mundo conhecia o personagem Kadafi, a minha curiosidade era saber como vivem os líbios, o que é este país, era um mistério total. (BERLINCK, 2015).

Nesse sentido, Berlinck critica a postura que chama de “jornalismo espetacular”, adotado por alguns repórteres na guerra ao descrevem suas afetações e sentimentos, em primeira pessoa, nas reportagens enviadas do front.

As histórias que mais me marcaram durante a guerra não foram necessariamente as do tipo “caiu uma bomba aqui do lado”. Primeiro porque se caiu em um tipo de jornalismo que sou hipercrítica, do jornalismo espetacular. (...) Não somos o tema do jornalismo. Está virando muito isso: “Eu estive na guerra, eu vi a bomba cair do meu lado”. Não é isso. Eu não sou o objeto, o sujeito da matéria. (BERLINCK, 2015).

Trezzi foi o único dos entrevistados a afirmar que a guerra não afeta a sua prática jornalística. Ele entende que a prática do dia a dia da cobertura policial e da violência do trânsito, “situações-limite” nas suas palavras, o tenham preparado para exercer o jornalismo na guerra. Ele cita um exemplo de cobertura difícil do ponto de vista emocional, publicada em Zero Hora, que, ele acredita, o expôs a um grau de tensão tão grande quanto em uma zona de conflito:

Eu fiz, certa vez, uma matéria chamada “Os que se foram no verão”. E era uma matéria em que, no momento em que acontecia um acidente, eu tinha que ir até o local. Eu via os familiares e as vítimas. Às vezes, eu chegava antes dos familiares das vítimas. Eu tinha que escrever quem era a pessoa que morreu, eu passei três meses fazendo isso. Três meses vendo corpos todos os dias e falando com familiares das vítimas. Isso endurece a pessoa. (TREZZI, 2015).

Entretanto, ele afirma que o fato de se acostumar a situações de violência não o impede de se comover com as histórias:

Em uma situação de guerra é mais ou menos assim. Tu vais ver mortos e ver situações incríveis do ponto de vista de falta de humanidade todos os dias. Hospitais lotados, gente gemendo, esperando por auxílio que não vem. Até ambulância ser bombardeada aconteceu no meu caso. A ambulância, atacaram ela propositalmente. Então, tu vê situações em que o ser humano é pior do que bicho. Nesse ponto, não difere muito da minha cobertura, que tive em alguns momentos da minha história. (TREZZI, 2015).

A título de metodologia, as reflexões dos entrevistados sobre suas práticas estão divididas em subcategorias que, trabalhadas na fundamentação teórica desta pesquisa, podem contribuir para tensionarmos o objeto. São elas: cobertura local e cobertura de guerra, relacionamento jornalista-fonte e entrevista; tecnologia; censura, autocensura e a questão do *embedded*; impacto da violência e risco de morrer.

4.5.2.1 Cobertura local e cobertura de guerra

A gestão financeira da cobertura de guerra é, para Netto, uma das principais diferenças em relação ao trabalho de um jornalista em uma zona de conflito, se comparada a cobertura de um acontecimento local. Com infraestrutura precária e rede de comunicações limitada, países conflagrados por guerras não dispõem de serviços como bancos ou agências financeiras em operação. Por isso, a maioria dos repórteres entrevistados para esta pesquisa cita a importância de se levar na viagem importantes somas de dinheiro – em dólar, de preferência, uma moeda aceita com facilidade em nível internacional. O custo financeiro de coberturas de guerra, como vimos no capítulo 2, tem levado empresas jornalísticas a limitarem o número de reportagens internacionais nos últimos anos. Ao mesmo tempo, ao transportar grande quantidade de dinheiro, o repórter na guerra pode se tornar alvo de assaltos – um risco a mais para o jornalista. Além da gestão financeira da sua própria viagem, o jornalista deve se preocupar com a logística

da cobertura, como contratação de fixer⁵¹, procura de hospedagem e pagamento de hotéis, aluguel de celular e carro. Estas preocupações, no caso de uma cobertura local, ficam a cargo de um setor administrativo do jornal. Na guerra, o repórter precisa administrar o uso de equipamentos especiais, como colete à prova de balas. Esses cuidados tornam o planejamento essencial e subvertem a tradição do “furo” entre os jornalistas, a máxima informal das redações de que o melhor jornalista é aquele que chega primeiro ao local do acontecimento e que publica antes suas informações, sobre a qual fala Traquina.

O furo é um elemento importante na cultura jornalística que alimenta os interesses próprios do jornalista. O jornalista que se preza procura o furo. O furo dá um gozo particular, um enorme prazer de conquistador. O furo é uma conquista que está associada ao brilho profissional, razão justificada da vaidade pessoal, e que fornece um prestígio que pode fazer progredir a carreira profissional. (TRAQUINA, 2013, p. 53).

Ainda que não despreze a necessidade de chegar o mais rapidamente possível ao local do acontecimento guerra, Netto vai na contramão do furo, ao reconhecer que um planejamento apurado, mesmo que incorra em atraso na chegada ao destino, possa ser determinante para uma boa reportagem em um conflito.

Você simplesmente não corre para uma guerra. A guerra está lá, ela começou, é importante chegar o mais rápido possível. Mas é importante chegar o mais rápido possível depois de fazer os devidos contatos e tomar as devidas precauções, precauções financeiras, de reunir o dinheiro necessário, de reunir o equipamento necessário e de fazer os contatos necessários. (NETTO, 2015).

Adghirni concorda que a preocupação logística é o principal fator que diferencia as coberturas de guerra da reportagem em nível local. O contexto caótico das situações de conflito obriga o jornalista a não se concentrar apenas na sua técnica jornalística. São questões que transcendem o fazer jornalístico propriamente dito:

Não é tu cobrir uma coletiva da Comissão Europeia em Bruxelas, onde realmente tu podes te focar na declaração, vais pegar o celular do assessor. Se tu chegaste atrasado, alguém vai te passar alguma coisa. É guerra, o contexto é caótico, o contexto é perigoso, a logística é muito complicada. (ADGHIRNI, 2015).

⁵¹ Fixer é o nome dado, no jargão jornalístico, a um morador local contratado por jornalistas para atuar como motorista, intérprete e, por vezes, até segurança em uma situação de guerra.

Tanto Netto quanto Adghirni citam a gestão financeira como determinantes no sucesso ou fracasso da cobertura. A todo tempo, é necessário medir quanto de dinheiro pode ser gasto para uma viagem à linha de frente do conflito, por exemplo:

O que adianta tu errares o cálculo? “Os rebeldes estão avançando para tal cidade, eu vou com eles.” Aí, no meio do caminho, tu percebes que não tem mais dinheiro? Tens US\$ 200 no bolso. Essas coisas precisam ser calculadas o tempo inteiro: “Quanto que tenho, onde eu estou, onde é que vou, como é que é”. (ADGHIRNI, 2015).

Para Berlinck, a exposição à violência é o que diferencia a cobertura da guerra do jornalismo local, ainda que, como veremos no subcapítulo sobre a violência, a jornalista compare o risco a que estão expostos os repórteres que cobrem a criminalidade no Rio de Janeiro a níveis de repórteres de guerra: “Várias vezes, me perguntei durante a Líbia se eu não corria maior risco no Rio de Janeiro.” (BERLINCK, 2015).

Adghirni, que citou a logística, também adiciona a sua reflexão a violência como componente diferencial da cobertura da guerra. O jornalista acrescenta que são misturas de angústia com ansiedade, com reflexos de sobrevivência, diferentes da cobertura diária local.

Voz dissonante, Trezzi não vislumbra diferença entre reportagem local e na guerra. Novamente, atribuo essa opinião a sua experiência diária da cobertura policial, enfoque admitido pelo próprio entrevistado:

A maioria dos repórteres não tem essa experiência do cotidiano. Por exemplo, se tu pegares a maioria dos casos, eles não cobrem criminalidade, PCC ou as quatro facções, aqui, no Rio Grande do Sul. Nunca viram um morto. A maioria dos repórteres nunca viu um morto na rua. Muito menos dialogou com um bandido. Eu te diria 90% das redações hoje nunca viu um corpo. Mas não estou falando nem em ver um corpo. Teve ocasiões, como tu sabes, lendo meu livro, que eu tive que negociar minha vida. Com bandido, com traficante, não tem nada a ver com guerra. Mas isso te dá uma experiência em negociar, passar em checkpoint de rebelde, que são caras inconfiáveis e instáveis. (TREZZI, 2015).

Embora com pontos de vistas divergentes sobre o grau de afetação da guerra no fazer jornalístico, todos os entrevistados concordam com uma semelhança em torno da prática no conflito e no jornalismo local: o caráter testemunhal. Como vimos no capítulo 2, este é um elemento fundamental da prática jornalística, que dá ao repórter, na condição de “testemunha ocular”, o estatuto de enunciador com grau de verossimilhança alto, de acordo com os pactos e acordos estabelecidos entre narrador jornalístico e receptor. Trezzi chega a afirmar que sua cobertura autoral é o diferencial

em relação aos demais colegas. Ele critica o tom que qualifica como asséptico e frio de jornais e agências de notícias, que retratam números sem o caráter pessoal:

(...) Envolve muito geopolítica e que quase não tem colorido local. Eu fico apavorado. Eles parecem uma agência reportando: “Aconteceu a tomada da cidade tal ontem, não sei o que... Tantas pessoas morreram...” Mas o que é isso? Isso eu pego de agência. Tu tens de chegar e personalizar, dar nome e sobrenome de pessoas. (TREZZI, 2015).

Apesar de discordâncias sobre o uso da primeira pessoa no texto, algo visto com questionamentos pela comunidade jornalística, o caráter testemunhal é o elemento unificador dos discursos dos quatro jornalistas entrevistados, que apresentam argumentos que configuram semelhanças entre as coberturas da guerra e local. Como Beaumont, que admitia “uma necessidade de descrever imagens, sons e emoções” (2010, p. 11) ou Arnett, que, no Vietnã, “saía a campo para descobrir respostas por nossa própria conta” (ARNETT, 2001 apud PENA, 2010, p. 195), Adghirni confere à observação do jornalista a força crucial para a construção da narrativa, a ponto de afirmar que, na guerra, “tem notícia para todo o lado” (2015):

Tu olhas para a direita é uma, para a esquerda é outra, as coisas acontecem, é muito intenso, as pessoas falam. E uma coisa eu aprendi com minha mãe: “Para, olha o que está acontecendo e conta. Só isso”. Uma regra básica da reportagem no sentido romântico da palavra. (ADGHIRNI, 2015).

Berlinck acrescenta: “Então, eu apliquei, sim, o jornalismo, mas o jornalismo de contar histórias, de contar belas histórias”.

4.5.2.2 Relação jornalista-fonte e entrevista

Se na guerra a primeira vítima é a verdade, como afirmou em discurso o senador Hiram Johnson, como confiar nas fontes de informações durante um conflito? Esta questão nos parece chave para compreender a prática e os processos jornalísticos na cobertura de guerra. Esse relacionamento fonte e jornalista carrega boa parte do peso da veracidade dos fatos narrados. Sendo a relação com a fonte baseada na confiança, construída com algum nível de profundidade e tempo, como um jornalista na guerra pode acreditar na veracidade de fatos descritos por um informante que conheceu há poucos minutos?

Como vimos no capítulo 2, ainda que o testemunho do jornalista tenha caráter importante, o jornalista não consegue assistir a 100% dos fatos que descreve. Muitas vezes, sua

narrativa é construída a partir do relato de informantes, testemunhas primárias, secundárias ou terciárias. Como garantir que não estão mentindo ou usando o jornalista como propagandista de sua ideologia ou interesse? Como vimos, quando jornalistas ficam impedidos da observação direta, seu discurso acaba dependente inteiramente do que as fontes revelam. É quando o risco é maior: quando informantes dizem ou deixam de dizer o que lhes convêm. Confrontados com essa questão, os entrevistados foram categóricos ao afirmar que, durante a cobertura de guerra, os cuidados precisam ser redobrados, se comparados a uma cobertura local. Netto (2015) acredita que, apesar do pouco tempo de convívio, é possível estabelecer vínculos de confiança com as fontes: “Eu acredito nisso, é um pouco quixotesco, romanesco? Acho que não. Você pode estabelecer vínculos de confiança”. Entretanto, ele admite que, durante a Guerra da Líbia, se expôs a pessoas que não eram de sua inteira confiança. Esse processo de decisão, descrito em seu livro *O segredo contra Muamar Kadafi* (2012), pode ter sido fundamental para sua prisão e posterior deportação.

Esse incidente torna o caso de Netto emblemático na reflexão sobre a relação entre jornalista e fonte. Ao se tornar um dos únicos jornalistas a cobrir a região oeste da Líbia e comprovar, saliente-se aqui o caráter testemunhal, que Kadafi não controlava completamente esse território, Netto assumiu riscos elevados de segurança. Foi detido pelas tropas de Kadafi, situação que o levou a ser deportado do país e, conseqüentemente, a encerrar precocemente a cobertura de O Estado de S. Paulo. Na entrevista, questionamos se ele acredita ter sido traído por fontes. O jornalista afirma:

Não era exatamente uma fonte. Era alguém que fazia o papel de passador. (...) Um suposto militante revolucionário que iria nos ajudar a alcançar determinado objetivo. Não foi exatamente a fonte que nos traiu, mas poderia ter sido uma fonte. Aquela pessoa ali até foi uma fonte de algumas informações, mas ela poderia ter sido uma fonte profunda da nossa reportagem, e eventualmente, poderia ter nos traído. Poderia ter acontecido. (NETTO, 2015).

O jornalista admite que a cobertura foi abortada prematuramente em razão de sua prisão. “Foi um erro ser preso. A cobertura em si não foi um fator de orgulho para mim” (2015), ele pondera. A confiança nas fontes é, para Netto, o desafio básico da cobertura de guerra. Como não é possível testemunhar todos os fatos e acontecimentos durante o conflito - e a propaganda de guerra é arma comum de grupos beligerantes -, o jornalista adota, como estratégia, a prática de múltiplas fontes.

Você não consegue checar se em um determinado front as coisas estão de fato acontecendo. Bom, mas você pode falar com alguém que esteja no front, ou que esteja do outro lado do front, ou que tenha estado nessa situação para bater, conferir o relato que você obteve. (NETTO, 2015).

Ao trazermos para reflexão pilares do “saber de procedimento”, é importante lembrar que o jornalista deve mobilizar os conhecimentos precisos que orientam os passos a seguir no recolhimento de dados para elaborar a notícia. Traquina afirma que, ao utilizarmos o recurso das fontes, é necessário reconhecer que:

a) a maioria dos indivíduos, como fontes noticiosas, tem algo a defender. Para ser credível, é preciso ao indivíduo provar ser seguro como fonte de informação, através de um processo de tentativa e erro.

b) alguns indivíduos estão numa posição em que sabem mais do que qualquer pessoa na organização. Apesar de terem algo a defender, a sua informação é provavelmente mais “exata” porque têm mais “fatos” a sua disposição.

Os quatro jornalistas entrevistados nesta pesquisa reconhecem que as fontes sempre defendem um ponto de vista. Também admitem que alguns tipos de informantes, normalmente em posição de poder, são capazes de conceder informações mais precisas. É possível questionar que, se têm mais poder, não teriam maiores interesses em ocultar verdades? Como vimos nas reflexões de Chaparro (2004), as fontes adquiriam uma força descomunal no tempo presente. Pena acrescenta que fontes oficiais são sempre as mais tendenciosas, uma vez que têm mais interesses a preservar, informações a esconder.

Adghirni concorda que o mais difícil na relação com a fonte é certificar a veracidade do discurso. Ele também adota a prática de ouvir o maior número de pessoas possível a fim de tensionar versões. Em um episódio na Líbia, ele lembra uma entrevista coletiva na qual um líder rebelde afirmou ter conquistado uma cidade estratégica:

Como é que tu vais saber se o cara está falando a verdade? Não adianta tu dizer “achei na internet, vou ver as notícias”. Tem coisa que não dá pra ver no Google. É a cidade que está ali, a 40 quilômetros, numa aldeia que nem está no mapa. Agora, são as únicas fontes que tu tens, muitas vezes, na guerra. (ADGHIRNI, 2015).

Ao diversificar fontes, o jornalista busca confirmar versões no noticiário ou com outros colegas. Em um dos relatos, ele ilustra a tentativa de uma autoridade ligada ao regime de Bashar al-Assad, na Síria, de construir a imagem de seu líder como a de um vencedor do conflito:

Tu consegues permissão para falar com um comandante militar de uma área “x” da fronteira com o Líbano. A gente vê na cara dele que ele matou gente hoje de manhã. Então, a gente diz: “Como é que é?” “Nós vamos ganhar a guerra. Bashar é nosso campeão”. Aí tu dizes: “Sim, comandante, mas os seus homens têm tido muitas baixas aí nas suas fileiras? Os rebeldes ainda controlam parte oeste do país, né?” “Não, isso é mentira. Nós vamos ganhar a guerra”. (ADGHIRNI, 2015).

O jornalista relata outro episódio, desta vez na Líbia, que nos ajuda a refletir sobre o risco de os fatos descritos por fontes serem maquiados por interesses. Ao visitar um manicômio em Trípoli, Adghirni percebeu que o diretor do hospital psiquiátrico não estava falando a verdade graças a uma outra pessoa, que acompanhava a entrevista. O fato de conhecer o idioma árabe o ajudou: “Uma enfermeira puxou e falou: ‘O que o diretor está falando não é verdade’. Ela falou: ‘Vem cá’. Levou a gente para uma sala e tinha um monte de gente simplesmente surtada”. (ADGHIRNI, 2015). No local estavam encarcerados opositores políticos de Kadafi. O jornalista afirma que é impossível não ser “usado” pela fonte como agente propagandista de uma ideologia, de acordo com os seus interesses:

Que o cara está te usando, ele está te usando. Tem que aceitar isso. Tem que aceitar essa premissa. Principalmente em uma guerra, onde o ambiente é muito carregado de emoção, e as pessoas têm ali necessidades comunicacionais muito urgentes. A única razão pela qual um combatente vai parar para conversar contigo é porque ele tem um interesse. Então, tu tens que incorporar isso e dar um golpe de jiu-jitsu para usar isso a teu favor. (ADGHIRNI, 2015).

Como vimos, é comum, entre os repórteres de guerra, a contratação de uma fonte em especial, chamada de *fixer*, que atua como tradutor, intérprete, guia local, motorista e, eventualmente, como segurança da equipe de reportagem. Berlinck reporta a relação frágil que se estabelece entre o repórter e o *fixer*, baseada em um sentimento empírico de confiança: “No caso do *fixer*, eu tinha que negociar na hora. Você tem que mais ou menos estabelecer confiança. No *feeling*. E tem que ser no *feeling*. Não tem como checar muito.”⁵² (BERLINCK, 2015). A jornalista, a exemplo de Netto e Adghirni, relata preocupação com a veracidade dos fatos ou teatralização das fontes, uma vez que, a confiança é estabelecida de forma empírica, levando em conta uma relação superficial que favorece a manipulação dos fatos: “Tanto um lado quanto o outro mentem. Mentem descaradamente”. (BERLINCK, 2015). Para a jornalista,

⁵² Nas ocasiões em que contratei um fixer, no Líbano e na Líbia, também foi com base em *feeling*, na expectativa de que o cidadão nativo cumprisse bem seu trabalho como motorista e intérprete. As condições foram satisfatórias. Certa ocasião, o *fixer* atuou também como segurança, me alertando sobre um tiroteio à frente.

a maior dificuldade é a rapidez com que uma reportagem precisa ser feita, uma vez que os laços são frágeis e é preciso exercer práticas de entrevistas rápidas, proque, em alguns momentos, o jornalista está exposto a situações de perigo⁵³: “Você tem que entrar, fazer a reportagem muito rápido. Para mim, esta é a maior dificuldade da guerra.” (BERLINCK, 2015).

É o que Trezzi classifica como “desembarcar de pára-quedas em um lugar desconhecido, com poucos contatos”. Ele admite usar a estratégia de se identificar como brasileiro, algo que desperta, a seu ver, empatia com as fontes: “Em poucos lugares a minha situação piorou quando eu disse que era brasileiro. Em 99% das vezes melhorou. Eu fui melhor recebido, há uma simpatia generalizada mundo afora”. (TREZZI, 2015).

O jornalista acredita que repórteres americanos são rejeitados à primeira vista. “Existe um sentimento antiamericano generalizado pelo planeta. À direita e à esquerda. Tu vais à Ucrânia, à Rússia, não gostam de americanos. Não sendo americano já te ajuda”, avalia o repórter. Ser originário de países pobres ou em desenvolvimento, como no caso do Brasil, contribui, conforme Trezzi: “É bem provável que te dêem acesso a pessoas que têm informação e que têm a permissão para que tu chegues ao front”. O repórter acredita que sua experiência com a cobertura da criminalidade no Brasil o habilita a lidar de forma mais confiável com fontes na guerra: “Sou um cara razoavelmente escolado em lidar com povo, com gente que não quer falar, que não quer virar notícia. Fui acostumado a tirar notícias de pessoas que recém perderam alguém ou que são acusadas de crime”. Diante do risco de manipulação, Trezzi a exemplo de Adghirni, defende a técnica de ouvir diferentes fontes. Entretanto, ele não considera, no caso da guerra, uma das máximas do jornalismo diário: ouvir o outro lado.

Tu vais me perguntar: “Tu ouves o outro lado em uma guerra?” Muito difícil. Normalmente, quando tu vais cobrir uma guerra, tu só consegues fazer um lado. Porque se tu tentas passar para outro lado, como tu bem sabes, como tu viveste⁵⁴, vão te encarar como um possível espião ou um agente. (TREZZI, 2015).

Questionado sobre as garantias de que o informante não estaria mentindo, Trezzi afirma: “A propaganda é uma forma constante na guerra. O tempo inteiro, inclusive vai ter no hotel gente do governo ou dos rebeldes, no meu caso lá, tentando te vender um peixe” (2015). Ao

⁵³ Em 2006, na cobertura do conflito no Líbano, experimentei algo semelhante. Ao chegar ao vilarejo de Qana, no sul do país, havia apenas destroços de prédios e poucos moradores para conversar. Rumores davam conta de que haveria um novo bombardeio israelense. Não houve tempo suficiente para entrevistas detalhadas, restando apenas conversas superficiais com as fontes.

⁵⁴ Trezzi refere-se a um momento em que vivi, durante a cobertura da guerra entre Israel e o Hezbollah, em que fui impedido de entrar na Síria por ter, em meu passaporte, o carimbo de passagem pelo território israelense. Os dois países estão tecnicamente em guerra.

defender a diversificação de fontes, o jornalista traz uma reflexão não apontada pelos demais entrevistados: a capacidade das fontes oficiais de mentir.

Em época de guerra, a pior pessoa para tu ouvires é a fonte oficial. O cara está acuado. Seja o rebelde seja o governante, ele está acuado. Ele vai tentar vender publicidade pra ti. Mentir números, mentir situações, ocultar situações, ocultar massacres. O tempo inteiro ele vai fazer isso. (TREZZI, 2015).

Ao lembrarmos a categorização de Traquina, é importante salientar que, no caso da Guerra da Líbia, o informante oficial é representado tanto por autoridades do regime de Kadafi quanto por líderes do grupo de oposição, o Conselho Nacional de Transição (CNT). Como exemplo de que a mentira e a tentativa de manipulação não advêm apenas de fontes do regime, Trezzi cita um episódio, baseado em experiência empírica, no qual integrantes do grupo opositor tentam ocultar dos jornalistas um massacre de prisioneiros.

Aí descubro, em uma rotatória em Trípoli, um monte... tinha 18 cadáveres de caras negros executados, com as mãos pra trás. Eles tinham uma bandeira do Kadafi, a bandeira antiga, da Líbia kadafista, presa no uniforme. Foram executados. Ou seja, eles já começaram mal lá. O cara que estava me dizendo que queria uma Líbia nova estava executando os caras. (TREZZI, 2015).

4.5.2.3 Tecnologia

Nos primórdios das coberturas de guerra, como no conflito da Crimeia, reportagens eram transmitidas por meio de cartas, deslocadas do local do conflito até a sede dos jornais, pelo correio. Daí, acredita-se, deriva a expressão “correspondente” de guerra. Nos primeiros anos do século XX, houve a popularização do uso do telégrafo, durante a Guerra Civil Norte-americana e a I Guerra Mundial. Na sequência, veio o telefone, o fax, os satélites, a internet. O jornalismo e, em especial, a correspondência de guerra, ou seja, a transmissão de notícias de um conflito, de forma regular, de pontos extremos do planeta, sempre esteve ligada – por algumas vezes dependente – da tecnologia. Do caro uso do telégrafo (uma palavra a US\$ 5) na Guerra Civil Norte-americana até a transmissão de um minuto de sinal de dados por R\$ 40 por telefone via satélite, na Líbia, podemos inferir, a partir do relato dos entrevistados em diálogo com a revisão bibliográfica, que a capacidade de autonomia de um repórter para enviar suas narrativas está diretamente relacionada ao nível de investimento de seu veículo de comunicação em equipamentos na cobertura. O aumento da tiragem dos jornais e a expansão do público leitor na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos elevaram as receitas das empresas de jornalismo. No

início do século, como vimos, a crescente prosperidade das empresas de comunicação, propiciada por grandes circulações, permitia aos jornais o caro uso do telégrafo. Mesmo hoje, com facilidades de transmissão por satélite e por internet, os jornalistas entrevistados relatam dificuldades de acesso à tecnologia. Embora diferentes nos processos, as preocupações são muito parecidas entre antigos e novos correspondentes de guerra.

Estruturas de telecomunicações em zonas de guerra costumam, por estratégia das forças beligerantes, serem destruídas com rapidez. O objetivo é deixar o inimigo sem capacidade de se comunicar. Dificultar o acesso à informação é uma das táticas dos estrategistas logo nos primeiros dias de conflito. A Primavera Árabe, como vimos, constituiu-se em uma série de revoluções em países de origem árabe, facilitadas pelo advento das chamadas redes sociais. Grupos opositores de Tunísia, Egito e Líbia utilizaram as novas tecnologias, acessíveis por *smartphones* ou computadores portáteis, para agendar locais e horários de protestos. Por meio do Facebook e do Twitter, reverberaram também suas estratégias e ideologia.

Em uma tentativa de minar a comunicação de grupos revoltosos, Kadafi tratou de, nos primeiros dias da guerra, cortar o sinal de internet, destruindo a infraestrutura de comunicação do país. A medida atingia a população comum, grupos opositores e, em consequência, os jornalistas empenhados em transmitir reportagens a partir do país. Como ocorrera no Afeganistão e no Iraque, com estruturas em colapso, os telefones via satélite, tecnologia que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XX para uso civil, tornaram-se a principal ferramenta dos repórteres na Guerra da Líbia para contato com as sedes de seus veículos de comunicação – e, em consequência, com seu público.

Em seu livro *Em terreno minado* (2013), Trezzi demonstra, antes mesmo de deixar o Brasil para a cobertura do conflito na Líbia, sua preocupação com a tecnologia para transmissão de seus relatos: “A orientação é para que eu alugue um telefone por satélite em algum lugar, se possível. Não tenho a mínima ideia de como se faz isso, mas prometo tentar.” (TREZZI, 2014, p. 33).

Depois, ele se tranquiliza ao trocar e-mails com Berlinck, que, àquela altura estava em Benghazi. A jornalista de O Globo informou que as tropas opositoras tinham um centro secreto onde funcionava internet por satélite. Uma vez em viagem, o primeiro relato do repórter, ao cruzar a fronteira entre Egito e Líbia, foi feito por Trezzi para a Rádio Gaúcha com o uso de um celular convencional⁵⁵:

⁵⁵ Também eu, ao ingressar na Líbia pela fronteira tunisiana, fiz o primeiro relato para o Brasil por meio de um celular convencional. O sinal diminuía à medida que se avançava em território líbio, chegando a zero em Nalut. Na ocasião, foram seis horas incomunicável.

Aproveito a existência de sinal no celular (graças à proximidade com o Egito) e ligo para a Rádio Gaúcha. Sou entrevistado por Antônio Carlos Macedo⁵⁶ no Chamada Geral - Primeira Edição, anunciando o ingresso em território líbio. A temperatura é de 5 graus e uma chuva fina enregela até os ossos. Dali seguimos no Lada pela costa. Ainda em Msara, o sinal do celular some. Voltaria por breves momentos em Tobruk, de onde, após muito esforço, dito ao telefone uma reportagem. (TREZZI, 2014, p. 50).

A preocupação com a tecnologia verifica-se tamanha a ponto de, em seu primeiro relato em forma de reportagem, publicada em Zero Hora, em 9 de março de 2011 e reproduzido em seu livro, Trezzi (2014, p. 51) começa a narrativa jornalística citando os problemas de transmissão: “Quase sem telefonia, sem internet, apenas com a TV pública no ar. Poucos opositores líbios ficaram sabendo ontem do suposto aceno feito pelo ditador Muamar Kadafi sobre uma possível negociação para deixar o poder”.

As referências à falta de comunicação entre a Líbia e o exterior ou as estruturas precárias são frequentes no relato de Trezzi (2014, p. 53). Em outro trecho de seu livro, ele afirma: “Devido à falta de telefonia, só vou saber que os rebeldes começavam a recuar na Líbia à noite, naquela terça-feira.”. Em determinado trecho, o repórter afirma ter escolhido o hotel Al Noran por ser o único com internet captada via satélite.

Netto reconhece no telefone via satélite portátil uma ferramenta essencial ao repórter na guerra. Não dispor desse equipamento implicaria, no caso da Líbia, ficar dependente da boa vontade de um dos lados beligerantes – no caso de Netto, do lado dos rebeldes. Berlinck, por exemplo, precisou utilizar um centro de comunicação do grupo insurgente, em Benghazi, para transmitir conteúdos para O Globo: “Infelizmente, eu dependia deles”, admite em entrevista (2015). Além de ter sua autonomia limitada, ao utilizar a infraestrutura de um dos lados envolvidos no conflito, a repórter teve sua segurança ameaçada. Berlinck relata que, quando havia o risco de Kadafi voltar a atacar, preocupou-se por estar ocupando um local que era alvo das tropas do governo: “Eu tenho que sair desse lugar aqui porque é alvo certo” (2015), contou ter refletido, à ocasião.

Essa é a grande frustração durante a guerra. Porque os jornais brasileiros não investem o bastante em uma cobertura internacional. Não é só pouca grana, mas mal equipado. Você pega uma CNN, BBC, jornais Le Monde, eles têm satélite, têm tudo, não ficam dependendo, como eu, que tinha que ir nesse lugar dos rebeldes que era um risco. (BERLINCK, 2015).

⁵⁶ Antonio Carlos Macedo é um comunicador gaúcho, apresentador dos programas Gaúcha Hoje e Chamada Geral – Primeira Edição, da Rádio Gaúcha, de grande audiência no Rio Grande do Sul.

Trezzi também não usou um telefone via satélite em sua primeira incursão à Líbia, em 2011. “Foi desesperador... Até que consegui contato com líderes rebeldes. Eles tinham estações de transmissão montadas pela CIA. Nesses santuários tecnológicos, a reportariada podia transmitir” (2015). Na segunda viagem ao país, também em 2011, o jornalista levou um telefone satelital de sua empresa. Porém, o equipamento foi apreendido no ingresso na Tunísia por autoridades de imigração e devolvido, posteriormente, estragado: “Tive de apelar para um emprestado por um colega brasileiro. É a pior sensação para um repórter testemunhar e não poder relatar”. (TREZZI, 2015).

Para Berlinck, jornalistas brasileiros assumem maiores riscos no momento em que suas empresas jornalísticas não viabilizam equipamentos para transmissão a partir de locais remotos:

Infelizmente, cobertura internacional no Brasil não é valorizada. Você trabalha com o que tem, o risco é muito maior para o brasileiro. A sorte é que, depois de anos de estrada, já conheço muita gente. Então, eu colava muito nos europeus, trabalhava com os italianos, entrei com a televisão italiana. (BERLINCK, 2015).

Por outro lado, a redução no tamanho de equipamentos, como os atuais telefones multifuncionais, os *smartphones*, facilitou algumas práticas jornalísticas, como a possibilidade de fotografar e gravar vídeos em zonas de guerra, muitas vezes sem que o jornalista seja percebido:

O fato de tu ter um negocinho desses, que tu podes tirar foto de tudo, que tu podes filmar qualquer coisa em qualquer lugar, é fantástico. Com esse mesmo aqui, velho de guerra, literalmente, eu fui embedded com o exército sírio. Pô, é uma coisa muito difícil de conseguir. Cara, eu preciso registrar isso visualmente, eu preciso filmar isso. Um iPhonezinho e acabou ficando muito legal. A tecnologia, eu não sei como é que as pessoas trabalhavam antigamente. Teve momentos, mais uma vez na Líbia, em que não tinha celular, não tinha internet, nenhuma, zero. Mas a Folha, época de vacas gordas, ela te dava o Bgan⁵⁷, que é um tijolinho que dá conexão satélite de qualquer lugar do mundo. R\$ 40 o minuto. Essa parada funciona, funciona mesmo. Podes telefonar, e tu terás internet boa, uma internet ótima. (ADGHIRNI, 2015).

Em mais uma evidência de que o investimento financeiro na cobertura é determinante para autonomia do repórter, Adghirni conta que alguns jornalistas *freelancer* trabalhavam em

⁵⁷ Bgan é a sigla de Broadband Global Area Network, um serviço de rede global de transmissão de voz e dados de banda larga por satélite.

situações ainda mais precárias. Em certo momento, ele precisou emprestar seu equipamento de transmissão para que colegas pudessem enviar os textos aos respectivos jornais.

Assim como, no passado, os jornalistas foram adaptando suas rotinas e práticas a possibilidades de transmissão de informações, como o telégrafo, hoje, repórteres nas guerras do século XXI adaptam-se a novas exigências da profissão. Se o preço do envio de texto por telégrafo exigia concisão dos repórteres dos séculos XIX e XX, os custos financeiros de uma transmissão de voz ou de dados via satélite pressionam também por mais rapidez do discurso narrativo do repórter. Pressões como essas alteram rotinas de trabalho: o jornalista que, anteriormente, só preocupava-se em escrever seu texto passou, hoje, a acumular a função de gravar imagens e áudio, por exigência do mercado de trabalho, mas também pela facilidade da tecnologia. As mudanças encontram resistências, como demonstra Trezzi (2015):

Dá para fazer vídeos também, embora algo de qualidade exija mais que um Iphone. Sou um neanderthal em termos tecnológicos, ainda muito ligado a texto. Do tempo em que descrevias mais do que mostravas. Mas sei que essa mudança é inexorável, ainda mais em tempos de internet.

A tecnologia tornou instantânea a cobertura na guerra, reduziu o tempo entre o acontecimento e a notícia, e criou ruídos, na opinião de Adghirni (2015):

Tu estás ali fazendo teu trabalho, e daqui a pouco algum maluco anuncia no Twitter que tal cidade caiu. “Peraí, cara, como assim? Quem é esse cara?” Falam: “Ah, é um blogueiro famoso”. “Porra, meu, mas ele é jornalista?” “Não, é um blogueiro. Um conhecido dos rebeldes.” E daí, como é que faz? Às vezes é verdade, mas às vezes não é. O grau de poluição nas redes sociais é muito grande.

O processo de desintermediação entre o acontecimento e a construção da notícia impõe aos jornalistas novos desafios. Se na guerra a verdade sempre foi a primeira vítima, com o advento das redes sociais, ela pode acabar sendo morta muito antes de passar pelo filtro de certificação do jornalista. Adghirni conta que, enquanto estava na Líbia, circulou a informação sobre a tomada da estratégica cidade de Sirte pelos rebeldes.

Todos os jornalistas no meio da noite levantaram, pegaram suas coisas: “Vamos para Sirte, vamos para Sirte...” Eu acordei, falei: “Cara vamos ou não vamos?” Eu olhei para a grana. Falei: “Cara, não dá pra ir.” Sirte fica a 800 quilômetros daqui. Nós vamos chegar depois de amanhã. Não dá pra ir. Fizemos uma aposta: “Não vamos”. E, por sorte, era mentira. Sirte não tinha caído coisa nenhuma. Os caras fizeram 400 quilômetros e tiveram que voltar. (ADGHIRNI, 2015)

Netto, por sua vez, vislumbra possibilidades futuras, que podem aumentar a segurança de jornalistas na guerra, graças ao acesso a novas tecnologias de transmissão de informações. Preso por tropas governistas durante o conflito na Líbia, o jornalista conta que, um grupo de amigos em Paris, tentou utilizar o mecanismo de geolocalização de seu *smartphone* para encontrá-lo.

Foi ideia de um amigo meu, que tentou, junto com minha mulher e outras pessoas, me localizar pelo localizador do iPhone. Na época era bem precário, era bem incipiente assim. Mas, eventualmente, poderia ter dado certo, se aquele telefone estivesse... O problema é que meu telefone tinha sido roubado também, mas eles não imaginaram isso. Então, se aquele telefone estivesse em minha posse, e o sistema fosse o que é hoje, talvez eu pudesse ter sido geolocalizado. Isso é uma mudança. (NETTO, 2015).

O relato de Netto nos provoca a refletir sobre mecanismos de interação entre produtor e receptor, sobre processos de desintermediação e avanços tecnológicos, que iriam, obviamente além das limitações propostas por esta pesquisa. Mas que, provavelmente, terão afetações, a curto e médios prazos, na prática jornalística em áreas de guerra.

4.5.2.4 Censura, autocensura e a questão do *embedded*

A problematização da censura e autocensura nos remete à questão da tentativa de controle da informação e do acontecimento. Alsina nos lembra que a teoria liberal da imprensa diz que as publicações não devem sofrer qualquer censura prévia. Permite-se que a mídia seja crítica. É uma aversão a tentativas de controle por parte de autoridades, ainda que, saibamos, esses acontecimentos obedecem, hoje, a outras lógicas, como as de mercado. Ainda segundo Alsina, quando obteve importância política, a informação passou a ser muito bem controlada pela cúria e pelo poder civil:

Deveríamos lembrar aqui a teoria autoritária da mídia escrita, onde se justifica a censura prévia, pois entende-se que os meios de comunicação devem estar subordinados à autoridade estabelecida, sem publicar qualquer coisa que a pudesse perturbar. Isto é, defende-se um controle total dos meios de comunicação. (ALSINA, 2009, p. 120).

Ora, sabemos por Briggs e Burke (2002 apud ALSINA, 2009, p. 82-89) que a imprensa, com frequência, não é agente, mas meio tecnológico que indivíduos e grupos usam em diferentes locais para diversos fins. Alsina nos lembra que devemos entender um eventual

controle da mídia como sendo, não apenas a censura de determinados acontecimentos, mas “também como elemento-chave para a criação de acontecimentos convenientes”. (ALSINA, 2009, p. 120). A própria máxima “na guerra, a primeira vítima é a verdade” nos permite inferir que, durante um conflito, sujeitos envolvidos tentam controlar a informação – ou, mais do que isso, criar acontecimentos. Alsina salienta que, mesmo antes da imprensa de massas, o acontecimento estava “compelido pelo poder político, na tentativa de controlá-lo”. Esta é, segundo o autor, uma das constantes do poder. Alsina utiliza Nora para embasar sua reflexão:

Os poderes instituídos e as religiões estabelecidas tendem a eliminar a novidade, a reduzir seu poder de corrosão, a digeri-lo através do ritual. Todas as sociedades estabelecidas procuram se perpetuar através de um sistema de notícias que tem como única finalidade negar o acontecimento, pois o acontecimento seria justamente a ruptura que colocaria em xeque o equilíbrio sobre o qual elas se fundamentam. Da mesma forma que a verdade, o acontecimento é sempre revolucionário (NORA, 1972 apud ALSINA, 2009, p. 127).

No diálogo entre as reflexões dos jornalistas que atuaram na Líbia e teorizações sobre tentativas de censura por parte, não apenas do poder, mas de grupos beligerantes – entre eles revoltosos –, está presente as táticas de controle da informação. Como vimos, no Iraque, o governo americano decidiu adotar como prática de controle permitir que jornalistas viajassem *embedded* com as tropas. A ideia era que estes profissionais tivessem livre acesso ao front a partir de um “ponto de vista privilegiado”. Reportariam a partir de um lugar de fala ao qual o receptor-leitor não teria acesso. No caso da Líbia, ainda que sem a utilização do termo *embedded*, jornalistas estiveram embutidos nas tropas de oposição. No entendimento dos jornalistas e de suas empresas de comunicação, não era possível cobrir a guerra a partir de Trípoli, mostrando o ponto de vista das tropas governistas. A única maneira de cobrir o conflito *in loco* era a partir do acompanhamento dos rebeldes. Desde o princípio, impõe-se a questão: qual nível de autonomia logística, de deslocamento e de acesso às comunicações pelo repórter? Quanto pode sofrer afetações do grupo ao qual está acompanhado? Assim como no Iraque, jornalistas que estavam *embedded* com tropas militares tinham um sentimento de empatia em relação aos soldados que lhes protegiam. Em geral, os jornalistas entrevistados para esta pesquisa entendem que houve, na Líbia, o risco de o repórter se sentir ao lado dos revoltosos e, por vezes, favorecer este grupo em suas reportagens⁵⁸.

⁵⁸ Como repórter, também entrei na Líbia *embedded* com tropas rebeldes.

Adghirni admite em entrevista que o engajamento do repórter junto a tropas, no caso líbio, “pode comprometer” a prática jornalística:

A chance de comprometer é muito grande. Então, tu tens de fazer um esforço proporcional de autocritica, de distanciamento crítico do teu trabalho, tens de ter noção, tens de pensar o tempo inteiro: o que eu estou fazendo aqui? O que eu vou dizer na minha matéria? Como é que eu vou fazer para não embarcar na dos caras, emocionalmente? (ADGHIRNI, 2015).

Como na Guerra do Iraque, no caso de jornalistas norte-americanos, ou no Afeganistão, com tropas da Aliança do Norte, a empatia entre repórter e fonte é perceptível, na opinião de Adghirni (2015):

Como é que tu não vais criar empatia com os rebeldes, que são, principalmente no início, depois foram mudando, que era uma coisa muito espontânea. Pô, tinha cara lá com bastão, chinelo na mão. Diziam: “Vamos lá!” E, pô... Kadafi era um cara sanguinário, completamente louco, cheirador de cocaína, estuprador de guriazinha, tudo o que tu podes imaginar. E aí esse pessoal resolve seguir a história romântica da Tunísia e do Egito, e resolve dar um jeito no cara. É muito difícil não torcer para os caras, né?

No dia a dia da prática jornalística, o risco da empatia com os grupos opositores torna-se ainda mais desafiador para o repórter de guerra, segundo Adghirni, no momento em que o jornalista testemunha situações de violência:

De repente, tu vês o carro indo fazer uma operação com cinco caras, cinco combatentes, e voltam três. Dois morreram. Assim, na tua frente. Caralho, morreram! Os caras estão chorando ali, desesperados. Muito difícil não criar empatia. (ADGHIRNI, 2015)

A exemplo do Iraque, quando jornalistas norte-americanos chegaram a utilizar expressões como “nossas tropas” para se referir aos militares de seu país, Adghirni viu na Líbia uma identificação semelhante – no caso, com grupos rebeldes.

Eu ouvia muito colegas que diziam assim: “Nós conquistamos tal cidade”. Ou “Avançamos até tal ponto”. Avançamos? Que avançamos, cara? Quem é “nós”? Ou jornalista que entrevista alguém e que depois bate no ombro e diz: “Boa sorte”. (ADGHIRNI, 2015)

O engajamento dos repórteres à unidade rebelde a que estão “embutidos” na Líbia lembra os alertas feitos por Fisk (2003 apud GOYZUETA, 2003, p. 54) e Berger (2004), sobre o Iraque, presentes na fundamentação teórica deste trabalho: à ocasião, Fisk recomendava atenção aos jornalistas que dizem “nós” ao se referirem aos lado dos militares. Berger destaca o discurso engajado por trás do uso da primeira pessoa do plural, aliando-se, pelo menos de forma discursiva, ao esforço de combate.

Netto (2015) acrescenta:

Essa era uma preocupação minha dentro da Líbia. Inclusive eu cheguei a expressar esta preocupação em relação a algumas pessoas. Na verdade, eu não queria estar com os rebeldes o tempo todo. Estar embedded em um exército, estar embedded num grupo rebelde ou o que quer que seja, não estou falando no caso da Líbia especificamente. Estou falando em teoria. Pra mim, estar o tempo todo de um lado, mergulhado no meio das tropas de alguém, isso é ruim sempre, no sentido de viciar a informação. Então, isso me incomodava, um dos motivos pelos quais a gente acabou preso foi justamente o fato de... embora estivéssemos ao lado de rebeldes, nós havíamos trocado. (...) Era uma preocupação nossa, não estar o tempo todo com o mesmo grupo.

Trezzi (2015) concorda que a empatia pode prejudicar a prática: “Cria, não dá pra mentir. Tu começa a entender os caras. Na hora em que tu começa a entender demais os caras, tens que ir embora. Porque, senão, tu vais ficar simpático aos caras. Trata de não ficar simpático aos caras.”.

Em outra cobertura, no caso da guerra civil da Colômbia, o jornalista de Zero Hora admite ter ficado sensibilizado à causa de um dos lados do conflito, uma vez que o grupo adversário teria cometido atrocidades:

Raptavam jovens para servir na guerrilha. Eu não posso concordar com isso. Então o seguinte: também cria uma empatia. Então é o seguinte: quando tu estiver criando uma empatia demais, é bom tu ir embora. O bom de enviado especial é que ele vai embora. (TREZZI, 2015).

Mesmo tendo estado *embedded* com as tropas da oposição, Berlinck (2015) não faz remissões a sentimentos de empatia e diz não ter sofrido censura ou testemunhado atos desse tipo. Em comparação aos jornalistas que atuaram no Iraque, ela firma que o fato de escrever em português dificultava o entendimento por parte de possíveis controladores da informação: “É diferente de você escrever uma matéria para a BBC, em inglês, em que eles têm acesso. Então, a pressão é menor.

Trezzi (2015) tem a mesma visão em relação ao idioma: “Eles não sabem português. Eu mandava tudo em português... Não fui submetido a censura.”. O jornalista admite que tinha um ponto de vista limitado da situação, ao estar *embedded* com os rebeldes, mas explica que, para buscar um suposto equilíbrio, acessava sites independentes. Isso, segundo ele, não comprometeu a independência: “Não comprometeu. Inclusive até porque eu consegui acesso à internet depois de penar bastante, consegui acesso à internet”.

O jornalista afirma que, mesmo acompanhando tropas opositoras, essas não garantiam sua segurança. Ele contratou um guarda-costas e um motorista. No episódio em que o jornalista ficou ferido, ao pegar carona com rebeldes, ele afirma: “Me deram uma carona na volta, mas não tinha garantia nenhuma, tanto que eles fugiram. Deixaram-nos para trás. Os jornalistas ficaram para trás. Eles não me garantiram (segurança).” (TREZZI, 2015).

Berlinck (2015) percebe uma mudança de comportamento por parte dos rebeldes no início do conflito e com o avançar das tropas, quando foram dominando o país. As tentativas de controle foram aumentando, segundo ela, à medida em que as críticas por parte da imprensa internacional foram aparecendo:

No início, os rebeldes líbios receberam os jornalistas muito bem. Mas depois, quando alguns jornalistas estrangeiros começaram a questionar o radicalismo dos rebeldes, ali mudou completamente. Ali passou a ficar arriscado, inclusive, ficar do lado dos rebeldes. Porque, imagina que essas pessoas, 42 anos sob uma ditadura, eles não têm a menor noção de crítica, eles não estão acostumados a isso. (BERLINCK, 2015).

Nas etapas seguintes da guerra, os rebeldes adotaram, segundo relatos dos entrevistados, comportamentos cínicos, menos amigáveis. Adghirni reflete sobre a possibilidade de os grupos de oposição terem adotado comportamento amigável no início da cobertura, porque esperavam apoio da mídia internacional – e, por tabela, da opinião pública.

Os bombardeios da Otan foram ok, beleza, mas não derrubaram Kadhafi. Demorou muito tempo até Kadhafi cair. Daí, os caras começaram a ficar impacientes e, como supostamente nós éramos a faixa externa, os interlocutores, eles falaram ó... vamos começar a ficar agressivos, e, como brasileiro, foi uma das únicas vezes em que fui hostilizado por ser brasileiro. (ADGHIRINI, 2015).

Berlinck concorda, porém avalia que se trata de uma questão cultural. Após quatro décadas de regime autoritário, parte da população que se revoltou contra o governo, não havia convivido com liberdade de imprensa e a crítica:

Quando a imprensa estrangeira começou a questionar rebeldes que começaram a matar e a executar pessoas que não pensavam como eles, ou seja, passaram a adotar as mesmas práticas do Kadafi, eles não aceitavam. Eles diziam: “Nós libertamos esse país, como é que vocês podem nos criticar?” Esse cara foi crápula, a melhor forma de lidar com Kadafi é levá-lo a um tribunal, não executá-lo em praça pública. Eles tinham dificuldade com essas críticas que a imprensa estrangeira começou a fazer. (BERLINCK, 2015).

Trezzi (2015), entretanto, afirma que o fato de acompanhar tropas que estavam em vantagem no campo de batalha pode ter contribuído para não sofrer censura: “Dei sorte de cobrir situações em que as (forças) beligerantes que eu acompanhava estavam em uma situação de vitória, favorável. Aí, eles querem mais é que tu fales tudo o que puder.”

A situação de Netto é peculiar entre os quatro repórteres de guerra entrevistados. Como foi detido pelas tropas governistas, o jornalista teve, por um período de 14 horas, limitada sua atuação e não enviou relatos para seu jornal no Brasil. Com intermediação da embaixada do Brasil em Trípoli, um acordo foi feito: ele deixaria o país e, até que saísse do território líbio, não mais enviaria reportagens.

Esse tinha sido o acordo. Ser expulso imediatamente e nesse período não vais escrever, não vais fazer nada. Isso era fatal que aconteceria naquele caso. Mas censura e autocensura ou de alguma reportagem minha ter sido alvo de um corte ou coisa assim, não aconteceu. (NETTO, 2015).

O jornalista entende que, ao ser preso, “era óbvio” que a censura aconteceria:

Era óbvio que aconteceria, mas, quando fui preso e tal, tinha condições muito estritas de liberdade, quando eu fui entregue pelo governo líbio ao governo brasileiro, ou seja, passei das mãos do serviço secreto líbio às mãos do embaixador brasileiro, a condição era de que eu deixasse o país. E que precisava acontecer imediatamente. Só aconteceu na prática umas 12 horas, 13 horas depois, quando eu pude escrever a respeito. E, mais do que isso, a gente foi monitorado nessas 12 horas, tinha um carro estacionado. Em uma caminhada que a gente fez no bairro do embaixador, nós fomos monitorados, então a censura estava ali. (NETTO, 2015).

4.5.2.5 Impacto da violência e risco de morrer

Como observado anteriormente neste trabalho, a exposição à violência e o risco de morrer são apontados pelos entrevistados como um dos principais pontos de diferença entre a cobertura de guerra e a cobertura local. Para Netto (2015), o “limite da cobertura jornalística é

a percepção de risco”. Como a percepção do perigo é algo subjetivo, podemos inferir que alguns jornalistas se arriscam mais do que outros em situação de guerra: “Eu não faço jornalismo sob qualquer risco. Claro que aí depende da própria percepção. Algumas pessoas têm uma percepção mais apurada e tomam menos riscos” (NETTO, 2015), afirma o repórter de O Estado de S. Paulo. Como sabemos, Netto, um dos poucos jornalistas internacionais a ingressar na Líbia na região ainda dominada por tropas de Kadafi, acabou preso, situação que o deixou exposto à violência física e mental: “Foi necessário assumir um risco grande, talvez até alto demais”, avalia Netto (2015).

Não há critérios científicos para se avaliar se uma área é mais ou menos segura na guerra. Netto descreve uma situação vivida em Aleppo, na Síria, em que o medo de ser sequestrado determinou o fim da cobertura.

Em determinada situação, eu reuni todos e disse: “Gente, isso aqui não é seguro” Ser alvo de alguma... que vem e nos sequestram todos. E eu disse isso e briguei com um dos jornalistas, inclusive, discutindo. Não é seguro, é o momento de nós nos retirarmos daqui. Eu saí, alguns saíram, horas depois ou no dia seguinte. (...) Antecipei minha saída da Síria em função daquele grau elevado de risco que eu via. (NETTO, 2015).

Na mesma região, tempos depois, James Foley⁵⁹ foi capturado pelo Estado Islâmico. O risco de morrer, na avaliação de Berlinck, influencia seu trabalho, uma vez que ela está permanentemente em estado de alerta, avaliando riscos.

Lembro de uma noite no hotel, você ouve uma bomba – pá! Não tinha como dormir. De manhã, tinha que levantar muito cedo (...) Acho que influencia nas suas decisões, no que você vai fazer, onde você vai, todo dia de manhã é um novo dia. Novo dia no sentido de que é uma incógnita, você não sabe o que vai acontecer, não sabe para onde você vai nem com quem você vai. (BERLINCK, 2015).

Mesmo afirmando que não tem medo de morrer, Trezzi (2015) admite que o risco de ser sequestrado e torturado altera a sua prática: “Faz com que tu sejas mais cauteloso, que tu não tentes entrar clandestino numa área controlada pelo Estado Islâmico. Um dos piores temores dos repórteres que atuam em zonas de conflito atualmente é o risco de sequestro. Isso torna a Síria, local de atuação do grupo Estado Islâmico, um dos lugares mais perigosos para jornalistas trabalharem.

⁵⁹ O jornalista James Foley foi decapitado por extremistas do grupo autodenominado Estado Islâmico em agosto de 2014, no noroeste da Síria. A imagem de sua morte foi transmitida pelos combatentes por meio da internet.

Medo de morrer, não, mas de morrer lentamente, impiedosamente tenho. Morrer como um anônimo faz parte. Morrer devido a tua condição de jornalista e porque os caras te escolheram como alvo deve ser uma coisa horrível, porque tu vais morrer muito mal. (TREZZI, 2015).

Adghirni (2015) cita dois momentos de exposição ao perigo durante sua cobertura na Líbia. A primeira vez foi ao entrar clandestinamente no território junto com rebeldes: “Se tu parares para pensar, é uma coisa absolutamente irresponsável, imagina se tu tivesse um filho e teu filho fizesse isso. A chance de dar merda é muito grande”. A segunda ocorreu durante bombardeios da Otan a Benghazi:

Isso foi muito marcante também porque era um risco muito louco, porque ali era o front todo dia. Front, front, front. Todo dia. Front avançando, front recuando. Acho que o momento mais tenso foi, nós estávamos nas dunas, com o Apu, o fotógrafo, e observando as posições do Kadafi, estava uma tarde meio modorrenta, não estava acontecendo nada. E os caras começaram a atacar. E começou a voar mísseis. Você ouvia o apito... Míssil, morteiro. Daí, todo mundo começou a correr, na areia tu não consegues correr direito. E aí quando estávamos entrando no carro, um foguete Katiusha bateu e parou a dois metros do carro. E não explodiu. O motorista ficou nervoso, eu também fiquei muito nervoso. Mas eu, nessas horas, é um nervosismo interno, eu não externo. (ADGHIRNI, 2015).

Além do medo de ser sequestrado, ferido ou morto, a exposição a cenas de violência ou o contato com o sofrimento de vítimas do conflito afetam a prática jornalística, segundo Adghirni:

Uma pessoa fala contigo, te deu entrevista, a vida dela acabou, porque a mãe acabou de morrer, o filho está em coma, não sabe se vai sair. O cara tem delírio, diz que não consegue falar direito. Aí, ela fala para ti: “Pelo amor de Deus me dá uma ajuda... perdi tudo, não tenho mais nada”. O que tu fazes em uma situação dessas? Então, esse ambiente todo exige muita energia, definitivamente não são condições normais de trabalho e afetam a maneira de trabalhar. (ADGHIRNI, 2015).

Adghirni (2015) acrescenta que garantir o mínimo de segurança e equilíbrio psicológico, além da já citada logística, são características que o repórter deve ter para trabalhar na guerra. Na cobertura da revolução no Egito, como citado, repórteres brasileiros sofreram agressões. Situação em que, segundo o jornalista da Folha de S. Paulo, alguns apresentaram desequilíbrio psicológico.

Tem gente que desaba, tem gente que não dá conta. Um colega que não vou mencionar, no Egito, surtou, teve um ataque de pânico, a gente passou por um momento difícil, que a gente precisou fugir do hotel. Rolou uma união dos colegas brasileiros... “Vamos embora, vamos embora, vamos embora”. E aí a gente se juntou. (...) Fomos cercados pelos caras do Mubarak, com facção batendo no carro, os caras histéricos. O colega pirou, surtou, começou a gritar, gritar, gritar. E eu tive que chamar a atenção dele. O cara ficou indignado, nunca mais falou comigo. E foi embora. Pediu para ir embora. Mas assim. O cara é um repórter fora de série, muito bom no que ele faz, mas ali não era a dele. (ADGHIRINI, 2015).

Pela expressão “não era a dele” pode-se inferir que nem todos os repórteres estão preparados para enfrentar situações-limite como as da guerra. A mesma percepção foi sentida na entrevista com Berlinck (2015): “É um tipo de jornalismo, um tipo de jornalista, tem que ter um pouco vontade e de um certo risco, não é qualquer um que pode fazer”. Trezzi (2015) corrobora:

Vou te dizer o seguinte: guerra não é lugar pra cagão. Não é. Tu não queres ter aventura e não queres correr algum risco, não vai, então... Não te mete de pato a ganso... Ovelha não é pra mato. A real é essa. Vai chegar a um lugar e ficar no hotel? Não, né... Não é o lugar.

As reflexões dos repórteres reforçam a visão do senso comum, romântica e estereotipada, de que os correspondentes de guerra integram uma suposta tribo de corajosos “superjornalistas”, a elite da elite.

4.5.3 Fatores que transcendem a cobertura

A teoria da responsabilidade social da imprensa defende que os meios de comunicação têm obrigações com a sociedade (ALSINA, 2009). Devem intervir por causa do interesse público. Movidado por essa percepção, antes de encerrar o questionário, fiz aos quatro entrevistados uma última pergunta, que os provocasse a refletir sobre a eventual transcendência de sua prática. A ideia era debater um eventual caráter social da cobertura de guerra. Adghirni compara a cobertura do repórter brasileiro na guerra ao trabalho de formiguinha, que se une ao esforço de outros repórteres que, juntos, contam “o que está acontecendo”. “É imprescindível que se conte o que está acontecendo”, na opinião do jornalista da Folha de S. Paulo. Ao enviar um repórter à guerra, para Adghirni, o jornal não fica refém das agências de notícias internacionais, mas traz um “olhar brasileiro” sobre o conflito. Percebe-se um senso de missão,

de “temos que fazer isso” na resposta do jornalista, mesmo que a cobertura, por limitações financeiras e de estrutura, seja menos completa do que a de grandes veículos de comunicação:

É legal a matéria do The New York Times, às vezes vai ser melhor do que a tua, muitas vezes vai ser melhor que a tua porque os caras têm mais gente, tem mais recurso, recurso é fundamental, cara, não adianta, tu não vais competir com a Reuters, que tem 50 pessoas cobrindo o conflito. E tu e um fotógrafo e às vezes um fixer. Mas tem que fazer isso. (ADGHIRNI, 2015).

O repórter reflete que, do ponto de vista geopolítico, o Brasil tem interesses diplomáticos e quer ter voz ativa no cenário internacional. Durante a cobertura da Líbia, o país ocupava uma cadeira não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. “Havia uma expectativa em relação à opinião do Brasil no campo diplomático (...) e do ponto de vista da opinião pública”, conforme Adghirni (2015). O jornalista atribui ao aumento do poder aquisitivo do brasileiro o interesse por mais notícias, inclusive internacionais. “Tu brindas teu assinante com uma reportagem especial em Damasco, ou em Bagdá, ou em Trípoli, tu estás ajudando a amadurecer a opinião pública brasileira.” (ADGHIRNI, 2015). Este suposto interesse por informações além da sua comunidade, que o jornalismo internacional e uma cobertura de guerra traria, pode contribuir para o alargamento de visões e combater o olhar provinciano da imprensa. Adghirni, por fim, acredita que, com sua cobertura, está contribuindo para elevar o nível de educação dos brasileiros.

Alguém uma vez me contou, me mandou uma carta pra dizer que a minha matéria da Líbia tinha sido estudada em um colégio do interior de São Paulo. As crianças tinham debatido a matéria, as crianças tinham... aí a professora tinha feito um trabalho. Pô, cara, que coisa mais sensacional. Se fosse só isso já valeria a pena. Então, é um trabalho de formiguinha, vai ser muito difícil medir, uma coisa social... Não tem como saber, mas acho que a gente tem que acreditar que serve pra alguma coisa. (ADGHIRNI, 2015).

Berlinck acredita que sua cobertura de guerra contribuiu para informar os leitores sobre “a realidade do mundo”, embora não tenha capacidade para amenizar seus dramas, uma vez que a guerra continua ocorrendo com ou sem a presença do repórter. A jornalista vê no excesso de informações, com o advento das redes sociais, uma potencial banalização do conflito: “Mais um bombardeio, um mercado no Iraque, mais de 50 pessoas”. (BERLINCK, 2015). Para evitar essa banalização, ela retoma a defesa de uma prática narrativa que tenha como foco histórias das pessoas envolvidas pela guerra.

O jornalismo que tem mais impacto é o jornalismo que conta uma história, que vai contar uma história em que você tanto no Brasil, você sendo de Porto Alegre, de Gramado, sem nunca ter saído de Pelotas, vai se conectar com o cara da Líbia a partir do momento em que o seu jornalista vai contar uma história real, de uma família, como eles, durante a ditadura. (BERLINCK, 2015).

Netto filia-se à máxima já lembrada nesse trabalho, defendida pelo decano dos repórteres de guerra brasileiros, José Hamilton Ribeiro, segundo o qual “guerra é ruim, mas é pior sem a presença de um jornalista”. O repórter do Estado de S. Paulo afirma: “O que me leva a cobrir guerra é simplesmente a função social da coisa” (NETTO, 2015). Ele acredita que sua prática e narrativa ajudam a definir os rumos do conflito, no momento em que mobilizam autoridades, opinião pública, alteram seu comportamento em relação à guerra e podem ser determinante na resolução da disputa – e, por extensão na vida dos sujeitos afetados pela mesma. Diz Netto (2015): “O jornalismo influencia diretamente, sim, no número de mortes de um conflito. Então, se influencia diretamente no número de mortes ou no tempo de duração de um conflito, eu considero o jornalismo de guerra essencial.”

Trezzi (2015) é cético em relação ao caráter social da cobertura de guerra. Ele acrescenta que o grau de influência dos jornais brasileiros é muito pequeno, se comparado à imprensa internacional: “Se eu trabalhasse no New York Times, talvez eu tivesse essa ilusão, ou na CNN, melhor ainda. A CNN pode questionar um ditador e emparedar um ditador em uma entrevista. Eu, não.” No máximo, na opinião do jornalista, seu trabalho pode ter ajudado os leitores do Rio Grande do Sul, área de alcance de Zero Hora, a criar uma empatia por uma causa libertária.

Mas “não ganha um caráter social mais amplo. Não. (...) por que a gente cobre internacional? Na realidade, porque o mundo é uma aldeia e porque, em algum momento, aquilo vai se refletir, a geopolítica vai se refletir no Brasil. Porque aqueles caras, aquelas pessoas que estão morrendo lá, em algum momento, são como nós. Alguns traços deles no sentido cultural, aliás a internet aproximou tudo isso. Tu vais te identificar em algum momento. A luta contra um tirano, acho interessante isso aí... acho que tem espaço pra esse tipo de leitura. Mas não acredito que a gente transforme. (TREZZI, 2015).

Um dos entrevistados manifestou preocupação com relação à redução de investimentos por parte dos veículos de comunicação em viagens e coberturas internacionais. “Fico preocupado que a crise atual do jornalismo tenha deixado as redações mais conservadoras”, diz Adghimi (2015). Dois dos repórteres afirmam terem se sentido privilegiados em fazer o trabalho na guerra: “Eu me sentia mais como uma testemunha de um período, testemunha de

uma Primavera Árabe, que foi maravilhosa em termos profissionais, viver isso pessoalmente. Estar lá para ver esse curso da história”, diz Berlinck (2015). Trezzi (2015) acrescenta:

Eu voltei a ser mais humano depois de cobrir guerra. Acho que, pra mim, foi espetacular. (...) O cara que disser que não sente emoção por estar cobrindo uma guerra está mentindo. A gente também vai para ter emoção. Como eu disse: situações-limite. Quem gosta de situações-limite ou que pensou em algum momento viver situações-limite, aventura, leia-se a palavra a-ven-tu-ra, tu vais pra isso aí. Aí vais me dizer assim: “Tu és um egoísta”. Pode dizer... Na realidade, acho o seguinte: dá pra aliar a aventura com algum trabalho de informação e que resulte em coisa social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente pesquisa busquei contribuir para a compreensão do jornalismo contemporâneo enquanto campo profissional, trazendo como recorte a experiência de repórteres brasileiros que atuaram na cobertura da Guerra da Líbia, dentro do contexto das revoltas em países do norte da África conhecidas como Primavera Árabe. A revisão bibliográfica passou por obras que deram a ver a história da correspondência de guerra e de uma tradição do jornalismo profissional em áreas de conflito. Autores como Knightley (1978), que descreveu coberturas de diferentes veículos de comunicação em guerras da Crimeia ao Vietnã, contribuíram para o aprofundamento de uma questão que me parece chave: como fatores extremos, como a guerra, afetam a prática e as rotinas jornalísticas do emissor, com foco no repórter em campo. Outros autores, como Beaumont (2010) e Fontenelle (2004), por exemplo, atualizaram afetações inerentes às rotinas dos correspondentes de guerra contemporâneos pós-Vietnã, com suas reflexões sobre o jornalismo no conflito no Iraque, a partir de 2003. Desde o início desta pesquisa, tendo como recorte o trabalho de jornalistas brasileiros no front, também pareceu necessário revisar a bibliografia existente sobre o tema. Ainda que escassas, muitas vezes limitadas ao relato das experiências desses jornalistas, obras de Mesquita (2002), Ribeiro (2005), Natali (2004), D'Ávila (2003) e Rech (1997), entre outros, contribuíram para aprofundar o conhecimento sobre a presença brasileira em áreas de guerra. É possível concluir que, ainda que sem grande tradição em coberturas de guerras, como a imprensa norte-americana ou europeia, o Brasil dispõe de alguns repórteres que, na situação de enviados especiais, cobrem conflitos.

Para buscar respostas à pergunta principal – como a guerra afeta a prática jornalística do repórter no front –, objetivo principal deste trabalho, fechei o foco no estudo de caso sobre um acontecimento recente: a Guerra da Líbia. Ainda que, como repórter, tenha coberto o conflito para o jornal gaúcho Zero Hora, tomei a precaução de não me auto-analisar. Entretanto, me pareceu interessante, a título de colaboração ou curiosidade, tecer pequenas observações em notas de rodapé: onde compartilho eventuais experiências (observação participante).

No corpo do trabalho, busquei como método tensionar aspectos teóricos fundamentais do jornalismo, trazidos por Traquina (2012, 2013), Lage (2011) e Alsina (2009), com as reflexões de quatro jornalistas brasileiros de jornais de referência que cobriram o conflito em questão. Como propõe Vilela (2006), este método de pesquisa propiciou extrair das experiências desses profissionais e de suas reflexões sobre suas rotinas, por meio das entrevistas em profundidade e de eventuais obras escritas, padrões de comportamento e tomada de decisão.

Busquei identificar uma prática comum aos jornalistas que cobrem guerras, tentando responder a questões do tipo “como” atuam e “por que” atuam de determinada maneira durante o exercício de sua prática jornalística.

Também aqui uma diferença se estabeleceu. Habitado ao uso da entrevista como técnica jornalística, muitas vezes utilizada de forma superficial, vesti as lentes de pesquisador. Ainda que semelhantes, são dimensões diferentes, como definiu Travancas (2012). Meu objetivo, desta vez, não era uma reportagem final. As entrevistas foram agendadas com antecedência, e não me coloquei em posição de confronto com os entrevistados, como se poderia inferir ao usar a entrevista como técnica de ferramenta jornalística – ao contrário, durante as conversas para este trabalho, busquei um comportamento aberto às fontes. Acredito que, em muitos momentos, houve um diálogo entre iguais – um jornalista que também experimentou a situação de guerra, agora usa as lentes de pesquisador. Isso fica explícito nas entrevistas (ver apêndices), em que, muitas vezes, o entrevistados referem-se a mim com palavras como “cara”, “tchê” e utilizam uma linguagem associada à informalidade do tratamento entre colegas de redação.

Para a análise, busquei redes de associações, como propõe Vilela (2006): tornar-se correspondente de guerra; a prática no exercício da produção jornalística; e reflexões que transcendem a prática. Entre alguns padrões, pode-se verificar dificuldades inerentes ao jornalismo em áreas de guerra, que diferenciam a prática jornalística nesses ambientes de uma cobertura em nível local: o risco de morrer, a exposição à violência, o curto período de tempo em campo para aprofundar a relação com a fonte e para conhecer o microcosmos de sociedade que descreve. Aliado a isso, há problemas mais genéricos que afetam o correspondente: a censura e a barreira da lingual, que pode limitar muito e enviesar a coleta de dados.

Sabemos que a identificação profissional dos jornalistas tem forte vinculação ao grupo, em um processo de assimilação e interiorização dos valores profissionais. Visto por muitos como a elite da elite, algo como repórteres especiais dentro de uma categoria já especial, a dos correspondentes internacionais, a função de jornalista de guerra carrega valores que são reconhecidos socialmente, como visibilidade (muitas reportagens conquistam as capas dos jornais, representam prestígio para os veículos nos quais trabalham), proximidade com autoridades e com personalidades mundialmente conhecidas. Também a esses jornalistas lhes é atribuída a imagem de profissionais corajosos e que têm o privilégio de testemunhar e narrar fatos históricos.

No entanto, há uma contradição entre a importância atribuída ao trabalho de repórter de guerra e a atual redução que se percebe nos conteúdos do noticiário internacional de jornais

brasileiros. A diminuição do espaço editorial – e o desaparecimento de editorias como Mundo em publicações como Zero Hora, por exemplo, aliada à redução no número de correspondentes fixos no exterior estariam contribuindo para a perda de qualidade do noticiário internacional exercido no Brasil. A título de ilustração, vale lembrar o exemplo da jornalista Deborah Berlinck, entrevistada nesta dissertação por sua experiência na Guerra da Líbia. A profissional, uma das mais experientes correspondentes internacionais brasileiras, foi desligada do jornal O Globo em 2015. Ou seja, pertencer a uma suposta elite da elite do jornalismo não garante estabilidade profissional.

Apesar deste cenário preocupante no mercado de trabalho jornalístico, o Brasil viveu nos primeiros 15 anos do século XXI uma ampliação da atuação de sua diplomacia no cenário internacional. O país aparecia como uma nova potência econômica e era reconhecido pelas relações no contexto mundial. Assim, uma suposta visão brasileira de conflitos civis ou entre países teria propiciado a exigência de maior presença de jornalistas brasileiros neste tipo de cobertura. Por outro lado, desde a redemocratização, o noticiário dos veículos brasileiros tem se voltado bem mais para aspectos locais e regionais, como observado na revisão bibliográfica e nos depoimentos dos repórteres nesta pesquisa. Percebo, em um plano conjuntural, uma restrição do público brasileiro interessado no noticiário internacional, apontado como direcionado a pessoas com maiores índices de escolaridade e renda. O suposto baixo interesse do público contribuiria para a visão de empresários dos meios de comunicação dispostos a limitar investimentos na área. A audiência pode ser menor, mas de qualidade, com maior poder de consumo e englobando formadores de opinião. Uma vez que essa parcela da população passou a ter acesso facilitado e direto à imprensa estrangeira, por meio de mídias digitais, tornou-se ainda mais desafiador aos jornais e aos repórteres enviados à guerra trazerem um olhar diferenciado para fidelizar leitores.

Uma das hipóteses confirmadas nesta pesquisa é a da pouca tradição do Brasil em coberturas de guerra. Isso se deve, em parte, ao fato de o país não ter um histórico de participação em guerras internacionais, que justificasse a ativa presença de jornalistas no front. Essa evidência, aliada às reflexões dos quatro repórteres entrevistados, nos leva a concluir que não há, no Brasil, correspondentes que cubram exclusivamente o acontecimento guerra. Logo, não há no jornalismo brasileiro a figura do correspondente de guerra tradicional, aquele profissional que vive exclusivamente de cobrir conflitos. O que há são repórteres ou correspondentes internacionais deslocados, eventualmente, para trabalhar em uma guerra, como foi o caso dos quatro entrevistados neste trabalho.

É importante ressaltar que, embora o jornalismo brasileiro não tenha tradição em coberturas de conflitos, a exemplo da imprensa norte-americana e europeia, como supunhamos na hipótese deste trabalho, a imprensa nacional dispõe de alguma experiência em coberturas de conflitos locais e internos, como a questão do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, por exemplo.

Outra conclusão deste trabalho é que a experiência em cobertura da criminalidade é normalmente vista no meio jornalístico brasileiro como uma espécie de pré-credenciamento para o jornalista cobrir situações violentas no exterior. É o caso do jornalista Humberto Trezzi, de Zero Hora, que atuou como repórter de guerra na Líbia, em parte, devido a sua experiência na cobertura do narcotráfico no Brasil. Há também um entendimento na tradição das redações de que as experiências de um repórter em conflitos locais, regionais, nacionais ou internacionais o credenciam para as próximas coberturas do tipo.

No caso dos jornalistas brasileiros que atuaram na guerra da Líbia, identifiquei na pesquisa a exigência de uma formação complementar, que não é ensinada nem nas faculdades de jornalismo nem apreendida na tradição oral das redações. A destacar: o conhecimento de idiomas, a preparação para lidar com outras culturas, o entendimento do contexto internacional e, principalmente, em como lidar com situações de sobrevivência em áreas de conflito. Sendo assim, o sucesso de um repórter na guerra deve-se, em especial, a iniciativas solitárias e talentos individuais, uma vez que, muitas vezes, são os próprios jornalistas, comprometidos e competitivos, que oferecem sugestões de pautas e, não raro, se lançam propondo uma viagem a zonas de conflito, como ocorreu com Deborah Berlinck, de O Globo. Uma vez em campo, forjados por meio de aprendizados individuais e extra-redação, esses profissionais garantem o sucesso ou não da cobertura baseados em iniciativas particulares. Este é um lado da questão. Há outro: em algumas ocasiões, jornalistas brasileiros acabaram presos, como no caso de Andrei Netto, de O Estado de S. Paulo, cuja cobertura foi encerrada após ele ser capturado por tropas do governo de Muamar Kadafi. Também Trezzi teve a cobertura encerrada precocemente, uma vez que foi ferido em acidente automobilístico, durante um bombardeio na Líbia. Países pioneiros em coberturas de guerras também têm repórteres presos, feridos ou mortos. Logo, não se trata de uma suposta falta de experiência dos profissionais brasileiros ou de uma falta de tradição.

Não há um padrão na carreira que possamos delimitar como e porque um jornalista se torna um repórter de guerra. Aspectos pontuais, entretanto, podem ser destacados: são profissionais que se interessam por temas internacionais, seja por influência familiar, como no caso de Samy Adghirni, da Folha de S. Paulo, ou por um gosto pessoal desenvolvido ao longo do tempo. Alguns profissionais buscaram a experiência internacional e complementar por conta

própria, caso de Netto, especialmente por meio de cursos de pós-graduação, outros por influência do cônjuge, como Berlinck. Os quatro repórteres entrevistados para esta pesquisa assumiram a função de cobrir guerra na fase intermediária de suas carreiras e depois de acumularem alguma experiência na cobertura de eventos nacionais – políticos, de dia a dia do noticiário geral, como criminalidade já citada – e mesmo internacionais. Somam-se às características percebidas nos repórteres entrevistados um gosto por aventura, situações-limite ou um senso de “direitos humanos” que transcende a prática.

O mundo social dos repórteres de guerra, nas experiências dos entrevistados, sugere profissionais comprometidos com as atividades que desenvolvem, tendo o jornalismo uma importância grande em suas vidas. A profissão, em geral, exige longas jornadas, viagens extenuantes, pouco tempo com a família. A experiência na guerra eleva esses pontos ao extremo: há o risco de morrer, de ser preso, sequestrado ou ferido; a incerteza de ter um local para descansar e para manter hábitos de higiene e necessidades fisiológicas, como alimentação. Também os desafios logísticos para trabalhar são aprofundados: energia elétrica escassa; limitações tecnológicas para transmissão da reportagem, além da própria afetação provocada pela exposição a um cenário de violência. Sendo assim, três dos quatro jornalistas entrevistados para esta pesquisa, em maior ou menor grau, afirmam que os cenários fluidos e inconstantes da guerra, afetam sua prática jornalística e são suficientes para constatar que uma cobertura de guerra é diferente de uma cobertura local. Apenas Trezzi relatou que o conflito não altera suas rotinas de trabalho.

Concluimos que, não apenas as práticas jornalísticas são diferentes de uma cobertura local e de guerra, como também estas se alteraram com o passar dos anos, muito em função das mudanças tecnológicas. Observamos nos depoimentos dos quatro jornalistas o reconhecimento e a adoção de novas rotinas, que passam a incorporar requisitos em virtude da convergência midiática: produção de vídeos, conteúdos para redes sociais, sites e blogs e comentários ou reportagens para rádio e televisão. A isso se complementa a conquista de novos territórios, o acúmulo de novas tarefas e a ampliação do mercado de atuação. Entretanto, a convergência midiática também torna-se um processo de seleção para o jornalista chegar a repórter de guerra. Além de estar acostumado a cobrir conflitos da criminalidade do dia a dia, ter conhecimento de culturas, o jornalista mais preparado para ser elevado à elite da elite da tribo passa a ser aquele que domina melhor as tecnologias de captação e transmissão de conteúdo. Foi assim com Russell, o pai infeliz de uma tribo sem sorte, que, mesmo sendo o primeiro correspondente de guerra, foi superado por resistir à nova tecnologia do telégrafo. É assim ainda hoje.

As novas tecnologias possibilitam acesso muito mais fácil e rápido aos fatos ocorridos no exterior. A pressão para que as notícias internacionais sejam colhidas de modo virtual em nome da contenção de gastos torna-se fator impactante na atividade do correspondente. Continuam a haver guerras, mas nem sempre há correspondentes para cobri-las.

Sobre limitações do acesso à informação ou o controle da mesma, concluímos que a relação entre o jornalista e fontes oficiais sofre afetações intensas na guerra – equilibrando-se entre convivência, aceitação, conflitos e censura. Os quatro jornalistas entrevistados neste trabalho adotaram a técnica do *embedded*, no caso com grupos rebeldes, na cobertura da Líbia. Eles admitiram, nas entrevistas, estarem conscientes de que seu ponto de vista, ao assumir esta prática, foi alterado – no mínimo, parcialmente influenciado. A prática de se tornar *embedded* a um grupo beligerante compromete o distanciamento necessário entre jornalista e fonte, uma vez que o repórter compartilha experiências de vida e morte ao lado do grupo – cria-se uma empatia que, se por um lado pode facilitar acesso a informações sigilosas e exclusivas, por outro prejudica a independência jornalística.

Podemos concluir também que a relação jornalista-fonte é afetada por diversos outros fatores da guerra: a falta de tempo para aprofundamento de vínculo, interesses políticos, militares e econômicos divergentes, risco de traição da fonte, que podem levar a prisões, como no caso de Netto.

Sabemos que as fontes sempre defendem um ponto de vista. Algumas, normalmente em posição de poder, são capazes de informações mais precisas. Porém, por este status, são também as que têm mais interesse em ocultar dados. Os quatro jornalistas concordam que, na guerra, os cuidados precisam ser redobrados, se comparados a uma cobertura local. Foram unânimes ao refletir que, como não é possível testemunhar todos os fatos – e para minimizar efeitos de uma suposta propaganda –, é necessário adotar, como estratégia, a prática de múltiplas fontes.

Mesmo com todas as particularidades do acontecimento guerra, identificamos a figura do repórter e da prática da reportagem como elemento comum do fazer jornalístico em áreas de conflito. Ao longo das entrevistas, os jornalistas expressaram a consciência de si, como se tornaram repórteres de guerra (um gosto pessoal por assuntos de direitos humanos para Netto, o “viver a aventura” de Trezzi), que papel desempenham e como entendem, na maioria dos casos, uma transcendência social). Também apontaram, mesmo sem serem questionados, as características essenciais a um repórter de guerra: ter experiência de reportagem, manter a curiosidade, ouvir múltiplas fontes foram expressões citadas. Em síntese, habilidades de um “bom repórter”.

Com relação à importância de se cobrir guerras, foi unânime a defesa de um “olhar brasileiro” sobre os fatos internacionais, oferecendo para os receptores um repertório que lhes é compreensível, uma identificação com o jornalista, um compatriota como ele, que lhe envia informações de além-mar, um despertar do público brasileiro por um desejo de conhecer novas culturas e, ainda, um sentimento de pertencimento a uma suposta aldeia global, de afetação do acontecimento guerra enquanto “cidadão do mundo”. No contexto de um mundo globalizado, parece fundamental essa posição do repórter de guerra como ponte entre os ambientes mundial e local.

O trabalho do correspondente de guerra, muitas vezes glorificado ao longo da história, passa, como toda atividade jornalística, por uma crise de identidade nesta segunda década do século XXI. Esta pesquisa espera ter contribuído para refletir parte dessas transformações da função profissional. Durante sua arquitetura, como pesquisador, busquei não resvalar nos riscos de idealizar um trabalho que não dispõe mais das características de heroísmo de seus tempos de esplendor. Também evitei a crítica simplista de ver na atividade uma ideologia a serviço de interesses econômicos e políticos.

Reconheço entretanto, que, ao longo da história, jornalistas que cobriram guerras serviram, muitas vezes, de propagandistas de seus próprios países. Os jornalistas não estariam propagando ideais de terroristas ao transmitir ao vivo as imagens das torres-gêmeas em chamas, dentro da nossa perene pretensão de testemunhar a história e oferecer aos outros a verdade? Na ânsia de estar mais perto dos fatos, *in loco*, não caímos na tentação do *embedded*, servindo muito mais de porta-voz do governo norte-americano do que como cães de guarda da sociedade?

Não chegarei a tais respostas neste estudo. Esses questionamentos, quem sabe parte de uma suposta teoria da prática jornalística na guerra, geram uma inquietação interessante e podem ser ponto de partida para ampliar a reflexão sobre o papel do correspondente de guerra no processo noticioso em estudos futuros.

Por fim, acredito que estejam ocorrendo transformações no papel desempenhado pelos repórteres de guerra. A decisão de um país entrar ou não em guerra, violações a direitos humanos, terrorismo, afetam direta ou indiretamente a vida dos receptores. Empresas são transnacionais. O balanço da bolsa de valores de Hong Kong afeta Frankfurt, Wall Street ou a Bovespa. Em rede, afeta todas as demais. Mais do que nunca saber o que ocorre no mundo é fundamental.

Por certo, o correspondente não é o único emissário de informação – concorre com o próprio cidadão comum, que, por redes sociais, pode emitir informação diretamente de sua

cidade bombardeada. O cidadão comum, por meio da internet, pode dar importantes contribuições ao jornalismo e à sociedade. Mas depender apenas dele para coberturas é extremamente arriscado, como se viu na Líbia de Kadafi, quando o governo cortou a comunicação por internet para enfraquecer as linhas de comunicação dos grupos rebeldes; ou no caso dos terroristas do Estado Islâmico, que tentam impor um califado em território sírio e iraquiano, sem que o mundo saiba com precisão o que acontece lá dentro – entre decapitações e outras violações a populações subjugadas. Ou, pior, criam seu próprio veículo de transmissão de informações, por meio da internet.

O correspondente de guerra segue sendo um agente fundamental do processo de comunicação. Ele conhece o público para o qual produz, é treinado para fazer isso, trabalha segundo métodos jornalísticos testados e eficazes e tem sofisticação necessária para a tarefa. No emaranhado de informações desencontradas – muitas delas inverídicas – dos tempos atuais, o correspondente atua, no mínimo como um certificador, uma testemunha do tempo presente. E, quem sabe, fonte para os historiadores do futuro.

REFERÊNCIAS

- ALLARD, Faye; ANDERSON, Elijah. Ethnography. **Encyclopaedia of Social Measurements**, v. 1.1 Boston, Londres: Elisevier/Academic, 2005.
- ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ALTMAN, Fábio. **A arte da entrevista**. Boitempo Editorial, 2004.
- ANDERSON, Jon Lee. **A queda de Bagdá**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004
- BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2014.
- BEAUMONT, Peter. **A vida secreta da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010
- BENETTI, Marcia; LAGO, Claudia (org). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BERGER, Christa. Jornalistas na “guerra” do Iraque. In: MOREIRA, Sonia Virginia; BRAGANÇA, Aníbal (Orgs.). **Mídia, ética e Sociedade** - Coleção Intercom Nº 8. Belo Horizonte: Intercom/Puc-Minas, 2004.
- BRAGA, Rubem. **Crônicas de guerra na Itália**. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- BRASIL, Antonio. A construção da imagem do Brasil no exterior: um estudo sobre as rotinas profissionais dos correspondentes internacionais. **Revista Famecos**. v. 19, n. 3, pp. 775-794, setembro/dezembro 2012.
- BRASIL, Antonio. A construção da imagem do Brasil no exterior. **Revista Famecos**. Porto Alegre. V. 19, n. 3, p. 775-794, set./dez. 2012.
- _____. Cobertura internacional. O fim dos velhos correspondentes. **Observatório da Imprensa**, Ed. 641, 10 mai. 2011. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/o-fim-dos-velhos-correspondentes/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- BRITTO, Denise Fernandes. O papel do correspondente internacional na editoria exterior. In: **XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Porto Alegre, 2004.
- CAPA, Robert. **Ligeiramente fora de foco**. São Paulo: Cosac Naify, 2010
- CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. Fonte, sujeito jornalístico nos novos cenários da Notícia. Intercom, Manaus, 2013. Disponível em: <<http://www.oxisdaquestao.com.br/admin/arquivos/artigos/FONTE-SUJEITO-JORNALÍSTICO-nos-novos-cenarios-da-Notucua164244.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

_____. Quarta revolução, a das fontes. *Comunique-se*, 2004. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/asp2001200493.htm>. Acesso em 18 jul. 2015.

_____. **Pragmática do jornalismo**. São Paulo: 3 Ed, Summus, 2007.

CORRÊA, Vitor de Abreu. **Os diários de Taunay e Euclides da Cunha**: um estudo sobre o início da correspondência de guerra no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

CUMMINS, Joseph. **As maiores guerras da história**. Trad. Vânia Cury. Rio de Janeiro: Ediouro, 2012.

CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

_____. **Os sertões**. São Paulo: Três, 1984.

CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti; CORRÊA, Vítor de Abreu. O lugar de fala de Taunay: Um estudo sobre o enquadramento da narrativa na Guerra do Paraguai. Disponível em: <http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/1250/2052.pdf>. Acesso em: 25 out. 2015.

_____; MOTTA, Luiz Gonzaga; MOTA, Célia Ladeira. **Narrativas Midiáticas**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

CUNHA, Luiz Cláudio. A entrevista: 1 fundamento, 2 perguntas, 3 condições. In: MAROCCO, Beatriz. **Entrevista na prática jornalística e na pesquisa**. Porto Alegre: Libretos, 2012.

DAPIEVE, Arthur. Posfácio. In: BEAUMONT, Peter. **A vida secreta da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DARMON, Muriel. **La notion de carrière**: un instrument interactionniste d'objectivation. *Politix*, v. 21, n. 82, 2008.

DÁVILA, Sérgio; VARELLA, Juca. **Diário de Bagdá**: a Guerra do Iraque Segundo os bombardeados. São Paulo: Editora DBA, 2003.

DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal.

ELLIOT, Deni. **Jornalismo versus privacidade**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986.

ESPINOSA DE LOS MONTEROS, Guillermo G.. Periodismo Internacional, Corresponsales y Testimonios sobre el Extranjero. **Foro Internacional**, n. 152-153, Cidade do México: Hemeroteca Virtual/UNAM, 1998.

FEITH, Roberto. Prefácio. In: ANDERSON, Jon Lee. **A queda de Bagdá**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004.

FILKINS, Dexter. **Guerra sem fim**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

FISHMAN, Mark. 1980. **Manufacturing the news**. Austin: University of Texas Press.

- FISK, Robert, 2007. **A grande guerra pela civilização, a conquista do Oriente Médio**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil.
- FONTENELLE, Paula. **Iraque, a guerra pelas mentes**. São Paulo: Sapienza, 2004
- FRIEDMAN, Thomas L. **De Beirute a Jerusalém**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- GARAMBONE, Sidney. **A Primeira guerra mundial e a imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- GELLHORN, Martha. **A face da guerra**. Rio de Janeiro. Objetiva, 2009.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- GOYZUETA, Verônica; OGIER, Thierry (org.). **Guerra e Imprensa**. Um olhar crítico da cobertura da Guerra do Iraque. São Paulo: Summus editorial. 2003.
- GROULX, Lionel-Henri; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HANNERZ, Ulf. Foreign news. **Exploring the world of foreign correspondents**. Chicago: The University of Chicago, 2004.
- HERR, Michael. **Despachos do front**. Rio de Janeiro. Objetiva, 2005
- HERRSCHER, Roberto. **Periodismo narrativo**. Santiago: RiL editores, 2009.
- HOHENBERG, John. **O Jornalista Profissional: guia às práticas e aos princípios dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1981
- JÄRVINEM, Margaretha. Negotiating Strangerhood: interviews with homeless immigrants in Copenhagen. **Acta Sociológica**, v. 46, n. 3, 2003.
- KANDEL, Liliane. Reflexões sobre o uso da entrevista, especialmente a não-diretiva, e sobre as pesquisas de opinião. In: THIOLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 2. Ed. São Paulo: Polis, 1981.
- KNIGHTLEY, Phillip. **A primeira vítima**. Trad. Sônia Coutinho, 1. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Atica, 1986.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: 9 Ed, Record, 2011.
- LAGOS, Cláudia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: 3 Ed, Vozes, 2010.
- LAURINDO, Roseméri. Posição de autor e gênero na interface entre o jornalismo e a publicidade. In: MELO, José Marques de; LAURINDO, Roseméri; ASSIS, Francisco de. **Gêneros Jornalísticos, teoria e praxis**. Blumenau: Edifurb, 2012.

LOPES, Rodrigo. **Guerras e tormentas**. Diário de um correspondente internacional. Porto Alegre: Editora Besouro Box, 2011.

LUDKE, Hermengarda Alves; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MALDONADO, Efendy. Pesquisa em comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. In: MALDONADO, Efendy; et al. **Metodologias da pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**: a saga dos cães perdidos. Hacker Editores, 2000.

MAROCCO, Beatriz. **Entrevista na prática jornalística e na pesquisa**. Porto Alegre: Libretos, 2012.

MEDINA, Cremilda. **A Arte da Entrevista** – o diálogo possível. 5 edição. São Paulo: Ática, 2008.

MESQUITA, Júlio. **A Guerra**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002

MOTA, Célia Ladeira; MOTTA, Luis Gonzaga; CUNHA, Maria Jandyra. **Narrativas midiáticas**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

NATALI, João Batista. **Jornalismo internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

NETTO, Andrei. **O segredo contra Muamar Kadafi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2002

PARSIGIAN, Elise K., 1992. **Mass Media Writing**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates Inc.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. Editora Contexto, 2005.

PINTO, Manuel. Fontes Jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade 2**. Cadernos do Noroeste, vol. 14, 2000. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5512/1/CS_vol2_mpinto_p277-294.pdf>. 08 out. 2015.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POUPART, Jean. Entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. (org.). **A Pesquisa Qualitativa** - enfoques epistemológicos e metodológicos da pesquisa qualitativa. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2008.

RECH, Marcelo. **Passageiro da História**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1997.

RIBEIRO, José Hamilton. **O gosto da guerra**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

RIBEIRO, José Hamilton. Prefácio. In: DÁVILA, Sérgio; VARELLA, Juca. **Diário de Bagdá: a Guerra do Iraque Segundo os bombardeados**. São Paulo: Editora DBA, 2003.

ROCHA, Sara de Melo. **Brazilian Correspondents in Europe: Carrers, Routines, Networks, News Coverage and Role Conceptions**. [Dissertação de Mestrado] Graduate School of Communication Universtitait van Amsterdam, Amsterdam, 2013.

ROSSI, Clóvis. **Que é jornalismo**. Brasília: Brasiliense, 1985.

SCHIRMER, Lauro. **RBS: da voz-do-poste à multimídia**. Porto Alegre: L&PM (2002).

SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Correspondente internacional**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

SILVEIRA, Joel. **O inverno da guerra**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SILVEIRA, Mauro Cesar. **A batalha de papel**. A charge como arma na guerra contra o Paraguai. Florianópolis: Editora UFSC, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**. Além do Espelho e das construções. Florianópolis: Editora Insular, 2009.

STOCKING, S. H.; GROSS, P. H. **How Do Journalists Think**. A Proposal For the Study of Cognitive Bias in Newsmaking. Bloomington: ERIC Clearinghouse on Reading and Communication Skills, 1989.

TALESE, Gay; MACHADO, Luciano Vieira. **Fama e anonimato**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2004.

TAUNAY, Visconde de. **A Retirada de Laguna**: episódio da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, a tribo jornalística** – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular. 3 ed. rev. 2013.

_____. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular. 3 ed. rev. 2012.

TRAVANCAS, Isabel. A entrevista no jornalismo e na antropologia: pesquisando jornalistas. In: MAROCCO, Beatriz. **Entrevista na prática jornalística e na pesquisa**. Porto Alegre: Libretos, 2012.

TREZZI, Humberto. **Em terreno minado**. São Paulo: Geração editorial, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1990.

TUCHMAN, Gaye. Making News by Doing Work: Routinizing the Unexpected. **The American Journal of Sociology**, Vol. 79, N. 1. The University of Chicago, jul. 1973, PP. 110-131.

TZU, Sun; PIN, Sun. **A arte da guerra**. WWF Martins Fontes, 1996.

UTZERI, Fritz. Do outro lado do mundo. In: RITO, L; ARAÚJO, M. E.; ALMEIDA, C.J.M. de. **Imprensa ao vivo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 145-162.

VILELA, Rosário Sanchez. Técnica, método e teoria: a entrevista em profundidade na investigação da recepção. In: JACKS, Nilda; piedras, Elisa; VILELA, Rosário (orgs.). **O que sabemos sobre audiências?: estudos latino-americanos**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2006.

VIZEU, Alfredo. **O newsmaking e o trabalho de campo**. Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007.

WILLIAMS, Kevin. **International journalism**. London: Sage, 2011.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 5. Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM ANDREI NETTO



Andrei Netto

Correspondente de O Estado de S. Paulo em Paris, França, Andrei Netto nasceu em 1977 em Ijuí, interior do Rio Grande do Sul. Graduou-se em jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social (Famecos) da Pontifícia Universidade

Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). É jornalista e doutor em sociologia pela Université René Descartes, de Paris. Cobriu a Guerra na Líbia a partir da fronteira com a Tunísia, em 2011. Foi preso pelas forças de Muamar Kadafi e expulso do país. É autor dos livros O silêncio contra Muamar Kadadi – A revolução da Líbia pelo repórter brasileiro que esteve nos calabouços do regime, obra editada também em inglês com o título Bringing Down Gaddafi: On the Ground with the Libyan Rebels.

Data: 7/8/2015

Rodrigo Lopes - Como o jornalismo entra pra ti e como a cobertura internacional aparece na tua vida?

Andrei Netto - Fazer jornalismo foi uma decisão meio complicada. Não que eu não curtisse o jornalismo, eu sempre curti. E mais: eu sabia que escrever era algum talento que eu achava que tinha. Mas, antes de fazer jornalismo, fiz publicidade e arquitetura. Arquitetura, inclusive, eu fiz em paralelo com publicidade, eu fazia as duas. Publicidade me deu o contato mais estreito com o jornalismo. Na época, a minha namorada fazia jornalismo, a Lisi. O contato meio se estreitou quando a Lisi foi fazer jornalismo e, mais tarde, quando eu fui fazer publicidade. Eu não estava cogitando o jornalismo tanto quanto eu deveria estar, era uma certa tendência até da minha família, minha mãe, por exemplo, sempre reconheceu em mim um potencial jornalístico também.

(interrupção na gravação por problemas técnicos)

Lopes - A tua mãe reconheceu em ti um jornalista, eu não entendi por quê?

Netto - Ela mesma tinha... Ela não fez jornalismo, mas ela gostaria de ter feito. Num momento ela me disse isso, anos depois até, que ela própria se via como uma jornalista que acabou não realizando o desejo de ser jornalista, porque, enfim, ela sempre escreveu muito e tal. E ela me

dizia na época já, quando eu comuniquei a ela que eu ia trocar para o jornalismo, ela me disse: “Finalmente”. Eu tinha uma visão ideológica muito fechada na época, muito crítica, em relação ao mercado de trabalho gaúcho, especialmente, né? Isso gerava uma certa rejeição. O jornalismo até internacional veio desde o tempo da faculdade, quando eu estava estudando, e quanto mais eu me interessava pelo jornalismo, e lia jornalistas, e lia livros jornalísticos, relatos de não-ficção e tal, mais eu percebia que era isso, eu tinha uma tendência pelo jornalismo internacional. Era o assunto que me interessava mais. A tal ponto que, na primeira metade da faculdade ainda, eu cheguei à conclusão. Foi um longo percurso pra isso. Não é uma coisa que acontece do dia pra noite. Inclusive, de vez em quando, quando eu recebo muita gente se oferecendo pra ser correspondente internacional, “eu gostaria de ser correspondente internacional”. Aí que eu digo: “Cara...” Às vezes, quando eu respondo, às vezes eu não respondo porque isso me ofende até. Cara, isso é uma carreira.

(interrupção na gravação por problemas técnicos)

Lopes – Não entendi a parte em tu falas do correspondente internacional

Netto – É uma carreira, não é uma coisa que acontece do dia para a noite. A rigor, na faculdade não se tem muito claramente a noção de como chegar a essa função. As faculdades são muito precárias no sentido de instruir as pessoas em como concretizar aqueles teus desejos mais íntimos, da época da faculdade. Por exemplo: como eu me torno um correspondente?

Lopes - E a guerra, como surge pra ti? Tu te formaste na Fabico ou na Famecos?

Netto – Na Famecos. A guerra na realidade... no sentido de me chocar até. Na realidade, era uma coisa que no sentido de ser um limite, uma experiência... de estar além da linha vermelha dos direitos humanos. E, cara, direitos humanos são um conceito assim que sempre norteou a minha prática jornalística. Eu sempre, desde muito cedo no jornalismo, eu tinha claro que o meu maior interesse no jornalismo seria falar sobre direitos humanos. Esse era o meu interesse essencial, de base, tanto que se você pegar minha primeira matéria especial na Zero Hora, minha primeira matéria especial, tirando 4 e 5, matérias do dia a dia, foi sobre o sistema penitenciário gaúcho. Inclusive a guerra, pra mim, é quando a questão dos direitos humanos ultrapassou a linha vermelha, quando deixou de ser uma ameaça, quando deixou de ser uma violação, e passou a ser um risco concreto, iminente de não só de violação mas... A guerra entra nessa narrativa do meu interesse por direitos humanos. Era, digamos, me interessar por este assunto e, mais tarde, cobrir este assunto, é uma forma de cobrir direitos humanos.

Lopes - Se aprende a ser correspondente de guerra?

Netto - Acho que sim. Por várias questões. Sem sombra de dúvidas, o assunto precisa atrair. Você precisa, primeiro, se sentir atraído pela questão ou dos direitos humanos, como é o meu caso, ou da guerra em si. Tem que ter uma tendência natural. Tem a questão da formação. Acho que se aprende, sim. E outra, você só cobre guerra, quando você está bem informado. Guerra é uma experiência extrema no jornalismo também. Você aprende métodos, você aprende práticas que reduzem riscos, e isso é fundamental. Então, nesse sentido: não se aprende e se aprende. Não se aprende, como na leitura de um livro, nos filmes que você se interessa. E, por um outro lado, se aprende, sim, no momento em que não é uma brincadeira. Ser correspondente de guerra não é um improviso. É você buscar formação.

Lopes - Entrando na questão da prática. Como a tua prática jornalística é influenciada pela situação de guerra?

Netto - É totalmente influenciada. Ela muda, tu te adapta, né? Prática da guerra é uma prática diferente do dia a dia. Você precisa começar com contatos, estabelecer contatos. Comecei a fazer uma reportagem sobre migração agora, daqueles caras que tentam atravessar o Canal da Mancha. Olha a diferença que seria: eu saí, eu simplesmente peguei um trem até Calais, fui até o acampamento. Cobrir uma guerra em Calais, eu primeiro estabeleceria, a partir de Paris, estabeleceria contatos com comunidades com relações com Calais, fossem nacionais, da região, pessoas com vínculos familiares, nacionais, etc, etc, compatriotas. Eu estabeleceria contatos com ONGs, organizações humanitárias que já trabalhem na área. E, aí sim, eu iria para lá, com contatos lá, entende? Com pessoas que me esperassem lá com informações de campo que eu não tenho ainda. Eu não chegaria diretamente. Posso não saber tudo, então eu não chego de mãos abanando. A prática da cobertura de guerra muda completamente, desde o início, desde o primeiro momento, desde a decisão de ir.

Lopes – A minha segunda pergunta, na verdade, era justamente essa: se há diferença nessa prática jornalística em coberturas de guerra e na cobertura local. Tu já me respondente.

Netto - Tem muitas outras diferenças. Gestão financeira da cobertura é completamente diferente, tem equipamentos, materiais, colete, etc, etc. É um conjunto.

(interrupção da gravação por problemas técnicos)

Lopes – É um conjunto de coisas, tu falavas.

Netto – Gestão financeira diferente. O que muita gente faz, eu inclusive já fiz, mas hoje eu não concordo mais com isso. Alguma coisa que me fez mudar. Você, simplesmente, não corre para uma guerra. A guerra está lá, ela começou, é importante chegar o mais rápido possível. Mas é importante chegar o mais rápido possível depois de fazer os devidos contatos e tomar as devidas precauções: financeiras, de reunir o dinheiro necessário, de reunir o equipamento necessário, de fazer os contatos necessários.

Lopes - E com relação a tua cobertura na Líbia, Andrei, enfim, teve toda a questão do incidente da prisão, mas, se nós tirarmos esta parte, o que tu destacas na tua cobertura.

O que tu achas que se diferenciou na tua cobertura da Líbia?

Netto - A rigor, o que se diferenciou naquela cobertura, a meu ver, e isso é um fator de orgulho pra mim, porque... na realidade eu não tenho orgulho da cobertura em si. Ela foi abortada pela prisão. Isso foi um erro. Ao contrário de muita gente. Isso não é um elogio, foi um erro ser preso. Então, a cobertura em si não foi um fator de orgulho pra mim. O fator de orgulho pra mim foi o fato de aí sim, isso é fato, eu e o Ghait (Abdul-Ahad, repórter iraquiano do The Guardian), que era o cara que estava comigo, nós termos sido os dois primeiros jornalistas não-líbios a... Se julgarmos que havia jornalismo livre na Líbia, nós fomos os dois primeiros jornalistas não-líbios no país. Se julgarmos que não existia jornalismo líbio, a gente foi simplesmente os dois primeiros jornalistas na Líbia em guerra na parte do país controlada pelo regime. Ou seja, a gente estava atrás da linha de front, como você também esteve. Ali a situação era completamente diferente de Benghazi. Em Benghazi, havia uma linha de front definida: se você estava de um lado, você estava relativamente protegido, se você estava de outro, você estava... enfim... tava provavelmente aparentemente acompanhando o regime. O que não era o caso de ninguém. Então nós fomos os primeiros jornalistas a chegar ao país em condições de trabalhar dentro da área em tese controlada pelo regime, mas trabalhar da forma mais livre possível, digamos assim. E isso nos permitiu publicar matérias que foram as primeiras matérias dizendo: “Olha, ao contrário do que o regime afirma, não é só o leste da Líbia que está conflagrado. Todo o país está conflagrado.” E a gente mostrava... Esse foi, acho eu, o diferencial dessa matéria. Para isso, foi necessário assumir um risco grande, talvez até alto demais.

Lopes - E um dos pontos que eu te falei, que acho que é bem importante, é a relação do jornalista com a fonte na guerra. Ela é diferente do jornalismo local, por exemplo?

Netto - Ela precisa ser, né? Ela precisa ser uma relação de muito mais confiança. Mas essa é uma das grandes chaves da cobertura da guerra. Como ter confiança integral em pessoas que

you know you've only known for a short time. It's possible to establish trust relationships with people that you've only known for a short time. I believe in this, it's a little bit quixotic, a little bit romantic, I think you're not... You can establish trust relationships. And the coverage of Líbia proved this. At a certain moment the people went into the coverage that exposed the people that, in reality, were not trustworthy. The relationship with the sources is different. It presupposes a risk before anything else, a risk that doesn't exist in the coverage of day to day. You can be in a hostile situation, in a hostile coverage, for example, in an extreme event, in a hurricane, or something similar, something that you've already experienced, you won't pass that risk. There are parallels, coverages that resemble a little bit with the situation of coverage of war, like these coverages of organized crime, of trafficking etc, but the coverage of war is a specific coverage, yes, in general. In the vast majority of cases of journalistic coverages.

Lopes - Essa pergunta eu não fiz aos demais colegas, até pela situação da tua prisão ser diferente. Tu foste traído pelas fontes?

Netto - Não era exatamente uma fonte. Era alguém que fazia o papel de passador. Uma expressão francesa, mas que se usa aqui na Europa. Era um cara que estava ali na função de, digamos assim... não dá nem pra chamar de fixer nesse caso, porque ele não era remunerado. Mas de um suposto militante revolucionário que iria nos ajudar a alcançar determinado objetivo. Não foi exatamente a fonte que nos traiu, mas poderia ter sido uma fonte. Aquela pessoa ali até foi uma fonte de algumas informações, mas ela poderia ter sido uma fonte profunda da nossa reportagem e, eventualmente, poderia ter nos traído. Sim, poderia ter acontecido.

Lopes - E o que tu adotas na tua prática na guerra para garantir que teu entrevistado não está mentindo ou te usando como propagandista da ideologia dele ou dos interesses dele?

Netto - Ah, esse é o desafio básico da cobertura de guerra. Existe um cuidado que é básico, e que eu procuro tomar sempre, que é o de ter múltiplas narrativas. Bom, você não consegue checar se, em determinado front, tal coisa esteja de fato acontecendo. Bom, mas você pode falar com alguém que esteja no front, ou que estejam do outro lado do front, ou que tenham estado nessa situação para bater, conferir o relato que você já teve. Então, a busca é basicamente por multiplicar o máximo possível as fontes de informação para tentar verificar aquela informação original. Não tem um segredo específico aí. Existe uma dificuldade específica na cobertura de guerra, em termos de verificação de informação, uma técnica exclusiva da cobertura de guerra.

Não, é multiplicar, talvez, aumentar o número de fontes que vão na mesma direção daquela narrativa. Acho que é a grande precaução que um repórter pode ter é justamente ter mais cuidado na checagem. Uma checagem mais intensa, digamos.

Lopes - E com relação à tecnologia. Essas novas tecnologias influenciam a tua prática jornalística?

Netto - Elas influenciam, não só as novas, inclusive algumas que não são tão novas mas que são pouco usadas. Por exemplo, o lance de levar o telefone satelital, isso em algumas coberturas é simplesmente essencial. E isso é tecnologia, não é tão nova assim. Mas é tecnologia. Para você ter uma ideia, precisa de um exemplo de como a tecnologia não ajudou, mas poderia ter eventualmente ajudado: quando eu estava “desaparecido”, um tipo de prisão que não tinha sido comunicada, quando eu estava nas mãos do serviço secreto etc, um grupo de amigos meus, aqui de Paris, na verdade foi ideia de um amigo meu, que tentou junto com minha mulher e com outras pessoas, tentou me localizar pelo localizador do iPhone. E na época era bem precário, era bem incipiente assim. Mas que eventualmente poderia ter dado certo, se aquele telefone estivesse... O problema é que meu telefone tinha sido roubado também, mas eles não imaginaram isso. Então, se aquele telefone estivesse em minha possessão, e o sistema fosse o que é hoje, talvez eu pudesse ter sido geolocalizado. Isso é uma mudança. Eles vão contribuir muito no futuro breve para a cobertura de guerra, sem sombra de dúvidas. Para o bem e para o mal. Por exemplo, hoje, na Síria, quando eu fui à Síria duas vezes já durante a guerra, eu não tomei essa precaução, mas hoje, eu não entraria com um telefone estrangeiro na Síria. Desde o início da revolução, o regime aprendeu números estrangeiros na Síria podem ser identificados, podem ser localizados e certamente vão levar a presas. Presas que podem ser importantes. Então, eu não me surpreenderia se o Estado Islâmico hoje já faz esse tipo de monitoramento.

Lopes - E com relação à censura. Chegaste a ser vítima de censura ou testemunhaste algum episódio de censura na Líbia? Ou autocensura também?

Netto - Não, a minha autocensura se deveu justamente pela preocupação de checar um pouco mais a informação. Então autocensura foi um... não sei nem se dá para classificar isso de autocensura, mas foi limitada no espaço, questão de horas, ou até de um a dois dias, para checar informação. Não sei nem se eu classificaria isso de autocensura, mas talvez algumas pessoas tivessem classificado. Porque eu já tinha tido informações, mas dei uma checada a mais porque estava me parecendo estranho.

Lopes - Um cuidado maior talvez, né?

Netto - Isso, um cuidado maior, exato, exato. Sobre censura, ali era óbvio que aconteceria, mas quando fui preso e tal, tinha condições muito estritas da condição de liberdade, quando eu fui entregue pelo governo líbio ao governo brasileiro, ou seja passei das mãos do serviço secreto líbio às mãos do embaixador brasileiro, a condição era de que eu deixasse o país. O que precisava acontecer imediatamente. Só aconteceu, na prática, umas 12 horas, 13 horas depois, quando eu pude escrever a respeito. E, mais do que isso, a gente foi monitorado. Nessas 12 horas, tinha um carro estacionado. Numa caminhada que a gente fez no bairro do embaixador, nós fomos monitorados, então a censura estava ali. (interrupção da gravação por problemas técnicos)

Lopes - Nessas 12 horas... cortou um pouquinho, eu não entendi. Nessas 12 horas em que tu foste entregue até a saída do embaixador não poderia transmitir reportagem, não podia escrever.

Netto - Esse tinha sido o acordo. Ser expulso imediatamente, e, nesse período, não vai escrever não vai fazer nada. Isso era fatal que aconteceria naquele caso. Mas censura ou autocensura ou de alguma reportagem minha ter sido alvo de um corte ou coisa assim, não aconteceu. O que aconteceu, por exemplo, já em outro momento da cobertura da Líbia, no final... na morte do Kadafi, é que eu tinha vídeos, feitos por outras pessoas, que eram fotos chocantes, que eu encaminhei para o jornal, evidentemente porque era meu trabalho fazer, e que o jornal decidiu não publicar. Nós já publicamos fotos bem duras a respeito da morte do Kadafi, acho que a gente não precisa publicar essas, assim. E eu, particularmente, não sou contra, eu acho que existe limites, exposição, não vai agregar nada em termos de informação, além daquilo que já está escrito.

Lopes – Andrei, e o fato de estar embedded com um exército ou com grupos rebeldes, como era o teu caso, compromete a prática? Compromete a independência?

Netto - Essa era uma preocupação minha dentro da Líbia. Inclusive eu cheguei a expressar essa preocupação em relação a algumas pessoas. Na realidade, eu não queria estar com os rebeldes o tempo todo. Estar embedded em um exército, estar embedded num grupo rebelde, ou o que quer que seja, não estou falando no caso da Líbia especificamente. Estou falando em teoria. Pra mim, estar o tempo todo de um lado, mergulhado no meio das tropas de alguém, isso é ruim sempre, no sentido de viciar a informação. Então, isso me incomodava, um dos motivos pelos quais a gente acabou preso foi justamente o fato de... embora estivéssemos ao lado de rebeldes,

nós havíamos trocado. Muita conexão entre eles. Era uma preocupação nossa, não estar o tempo todo com o mesmo grupo para não ter a mesma versão dos fatos o tempo todo. Se chegássemos a Trípoli, a minha ideia era tentar me misturar à população. Se isso seria possível ou não... A ideia era essa.

Lopes – As duas últimas perguntas: como o risco de morrer influencia a tua prática, se influencia?

Netto - Tem que influenciar. Se não houvesse o risco de morrer, a prática seria muito mais... Cara, na realidade, a tomada de risco, depende muito da situação e da leitura que você faz. Eventualmente, você faz uma leitura errada do risco. Vou dar um exemplo muito prático: quando eu estava na Síria, quando entrei pela primeira vez em Aleppo sob guerra, que foi bem no início da tomada de Aleppo pelos rebeldes, a situação dos jornalistas que ali estavam, que não eram nem uma dezena, uma meia dúzia de jornalistas. Em determinada situação, eu reuni todos e eu disse: “Gente, isso aqui não é seguro”. Ser alvo de alguma... que venham e nos seqüestrem todos. E eu disse isso e briguei com um dos jornalistas, inclusive, discutindo. “Não é seguro, é o momento de nós nos retirarmos daqui”. Eu saí, alguns saíram instantes, horas depois, ou no dia seguinte ou dois dias depois. Todos nós acabamos saindo, alguns já tinham saído. Na verdade, quem mais me chamou atenção, quem me deu a faísca, de que aquele risco ali era extremo foi justamente Jon Lee Anderson. Eu disse para os demais: “Isso aqui não é seguro o suficiente, vamos sair fora daqui”. Então, o Jon Lee Anderson saiu, eu saí, mais tarde outros saíram. Mas, sintomaticamente, naquela região, naquela semana, o americano decapitado pelo Estado Islâmico, o James Foley, com quem eu tinha estado na Líbia, inclusive. Ele foi seqüestrado naquela mesma região em que nós estávamos. Eu antecipei a minha saída da Síria em função daquele grau elevado de risco, que eu via. Essa decisão se mostrou acertada, outras pessoas decidiram ficar, como o James Foley, por exemplo, ou voltar ao país e acabou se mostrando errada. E quando eu voltei a segunda vez a Aleppo, também clandestinamente, atravessando fronteira, etc, etc, a situação tinha mudado de forma tal que fiquei horas na cidade. Acho que fiquei 24 horas no país, talvez tenha sido um pouco mais, talvez eu esteja exagerando, mas não foi muito tempo em Aleppo. Eu saí porque eu percebi que a situação era muito adversa. Então, o limite da cobertura jornalística, pra mim, é a percepção de risco. Continua sendo. Eu não faço jornalismo sob qualquer risco. Claro que aí depende da própria percepção. Algumas pessoas têm uma percepção mais apurada e tomam menos riscos. Jon Lee Anderson um dia me disse uma coisa que mudou a minha forma de perceber o jornalismo, inclusive. Ele me disse lá na Síria, ele disse que não se sentia grande demais para fazer aquilo que ele estava fazendo. Ele

próprio, que é um dos grandes mestres do jornalismo e coberturas de guerra. Ele assumia riscos mais limitados do que aqueles que eu assumi naquele momento. Se ele que é o grande jornalista...

Lopes – A minha última pergunta é se a tua prática, se a tua cobertura pode transcender essa questão mais do dia a dia da cobertura de guerra, se ganha um caráter social mais amplo? Que tipo de transcendência essa tua cobertura de guerra tem no plano social e no plano geopolítico? Se é que tem...

Netto - Não é uma brincadeira jornalística, também não é um vício, como algumas pessoas dizem. Guerra como um cara viciado no conflito, eventualmente até pode acontecer. Mas, por princípio, eu não cubro eventualmente conflitos armados, porque eu quero emoção de estar lá etc etc. O que me leva a cobrir, e eu asseguro isso, não é demagogia, não é romantismo, não é quixotismo, é simplesmente a função social da coisa. Eu, por ter estado nessas situações, tenho certeza de que jornalismo define rumos dos conflitos. Uma reportagem feita sobre um conflito mobiliza autoridades, mobiliza opinião pública, muda o comportamento da opinião pública, e pode ser determinante no conflito e, por extensão, logicamente, para a sorte e para a vida das pessoas. Então, o jornalismo influencia diretamente, sim, no número de mortes de um conflito, por exemplo. Então, se influencia diretamente no número de mortes ou no tempo de duração de um conflito, eu considero o jornalismo de guerra essencial.

Lopes - Muito obrigado.

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM SAMY ADGHIRNI



Samy Adghirni

Correspondente do jornal Folha de S. Paulo em Caracas, Samy Adghirni nasceu em Lyon, França, filho de mãe brasileira e pai marroquino. Estudou jornalismo na Universidade Stendhal, de Grenoble (França). Especializado em Oriente Médio, Adghirni trabalhou como correspondente da Folha em

Teerã, período no qual escreveu o livro Os iranianos, da editora Contexto (2014).

Data: 1/8/2015

Rodrigo Lopes – Me conta um pouquinho da tua história do jornalismo e como tu entraste nessa do jornalismo internacional?

Samy Adghirni – A minha trajetória é um pouco atípica. Sou filho de jornalista, mas demorei muito a ter o desejo de ser jornalista. Na infância, era uma coisa que nem me passava pela cabeça. Eu, como todo moleque, já quis ser astronauta, zoólogo, enfim, quando comecei a ter um pouco mais de discernimento, eu queria ser diplomata. Porque eu cresci neste meio. Meu pai é marroquino, minha mãe é gaúcha, e eu, nascido na França. Então, sempre tive essa pegada meio internacional. Sem trocadilho... E aí, no final do colégio, quem me deu a luz foi justamente um diplomata, o embaixador do Marrocos amigo nosso em Brasília falou: “Por que você não faz jornalismo que nem a tua mãe?” Falei: “Caramba, realmente”. E aí, assim, uma anedota engraçada: o que me deu vontade mesmo de ser jornalista foi... eu era moleque, era fã do Taffarel... E o Taffarel ficou afastado da Seleção em 1995, brigou com Ricardo Teixeira e voltou à Seleção, em 1997 para um amistoso contra o Chile em Brasília. Bem na época em que eu era moleque, estudante, em Brasília, escrevia para o jornal do colégio. Falei: “Quer saber, vou entrevistar o Taffarel para o jornal do colégio. Foi difícil. Matei aula, tomei chuva, acho que fugi da polícia, não sei o que... Mas consegui a entrevista. Falei, não é que é legal esse negócio de ser jornalista? E desde então eu tenho isso muito claro. Daí, estudei jornalismo na França, fiz todo tipo de trabalho na França, jornalzinho local, rádio local, revista estudantil, fiz muita coisa de música eletrônica, sempre tive o pé nesse meio, acabei escrevendo para as

maiores revistas de música eletrônica da França. Quando terminei de estudar, fui para Paris – estudei no interior -, daí fui para Paris, foi o início da carreira mesmo. Fiz muito coisa para a Rádio France Internacional, eu era repórter de geral, que eu acho que foi minha primeira grande experiência como jornalista. Fui repórter de geral para a Rádio BFN, que era da Bloomberg na época. Mas aí me negaram a cidadania francesa em 2001, eu tive a primeira negativa. Apesar de ter nascido na França, eles não me deram. Falei: “Putz, o que vou fazer agora? Vai ser difícil continuar aqui e ter um contrato”. Poderia viver de frila, mas a longo prazo é insustentável, é inviável. Teve o 11 de setembro, falei: “Ah, cara... pra mim deu. Voltei para o Brasil, e foi uma época muito difícil porque, apesar de ter feito uma faculdade muito boa e já ter uma experiência, eu voltei para o Brasil, tinha 23 anos, mas já tinha feito um monte de coisa. Mas ninguém me quis no Brasil. Ninguém... Ninguém... Ninguém me quis no Brasil. Bati em todas as portas. Não consegui emprego. Tentei treinee da Folha, não consegui, do Estado, não consegui, da Veja, não consegui. Larguei o jornalismo, comecei a ser tradutor e agenciador de DJs de música eletrônica. Isso por um tempo, foi uma época bem sombria. Aí, um dia apareceu no Correio Braziliense e falou: “Ó, vem aqui, tem uma vaga aqui pra ti, pra trabalhar em Cidades”. Falei: “Porra, vou até de graça”. Fui para o Correio, e não cheguei a trabalhar em Cidades, porque no dia em que fui contratado liberou uma vaga em Mundo. E aí eu fui para Mundo e virei setorista de Itamaraty, coincidiu com a eleição do governo Lula, foi o início do governo Lula, e o Itamaraty começou a bombar, muita visita, muita coisa começou a aparecer. Fiquei cinco anos no Correio Braziliense. E fui para a Folha no final de 2007, e na Folha também fiz um monte de coisa, já fui pauteiro, fechador, mas o que eu mais fiz foi reportagem, fiquei quatro anos com base em São Paulo, mas viajando cada vez mais. De fato, eu comecei a viajar mesmo em 2009, 2010, comecei a fazer grandes viagens. Primeira vez que fui para o Iraque. Primeira vez que fui para o Iêmen, e aí quando começaram as chamadas revoltas árabes, eu não parei mais, aí foi uma fase muito legal.

Lopes - Tu estavas morando em São Paulo.

Adghirni - Eu estava morando em São Paulo, minha base era São Paulo. Foi o ano mais marcante da minha carreira foi 2011, não foi o Irã, foi 2011, porque eu ia para o Egito, eu ficava três semanas, voltava para São Paulo, ficava três dias naquela folga merecida, e falavam: “Ó, tem que ir para a Líbia”. Ia para a Líbia, voltava para São Paulo, foi um ano muito intenso, em que eu vi muita coisa, presenciei muita coisa. E, no final desse ano, de 2011, veio a resposta dos iranianos, que foi um negócio que eu tinha pedido em 2010, para as autoridades iranianas para ser correspondente, projeto meu, que a Folha bancou. Só que a resposta nunca vinha, eu

desisti, falei: “Ah, então não vou para o Irã, vou curtir aqui essas revoltas árabes, que está divertido”. Daí eu estava na Líbia, cobrindo a queda de Trípoli, ao mesmo tempo em que o Trezzi e o Andrei, e eu recebi um email dos iranianos: “Teu visto está pronto. Podes vir”. Larguei toda a cobertura, Ninio (Marcelo Ninio, repórter da Folha de S. Paulo) veio me render, e um mês depois eu estava em Teerã. Fiquei três anos em Teerã, e vou completar um ano de Caracas agora, nas próximas semanas.

Lopes - Se aprende a ser correspondente de guerra?

Adghirni - Se você me permite, vou fazer um ajuste no que tu disse. Não acho que eu seja correspondente de guerra, e acho que no Brasil não existe a figura do correspondente de guerra. O que existe no Brasil é o enviado especial a conflitos. Porque correspondente de guerra, mesmo fora do Brasil, é uma raça em extinção. Correspondente de guerra, na definição que eu tenho, é alguém que vive de guerra, que vai de uma guerra para outra: guerra, guerra, guerra, guerra, guerra, guerra. guerra... São pouquíssimos. Alguns da CNN. Um ou outro cara da Reuters, tem um cara mais próximo, um grande jornalista italiano do Corriere della Sera... mas no Brasil essa figura não existe. Agora, se tua pergunta for: “Se aprende a trabalhar em conflito, a ser enviado especial em conflito?” Claro... Tem que se aprender, é lógico, tem que se aprender... A minha sorte é que, no meu caso, foi muito, um processo gradual. Nunca quis: “Ah... eu vou cobrir conflitos”. Foi uma coisa que foi acontecendo aos poucos. Da primeira vez, 2004, que eu estava no Correio, e acompanhei uma delegação da Câmara dos Deputados do Brasil em visita à Palestina. Então, eles tinham vaga para dois, três jornalistas, chamaram o cara da Folha, me chamaram e chamaram um cara lá da Revista do Fórum Social Mundial, Marcelo Assad. Pensei: “Porra, nossa, vou para a Palestina, caramba”. Foi meu primeiro contato. Eu digo sorte porque foi uma viagem muito enquadrada, tinha segurança, a gente tinha estrutura, tinha proteção da embaixada, mas, mesmo assim, tu já sentes a pressão, já vê destruição, já vê palestino jogando pedra e recebendo disparo de bomba de gás lacrimogêneo, vê helicóptero atacando. E a segunda foi acontecer muito tempo depois, foi quando eu fui para o Iraque pela primeira vez, também uma viagem muito enquadrada, 2009, fui com um esquema de proteção fornecido pelo governo iraquiano, que tinha um comboio de carros para a minha pessoinha, mas também tu já passas um nível acima de tensão. Só que na terceira, que foi uma segunda viagem ao Iraque, aí eu já estava largado, estava sozinho, e aí tem que ter os bons reflexos, e aí a experiência ajuda, a maturidade ajuda, e claro que uma viagem te credencia mais para a próxima.

Lopes - Vai criando uma casca.

Adghirni - É.

Lopes - Entrando um pouquinho na prática jornalística no campo mesmo. Como tu achas que a prática jornalística é influenciada pela situação de conflito, pela situação de guerra? Como a tua prática é afetada por essa situação do entorno?

Adghirni - A prática é totalmente afetada. Ela muda completamente, porque eu acho que as pessoas precisam entender que quando tu está em uma área de conflito, o principal é te manter vivo. O principal é tu não virares notícia. É tu não te tornar um problema para o jornal. Porque, se tu quebrares o pé, ou mesmo se tu pegares uma diarreia, já aconteceu comigo no Curdistão, quase acaba a cobertura. Esse é o principal. Porque notícia, história para contar, tem para todo o lado. Tu olhas para a direita é uma, para esquerda é outra, as coisas acontecem, é muito intenso, as pessoas falam. E uma coisa que eu aprendi com minha mãe: “para, olha o que está acontecendo e conta”. Só isso. Uma regra básica da reportagem no sentido mais romântico da palavra. Então, o principal em uma zona de conflito é tu consegues criar condições mínimas de trabalho. Peraí: “Onde vai ser minha base, onde vai ser o lugar onde minhas coisas vão ficar? Onde vai ser o lugar em que... eu vou ter de dormir, eu sou um ser humano, em algum momento eu vou ter que me recolher. Como é que eu vou achar uma internet? Como é que eu vou me alimentar? Na Líbia, o fotógrafo Apu (Apu Gomes) e eu, ficamos quase cinco dias só com biscoito e atum, isso é um teste, e sem tomar banho, sem água, com duas garrafas de água mineral para agüentar os cinco dias, um calor de 45 graus, Ramadã, guerra, o hotel sem água, as pessoas cagando na escada, as pessoas arrombando quarto para cagar, nos quartos desocupados. Então, numa situação dessas, que tu tens que fazer? Tu tens que ficar calmo, cara. Isso é o mais difícil. Isso altera totalmente tua cobertura. Não é... Tu não está cobrindo uma coletiva da comissão européia em Bruxelas, onde realmente tu podes te focar na declaração, vai pegar o celular do assessor... Se tu chegou atrasado alguém vai te passar alguma coisa. Ali é guerra, o contexto é caótico, o contexto é perigoso, a logística é muito complicada. Agora, dito isso, os princípios do jornalismo seguem iguais. E aí tu tens que controlar a emoção também porque quando tu estás nesse ambiente de emoções muito intensas, é muito fácil tu caíres na armadilha do envolvimento emocional. Ou tu criares uma empatia com a fonte, ou tu te identificar com um dos lados do conflito. Eu vi muito isso. Principalmente na Líbia. Na Líbia, tu não podia estar dos dois lados do conflito. Então, a maioria dos jornalistas estava com os rebeldes. Então, eu ouvia muito colegas que diziam assim: “Nós conquistamos tal cidade”. Ou “avançamos até tal ponto”. Avançamos? Que avançamos, cara? Quem é nós? Ou... jornalista

que entrevista alguém e que depois bate no ombro e diz: “Boa sorte...” Agora, isso é fácil falar. Não estou me colocando na posição de.. “Ah... eu sou melhor que essas pessoas, porque eu, quando fui fazer uma matéria, no hospital de Benghazi, que tinha crianças completamente quebradas, queimadas, pessoas urrando de dor, e aí alguém te pede uma ajuda. Como é que tu reage? Uma pessoa fala contigo, te deu entrevista, a vida dela acabou, porque a mãe acabou de morrer, o filho está em coma, não sabe se vai sair. O cara tem delírio, diz que não consegue falar direito. Aí, ela fala para ti: “Pelo amor de Deus me dá uma ajuda... perdi tudo, não tenho mais nada”. O que tu fazes em uma situação dessas? Então, esse ambiente todo exige muita energia, definitivamente não são condições normais de trabalho e afetam a maneira de trabalhar.

Lopes – Tu já falaste um pouquinho sobre isso na tua resposta, mas, além da exposição à violência qual é a diferença da prática jornalística na zona de guerra e da cobertura local?

Adghirni - Eu acho que são esses dois elementos fundamentais que eu te disse: é a logística, tu vais ter que achar uma internet para mandar matéria, ou um telefone. O que adianta estar lá, ter a puta história se não consegue mandar a história? Tem que ficar dependente de colega, me empresta isso, aquilo. Não rola. Essas coisas acontecem, mas é complicado. E o que adianta tu errar o cálculo: “Putz, os rebeldes estão avançando para tal cidade, eu vou com eles, vai ser uma puta história”... E aí... no meio do caminho tu percebe que não tem mais dinheiro? Tens US\$ 200 no bolso. Essas coisas precisam ser calculadas o tempo inteiro: quanto que eu tenho, onde eu estou, onde é que eu vou. como é que... A parte logística é fundamental. As pessoas não têm entendem isso. E a segunda é a questão emocional. Eu costumo dizer: a guerra é antes de mais nada um estado de espírito. Uma guerra é um estado de espírito, tu podes estar em um momento em que o conflito é de baixa intensidade, em que a vida volta mais ou menos ao normal. As crianças vão para a escola... mas ali é uma zona de conflito, é uma zona de guerra, alguma coisa muito feia pode acontecer a qualquer momento, e isso está na cabeça das pessoas, elas incorporaram isso. É uma mistura de angústia com ansiedade, com reflexos de sobrevivência que não são os que a gente tem aqui no nosso dia a dia mais ou menos normal. Então, tu conseguir garantir, racionalmente, essas condições materiais de trabalho e, emocionalmente, a tua idoneidade e ao mesmo tempo a tua paz psicológica, a tua serenidade, são os grandes desafios. Tem gente que desaba, tem que gente que não dá conta. Um colega que eu não vou mencionar, no Egito, surtou, teve um ataque de pânico, a gente passou por um momento difícil, que a gente precisou fugir do hotel. Rolou uma união dos colegas brasileiros... “Vamos embora, vamos embora, vamos embora...” E aí a gente se juntou. Tive que pedir permissão para o meu jornal, que é meio chato com essas coisas, não pode misturar.. não pode

isso, não pode aquilo... Essa viagem do Luiz Antônio (Luiz Antônio Araujo, editor de Zero Hora). Quando o carro se prendeu, fomos cercados pelos caras do Mubarak, com facão batendo no carro, batendo no carro, os caras histéricos. O colega pirou, surtou, começou a gritar, gritar, gritar... E eu tive que chamar a atenção dele, o cara ficou indignado, nunca mais falou comigo. Mas... E foi embora, pediu para ir embora. Mas assim... O cara é um repórter fora de série, muito bom no que ele faz, mas ali não era a dele. Da mesma maneira que, se tu me mandar cobrir títulos da dívida, eu vou ficar perdido, porque também não é a minha.

Lopes – Samy, e a tua cobertura na Líbia, o que tu destacas na tua cobertura. E em que tu te diferenciaste em relação a outros colegas?

Adghirni - É muito difícil saber isso porque tu nunca sabes, nunca dá para saber o que todo mundo fez. Às vezes tu achas que foi o primeiro a fazer isso, aquilo, mas aí, pô... Quem disse que um jornalista romeno não chegou antes de ti? Só que o cara escreveu na Romênia e tu nunca vais saber. Eu tenho muita cautela com essas coisas de “fui o primeiro a fazer isso, o primeiro a fazer aquilo”. Mas eu fui três vezes à Líbia e foram três momentos muito diferentes. Muuuito diferentes. A primeira vez foi essa em Nalut, que foi uma coisa que tu fizeste, que também passaste pelo deserto, né?

Lopes – Sim.

Adghirni - Tu não passaste pela fronteira... Então, se tu parar para pensar, é uma coisa absolutamente irresponsável, uma coisa... Imagina se tu tivesse um filho e teu filho fizesse isso? Tu tens filho?

Lopes – Não tenho.

Adghirni – Pois é, eu também não. A chance de dar merda é muito grande, cara. Muito grande. Olha o Andrei. O Andrei se ralou nessa. O Andrei foi na confiança. Está dando certo. Ele estava com um cara que, porra, fala árabe fluente, conhece a área, não tem quem não ia se sentir confiante. A outra vez foi no dia seguinte ao início dos bombardeios da Otan em Benghazi, foi a vez mais longa. Isso foi muito marcante também porque era um risco muito louco, porque ali era o front todo dia. Front. Front. Front. Todo dia. Front avançando, recuando. Acho que o momento mais tenso foi, nós estávamos nas dunas, com o Apu, o fotógrafo, e observando as posições do Kadafi, estava uma tarde meio modorrenta, não estava acontecendo nada. E os caras começaram a atacar. E começou a voar mísseis. Você ouvia o apito... míssil, morteiro. Daí todo mundo saiu correndo, na areia tu não consegues correr direito. E aí quando nós

estávamos entrando no carro, um foguete katiusha bateu e parou a dois metros do carro. E não explodiu. O motorista ficou nervoso, eu também fiquei muito nervoso. Mas eu, nessas horas, é um nervosismo interno. Eu não falo, não externo. Foi muito, muito, muito pesado. E a terceira vez foi a queda de Trípoli. Que foi outro tipo de risco porque é uma cidade muito cheia de armadilhas, aparentemente tomada, mas cheia de franco-atiradores, algumas bombas escondidas. A população... Kadafi tinha muito apoio em Trípoli, as pessoas ainda estavam lá, achavam que poderia ter uma volta, tinha pessoas que atiravam da janela de casa. Tu falavas com alguém, tu não sabias quem era. Foi uma coisa muito tensa, atiraram no nosso carro. Não sei... Eu acho que ter entrado rapidamente em Trípoli é uma coisa que me deixa contente. Pô, a gente vinha do Brasil, o Apu e eu, ou seja, competindo com gente que vinha de muito mais perto, muito mais perto. Mesmo assim, entramos rápido. Não sei te dizer se nós estivemos entre os cinco primeiros, os 10 primeiros ou os 40 primeiros. Mas entramos rápido em Trípoli. Então, nós tínhamos o “enviado especial a Trípoli” no jornal antes de muita gente. Isso foi legal. Visitar o manicômio de Benghazi no meio da guerra, isso foi uma matéria importante. Nós descobrimos que pessoas estavam ficando loucas com a guerra. O diretor do hospital não quis falar, aí uma enfermeira, e o fato de eu falar algo de árabe ajuda muito, né? Uma enfermeira puxou assim e falou: “O que o diretor está falando não é verdade”. Ela falou: “Vem cá”. Levou a gente para uma sala e tinha um monte de gente simplesmente surtada. Claro, tinham uma pré-disposição... mas tinha gente amarrada, e aí fomos também na ala desse hospital onde o Kadafi botava os presos políticos. Dizia: “Tu és louco, vai para o manicômio”. Então, paredes pintadas... Nós entramos rapidamente também – não sei se tivemos entre os cinco ou 10 primeiros – na prisão de Abu Salim, em Trípoli, a masmorra do Kadafi... Enfim... Não vou ficar mencionando as matérias. Mas, realmente, foi um conflito que eu cobri em épocas muito diferentes e lamento muito ter abandonado essa cobertura. Queria muito ter visto como estão as coisas.

Lopes – E com relação às fontes na guerra. A relação do jornalista com as fontes e se tu adotas alguma prática para garantir que o entrevistado não está mentindo ou te usando para propagar o interesse dele ou a ideologia dele?

Adghirni – Olha, que o cara está te usando... ele está te usando. Tem que aceitar isso. Tem que aceitar essa premissa. Principalmente em uma guerra, onde, como eu disse, ambiente é muito carregado de emoção, e as pessoas têm ali necessidades comunicacionais muito urgentes... A única razão pela qual um combatente vai parar para conversar contigo é porque ele tem um interesse. Então, tu tens de incorporar isso e dar um golpe de jiu-jitsu para usar isso a teu favor. Agora, eu acho que isso não é o mais difícil. O mais difícil é a veracidade do que as pessoas

estão falando. Isso é uma das coisas mais difíceis. Porque aí o rebelde convoca os jornalistas, convoca uma coletiva e diz assim: “Nós conquistamos tal cidade”. Como é que tu vais saber se o cara está falando a verdade? Não adianta tu ir lá, achei uma internet, vou ver as notícias do Google... Tem coisa que não dá para ver no Google. É a cidade que está ali, a 40 quilômetros, numa aldeia que nem está no mapa, mas que fica em uma zona estratégica porque fica perto do aeroporto militar e eles dizem: “Ah, nós tomamos esse lugar”. Como é que tu vai saber isso? Isso é muito complicado. Agora, são as únicas fontes que tu tens muitas vezes na guerra. Então, tu tens que achar um jeito de formular isso da maneira mais cautelosa possível. E tentar ver na medida do possível se é verificável. Então, pergunta para colegas. Mesmo tu estando em uma guerra, tu tens de ver o noticiário. Tens que saber o que está acontecendo no geral. Tens de ter uma noção do que está acontecendo. Aí, claro... Por isso, eu insisto: não dá para tu mandar para uma guerra alguém que simplesmente é um bom repórter de cidade, porque ele já viu um morto. O cara tem que conhecer broad picture, a imagem. Ele tem que ter uma noção do mapa, tem que ter uma noção da história, quem é quem, a composição étnica, alguma noção de religião. Ele não precisa saber qual é o ritual do Islã norte-africano, mas ele tem que se situar: xiita, sunita, a Argélia faz fronteira com a Líbia e com a Tunísia, mas a Argélia não faz fronteira com o Egito. Essas coisas ele tem que ter em mente. Então, se tu tens o mínimo de conhecimento, tu vês o noticiário, tu conversa com colegas, isso às vezes ajuda a ter uma noção do que a fonte está te dizendo. E tem a coisa mais institucional, que é uma coisa mais opressora, que são os governos. Uma das viagens mais difíceis que eu fiz foi quando eu fui a Damasco, no final de 2012, com um visto, ou seja para cobrir o conflito pelo lado do governo. Porra, só que é o governo do Bashar (Bashar al-Assad, presidente sírio), que é sanguinário, sanguinário. Não sou anti-Bashar, não acho que tem que cair. Os rebeldes não são melhores. Mas o Bashar é barra pesada, eu estou na mão desses caras. Eles sabem o hotel em que eu estou, eles querem colocar alguém na minha cola, tem que pagar o cara para ir lá me pegar, tenho que dizer: “Não, eu tenho amigos aqui”. Tem que inventar uma história. Onde tu vais tem controle policial, tem que ter permissão, e aí tu consegues permissão para falar com um comandante militar de uma área x da fronteira com o Líbano. Essa cara a gente vê na cara dele que ele matou gente hoje de manhã. Então a gente diz: “Então, como é que é?”. “Nós vamos ganhar a guerra. Bashar é nosso campeão.” Ai, tu diz: “Sim comandante, mas os seus homens têm tido muita baixa aí nas suas fileiras? Os rebeldes ainda controlam a parte oeste da cidade, né?” “Não, isso aí é mentira. Nós vamos ganhar a guerra”. Sabe? Mas olha... um bom editor ajuda. Por que tu estás ali, no meio do negócio, mergulhado, com 1 milhão de coisas pra te preocupar, desde a tua própria sobrevivência até onde tu vais estar amanhã, qual pauta tu vais fazer depois de amanhã, ah, o

teu fixer sumiu, tu estás ficando sem grana... Tanta coisa pra pensar que às vezes tu não consegue botar a cabeça pra fora d'água. Então, é imprescindível que tu tenhas alguém bom na base, que te diga: “Não, peraí, é por aí, é por aqui, ah... mas isso que tu estás falando é importante porque a CNN está dizendo isso”. Aí você fala: “Pô, legal, isso faz mais sentido, ou o que o cara está me falando tem sentido...” Então é um trabalho que tem que ser articulado. Muitas vezes, o trabalho de enviado especial é um trabalho solitário. Mas tu trabalhas para uma publicação, e essa dinâmica tem que ser útil. O fotógrafo também pode trazer muita coisa. O fotógrafo tem muito a leitura gráfica, a leitura visual da coisa.

Lopes - E a tecnologia, como ela influencia a prática na guerra? A tua prática, do repórter?

Adghirni - A tecnologia ajuda muito, né, cara? Mas também atrapalha. É uma resposta meio clichê que eu estou te dando. O fato de tu ter um negocinho desses (mostra um smartphone), que tu podes tirar foto de tudo, que tu podes filmar qualquer coisa em qualquer lugar, é fantástico. Com esse mesmo aqui, velho de guerra, literalmente, eu fui embeded com o exército sírio. Pô, é uma coisa muito difícil de conseguir. Cheguei lá, eu ia ver uma região meio conflituosa, das tropas do Bashar, em um momento muito difícil, que o Bashar – tirando 2009, foi um dos momentos mais difíceis para o Bashar, o cara estava quase caindo, aí a Rússia e o Irã resolveram ajudar, e o cara ficou mais tranquilo. Daí quando eu falei: “Cara, eu preciso registrar isso visualmente, eu preciso filmar isso.” Um iPhonezinho e acabou ficando muito legal. A tecnologia... Eu não sei como é que as pessoas trabalhavam antigamente. Teve momentos, mais uma vez na Líbia, em que não tinha celular, não tinha internet assim nenhuma, zero. Mas a Folha, época de vacas gordas, que saudade dessa época, ela te dava o begam, que é o tijolinho que te dá a conexão satélite de qualquer lugar do mundo: R\$ 40 o minuto. Mas essa parada funciona, funciona mesmo. Pode telefonar e tu tens uma internet boa, uma internet ótima. Então, muita gente, principalmente os frilas, as pessoas que trabalhavam em condições mais precárias, pediam pra gente ajudar, e a gente ajudava... “Não, podes mandar tua matéria daqui e tal...”. Agora, por outro lado, a tecnologia também cria ruído, porque tu estás ali, fazendo teu trabalho e, daqui a pouco algum maluco anuncia no Twitter que tal cidade caiu. “Peraí, cara, como assim? Quem é esse cara?” Falam: “Ah, ele é um blogueiro famoso”. Porra, meu, mas é jornalista? “Não, é um blogueiro. Um conhecido dos rebeldes.” E daí, como é que faz? Às vezes é verdade, mas às vezes não é. Só que o grau de poluição nas redes sociais é muito grande, cara. Então, a tecnologia ela exige que tu tenhas muita serenidade. Numa dessas, cara, na Líbia, alguém anunciou que Sirte tinha caído. Cara, todos os jornalistas no meio da

noite levantaram, pegaram suas coisas, “vamos para Sirte, vamos para Sirte”. Eu acordei, falei, cara, vamos ou não vamos? Eu olhei pra grana... Falei: “Cara, não dá pra ir”. Sirte fica 800 quilômetros daqui, nós vamos chegar depois de amanhã. “Não dá pra ir”. Então, fizemos uma aposta: “Não vamos”. E, por sorte, mas aí é cagada, era mentira. Sirte não tinha caído coisa nenhuma. Os caras fizeram 400 quilômetros, tiveram que voltar.

Lopes - A questão de censura, tu testemunhaste ou foste vítima de algum episódio de censura? Ou de autocensura por questão do conflito na Líbia?

Adghirni - Não, na Líbia não. Mas não sei se outros casos te interessam... Mas tenho um exemplo de Síria. Não sei se te interessa.

Lopes - Sim, pode falar.

Adghirni - Na Síria, é o seguinte: eu fui... Não sei se tu lembra, em 2011, tinha um guri que fazia frila para a Folha em Damasco, Germano Assad. Ele achava que não assinando matéria, ele ia ficar tranqüilo. Mandava matéria, a Folha publicava... “Pô, estamos com alguém em Damasco...” É lógico que o guri foi preso. Um guri de vinte e poucos anos. Foi preso, passou um tempo preso. Aí o Itamaraty, não sei o que... a Síria soltou falou: “Vai te embora daqui”. A Folha já ficou assim... Aí, Marcelo Ninio fez um vídeo uma vez, muito punk, os primeiros protestos em Damasco, de alguém tomando tiro no pescoço. O Ninio é terrível. E essa pessoa morreu na frente, filmado pelo iPhone, mais uma vez a tecnologia, então o governo sírio já estava super escaldado com Folha. E eu queria ir para a Síria, eu estava no Irã, falei: “Preciso usar esse argumento, que eu estou no Irã.. parar”. No Irã, não saía. Aí eu fui para São Paulo e, em São Paulo eu consegui o visto. Com o cônsul. O cônsul falou: “Olha vou te dar, confiança”. Ta eu cheguei, superenquadrado, não sei o que... tive que me apresentar, o ministério papapá. papapa. Falei: “Olha pessoal eu preciso, eu quero uma autorização de viagem, quero ir para uma aldeia do Bashar, o coração dos alauítas”. O governo pensou... pensou... falou está aqui, autorização. Eu fui com um motorista e com um francês, que era meu tradutor, um francês muito esquisito. Morava lá tinha alguns contatos. Só que no caminho, quase chegando, os caras ligam. O governo liga para o celular do francês. Falou assim: “Que porra é essa? O que esse teu jornalista está escrevendo?” O que eu tinha escrito? Eu tinha escrito o de sempre. Há controvérsias sobre isso. A Folha chama o Bashar de ditador. Eu não tinha colocado “ditador”. Mas, na edição, alguém colocou “ditador”. E os caras sempre souberam que a Folha chamava o Bashar de ditador. Mas eles acharam... sei lá que eu ia chegar lá e ia mudar as coisas. Aí os caras falaram assim: “Está cancelada a sua permissão e você precisa estar aqui no meu escritório

amanhã às 8h da manhã”. Estávamos a 200 quilômetros de Damasco, de noite, de carro... eu falei: “Cara, não acredito, nós vamos ter de voltar... é o jeito”. Então eu voltei. E eu tinha uma entrevista com o Bashar, cara. Que ia rolar... Os caras chegam e falam. Eu pedi, mas sem muita convicção. Aí quando me deram o visto falam assim ó: “Traz o terno porque talvez role”. Então assim, putz, voltar para Damasco, 200 quilômetros, zona de guerra, que é essa estrada que se fala muito da estrada de Homs, cheguei lá os caras falam: “A gente só não te expulsa porque tu és brasileiro. Mas não conte com a gente pra nada, se vira, tipo... morra... Problema seu”. Você não tem autorização para sair de Damasco, você não vai ter entrevista com o presidente... Então, assim... porra, como é que tu trabalha num ambiente assim? Então, isso é um caso claro de censura que leva a uma auto-censura também. Não tem como dizer que não.

Lopes - E a questão do embedded? Que, de certa forma tu já estiveste com os dois lados: com o governo e com rebeldes. Focando nos rebeldes, que é o caso da Líbia, o fato de tu teres estado com os rebeldes compromete a tua prática jornalística?

Adghinri - Pode comprometer, a chance de comprometer é muito grande. Então, tu tens de fazer um esforço proporcional de autocrítica, de distanciamento crítico do teu trabalho, tens de ter noção, tens de pensar o tempo inteiro: “O que que eu tô fazendo? O que que eu vou dizer na minha matéria? Como é que eu vou fazer para não embarcar na dos caras, emocionalmente?” Tu podes contar: “Olha, o avanço rebelde chegou até tal cidade... apos combate, eles dominaram o vilarejo. Porra, isso aí é um fato, beleza, é relativamente fácil de comprovar. Os caras se instalam, tiram a bandeira do Kadafi, tu viu isso, beleza, isso tu consegue comprovar. Ainda há focos de tensão na cidade, fine. Agora, tanto na qualidade da informação quanto no tom geral, isso tu tens de fazer um esforço constante, principalmente num caso como esse, que... como é que tu não vais criar empatia com os rebeldes, que são principalmente no início, depois foram mudando, principalmente no início, que era uma coisa muito espontânea, pô, tinha cara lá com bastão, com chinelo na mão, vamos lá... E pô... Kadafi era um cara sanguinário, completamente louco, cheirador de cocaína, estuprador de guriasinha, tudo o que tu podes imaginar. E, aí, esse pessoal resolve seguir a história romântica da Tunísia e do Egito, e resolve dar um jeito no cara. É muito difícil não torcer para os caras, né? Aí, de repente, tu vê o carro indo fazer uma operação com cinco caras, cinco combatentes, e voltam três. Dois morreram. Assim, na tua frente. Caralho, morreram!!! Os caras estão chorando ali, desesperados. Muito difícil não criar empatia. As aspas, né? Como tu usas as aspas do cara? O cara te fala assim: “Está tudo pronto, nós vamos atacar amanhã Trípoli, nós vamos matar o Kadafi”. Peraí, não vou usar aspas dessas.

Tem que ser responsável. Minha mãe sempre diz: “O verdadeiro poder do jornalista é poder escolher as aspas que ele quer botar no jornal.” Mas acho que dá para fazer esse esforço de autocrítica e de distanciamento. Mas aí, no final, nas etapas seguintes da guerra, os rebeldes foram ficando mais cínicos, menos amigáveis... O que era realmente espontâneo, os caras ficaram mais aguerridos, os desertores, as forças armadas. Por que os rebeldes eram bonzinhos? Porque eles esperavam que, através da imprensa, se mobilizasse as opiniões públicas, que as opiniões públicas pressionassem os governos e que os governos dessem um jeito no Kadafi. Só que isso demorou a acontecer. Os bombardeios da Otan foram coisas meio... Ok beleza, mas não derrubou o Kadafi. Demorou muito tempo até o Kadafi cair. Daí os caras começaram a ficar impacientes e, como supostamente, nós éramos a faixa externa, o interlocutor, eles começaram a ficar agressivos. E, como brasileiro, foi uma das únicas vezes em que eu fui hostilizado por ser brasileiro. A gente acha que brasileiro sempre é bem recebido. Isso não é verdade. O caso da Líbia teve momento em que tu tive que dizer que eu era francês porque o Brasil era claramente visto como pró-Kadafi. Tem rebelde que falou: “No meu carro tu não vais”. Nesse mesmo posto de fronteira onde tu perdeu o teu cartãozinho⁶⁰, na terceira vez, a gente queria, a gente estava largado, queria passar para o outro lado, ninguém dava carona, os caras do posto de fronteira não deixara a gente passar a pé. A gente pedia carona. Muitas pessoas passavam, perguntavam: “De que país, de que país? Brasil? Não...” Então, enfim... eu insisto nisso: tu tens que estar sempre calculando. O teu software interno tem que estar sempre fazendo mil cálculos para tu produzir um trabalho de qualidade, preciso, sóbrio e tu te manter vivo.

Lopes - A última pergunta é: transcendendo a tua cobertura. Tu achas que teu trabalho ajuda? Como repórter que atuou na zona de conflito na Líbia ajudou alguma coisa alem da reportagem em si, do jornalismo em si? Ganha um caráter social mais amplo? O teu trabalho como repórter em zona de conflito ajuda a amenizar os dramas do mundo? Tem alguma parte de transcendência social que tu vês no teu trabalho na zona de guerra?

Adghirni - A visão romântica diz que sim, né? Mas a visão cínica diz que não. O que eu acho é o seguinte. Na verdade, o que tu está me perguntando é, na minha interpretação, é: se vale a pena fazer isso, fazer tudo isso. E eu digo que sim, claro que vale a pena. Porque o teu esforço ali é parte de um trabalho de formiguinha feito por vários jornalistas de vários veículos, de

⁶⁰ Este pesquisador, na qualidade de repórter, em 2011, durante a cobertura da guerra perdeu o crachá de identificação de jornalista em um posto de fronteira entre a Líbia e a Tunísia. O documento foi entregue ao jornalista Samy Adghirni por um guarda local. O jornalista da Folha de S. Paulo enviou o mesmo, por correspondência, para Porto Alegre, fazendo-o chegar ao destinatário.

vários países, que, juntos, conseguem ajudar a contar o que está acontecendo. E é imprescindível que se conte o que está acontecendo. A situação do Estado Islâmico é ainda mais grave porque ninguém conta o que está acontecendo. É uma matriz comunicacional unilateral o que está acontecendo. Mosul é uma cidade grande. Mosul é muito grande. Mas quem está em Mosul contando? Tem uma ou outra pessoa que consegue acessar internet, que conta uma coisa, algum jornalista, muito pouco, ou o que o próprio Estado Islâmico divulga. Mas eles não divulgam nem a metade. Então, é lamentável. Então, se eu como jornalista brasileiro, tupiniquim, de um jornal x, que ninguém nunca ouviu falar fora do Brasil, se eu conseguir estar em Mosul, pô, todo mundo ia ler minha história. Pô, o cara é brasileiro, foi pra Mosul contar o que está acontecendo. Mas, mesmo que eu esteja em outra cobertura, onde tenha vários outros jornalistas, tu precisas estar lá. É bom ter o olhar brasileiro, olhar próprio, tu não ficar refém das agências de notícias. Não ficar refém do copyright que o teu jornal paga para o The New York Times para poder publicar. É legal, a matéria do The New York Times às vezes vai ser melhor que a tua, muitas vezes vai ser melhor que a tua porque os caras tem mais gente, tem mais recurso, recurso é fundamental, cara, não adianta, tu não vais competir com a Reuters, que tem 50 pessoas cobrindo o conflito. E tu está tu e um fotógrafo e às vezes um fixer. Mas tem que fazer isso. Porque o Brasil é um país importante, o Brasil, no campo internacional, é uma voz que é ouvida. Naqueles anos, tinha um fator que as pessoas esquecem é que o Brasil estava no Conselho de Segurança da ONU. Então, a pressão era maior. Havia uma expectativa em relação à opinião do Brasil no campo diplomático. E, do ponto de vista da opinião pública... Mas aí já é um debate filosófico, mas eu acho que é importante, as condições de vida material dos brasileiros melhoraram nos últimos anos. Alguns dizem que foi o Lula (Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente brasileiro), outros dizem que veio do FH (Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente brasileiro), não importa... O fato, materialmente, as condições de vida dos brasileiros melhoraram, e isso criou e deu espaço para outro tipo de anseios. Então, o brasileiro consome mais notícia. Muita gente que não consumia notícia, passou a consumir notícia. Muita gente que não estudava passou a estudar. E quem vai para uma universidade, mesmo que seja uma universidade chinfrin, nos confins do Estado x, tem mais tendência a ter interesse no noticiário, inclusive no noticiário internacional, que é o patinho feio do jornalismo brasileiro, queira-se ou não. Então, se tu brindas o teu assinante com uma reportagem especial em Damasco ou em Bagdá ou em Trípoli, tu está ajudando a amadurecer a opinião pública brasileira. Tu estás ajudando a fortalecer, de alguma maneira, uma consciência mais internacional do brasileiro, que ainda é um tipo provinciano. O Brasil ainda é um país muito pouco cosmopolita. Tirando alguns focos de São Paulo, o Brasil todo é provinciano. Porto

Alegre, Brasília, Rio de Janeiro têm uma mentalidade provinciana. Mas a gente tem que continuar esse esforço, então eu fico preocupado que a crise atual do jornalismo tenha deixado as redações mais conservadoras. As pessoas estão viajando menos. A Folha está viajando menos, todo mundo está viajando menos. Cara, nessa época, que nós estivemos na Líbia, em Nalut, não sei se tu lembras, pô.. tinha SBT cobrindo o conflito, não sei qual jornal do interior de Santa Catarina cobrindo. Eu falava: “Caralho... olha que legal, eu achava isso fantástico!”

Lopes – Naquela época, no Cairo, em que tu estavas lá, com o Luiz, com colegas da Agência Brasil, que também foram atingido, estava todo mundo lá... SBT., acho que Band também..

Adghirni - É, todo mundo, Record, SBT, Band, então isso é muito legal. Tu vias, era um assunto muito presente no noticiário brasileiro. E muita gente... Claro, não estou falando do interior do Ceará, mas havia um interesse tão grande, que até programas de TV que, supostamente, não estão voltados a isso começaram a discutir essas questões. Esses programas de... Eu estou fora do Brasil há muito tempo, mas programas da Globo, de mulherzinha conversando, de repente estavam falando da guerra na Líbia. E uma coisa que sempre me traz uma lembrança muito boa é que alguém uma vez me contou, me mandou uma carta pra dizer que a minha matéria da Líbia tinha sido estudada em um colégio do interior de São Paulo. As crianças tinham debatido a matéria, as crianças tinham... Aí a professora tinha feito um trabalho... Pô, cara, que coisa mais sensacional. Se fosse só isso já valeria a pena. Então é um trabalho de formiguinha, vai ser muito difícil de medir, uma coisa social... Não tem como saber, mas acho que a gente tem que acreditar que serve pra alguma coisa.

Lopes – Muito obrigado.

APÊNDICE C – ENTREVISTA COM DEBORAH BERLINCK



Deborah Berlinck

*Nascida no Rio de Janeiro, onde formou-se em Comunicação na antiga Faculdade da Cidade, a jornalista Deborah Berlinck é mestre em Relações Internacionais pelo Graduate Institute for International and Development Studies, em Genebra (Suíça), pós-graduação certificada pela Universidade de Maryland (EUA). É co-autora de dois livros, *Désirs de France* e *Fuelling the Flames: Brokers and Transport Agents in the Illicit Arms Trade in Small Arms Survey*. À época da Guerra da Líbia, era correspondente em Genebra do jornal *O Globo*. Foi enviada especial ao conflito em 2011. Hoje, trabalha como jornalista independente.*

Data: 25/7/2015

Rodrigo Lopes – A minha primeira pergunta é por que tu escolheste o jornalismo e como tu foste parar aí em Genebra?

Deborah Berlinck - Na realidade, eu comecei com a ideia de ser publicitária. Comecei a faculdade de comunicação com a ideia de me tornar publicitária e, no curso dos estudos, comecei a encontrar jornalistas, alguns de meus professores tinham passado por jornal, tenho uma prima jornalista também.

Lopes – Pô, eu também (risos).

Berlinck – Você também? Comecei a me interessar pelo jornalismo até que em um dado momento *O Globo* abriu vaga para estagiários, e eu resolvi tentar. E foi lá realmente que eu vi, que o jornalismo me despertou. Foi realmente saindo em campo no Rio de Janeiro, até eu, como carioca, vindo da classe média, nunca tinha oportunidade de conhecer esse lado do Rio de Janeiro, as favelas, os subúrbios, pra mim, o jornalismo foi um despertar como pessoa: nossa, eu vivi aqui a minha vida inteira, no Rio de Janeiro, diante de uma favela, não conheço esta

realidade. Foi o jornalismo que me abriu todas as portas para conhecer inclusive uma realidade que estava do meu lado e que eu nunca conhecia. Então, de repente, aquele porteiro que trabalha no prédio da minha mãe, que morava em uma favela, a empregada que trabalhava e que morava no subúrbio, comecei a conhecer a realidade dessas pessoas que conviveram comigo desde pequena. E foi... realmente o jornalismo, pra mim, sempre foi uma grande escola de vida, acima de qualquer coisa.

Lopes - E a ida para a Europa?

Berlinck - A ida para a Europa não teve uma explicação glamourosa em termos jornalísticos. Na realidade, eu comecei como repórter no Rio de Janeiro, cobrindo tudo relacionado à cidade, incluindo favelas, vi meu primeiro morto na minha vida, esse tipo de coisa, assassinatos, toda aquela realidade que alguém de classe média não via, né? E de lá fui convidada para ser repórter de política, então foi interessante porque eu tive uma escola de jornalismo durante os três anos no Rio de Janeiro, uma escola de vida. O dia a dia das pessoas no Rio de Janeiro, dos pobres no Rio de Janeiro, dia a dia da violência. Como repórter de política em Brasília, eu tive um complemento muito interessante profissional, que hoje, inclusive, aconselho vários jornalistas a fazerem essa etapa: que foi ver o centro decisório do país, todas as decisões que eram feitas, os lobbies, eu cobri o Congresso Nacional, e ali foi muito interessante, eu vi a influência, os três poderes, como eles operam, etc. E como eu vinha do Rio de Janeiro, eu tinha uma experiência de rua, eu sabia os efeitos dessas políticas no Rio de Janeiro. Então, pra mim, foi muito interessante, a experiência de Brasília como repórter de política durante a Constituinte, ou seja durante a elaboração da atual Constituição do Brasil, onde eu pude ver todos os lobbies operando. Cobri o Palácio do Planalto também, e aí eu conheci o meu futuro marido, que era um jovem economista... nada a ver com jornalista, que começava a sua carreira na ONU por Brasília. De lá, ele teve uma oportunidade para ir para Nova York. Eu era repórter do Jornal do Brasil na época em que era o jornal mais influente do Brasil nessa época, isso foi bem antes de falir. Era o jornal que ganhava todos os prêmios, era maravilhoso. Eu tive uma experiência no Itamaraty, já visando porque a gente sabia que ia sair fora do país. E eu disse: “E aí, o que que eu faço? Eu podia ir como frila para Nova York, foi para onde a gente foi, mas eu sentia que a faculdade de jornalismo no Brasil, e em especial a faculdade que eu fiz, no Rio de Janeiro, deixava muitíssimo a desejar para as minhas ambições de ser correspondente internacional. Ali eu já queria ser correspondente internacional. Porque eu sabia que eu ia ter uma carreira fora com meu marido. Então, ali eu fiz o meu primeiro passo acadêmico, que eu aconselho a todos os jornalistas. Eu ganhei uma bolsa da Fundação Ford, e fui estudar o processo de decisão do

governo americano, em Washington, que era um programa que eles chamam de mid-career program, são sete meses em que terminava com uma minitese. Na época, eu fiz sobre o Brady Plan, que era o plano de solução do grande problema época, que era a crise da dívida dos países latino-americanos. O México quebrou, você talvez seja muito jovem para isso... Foi o grande tema, se você estudar economia hoje, vai ver que foi uma época marcante na economia brasileira, latino-americana, foi uma época em que quase todos os países quebraram, começando pelo México, o Brasil hiperendividado...

Lopes – Não era na época do que se chamava efeito tequila?

Berlinck – Não, foi antes. Foi o seguinte: durante toda a ditadura, aí eu era muito jovem pra isso, mas isso foi em função dos estudos, pra você não achar que eu sou tão velha... Durante toda a ditadura, o Brasil teve um efeito Índia atual, chegou a crescimento de 12%, 13%, nos anos 1970. Foi a época de ouro do Brasil, aí veio a primeira grande crise do petróleo, 1972, e a segunda crise do petróleo ocorreu em 1979. Foi na segunda crise do petróleo onde vários países da América Latina, que estavam altamente endividados, que nessa época tomavam muitos empréstimos dos bancos estrangeiros, quebraram. E, nessa época, a crise foi tão grande, foi o equivalente à crise de 2008 nos EUA. Foi tão grande que se esses países não pagassem a dívida, vários grandes bancos, inclusive o Citibank, quebrariam. Entendeu? Foi formado na época um clube de devedores, um clube de Paris, de Washington, então isso aí influenciou muito a política americana, e eu fiz todo um estudo sobre isso.

Lopes – Teu trabalho final...

Berlinck – Em cima disso aí. Aí, de lá, a gente veio para Genebra mais por causa do meu meu ex-marido... que hoje é ex...

Lopes – Porque a sede da ONU na Europa é em Genebra...

Berlinck – Exatamente. A gente veio porque, na realidade, ele era um economista especializado, é um economista especializado em meio ambiente, e acompanhava todas essas grandes negociações de mudanças climáticas. Aí a gente veio para Genebra. Genebra não é um posto que os jornais gostem, com exceção do Estado de S. Paulo, com Jamil Chade, nenhum jornal gosta de Genebra. Genebra, para mim, foi um grande desafio porque eu tive de cavar o meu espaço. De novo, cheguei em Genebra e resolvi também estudar de novo. Consegui uma outra bolsa, só que, desta vez, para jornalista, é uma fundação que foi muito conhecida, chamada Fundação Jornalistas na Europa, baseada em Paris. Éramos 30 jornalistas do mundo, e aí, só

estou te explicando isso, porque aí que eu tive a minha, resolvi testar, abrir meu espaço, dizendo o seguinte: “Bem, o que eu vou fazer de diferente, que ninguém fez ainda? Guerra... Vou nos lugares mais perigosos, que é a forma de eu abrir espaço com o O Globo”. Porque haviam vários frilas... Nesse meio tempo, o JB quebrou, não podiamais contar com o JB, então eu estava tentando abrir um espaço com o O Globo, e consegui esta bolsa, em parte com o apoio do O Globo, embora eu não fosse funcionária. Fiz um deal com um dos Marinho, eu tive a cara de pau de escrever diretamente para ele. E fiz um deal com ele e disse pra ele: “Eu vou fazer isso aí, vou me emburacar nos piores lugares e tenho o compromisso de escrever tudo pra vocês, de aproveitar todo o material pra vocês”. Mas eu preciso de apoio, uma parte da bolsa foi paga pelo O Globo. Foi lá que eu me testei como repórter. Nós tínhamos quatro grandes projetos de reportagem para fazer durante essa bolsa. Uma parte da bolsa era estudos europeus, e outra parte era prática, como jornalista. Lá que eu fiz, foi realmente sensacional, a primeira guerra, a Guerra da Bósnia. Fiz Máfia em Moscou, portanto, início dos anos 1990, tão logo depois da queda dos comunistas, foi uma época fascinante na minha vida. Acompanhei o Oman, uma tropa de elite que existia ainda na época dos comunistas, a tropa mais temida russa. Acompanhei esses Oman nos subúrbios de Moscou, para combate à Máfia. Fiz a Albânia, foi um dos lugares mais incríveis que eu fiz. Porque a Albânia ficou fechada durante o comunismo, durante muitos anos, inclusive uma parte da esquerda brasileira idealizava a Albânia como um paraíso na Terra. E o que eu vi na Albânia foi indescritível, em termos de reportagem foi uma experiência sensacional. Aí fiz tudo, fiz Kosovo, cruzei a Macedônia em um ônibus de dissidentes.

Lopes – E foi nesse momento em que o império soviético se diluía, né?

Berlinck - Foi realmente uma experiência fantástica, abriu meu espaço com O Globo, foi ali que comecei a abrir.

Lopes – Tu estavas falando sobre isso, e eu vou aproveitar para engatar uma pergunta que é: o jornalista se torna correspondente de guerra em que momento? Aprende-se a ser correspondente de guerra?

Berlinck – Olha, eu acho que não é qualquer que pode ser um correspondente de guerra. Eu nem me considero uma correspondente de guerra, porque o verdadeiro correspondente de guerra é o cara que praticamente só faz isso. Ele sai de um conflito e vai para outro. Eu acho que além da curiosidade histórica que eu tenho, eu tenho uma formação que vou te falar depois, depois de tudo fiz um mestrado em Relações Internacionais... Além da curiosidade histórica, eu sou meio kamikaze. Eu acho que é preciso ter um pouco desse tino para ser correspondente

de guerra. Por exemplo: nesse estágio que fiz em Paris, éramos 30 jornalistas de várias partes do mundo, e ali você vê... Uma das minhas melhores amigas, inglesa, uma superprodutora da BBC, esse não era o barato dela. Todo o projeto dela eram coisas tipo os novos cozinheiros da França, entendeu? Ela é uma superjornalista, mas é um outro tipo de jornalismo. Guerra não é com ela. Alguns dos projetos, eu fui à Bósnia, por exemplo, com uma irlandesa que, depois, ganhou um prêmio de Mulher do Ano na Irlanda, porque ela descobriu, ela voltou à Bósnia depois, com a televisão irlandesa, e ela descobriu uma dessas fossas comuns, um desses massacres sérvios. Um ano depois o material dela foi usado no Tribunal Internacional.

Lopes – De Haia, sim...

Berlinck – É, então é um tipo de jornalismo, um tipo de jornalista, tem que ter um pouco vontade de um certo risco, não é qualquer um que pode fazer. Realmente, eu acho que não é qualquer um que pode fazer.

Lopes – Entrando um pouquinho na questão da Líbia e da prática no campo. É diferente fazer jornalismo local e fazer jornalismo de guerra? E como o ambiente influencia a tua prática?

Berlinck - Ali, não sei se todo mundo concorda em relação a isso. Se você analisar o meu material da Líbia e comparar com outros, você vai ver que fiz um jornalismo... pra mim o que mais me interessava na Líbia, mais do que ir para o front e dizer: “Avançou isso, avançou aquilo”, que é o que todas as agências tinham... A minha grande curiosidade em relação à Líbia era o seguinte: a Líbia ficou fechada durante 42 anos. Todo mundo conhece, quer dizer todo mundo que segue relações internacionais ou que tem uma curiosidade em relação a essa parte do mundo, conhecia o personagem Kadafi. A minha curiosidade era saber como vivem os líbios, o que é este país, era um mistério total. Ninguém sabia como se vivia na Líbia, quem eram os líbios, como se vivia durante 42 anos com um cara que era doido. Kadafi era doido. O tipo de cobertura que fiz durante a guerra, pra mim, interessava quando eu passava por um checkpoint, pra mim interessava a história por trás do cara que estava lutando. Quem era esse cara? Por que ele estava ali? O que ele fazia antes? Como era a vida dele antes? E qual era o sonho dele, depois de uma eventual queda do Kadafi? Fiz muito jornalismo, apliquei muito a reportagem que eu fazia de campo no Rio de Janeiro, no início do meu jornalismo, apliquei na guerra. O Globo me deu um prêmio na época, eu acho que é diferente. Ou você é uma BBC da vida, você está acompanhando a guerra no dia a dia, você está dizendo: “A tropa avançou aqui, avançou ali”, ou então você vai fazer uma coisa diferente. Eu queria contar a história dos líbios e saber

como esses caras viviam e por que estavam se revoltando. Eu queria entender isso. As histórias que mais me marcaram durante a Líbia não foram necessariamente a matéria que eu fiz do tipo: “caiu uma bomba aqui do lado”. Primeiro porque se caiu em um tipo de jornalismo que sou hipercrítica do jornalismo, do jornalismo...

Lopes – Espetaculoso?

Berlinck - Espetacular. Sou hipercrítica. Sobretudo o pessoal de televisão. Nós não somos o tema do jornalismo. Está virando muito isso: “Eu estive na guerra, eu vi a bomba cair do meu lado”. Não é isso. Eu não sou o sujeito da matéria. Tem um livro que marcou muito minha vida, do Friedman, do The New York Times, e que eu lia há muitos anos, no início da minha profissão, que foi De Beirute a Jerusalém. Que é maravilhoso, mas ali é a história pessoal dele, mas não é ele: “olha eu vi”. Ele conta histórias ao longo do livro. E é isso que é delicioso do jornalismo. Eu quando leio uma bela matéria, que bem escrita, bom jornalista, é uma bela história. Todo mundo... Por mais longe que seja, no Cazaquistão, não é a minha realidade, se você tem uma bela história, bem escrita, todo mundo lê.

Lopes – Então, num certo sentido, você, de certa forma, dá para interpretar que o jornalismo local, que você aprendeu no Rio, aplicou também na Líbia. Nesse sentido, não existe diferença entre uma cobertura de guerra e uma cobertura local?

Berlinck - Existe... Porque eu estou em uma zona de risco. Eu, hoje, considero que o pessoal que cobre favela no Rio de Janeiro está no mesmo tipo de risco. Várias vezes eu me perguntei, durante a Líbia, se eu não corria maior tipo de risco no Rio de Janeiro. Porque quando você está em uma guerra, você está hiperalerta para qualquer coisa. E você tem um risco calculado. Você sabe que, se você for para o frontline, fazer matéria ali, você corre um risco maior. Você sabe, como o Andrei (Netto), que foi preso, ele entrou... À época, quando a gente entrou na Líbia, eu e o Andrei estávamos no telefone, o tempo todo. Ele em Paris, eu em Genebra. Eu disse: “Andrei, eu vou entrar pelo Egito”. Ele disse: “Eu vou tentar pela Tunísia”. Eu sabia que ele ia ter um risco maior. Eu optei por entrar (pelo Egito) porque eu achei que ia entrar mais rápido. Foi o que aconteceu. Então, tem um certo risco calculado. Agora, uma bala perdida na favela... Ou você ser morto estupidamente porque o cara quer... sei lá... Não dá nem pra comparar, são duas realidades diferentes. Várias vezes me fiz essa pergunta. Então, eu apliquei, sim, o jornalismo, mas o jornalismo de contar histórias. Eu ainda acredito muito nesse jornalismo de contar histórias, de contar uma bela história. Uma das matérias mais legais que fiz na Líbia foi contar a ditadura na Líbia a partir do futebol líbio. Porque um dos filhos do Kadafi, graças às

boas relações e os interesses econômicos que a Itália tinha com o Kadafi, o Berlusconi conseguiu que um dos filhos do Kadafi jogasse num time italiano. Ele foi do futebol profissional. Mas quando cheguei na Líbia, em plena guerra, eu conheci um dos rebeldes, não verdadeiramente com armas, mas ele dava apoio aos rebeldes, era um cara que era um locutor famoso de futebol na Líbia. E, conversando com ele, eu passei a conhecer muito ele, hoje é meu amigo do Facebook, ele começou a me dizer as dificuldades de locutar na época do Kadafi. E como era o jogo quando o filho do Kadafi jogava nos times de lá. O melhor jogador da Líbia, tinha que meio deixar o cara fazer gol porque senão ele estava morto. Então, tinha histórias maravilhosas. Eu disse para esse cara: “Eu quero fazer uma matéria com você, porque ele entendia tudo de futebol, conhecia todos os times brasileiros. Tudo... Eu queria fazer uma matéria com esse locutor, que também não podia falar mal do Kadafi, senão ele estava morto também. Eu falei: “Me acha uns jogadores, vamos fazer esta matéria”. E foi delicioso. Você contava através do futebol o que era uma ditadura do Kadafi.

Lopes – Eu te prometi 20 minutos... Mas eu tenho outras perguntas que são bem importantes para mim.

Berlinck - Não tem problema. Pode seguir.

Lopes – Por exemplo, a questão da fonte. Relacionamento com a fonte na guerra. Como é que você... Primeiro, se é diferente de uma fonte normal aqui, no Brasil, em uma cobertura local. E, segundo, você toma algum cuidado se a fonte está teatralizando, tentando te influenciar? Qual é a diferença de relacionamento com uma fonte na guerra?

Berlinck - Muito. Primeiro, em uma guerra você tem que saber o seguinte, é uma guerra de armas, mas é sobretudo uma guerra de propaganda. Tanto um lado quanto o outro mente. Mentem descaradamente. Você tem que ter isso em mente. É muito fácil, tem gente despreparada que chega lá e toma um lado rapidinho. Porque são histórias humanas, é drama humano, mas tem muita, muita, mas muita manipulação durante a guerra. Tem que tomar muito cuidado, tudo tem que ser checado, recheado. É difícil às vezes, porque você está no meio de uma guerra, às vezes você não tem tempo. Ou você está em uma situação de risco, você tem que sair fora rápido. Você tem que entrar, fazer a reportagem muito rápido. Para mim, esta é a maior dificuldade da guerra. Mas você tem que checar várias coisas. Por exemplo, uma outra matéria muito legal que eu fiz, que eu gostei muito, eu estava indo para um bombardeio, meio que para o frontline, passando por um dos checkpoints, eu estava no carro, a gente abre, o cara vem falar com a gente. Esse cara que fala comigo eu digo: “Esse cara não tem um acento (sotaque). Esse cara é americano”. Dito e feito. Era um americano. Eu cheguei pra ele e disse:

“Eu tenho que ir para o front, na volta, podemos conversar?” Eu perguntei. “Ele vinha de Minnesota”.

Lopes – Era um desses mercenários?

Berlinck – Pois é, eu queria saber como um americano foi parar ali. Tinha um inglês no carro comigo, ele também adorou a matéria. Investi nisso na volta do front. E foi uma matéria também muito legal, porque era em uma época que foi antes da decisão dos bombardeios da Otan, então, ou seja, teoricamente não deveria ter um Americano lá. E são americanos de primeira, segunda, terceira geração de famílias líbias que se implantaram nos EUA.

Lopes – E os caras voltaram...

Berlinck – Não, não voltaram. A família, não. Às vezes, o garoto idealizava: “Guerra na Líbia, vamos para Líbia, vamos liberar... vamos liberar esse país de um ditador terrível que é o Kadafi”. Aí começaram a se encontrar através do Facebook. Eu descobri através dele, fazendo a história com ele, com esse menino, que trabalhava como revendedor de carros nos EUA, americano, nascido e criado nos EUA... Não falava nem árabe, desembarcou em uma guerra na Líbia... Descobri através dele que havia toda uma rede de garotos como ele, idealistas, filhos de líbios, ou pai ou avô líbio, e que se conectaram no mundo. Tinha gente da Suécia... tinha filho de imigrante da Suécia... É uma história deliciosa.

Lopes - Essa confiança que a gente espera da fonte, na guerra tudo é muito rápido. Tu precisas estabelecer essa confiança ou não de uma forma muito rápida, né?

Berlinck - Isso. Eu acho que hoje, se eu voltasse para a guerra, porque eu tenho a ideia de um livro na Líbia, que eu não posso, infelizmente investir nesse projeto porque está superperigoso. Em relação a 2011, muita coisa mudou. Porque, por exemplo, para o fixer no do dia a dia eu tinha que negociar na hora. Você tem que mais ou menos confiar na pessoa.

Lopes - No feeling.

Berlinck - E tem que ser feeling, não tem como você checar muito. Hoje, a realidade é muito diferente. Porque, hoje, depois do Estado Islâmico, você pode muito facilmente cair em um radical. Mas muito facilmente. Eu acho que hoje está muito mais perigoso. Cheguei na Líbia na época em que, sabe... fui uma das primeiras a entrar. Fui a primeira jornalista brasileira a entrar. O Marcelo Ninio entrou logo depois de mim. Entrei primeiro. Lembro que eu estava olhando a televisão, eu disse: “Se a CNN entrar, dá para entrar”. E o cara da CNN entrou. O

jornal sabia, eu disse: “Vou ficar de olho na televisão, se o cara entrar a gente entra”. E foi assim: olhei, de madrugada, o cara da CNN não tinha nem imagem, era só falado. Ele entrou, no dia seguinte eu peguei o avião. Fui para o Cairo. Então fui o primeiro grupo a entrar, e foi emocionante. Porque as pessoas que estavam na rua, eram pessoas comuns. Por isso eu estou te falando que eu queria muito fazer essas matérias sobre o que os caras faziam antes. Às vezes, o cara era funcionário do Banco Central, nunca tinha pego em uma arma na vida. O outro era dono de uma sorveteria, pessoas normais como a gente, que tinham uma vida como a gente, normal.

Lopes – Tu chegaste a ficar com os rebeldes? Por que uma das críticas que se faz à Guerra do Iraque, lá de 2003, era de que os americanos e, enfim, britânicos e tal ficaram embedded. Muitos de nós, eu quando entrei em Nalut, um dia depois do Andrei, entrei junto com os rebeldes. Eu estava embedded com os rebeldes. Tu chegaste a ficar embedded com os rebeldes, e que problema isso tem ou não quando tu tens essa censura do outro lado, que não é a censura governamental, mas do grupo que te protege de certa forma.

Berlinck - Ali nós temos uma vantagem: como nós escrevemos em português, é diferente de você escrever uma matéria para a BBC, em inglês, em que eles têm acesso. Então, a pressão é menor. Tanto assim que, no início, os rebeldes líbios receberam os jornalistas muito bem. Mas, depois, quando alguns jornalistas estrangeiros começaram a questionar o radicalismo dos rebeldes, ali mudou completamente. Ali passou a ficar arriscado inclusive ficar do lado dos rebeldes. Porque, imagina que essas pessoas, 42 anos sob uma ditadura, eles não tem a menor noção de crítica, eles não estão acostumados a isso.

Lopes – Uma sensação talvez de vingança? Uma vontade de vingança?

Berlinck – Como assim?

Lopes – Não, eu digo, como eles ficaram muito tempo sob uma ditadura, eles tinham uma vontade de vingança com relação à ditadura. E isso passou a ser criticado em algum momento?

Berlinck - Não, não era nem vontade de vingança. Ao contrário. O que eu achei interessante, logo no início, não é vontade de vingança. Logo no início da Revolução Líbia, o que eu senti, e foi emocionante escrever isso e por isso eu queria escrever histórias reais do país, histórias reais de pessoas, é que existia um idealismo verdadeiro, como existiu no Brasil no final da

ditadura, quando as pessoas desceram para as ruas gritando “diretas já”. Ali era: “Que maravilha, nossa vida vai mudar. Nós não vamos mais ser uma ditadura, vamos ter liberdade”. Eles estavam descobrindo a liberdade. Tinham gerações de pessoas que nunca tinham experimentado a liberdade que nós temos de conversar assim. Então, quando começou a mudar, eu vou te dizer... que justamente porque eles nunca viveram em uma democracia, eles não estavam acostumados com críticas. Quando a imprensa estrangeira começou a questionar rebeldes que começaram a matar e a executar pessoas que não pensavam como eles, ou seja passaram a adotar as mesmas práticas do Kadafi, eles não aceitavam. Eles diziam: “Nós libertamos esse país, como é que vocês podem nos criticar”. Só que eles estavam aplicando... a ideia de libertar de criar uma democracia, tudo bem: “Esse cara foi um crápula, esse cara trabalhou com o Kadafi, a melhor forma de lidar com Kadafi é levá-lo a um tribunal, e não executá-lo em praça pública. Eles tinham dificuldade com essas críticas que a imprensa estrangeira começou a fazer.

Lopes - Mas você pessoalmente não sofreu tentativa de censura?

Berlinck - Eu não sofri, porque fui dessa primeira leva que chegou lá. E nessa primeira leva, eu tive um total de seis semanas na Líbia –a primeira vez, eu passei três semanas, na libertação de Benghazi, e na segunda, quase três semanas com Andrei, quando Trípoli foi libertada. Ali, na segunda vez que eu fui...

(interrupção da gravação por problemas técnicos)

Lopes – Oi, caiu... Tudo bem, estamos de volta. Você estava falando da segunda vez.

Berlinck - Então, na segunda vez que eu fui já era um pouco diferente. Na realidade o que começou a acontecer na guerra era justamente isso: você pegava as pessoas que tinham trabalhado para o Kadafi e cometia as piores atrocidades. Começava a executar, foi ali que a coisa virou. Mas logo no início eu não senti isso porque eles tinham acabado de tomar Benghazi. Era uma guerra, não tinha jeito, o pessoal do Kadafi ainda estava em ativa. Então, ainda havia realmente uma confrontação de morte. Isso é diferente de você pegar um monte de prisioneiros, que é o que aconteceu durante a Bósnia, os caras já são prisioneiros de guerra, e você executar. Aí não tem como você não escrever sobre isso. E o jornalista que deixou de escrever sobre isso ou que não escreveu sobre isso, a meu ver não é um bom jornalista. Tomou posições, não pode. Você não pode, por pior que fosse o Kadafi, você não pode defender que rebeldes se vinguem dessa forma.

Lopes – Tu achas que o risco de morrer influencia o teu trabalho?

Berlinck – Risco de morrer... se influencia o meu trabalho... Claro. Eu acho que influencia no sentido de avaliação de risco. Cobertura de guerra é altamente cansativa porque você está permanentemente em alerta. Me lembro de noite no hotel, às vezes a gente ouvia bomba... “Pá!...” Não tinha como dormir. De manhã cedo, tinha que levantar muito cedo, você tem que estar permanentemente em alerta. Então, acho que influencia sim. Influencia nas suas decisões, no que você vai fazer, aonde você vai, todo dia de manhã é um novo dia. Novo dia no sentido de que é uma incógnita, você não sabe o que vai acontecer, não sabe para onde você vai nem com quem você vai. Normalmente, jornalistas ficam no mesmo hotel. Você esteve lá? Não, você acabou não indo...

Lopes – Não, eu acabei não indo. Eu fiquei dois dias em Nalut e retornei porque não tinha como transmitir. Eu retornei para a Tunísia. E aí o Kadafi retomou a fronteira naquela região e fechou. E o Andrei ficou. E eu saí.

Berlinck – Isso. Então, é isso. Eu não tinha outra opção, como a maioria dos jornalistas, do que não sair com os rebeldes. Eu saía o tempo todo com os rebeldes, era com eles que a gente tinha uma certa “proteção”. Até porque eram eles que estavam em guerra contra as forças do Kadafi, você saindo com eles, eles tinham as conexões, eles tinham os telefones do pessoal que estava no front, que dizia: “Pode avançar, não pode avançar, pega tal estrada, não pega tal estrada”. Isso é importante também.

Lopes – E você dependia deles para transmitir as matérias, do ponto de vista tecnológico?

Berlinck - Sim, e isso, infelizmente, eu dependia deles porque... Na realidade, em Benghazi, os rebeldes tomaram um antigo lugar onde havia todas as conexões de rádio e tal. Tanto assim que, quando, depois de três semanas, quando havia o real risco de o Kadafi voltar e atacar, eu disse assim: “Eu tenho que sair desse lugar aqui”. Porque eu dependia de internet, eu não ficava lá, mas eu passava muito do meu tempo lá transmitindo matéria. “Porque aqui é alvo certo”. Ainda por cima era na frente do mar, então... alvo certo. Dito e feito. Foi ali que... Você depende muito disso. Essa é a grande frustração durante a guerra, porque os jornais brasileiros não investem o bastante em uma cobertura internacional.

Lopes – A gente chega lá com pouca grana, na real... Eu passei por isso também.

Berlinck - Não só com pouca grana, mas mal equipado. Você pega uma CNN da vida, uma BBC, jornais, Le Monde, eles têm satélite, eles têm tudo, não ficam dependendo, como eu, que tinha que ir para esse lugar dos rebeldes onde era um risco 100%. Porque qual é a primeira estratégia de uma guerra, é você acabar com a comunicação. Infelizmente, cobertura internacional no Brasil não é valorizada. Você trabalha com o que tem, e o risco é muito maior para o brasileiro. A sorte é que, depois de anos de estrada já conheço muita gente, então eu me colava muito com os europeus, trabalhei muito com os italianos, entrei com a televisão italiana na Líbia.

Lopes – Minha última pergunta é aquela, extrapolando a questão da prática em si. Que tipo de transcendência a tua cobertura pode ter num plano geopolítico? Ou seja, na prática? Tu te sentiste realizada, achas que tu contribuístes para amenizar os dramas do mundo por meio deste trabalho? O que fica de legado?

Berlinck - Eu não diria amenizar os dramas do mundo, mas de certa forma eu acho que contribuir para informar sobre uma realidade do mundo. Eu não acho que jornalista ameniza dramas do mundo. Porque os dramas do mundo ocorrem independentemente de ter jornalista ou não. Jornalista, historiador, aliás uma coisa que estudei no mestrado, não sei se você estudou no seu... O primeiro grande historiador foi o que escreveu sobre a Guerra do Peloponeso, que foi uma guerra violentíssima.

Lopes - E a guerra continua sendo violentíssimo com ele ou sem ele...

Berlinck - Exatamente, assim como a Guerra da Síria, continua ocorrendo, apesar das atrocidades estarem sendo muito mais visíveis hoje em um mundo de redes sociais, você conhece muito mais. Às vezes, há até o risco quando você tem informação demais e muito picada sobre uma guerra, ela se banaliza. Então, você diz: “Ah, mais um bombardeio, um mercado no Iraque, mais de 50 pessoas...” Entendeu? Por isso que eu estou te falando o jornalismo que tem mais impacto é o jornalismo que conta uma história, que vai contar uma história em que você, tanto no Brasil, você sendo de Porto Alegre, de Gramado, nunca ter saído de Pelotas, você vai se conectar com o cara da Líbia a partir do momento em que o seu jornalista vai contar uma história real, de uma família. Como eles viveram durante a ditadura, qual a vida deles hoje. Você vai se conectar muito mais com esse tipo de jornalismo do que com uma reportagem dizendo: “As tropas avançaram não sei mais quanto... ou bombardearam”... Você entende o que eu estou te falando? Então, eu acredito muito nisso. Histórias movem pessoas. Mas não vão mudar o curso da História. Eu me sentia mais como uma testemunha de um

período, testemunha de uma Primavera Árabe, que foi maravilhosa em termos profissionais, viver isso pessoalmente. Estar lá para ver esse curso da História, mas não somos nós... Essa é uma coisa que jornalista tem que aprender, nós não somos ativistas. E nem devemos ser ativistas. Não estou lá para mudar a realidade da Líbia. Meu papel não é ativismo. Meu papel é informar. E informar com o máximo de imparcialidade possível.

Lopes – Muito obrigado.

APÊNDICE D – ENTREVISTA COM HUMBERTO TREZZI



Humberto Trezzi

*Repórter especial do jornal Zero Hora, Humberto Trezzi nasceu em Passo Fundo, em 1962. É graduado em jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social (Famecos) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Como enviado especial, participou de coberturas criminais, de guerra ou de rebeliões em lugares como Paraguai, Uruguai, México, Equador, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Angola, Timor Leste, Haiti, Líbia, Rio de Janeiro e São Paulo. Substituiu este pesquisador na Líbia, em 2011, como enviado especial de Zero Hora. É autor do livro *Em terreno minado, da Geração Editorial*.*

Data: 13/8/2015

Rodrigo Lopes - Por que tu fizeste jornalismo? Por que tu inventaste de fazer jornalismo?

Humberto Trezzi - Não inventei. Fiz uni-duni-tê no vestibular, entre cursos da área humanas, porque eu não sabia o que eu queria, botei o dedo e caiu em Jornalismo. Eu fiz isso porque eu não gostava de matemática. E descobri que na área de humanas tu precisavas de pouca matemática para passar no vestibular. E aí botei o dedo lá e... Eu tinha .. Eu sou um odontólogo frustrado. Eu fiz vestibular para Odonto.

Lopes - Ah, fez?

Trezzi - É, mas aí bombou na matemática. Me derrotou. O resto eu fui acima da média, mas na matemática fui bem abaixo da média. Na matemática e na física. Daí, fui para o jornalismo. E aí, até achei que não ia dar certo, porque eu tinha bastante timidez em frente de câmera, por exemplo. Pra mim, como para qualquer jovem, acho que já na minha época, e agora muito mais, jornalismo era áudio e vídeo. Eu não lia jornal. Achava que aquilo era algo de vô.

Lopes - Sim, mesmo naquela época?

Trezzi - Já naquela época. Eu lia livros e tal, mas não jornal. E assistia ao noticiário em TV. E aí eu digo: “Não vai dar certo”. Não me vejo ligando um botão... Eu vou ficar mudo.

Lopes - Que ano era isso?

Trezzi - 1980. E aí, no fim, eu fui para o jornalismo escrito. Por isso também. Fui para o jornalismo escrito, que era uma coisa que eu gostava de fazer era ler. Digo: “Bom, não deve ser... Deve ser mais ou menos que nem ler. Escrever deve ser mais ou menos que nem ler”. Vou inventar um estilo aí... E aí fui fazendo. Eu gostava de aventura. Então, eu sempre... Aventuras, situações-limite. Sempre fui atraído, desde guri, desde adolescente... Situações-limite, era um cara... andava com turmas da cidade, via muita briga... Andava em delegacia, andava nessas coisas da PM (Polícia Militar). Isso naturalmente acabou me orientando para esse gosto de jornalismo criminal, que é o que eu acabei fazendo a maior parte do tempo.

Lopes - E como o teu interesse por jornalismo internacional aparece?

Trezzi - Cara, desde que eu era jovem, criança, eu gostava de livros e filmes sobre lugares exóticos, como tu. Eu botava o dedo no mapa-múndi ou olhava um globo e sonhava em estar naquela paragem. Eu li coleção completa do Emilio Salgari, que era um aventureiro italiano, que morou no Extremo Oriente. Emilio Salgari tinha o Sandokan, Pirata da Malásia, e outros troços. Tinha Tigre de Bengala, livros sobre aquela região lá. Parece que o Salgari era, inclusive, navegador. Ele andou em navios embarcado lá no Extremo Oriente, chamava as Índias Orientais na época. E aí eu gostei muito. Outro cara que eu li muito foi o Carl May. Carl May era um alemão que nunca saiu da Alemanha e escreveu uns 30 livros sobre as terras do Mahdi, Sudão Épico, não sei que... De Cartum a Bagdá. Ele delirava e escrevia sobre os caras. Ele sabia cinco, seis línguas e ele escrevia sobre esses caras. Do Julio Verne, esse sim, eu tenho certeza de que eu li tudo o que ele escreveu. Então, está meio que explicado. Eu digo: “Bom, um dia eu gostaria de poder viajar para lugares como os que eu...” As coisas mudaram, mas esses lugares continuam exóticos.

Lopes - E como a cobertura de guerra surge pra ti?

Trezzi - Porque... A cobertura de guerra, que eu fiz muito pouco na vida, se comparado com outras, mas fiz mais do que a média, é assim... No jornal, em algum momento pensaram que, se eu estava acostumado a lidar com sangue e com situações-limite, eu poderia ir para uma guerra. Então, descobri, lendo o livro A Primeira Vítima, que tu também lestes e gostas, que era muito comum, no século XIX, os caras pegarem repórteres que cobriam área de crime e de

idades, mandar para as guerras. Porque não existia correspondente de guerra. Quando tinha eventualmente uma guerra, eles pegavam o cara que cobria situações duras, que fazia denúncia no jornal. E aí mandavam o cara. E o cara ficava dois, três anos numa guerra, cobrindo. Mandando despachos diários, né? Sonho meu... Mas aí fui inventar de ter filho, casar, um monte de coisas... Mas, na realidade, é uma coisa que eu gostaria de fazer. Fazer que nem certos caras que eu conheci e que tu conhecestes também, que migram de guerra em guerra, isso é uma coisa que, se me dissessem ainda hoje: “Escolhe”. Com a saúde que eu tenho, eu faria isso. Tu estás entendendo? Mas eu não sou egoísta. Tem que ser um bocado egoísta pra pensar só em ti. Tu tens uma mãe, que tu adora e tal. Namorada, não sei o que... Eu tenho dois filhos pra terminar de ver e sustentar. Não fosse isso, bicho, eu estava migrando de guerra em guerra. É fascinante, é o lugar onde as situações-limite são mais limite.

Lopes - Existe correspondente de guerra no Brasil?

Trezzi - Não. Não tem correspondente de guerra no Brasil. Acho até porque o Brasil é um país muito pouco afeito a guerras. Não tem uma história no século XX em diante que envolva o Brasil em guerras. Não vem me dizer que a II Guerra Mundial... A participação do Brasil foi mais que simbólica, foi pífia. Os últimos dias da II Guerra. Então, não tem. O Brasil não se envolveu em guerras, não se envolvendo em guerras, não existe uma galvanização nem da população nem dos leitores para o assunto guerra. Tá? Os leitores, os telespectadores... Existe para outras coisas: telenovelas, tem muito pra crime, tem muita leitura a questão do crime, que eu cubro. Mas guerra eu acho que não. E aí não tem correspondente. O que tem são pessoas como tu, como Marcelo Rech (diretor de Jornalismo do Grupo RBS), que são eventualmente pinçadas da sua tarefa no dia a dia e enviadas a guerras. E como um cara que fez carreira cobrindo várias guerras, mesmo assim não é só repórter de guerra, que é o Lourival Santana (ex-repórter de O Estado de S. Paulo, atual jornalista independente).

Lopes - Se aprende a ser correspondente de guerra?

Trezzi - Se aprende... se aprende... Acho que com algumas, uma ou duas... Tu já estás escolado. Porque é tão intenso, né, Rodrigo, como tu bem sabes, que em poucos dias tu tens que te virar, seja com línguas, seja pra não ser enganado, seja pra não ser assaltado, seja pra não ser seqüestrado e seja pra não ser bombardeado ou degolado, eu diria agora. Tu tens que te virar. São situações que o repórter vai testar todas as suas habilidades, não apenas algumas.

Lopes - Se aprende com a prática?

Trezzi - E daí é que eu te digo: se aprende, sim, se aprende com a prática. E só com a prática. Tudo o que pode dar errado costuma dar errado. Tem mais isso. Tu sabes bem, tu teve aquele problema de passaporte em Israel, que foi brilhante a tua saída ali. Eu acho que talvez eu nem teria esta ideia. Então, é uma coisa assim. Mas a gente tem outras idéias. A gente às vezes é obrigado a subornar alguém pra passar uma barreira. Eu não me envergonho disso, são os caras que te estorquem. Se tiver que pagar, paga, velho. Pra chegar aonde tiver. Só não vale pagar informação. Mas se o cara está com arma, e dizendo aqui tu não passa se não pagar, tu vais pagar. É uma coisa que tu vais aprender na prática.

Lopes - **Entrando na questão da prática no campo, uma pergunta bem teórica: como a prática jornalística é influenciada pela situação de guerra? Como a tua prática é influenciada pela guerra?**

Trezzi - Se eu me comovo ou não me comovo, se eu me abalo ou não me abalo? Esse tipo de coisa?

Lopes - **Se a guerra influencia o teu trabalho lá. É diferente de uma cobertura local?**

Trezzi - Não.

Lopes - **Não é diferente?**

Trezzi - Na real, não. Porque eu sou acostumado com cobertura de coisa violenta. Eu sou acostumado. Fui acostumado com situações-limite aqui. Por exemplo, eu fiz... Deixa eu te dar alguns exemplos e vai responder a tua pergunta. Eu fiz certa vez uma matéria chamada “Os que se foram no verão”. E era uma matéria em que eu tive que, no momento em que acontecia um acidente, eu tinha que ir até o local do acidente e eu via os familiares e as vitimas. Às vezes, eu chegava antes dos familiares das vitimas. Eu tinha que escrever quem era a pessoa que morreu, eu passei três meses fazendo isso. Três meses vendo corpos todos os dias e falando com familiares das vitimas. Isso endurece a pessoa. E, ao mesmo tempo, te causa comoção. Então, eu te digo: em uma situação de guerra é mais ou menos assim. Tu vais ver mortos e ver situações incríveis do ponto de vista de falta de humanidade todos os dias. Hospitais lotados, gente gemendo, esperando por auxílio que não vem. Até ambulância ser bombardeada aconteceu no meu caso. A ambulância... atacam ela propositalmente. Então tu vê situações em que o ser humano... é pior do que bicho. Então, eu acho que, nesse ponto, não difere muito da minha cobertura que eu tive em alguns momentos da minha história. Digamos das matérias especiais que fiz que me envolveram mais? Não... não difere muito. Ela difere mais da maioria dos

repórteres. A maioria dos repórteres não tem essa experiência do cotidiano. Eles não têm. Por exemplo, se tu pegares a maioria dos casos, eles não cobrem criminalidade, PCC (Primeiro Comando da Capital, facção criminosa que atua dentro dos presídios de São Paulo) ou, aqui, as quatro facções que tem grandes aqui no Rio Grande do Sul. Nunca viram um morto. A maioria dos repórteres nunca viu um morto na rua. Muito menos dialogou com um bandido.

Lopes - A maioria do pessoal não está acostumado com isso.

Trezzi - Eu te diria 90% das Redações hoje nunca viu um corpo. Mas não estou falando nem em ver um corpo. Teve ocasiões, como tu sabes, lendo meu livro, que eu tive que negociar minha vida. Com bandido, com traficante, não tem nada a ver com guerra. Mas isso te dá uma experiência em negociar, passagem em checkpoint de rebelde, que são caras inconfiáveis e instáveis. Eles estão muito bem quando estão ganhando. Quando estão perdendo, eles enxergam inimigo em qualquer parte. É bem assim que é com bandido também, como aconteceu comigo no Rio de Janeiro. O cara achou que eu era um policial e quase morri. Quase morri! Tive que negociar pra não morrer.

Lopes - Trezzi, pra ficar claro então: na tua opinião, não tem diferença na tua prática jornalística em uma cobertura de guerra e em uma reportagem local?

Trezzi - Pra mim, não teve do ponto de vista de emoções. Não. Não mudaram muito minhas emoções. Tem algumas coisas...

Lopes - Relação com fontes?

Trezzi - Quando eu vou fazer investigação eu ajo completamente diferente. Agora, vamos para as particularidades. Na guerra, o melhor de tudo é sempre te identificar como repórter. Numa matéria investigativa o melhor de tudo é evitar se identificar como repórter, ser o mais invisível possível. Tu tens que fazer com que o outro cara seja protagonista e tu estás só colhendo informação dele. Em alguns casos, tu não podes nem revelar que tu és jornalista. Vais gravar um cara sem ele saber. Tá? Principalmente se ele for um sacana. Vais gravar ele para, depois, expor a sacanagem que ele está te propondo. Certo? Na guerra, é o contrário. Se tu não te expor como jornalista, muito provável que tu vá parar numa prisão ou morto.

Lopes - No caso da Líbia, o que tu destaca na tua cobertura? Em que tu te diferenciaste?

Trezzi - Cara... tudo. Tudo! Eu já tinha estado em outras coberturas que envolvem guerra. Guerra civil, isso e aquilo. Mas não em campo de batalha. Nunca tinha entrado em um campo

de batalha, como tu tivesse no Líbano. E um campo de batalha é uma coisa caótica, é um salve-se quem puder. Em um bombardeio é assim. Depois, vira uma normalidade, depois as pessoas param de fugir quando tem um bombardeio. É muito incrível. Há uma espécie de anestesia coletiva, e as pessoas continuam fazendo seus afazeres mesmo em local que está sendo bombardeado. Mas, no começo, a primeira tendência é fugir. Então, isso aí foi algo impressionante. Pude ver pessoas correndo, pude ver bomba caindo do meu lado o tempo inteiro. Até dizer chega. Depois, eu fiquei em um hotel em que, no hotel, caía balas e balas. Bala de canhão caiu em uma mesa, uma bala, enquanto nós estávamos tomando café. Quebrou toda a mesa, estilhaçou. Nós perdemos a fome na hora. Uma outra bala pegou em um colega que estava fazendo uma filmagem, pegou na perna do cara. Na frente da gente, um colega russo, que estava fazendo uma filmagem. Bala de franco-atirador. Um franco-atirador disparou contra nós quando estávamos visitando o palácio do Kadafi, e pegou tudo na parede perto de mim. Eu só vi as marcas da bala baixando na direção onde a gente tava. Depois, a gente se atirou no chão. Um troço impressionante. Coisa de filme. Coisa de filme. Ataque de avião ao solo, e tu se abaixando na areia. Troço de... Ou seja, emoção não faltou.

Lopes - Mas na tua cobertura em si, o que tu achas que se diferenciou em relação aos colegas?

Trezzi – Não, cara...

Lopes – Em relação aos outros colegas que estavam cobrindo a Líbia.

Trezzi - Quando eu estava cobrindo a Líbia ali, acho que mais do que os caras do Estadão e coisa, eu vi situações-limite, eu tive algumas ali. Mais do que o Lourival, mais do que outros caras. Teve um pessoal da Folha de S. Paulo que estava comigo nesse local. Essa é uma das coisas.

Lopes - Isso no dia...

Trezzi - No dia em que eu fiquei ferido no acidente.

Lopes - Da ambulância?

Trezzi - É. Mas ali eu estava mais longe que eles. Eu fui na linha de frente mesmo.

Lopes - Ali é front mesmo.

Trezzi - Front de verdade. Front que não tinha pra onde tu ir quando começou o bombardeio. Agora, a maioria deles, em algum momento da cobertura, eles acabaram tendo uma experiência assim. Aquele dia eu fiz isso. Aquele dia eu fui o cara que foi mais longe. E consegui acho dar um tom mais diferentes nas matérias.

Lopes - Mais autoral?

Trezzi - Mais autoral. Tu também conseguiste. Os caras têm um padrão, os jornalões brasileiros, tirando a Zero Hora, assético em relação à cobertura de guerra. É algo impressionante. Eles fazem matéria telegráfica.

Lopes - Fria.

Trezzi - Fria. E que envolve muito geopolítica e que quase não tem colorido local. Eu fico apavorado. Eles parecem uma agência reportando. Aconteceu a tomada da cidade tal ontem, não sei o que... Tantas pessoas morreram... Mas o que é isso? Isso eu pego de agência. Tu tens de chegar e personalizar, dar nome e sobrenome de pessoas. Gosto da terra, tu disseste.

Lopes - Da guerra.

Trezzi - O gosto da guerra e o gosto da terra, que tu sentiu ali. É isso aí que tem que ter. Então tu não vais, se é pra ficar falando faz por telefone. Eu acho que isso aí a Zero Hora foi muito bem, tanto contigo, quanto comigo quanto com o Araújo. Panorâmicas assim.

Lopes - E como se dá a relação do jornalista com a fonte na guerra?

Trezzi - Muito difícil porque tu desembarcas de pára-quedas num lugar que ninguém te conhece, com pouquíssimos contatos. É bom fazer uns contatos antes, eu fiz contatos, tu também fizeste, mas são pouquíssimos contatos. E tem que cativar. Uma das coisas que dá muito certo é dizer que é brasileiro. No nosso caso é um passaporte. Poucos lugares da vida a minha situação piorou quando eu disse que era brasileiro. Noventa e nove por cento das vezes melhorou. Eu fui melhor recebido, há uma simpatia generalizada mundo afora.

Lopes - Mas é uma relação, pra tu teres fontes exige-se confiança. Confiança exige tempo, na guerra tu não tens este tempo, né?

Trezzi - Não, mas a primeira coisa que tu não podes ser nessas guerras de Terceiro Mundo que a gente anda cobrindo é ser americano. Todos. Existe um sentimento antiamericano generalizado pelo planeta. À direita e à esquerda. Tu vais na Ucrânia, na Rússia, não gostam de

americanos. Não sendo americano já te ajuda. Sendo terceiro-mundista te ajuda muito. Se cria uma empatia. Se criando essa empatia, é bem provável que te dêem acesso às pessoas que têm informação e que têm a permissão para que tu chegues no front. Muito importante. Dizendo que é brasileiro. Eu acho muito importante esse troço. Eu levava a bandeira brasileira, levo camiseta brasileira. Levei a Angola, levei no México, levei na Líbia, no Egito. Entende? É um negócio interessante. Outra coisa, evidentemente, sou um cara razoavelmente escolado em lidar com povo, com gente que não quer falar, que não quer virar notícia. Fui acostumado a tirar notícias que recém perderam alguém ou que são acusadas de crime. Isso ajuda. Esse tipo de treino ajuda. Como abordar uma pessoa. Na verdade, tu ficas observando ela, fica sentado, descreve ela, ela vai perguntar, ela vai ficar curiosa a teu respeito. Aí tu atrai ela. Essa é uma maneira. “Vim aqui para falar sobre o teu povo, a tua realidade. Não me interessam os políticos”. Outro sentimento universal: qualquer lugar do mundo odeia-se políticos. Se tu falares mal de político, tu ganhou o cara. Até político odeia político. Então, tu chegas lá para um cara do povo e diz: “Esses caras...” Ele diz: “Esses caras não prestam, só tiram dinheiro”. É isso aí: “Só tiram dinheiro, eu vim aqui pra mostrar a tua situação. Sabe? São coisas assim. E falar a linguagem dos caras, na língua que tu puderes usar. Inglês normalmente, fala um pouco de italiano. Ali na Líbia eu achei uma coisa muito engraçada, eles são muito visitados por turistas da Itália.

Lopes - É, ex-colônia italiana...

Trezzi - E eu tenho cara de italiano. Então já foi outra empatia.

Lopes - O que tu fazes para garantir que o teu entrevistado não está mentindo? Ou te usando como propagandista?

Trezzi - Vão tentar o tempo inteiro. Não tem garantia. É ouvir mais gente. Outra coisa que tu vais me perguntar: “Tu ouviu o outro lado em uma guerra?” Muito difícil. Normalmente, quando tu vais cobrir uma guerra tu só consegues fazer um lado. Porque, se tu tentar passar para outro lado, como tu bem sabes, como tu viveste, vão te encarar como um possível espião ou um agente daquele cara. Então, ou tu pega e dá um tempo, vai para outro país, depois vai para o outro lado, ou tu não faz. Não só tu não...

Lopes - Tu não tens garantia que os caras estão te mentindo?

Trezzi - Não... Aliás, a propaganda é uma forma constante na guerra. Como diz o livro aquele: “A primeira vítima numa guerra é a verdade”. Foi um senador americano, Hiron Johnson, que

ficou famoso num pronunciamento pacifista que ele fez no Congresso americano tentando demover os Estados Unidos de entrarem na I Guerra Mundial. Esse cara disse: “A primeira vítima em uma guerra é a verdade”. Isso aí é uma Bíblia. Bíblia para jornalista. O tempo inteiro, inclusive vai ter no hotel gente do governo ou dos rebeldes no meu caso lá, tentando te vender um peixe, te levar para um lugar que...

Lopes - E aí? Então a saída é diversificar fontes?

Trezzi - Diversificar. E ouvir gente do povo mesmo. Nós temos um péssimo costume no Brasil, não sei se isso é universal, porque não conheço o Primeiro Mundo mesmo. Jornalismo no Primeiro Mundo nunca fiz. Tu fizeste, eu não. Nós temos um péssimo hábito: só ouvimos fontes oficiais. No Brasil, tem um jornalista, em Brasília, que é pautado em fontes oficiais. Se ouve o cara, se vai a coletivas.... Em época de guerra, a pior pessoa para tu ouvires é fonte oficial. O cara está acuado. Seja o rebelde ou seja o governante, ele está acuado. Ele vai tentar vender publicidade pra ti. Mentir números, mentir situações, ocultar situações, ocultar massacres. É o tempo inteiro ele vai fazer isso.. Eu inclusive descobri com os rebeldes que estavam comigo estavam ocultando massacres também. Ou seja, os mocinhos não eram tão mocinhos.

Lopes - Fonte oficial, neste caso, é o líder rebelde...

Trezzi - Os caras falaram mal do governo, que eram torturados, o que é verdade. Aí eu descobri, em uma rotatória em Trípoli, um monte... tinha 18 cadáveres de caras negros executados, com as mãos pra trás, eles tinham uma bandeira do Kadafi, a bandeira antiga, da Líbia kadafista presa no uniforme dos caras. Foram executados. Ou seja, eles já começaram mal lá. O cara que estava me dizendo que queria uma Líbia nova estava executando os caras.

Lopes - Trezzi, tu já foste vítima ou testemunhaste algum episódio de censura? Ou autocensura por conta da guerra? Ou tiveste o teu trabalho limitado pelas circunstâncias? Por governos? Por fontes?

Trezzi - Incrivelmente, não. Eu dei sorte que nos momentos em que eu estava, as pessoas as quais eu estava acompanhando não estavam perdendo. Eu acredito que a censura é muito maior quando eles estão perdendo. Eu dei sorte de cobrir situações em que as beligerantes que eu acompanhava estavam em uma situação de vitória, favorável. Aí, eles querem mais é que tu fales tudo o que puder. Na Colômbia, interessante esse caso, eu cobri uma incursão do exército. O exército tem força aérea lá, é uma coisa rara. Aqui no Brasil tem força aérea e exército. Lá o tem a força aérea do exército. E aí eu acompanhei uma incursão deles contra os guerrilheiros

das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, grupo guerrilheiro de esquerda). Uma frente das Farc, Frente 19, acho que é.

Lopes - Com os Blackhawk.

Trezzi - Com os Blackhawk, aquela é famosa, está no meu livro. E aí... como eles mataram os caras e prenderam alguns. Mataram a maioria e prenderam uns poucos, eles estavam em êxtase, eufóricos, me foi franqueado no quartel todos os bens dos caras, o diário do comandante, que foi apreendido. O diário com uma bala cortou ao meio uma folha do diário e pegou nas costas dele, do comandante. E aí, pude falar com prisioneiro, com soldado ferido, que teve uma perna arrancadas por uma mina, então é o seguinte... foi maravilhoso. Agora, te pergunto: se eles tivessem perdido, se tivessem sido eles os atacados, eles iam deixar eu contar que eles perderam? Não... não me iludo.

Lopes - O fato de estar embedded com exército regular ou com rebeldes, como foi teu caso na Líbia...

Trezzi - No caso da Colômbia, foi com exército regular, na Líbia foi com rebeldes.

Lopes - Focando na Líbia, o fato de tu estares embedded com grupos rebeldes comprometeu a tua prática jornalística, a tua independência jornalística?

Trezzi - Não, eles não sabem português. Eu mandava tudo em português... Não fui submetido à censura.

Lopes - Mas tu tinhas a visão de um lado só.

Trezzi - Só de um lado, claro. Mas eu tentava acessar sites independentes. Por exemplo, uma que eu matei a charada. Eu estava entrando na Líbia, até fiz uma transmissão para a Rádio Gaúcha, e o Macedo me surpreende com uma pergunta: “E essa história que o Kadafi fugiu, hein?” E eu disse... Pensei comigo mesmo, um segundo na minha cabeça: “Não, não pode, eu estou entrando aqui e terminou a guerra”. E aí eu disse: “Olha, eu estou com os rebeldes aqui, acabei de entrar no país, estão dando tiros para o ar, mas não estão dizendo que o Kadafi caiu. Eles estão dizendo que vão até o fim, até a vitória. Se tivesse caído o Kadafi eles estariam comemorando.” Ai, ele disse: “Pois é, pode ser boato”. Era boato. Quem tinha fugido era um ministro do Kadafi.

Lopes - Acho que lembro disso.

Trezzi - É, fugiu num avião lá.

Lopes - Então, tu achas que estar embedded em um grupo, no teu caso, não comprometeu a independência?

Trezzi - Não comprometeu. Inclusive até porque eu consegui acesso à internet depois de penar bastante, consegui acesso à internet.

Lopes - Mas eles garantiam tua segurança? O teu deslocamento?

Trezzi - Não, não garantiam nada. Eu pagava à parte um guarda-costas e um motorista.

Lopes - No momento em que tu foste ferido, por exemplo.

Trezzi - Me deram uma carona na volta, mas não tinha garantia nenhuma, tanto que eles fugiram. Deixaram-nos para trás. Os jornalistas ficaram para trás. Eles não me garantiram (segurança). Quem me garantiu segurança foi o exército colombiano na Colômbia, esse aí eu fiquei no quartel...

Lopes - Mas cria uma empatia, uma vez embedded?

Trezzi - Cria, não dá pra mentir. Tu começa a entender os caras. Na hora em que tu começa a entender demais os caras, tem que ir embora. Porque senão tu vais ficar simpático aos caras. Trata de não ficar simpático aos caras.

Lopes - Naquela situação, os caras estão lutando contra uma ditadura sanguinária...

Trezzi - Óbvio. Mesmo o exército, os caras estavam lutando contra um grupo que tinha seqüestrado o bispo da região e faturado US\$ 1 milhão para o resgate dos caras.

Lopes - Na Colômbia, né?

Trezzi - É. E outra, que raptavam jovens para servir na guerrilha. Eu não posso concordar com isso. Então o seguinte: também cria uma empatia. Então é o seguinte: quando tu estiver criando uma empatia demais, é bom tu ir embora. O bom de enviado especial é que ele vai embora.

Lopes - E o risco de morrer muda o teu jeito de cobrir uma guerra?

Trezzi - Não. Eu não tenho medo de morrer. Eu tenho medo de ser torturado lentamente. Tenho medo de ficar despedaçado, aí um ser totalmente dependente dos outros. Isso eu tenho medo.

Isso me faz pensar um pouquinho. Mas medo de morrer não tenho medo. Se morrer foi pá, pum, acabou. Valeu. Mas a questão de.. muda na questão de que tu podes ser pego, seqüestrado, torturado na frente das câmeras, como os nossos colegas... Esse tipo de coisa dá medo. Muda, sim, Faz com que tu sejas mais cauteloso, que tu não tentes entrar clandestino numa área controlada pelo Estado Islâmico. Tens razão. Reformulando: de morrer, não, mas de morrer lentamente, impiedosamente tenho. Morrer como um anônimo faz parte. Morrer devido a tua condição de jornalista e porque os caras te escolheram como alvo deve ser uma coisa horrível, porque tu vais morrer muito mal.

Lopes - Como a tecnologia afeta a tua prática jornalística?

Trezzi - A tecnologia tornou instantânea a cobertura... ou quase. Tu acabas mandando várias notas ao longo do dia. E podes checar depois o que escreveste, lendo.

Dá para fazer vídeos também, embora algo de qualidade exija mais que um Iphone.

Sou um neanderthal em termos tecnológicos, ainda muito ligado a texto. Do tempo em que descrevias mais do que mostravas. Mas sei que essa mudança é inexorável, ainda mais em tempos de internet. O Kadaffi cortou a internet de toda a população. Foi desesperador... até que consegui contato com líderes rebeldes. Eles tinham estações de transmissão montadas pela CIA (agência de inteligência Americana). Nesses santuários tecnológicos, a reportaiada podia transmitir. O meu telefone de satélite foi apreendido na Tunísia (na segunda vez) e aí me devolveram sem funcionar. Tive de apelar para um emprestado por um colega brasileiro. É a pior sensação para um repórter...testemunhar e não poder relatar.

Lopes - Tu achas que, na comparação com empresas internacionais, o fato de os jornais brasileiros deixam a desejar em investimento na cobertura - repórter ir com pouco dinheiro e às vezes sem telefone satelital - nos deixa pra trás?

Trezzi - Com toda certeza, não temos tradição de cobertura de guerra. Nossos jornais investem pouco nisso, até porque o Brasil não se envolve em conflitos. Com isso, temos de poupar centavos nas viagens. Podemos fazer uma cobertura focada, mas não ampla...Não conseguimos cobrir ao mesmo tempo dois lados de uma guerra, até para poupar. Não temos perna de mandar dois repórteres ou três para o mesmo front, como os americanos e europeus fazem. Mas já foi pior: não se mandava reporters.

Lopes - E para a parte final, a terceira parte, tu te sentiste realizado, tu acreditas que contribuiu para... O teu trabalho na Líbia, como correspondente, como enviado especial,

naquele momento um repórter de guerra contribuiu para amenizar os dramas do mundo, para transcendendo a tua própria prática jornalística, contribuiu para alguma coisa?

Trezzi - Não. Contribuiu pra mim, não pra eles. No mundo, de maneira alguma, a Zero Hora é um jornal completamente regional. Não teria essa ilusão. Se eu trabalhasse no New York Times talvez eu tivesse essa ilusão, ou na CNN, melhor ainda. A CNN pode questionar um ditador e emparedar um ditador em uma entrevista. Eu, não. Na realidade, contribuiu pra mim. Para meu crescimento pessoal, como jornalista, como pessoa, como ser humano. Diz o nosso amigo Carlos Wagner que já viu muito ser humano virar repórter e nenhum repórter voltar a ser ser humano. Acho que não... Eu voltei a ser mais humano depois de cobrir guerra. Mas não tenho nenhuma ilusão que meu trabalho tenha ajudado aqueles caras, acho que não. Talvez a criar uma empatia aqui no Brasil, para causas libertárias, pode ser... Um pouquinho, entre alguns gaúchos... “Olha só, uma causa libertária contra um tirano que manda há 40 anos na África...” Talvez... talvez... talvez o trabalho de formiguinha do repórter ajude um pouquinho. Mas nós não temos penetração, nossa mídia é muito fraca no Brasil.

Lopes - Nesse sentido, tu não acredita, então, que tua cobertura ganhe um caráter social mais amplo? Ou tu reformula a tua resposta?

Trezzi - Não, não ganha um caráter social mais amplo. Não. Se fosse no Brasil, sim... Não... por que a gente cobre internacional? Na realidade porque o mundo é uma aldeia e porque, em algum momento, aquilo vai se refletir. A geopolítica vai se refletir no Brasil. Porque aqueles caras, aquelas pessoas que estão morrendo lá, em algum momento, são como nós. Alguns traços deles no sentido cultural, aliás a internet aproximou tudo isso. Tu vais te indentificar em algum momento. A luta contra um tirano, acho interessante isso aí... acho que tem espaço pra esse tipo de leitura. Mas não acredito que a gente transforme. Sou bem cético quanto a essas coisas. Acho que pra mim foi espetacular. Eu estou me aproximando do meu terceiro terço da minha experiência profissional, o cara que disser que não sente emoção por estar cobrindo uma guerra está mentindo. A gente também vai para ter emoção. Como eu disse: situações-limite. Quem gosta de situações-limite ou que pensou em algum momento viver situações-limite, aventura, leia-se a palavra a-ven-tu-ra, tu vais pra isso aí. Aí vais me dizer assim: “Tu és um egoísta”. Pode dizer... To nem ligando. Na realidade, acho o seguinte: dá pra aliar a aventura com algum trabalho de informação e que resulte em coisa social. E vou te dizer o seguinte: guerra não é lugar pra cagão. Não é. Tu não quer ter aventura e não quer correr algum risco, não vai, então... Não te mete. De pato a ganso... Ovelha não é pra mato. A real é essa. Vai chegar a um lugar e ficar no hotel? Não, né... Não é o lugar.

Lopes – Obrigado.

APÊNDICE E – ÁUDIOS DAS ENTREVISTAS